

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA  
AMAZÔNIA - PPGSCA**

**O homem, o rio e o viveiro: as relações de poder que entrelaçam o trabalho  
da piscicultura em Benjamin Constant, no Amazonas**

Manaus – AM  
2016

**MARINILDE VERÇOSA FERREIRA**

Bolsista FAPEAM

**O homem, o rio e o viveiro: as relações de poder que entrelaçam o trabalho da piscicultura em Benjamin Constant, no Amazonas**

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito final para a obtenção do título de doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha de Pesquisa: Sistemas Simbólicos e Manifestações Socioculturais.  
Orientadora: Profa. Dra. Iraildes Caldas Torres.

Manaus – AM

2016

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

F383h Ferreira, Marinilde Verçosa  
O homem, o rio e o viveiro : as relações de poder que entrelaçam o trabalho da piscicultura em Benjamin Constant, no Amazonas / Marinilde Verçosa Ferreira. 2016  
259 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Iraildes Caldas Torres  
Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -  
Universidade Federal do Amazonas.

1. Amazônia. 2. Relações de Poder. 3. Trabalho e Trabalhadores.  
4. Piscicultura. I. Torres, Iraildes Caldas II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

## **MARINILDE VERÇOSA FERREIRA**

### **O homem, o rio e o viveiro: as relações de poder que entrelaçam o trabalho da piscicultura em Benjamin Constant, no Amazonas.**

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito final para obtenção do título de doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha de Pesquisa: Sistemas Simbólicos e Manifestações Socioculturais, sob a orientação da Profa. Dra. Iraildes Caldas Torres.

Aprovada: 22 de Dezembro de 2016.

#### **BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Iraildes Caldas Torres (Presidente)  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

---

Profa. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe (Membro)  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

---

Prof. Dr. Sylvio Mario Puga Ferreira  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

---

Profa. Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas (Membro)  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

---

Prof. Dr. Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

## ***DEDICATÓRIA***

*Aos meus amados pais, Maria Cime Verçosa Ferreira e Carmelo Angeole Ferreira, incansáveis trabalhaores da Amazônia profunda, que venceram todas os desafios da vida para criar seus dez filhos. Seus ensinamentos, sabedoria e amor nos fizeram pessoas comprometidas com o outro, pois, mesmo com pouco conhecimento letrado, sempre priorizaram nossos estudos. A vocês o meu amor incondicional.*

## AGRADECIMENTOS

É natural que a escrita de uma tese se faça acompanhar por momentos de solidão, próprios da reflexividade do espírito que se recolhe para gestar ideias. Não obstante, não posso deixar de reconhecer que algumas pessoas estiveram comigo nesta empreitada, com suas ideias, sugestões, formatação do texto e até o ombro amigo para acolher-me quando precisei nas horas mais difíceis que passei neste processo. A estas pessoas quero expressar a minha mais profunda gratidão.

A Deus Pai pela luz divina que iluminou meus passos nesta jornada, fonte de inspiração e coragem nos momentos em que pensei em fraquejar. À Nossa Senhora Aparecida, minha intercessora, por sua presença generosa nos momentos em que estive enferma;

À minha querida orientadora, Professora Doutora Iraildes Caldas Torres, pela confiança depositada em mim. Mesmo com muitos orientandos aceitou o desafio de conduzir este trabalho no meio do caminho, fermentando nossos diálogos e orientações com sabedoria e maestria. Apaixonada pela ciência, transfere essa paixão em forma de alegria e entusiasmo, isso me encorajou e tornou mais leve a caminhada. Registro a minha profunda admiração e respeito por tudo que representa para a academia, fato que já é de conhecimento público. Você na minha vida, desempenhou um papel sem igual não só como professora, mas como amiga, companheira. Nos momentos de maior dificuldade que enfrentei na minha vida pessoal você esteve ao meu lado;

Aos meus irmãos e irmãs: Marcilene, Maristela, Sérgio, Mauro, Marcos, Ivanilton, Moisés, Marlene e Janete; aos meus sobrinhos e sobrinhas: Beatriz, Ana Maria, Sophia, Vinicius e Diogo, minha grande plateia fonte de luz e energia;

A Carlos Santiago, grande incentivador da minha carreira acadêmica e do meu ingresso no programa Sociedade e Cultura na Amazônia. Receba meu apreço pela contribuição nas discussões teóricas e revisão de textos durante a preparação do exame de qualificação;

À minha querida e dócil irmã Marlene Verçosa pela contribuição na formação da tese, assim como pela companhia nas noites indormidas;

À minha irmã Marcileni, meu cunhado Moisés Motta e minha amável sobrinha Ana Maria, pelo carinho e apoio incondicional nos momentos de fragilidade que tive que enfrentar;

À Rozinda Carmelo, pela amizade, companheirismo, pelas lições de vida e por tudo que você representa na minha vida;

À minha querida e inesquecível Vitória Rafaela, pelo amor puro e sorriso sincero, os quais nos momento de cansaço elevavam meu ânimo e vontade de continuar a jornada;

À minha querida Celina Santiago, amiga verdadeira de todos os momentos;

À minha inesquecível professora Maria Clara Miranda Dinelly, que me ensinou os primeiros códigos escritos, assim como muitos valores da vida;

Aos professores doutores: Marilene Corrêa da Silva Freitas, Sylvio Mário Puga Ferreira e Milton Melo dos Reis Filho, pelas valiosas contribuições prestadas no meu Exame de Qualificação;

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas –FAPEAM, pela concessão de seis meses de bolsa que custearam parte da minha pesquisa doutoral;

Aos servidores e estagiários do Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia pelos serviços prestados, acolhida e presteza durante a formação doutoral;

Ao Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas, onde desempenho o cargo de docente, pelos dois anos de liberação para cursar o doutorado, em especial aos meus colegas do colegiado do curso de Administração que permitiram a minha liberação;

Aos sujeitos desta pesquisa que são luzes de conhecimento nesta tese, pela sua presteza e carinho com que informaram os dados de nossa pesquisa. Meu muitíssimo obrigada ao Nazareno Bichara, Frei Paulo Xavier, Dom Alcimar Magalhães, Luiz Roberto Nascimento, Marle Angélica Villacorta, Tharcisio Cruz, Janderson Garcez, Kelly Eduardo Cardoso, Narciso Filho e Geraldo Bernardino. Aos piscicultores que constituem a alma deste estudo meu muito obrigada. Vocês me acolheram no trabalho de campo e disponibilizaram o seu tempo para nos fornecer informações indispensáveis para este trabalho;

Ao André Melo pelo carinho e companheirismo, trocas de ideias, longas conversas, enfim, todos os momentos que precisei eu pude contar com sua amizade fraternal;

À Marinete Loureço Mota, que durante esse percurso tive a oportunidade de conhecer e construir uma grande amizade, uma irmã, companheira de todas as horas. Você que mesmo ocupada, sempre dispensou atenção, ouvindo minhas angústias, medos, vitórias, derrotas. Suas palavras sinceras e carinhosas foram bálsamo para minha alma nos momentos de dor e tristeza que me deparei nesta caminhada. Sua amizade tem um valor imensurável, e nada que eu possa expressar possa ser tão especial ou mais significativo do que isto representa para mim.

Aos colegas do doutorado pelas conversas, debates e ajuda durante a fase de curso das disciplinas: André Melo, Socorro Alves, Solange Nascimento, Celso Torres, Marinete Mota, Antônia Rodrigues;

Aos colegas do Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social – GEPOS: Gênero, Políticas e Poder, com os quais tenho a oportunidade de partilhar atividades acadêmicas, de pesquisa e formação. As atividades no GEPOS me proporcionaram grande aprendizado, lugar onde fiz grandes amigos.

Às amigas e aos amigos, Karla Patrícia, Ivone Andrade, Rosa Souza, Eveline Maria, Socorro Alves, Solange Nascimento, Marilac Moreira, Rosimay Correa, Michelle Vale, Jeanne Abreu, Denison Silva, Deilson Trintade, João Aluizio e Marcos Braga. A vocês todo meu carinho, admiração e apreço.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para que eu chegasse ao término deste empreendimento, meu muito obrigada.

## LIÇÃO DE ESCURIDÃO

Caboclo companheiro meu de várzea,  
contigo cada dia um pouco aprendo  
as ciências desta selva que nos une.

Contigo, que me ensinas o caminho dos ventos,  
me levas a ler, nas lonjuras do céu,  
os recados escritos pelas nuvens,  
me avisas do perigo dos remansos  
e quando devo desviar de viés a proa da canoa  
para varar as ondas de perfil.

Sabes o nome e o segredo de todas as árvores,  
a paragem calada que os peixes preferem  
quando as águas começam a crescer.  
Pelo canto, a cor do bico, o jeito de voar.  
identificas todos os pássaros da selva.  
Sozinho (eu mais Deus, tu me explicas).  
atravessas a noite no centro da mata.  
corajoso e paciente na tocaia da caça.  
a traição dos felinos não te vence.

Contigo aprendo as leis da escuridão,  
quando me apontas na distância da margem,  
viajando na noite sem estrelas,  
a boca (ainda não consigo ver) do Lago Grande  
de onde me fui pequenino e te deixei.

De novo no chão da infância,  
contigo aprendo também  
que ainda não tens olhos para ver  
as raízes de tua vida escura,  
não sabes quais são os dentes que te devoram  
nem os cipós que te amarram à servidão.

Nos teus olhos opacos  
aprendo o que nos distingue.  
Já repartes comigo a ciência e a paciência.  
Quero contigo repartir a esperança,  
estrela vigilante em minha frente  
e em teu olhar apenas um tição  
encharcado de engano e cativoiro.

**(Thiago de Mello)**

## RESUMO

Esta tese está assentada numa perspectiva interdisciplinar de compreensão do homem amazônico e sua condição social na Amazônia, na busca de analisar em que sentido a expansão do capital na região tem interferência nas práticas sociais do trabalho e na organização econômica dos piscicultores de Benjamin Constant, no Amazonas, enfatizando as estratégias forjadas pelo trabalhador da piscicultura para se inserir no mercado de trabalho. O Estado brasileiro como agente promotor e indutor do desenvolvimento voltou sua atenção para as elites nacional e local sob a diretriz do grande capital, em detrimento das comunidades tradicionais, dos recursos naturais e do trabalho dos povos tradicionais que têm na região o seu único espaço de sobrevivência. A presença do capital na Amazônia com seu cariz explorador, ao longo do seu processo histórico, interferiu negativamente na vida dos povos tradicionais. A ineficiência de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do interior amazônico continua residual e, no caso dos trabalhadores da piscicultura, os benefícios sociais são inexistentes. O estudo, ora apresentado, elegeu como sujeitos da investigação os piscicultores da Associação dos Piscicultores de Benjamin Constant/AM, região do Alto Solimões, ouvidos sob a técnica de entrevista profunda. A pesquisa foi desenvolvida sob o aporte teórico-metodológico das ciências sociais, tendo na Sociologia, Antropologia, História e na Economia um diálogo fértil na perspectiva interdisciplinar. Dentre os múltiplos resultados constatados ficou claro o fato de que a piscicultura não tem grande impacto no orçamento das famílias, mas tem importância como renda complementar, representa a garantia das refeições e uma pequena renda extra. Ademais, é patente o fato de que sem a ação indutora do Estado a piscicultura popular sob o fluxo do trabalho do pequeno produtor, não consegue desenvolver-se para além da atividade de subsistência, chegando até o mercado de trabalho. Deve-se reconhecer, por fim, que há necessidade de implantação de uma nova racionalidade de trabalho voltada para o desenvolvimento do homem amazônico, o qual conta com a generosidade da natureza e suas potencialidades regionais. A economia solidária, neste sentido, apresenta-se como estratégia viável forjada pelos próprios trabalhadores, direcionada para o desenvolvimento da piscicultura popular, ou seja, voltada para dinamizar os empreendimentos e, por conseguinte, produzir em volume e competir no mercado, contribuindo para o empoderamento do homem amazônico.

**Palavras-chave:** Amazônia – Relações de Poder – Trabalho e Trabalhadores –Piscicultura.

## ABSTRACT

This thesis is based on an interdisciplinary perspective of the understanding of the Amazonian man and his social condition in the Amazon region, it seeks to analyze in what sense the expansion of the capital in the region has interference in the social practices of work and in the economic organization of the fish farmers of Benjamin Constant, in the state of Amazonas. It seeks to emphasize the strategies forged by the fish farmer to enter in the labor market. The Brazilian State as a promoter agent and a promoter of development has turned its attention to the national and local elites under the command of the great capital, to the detriment of the traditional communities, of the natural resources and the work of the traditional people who have in the region their only space of survival. The presence of the capital in the Amazon region with its explorer character, throughout its historical process, interfered negatively in the life of the traditional people. The inefficiency of public policies aimed to the development of the Amazonian interior remains residual and in the case of the fish farming workers, the social benefits do not exist. This study chose as subjects of the investigation the fish farmers of the Fish Farmers Association of Benjamin Constant / AM, region of Alto Solimões, heard under the technique of deep interview. The research was developed under the theoretical-methodological contribution of the social sciences, having a fertile dialogue in the interdisciplinary perspective in sociology, anthropology, history and economics. Among the many verified results, it was clear that fish farming does not have a big impact on the family budget, but it is important as a supplementary income, it represents the guarantee of meals and a small extra income. It is clear that without the inductive action of the State, the popular fish farming under the flow of work of the small producer can't develop beyond the subsistence activity, reaching the labor market. It must finally be recognized that there is a need to implement a new rationality of work aimed at the development of the Amazonian man, which counts on the generosity of nature and its regional potentialities. The solidarity economy, in this sense, is presented as a viable strategy forged by the workers themselves, directed to the development of the popular fish farming, that is, directed to encourage the ventures and, therefore, to produce in volume and to compete in the market, contributing to the empowerment of the Amazonian man.

**Keywords:** Amazon region – Power Relations – Work and Workers – Fish farming.

## RESUMEN

Esta tesis está basada en una perspectiva interdisciplinar de comprensión del hombre amazónico y su condición social en la Amazonía. Busca analizar en qué sentido la expansión del capital en la región tiene interferencia en las prácticas sociales del trabajo y en la organización económica de los piscicultores de Benjamin Constant, en Amazonas. Busca enfatizar las estrategias forjadas por el trabajador de la piscicultura para entrar en el mercado de trabajo. El Estado brasileño como agente promotor e inductor del desarrollo volcó su atención para las élites nacionales y locales bajo la directriz del gran capital, en perjuicio de las comunidades tradicionales, de los recursos naturales y del trabajo de los pueblos tradicionales que tienen en la región su único espacio de sobrevivencia. La presencia del capital en la Amazonía con su naturaleza exploradora, a lo largo de su proceso histórico, interfirió negativamente en la vida de los pueblos tradicionales. La ineficiencia de políticas públicas volcadas al desarrollo del interior amazónico continúa residual y en el caso de los trabajadores de la piscicultura, los beneficios sociales son inexistentes. Este estudio eligió como sujetos de la investigación los piscicultores de la Asociación de los Piscicultores de Benjamin Constant/AM, región del Alto Solimões, oídos bajo la técnica de entrevista profunda. La pesquisa fue desarrollada bajo el aporte teórico-metodológico de las ciencias sociales, teniendo en la sociología, antropología, historia y en la economía un diálogo fértil en la perspectiva interdisciplinar. Dentro de los múltiples resultados constatados quedó claro el hecho de que la piscicultura no tiene gran impacto en el presupuesto de las familias, sino, tiene importancia como renta complementaria, representa la garantía de las comidas diarias y una pequeña renta extra. Es evidente el hecho de que sin la acción inductora del Estado la piscicultura popular bajo el flujo del trabajo del pequeño productor, não logra desarrollarse más allá de la actividad de subsistencia, llegando hasta el mercado de trabajo. Finalmente se debe reconocer, que es necesario la implantación de una nueva racionalidad de trabajo volcada al desarrollo del hombre amazónico, quien cuenta con la generosidad de la naturaleza y sus potencialidades regionales. La economía solidaria, en este sentido, se presenta como estrategia viable forjada por los propios trabajadores, direccionada al desarrollo de la piscicultura popular, es decir, volcada para dinamizar los emprendimientos y, por consecuencia, producir en volumen y competir en el mercado, contribuyendo para el empoderamiento del hombre amazónico.

**Palabras Claves:** Amazonía – Relaciones de Poder – Trabajo y Trabajadores – Piscicultura.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Mapa do Estado do Amazonas .....	39
<b>Figura 2</b> - Municípios Brasileiros situados em áreas de tríplices fronteiras .....	51
<b>Figura 3</b> - Frente da Cidade de Benjamin Constant .....	55
<b>Figura 4</b> - Frente da Cidade de Benjamin Constant .....	55
<b>Figura 5</b> - Viveiro de Barragem.....	69
<b>Figura 6</b> -Viveiro de Tanque Escavado .....	69
<b>Figura 7</b> – Reunião com fututos piscicultores, Comunidade Guanabara I.....	73
<b>Figura 8</b> – Curso de boas práticas no manejo da piscicultura.....	73
<b>Figura 9</b> – Trabalho da despesca .....	90
<b>Figura 10</b> – Trabalho na alimentação dos peixes.....	90
<b>Figura 11</b> – Crianças na canoa.....	91
<b>Figura 12</b> - Crianças nadando .....	91
<b>Figura 13</b> - Meio de Transporte Amazônico – Canoão.....	92
<b>Figura 14</b> - Meio de Transporte Amazônico – Baleira .....	92
<b>Figura 15</b> - Aerador.....	107
<b>Figura 16</b> - Aerador em funcionamento.....	107
<b>Figura 17</b> – Açude Paiva .....	108
<b>Figura 18</b> - Açude Oliveira.....	108
<b>Figura 19</b> - Laboratório de Piscicultura .....	113
<b>Figura 20</b> - Tanque Escavado da Estação de Piscicultura.....	113
<b>Figura 21</b> - Catraia ou Canoa .....	139
<b>Figura 22</b> - Catraia ou Canoa.....	139
<b>Figura 23</b> - Balsas / Flutuantes .....	140
<b>Figura 24</b> – Balsas / Flutuantes .....	140
<b>Figura 25</b> – Cadeia Produtiva da piscicultura .....	150
<b>Figura 26</b> – Investimento Inicial .....	160
<b>Figura 27</b> - Custeios de (1) um ano de criação de tambaqui.....	163
<b>Figura 28</b> – Custos Fixo .....	164
<b>Figura 29</b> – Demanda posta ao Estado .....	199

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Piscicultores cadastrados e trabalhadores interessados na atividade .....	70
<b>Gráfico 2</b> - Renda Mensal dos piscicultores .....	76
<b>Gráfico 3</b> - Faixa Etária dos piscicultores .....	79
<b>Gráfico 4</b> - Nível de escolaridade dos piscicultores .....	85
<b>Gráfico 5</b> - Número de Filhos .....	88
<b>Gráfico 6</b> - Profissão dos piscicultores em potencial .....	151
<b>Gráfico 7</b> - Faixa Etária dos piscicultores em potencial .....	154
<b>Gráfico 8</b> - Nível de Escolaridade dos piscicultores em potencial .....	158
<b>Gráfico 9</b> - Piscicultores em Potencial .....	166
<b>Gráfico 10</b> - Grande Piscicultor .....	168
<b>Gráfico 11</b> - Pequeno Piscicultor .....	188
<b>Gráfico 12</b> - Gráfico Comparativo .....	191

## LISTA DE ABREVIATURAS

ADS – Agência de Desenvolvimento Sustentável

AFEAM – Agência de Fomento do Estado do Amazonas

BASA – Banco da Amazônia S.A

BCA – Banco de Crédito da Amazônia

BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento

CETAM – Centro de Educação Tecnológica do Amazonas

COE – Custos Operacionais Efetivos

COHAB/AM – Conjunto Habitacional do Amazonas

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CPAQ – Coordenação de Pesquisa em Aquicultura

CULT – Central Única dos Trabalhadores

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EUA – Estados Unidos da América

FIDAM – Fundo para Investimento Privado do Desenvolvimento da Amazônia

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNO – Fundo Constitucional do Norte

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFAM – Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amazonas

INC/UFAM – Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

P & D – Pesquisa e Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SDS – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas

SEPROR – Secretaria de Estado da Produção Rural

SOLICRED – Cooperativa de Crédito Rural

SPVEA – Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia

SRTE/AM – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Amazonas

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDEPE – Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UNITRABALHO – Fundação Interuniversitária de Estudo Sobre Trabalho

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>1 A AMAZÔNIA E SEUS PROCESSOS ECONÔMICO-SOCIAIS .....</b>	<b>23</b>
1.1 Os grandes projetos desenvolvimentistas e as relações de poder na Amazônia .....	23
1.2 Sobrevoos etnográfico sobre Benjamin Constant .....	37
1.3 Benjamin Constant: uma realidade fronteiriça .....	49
<b>2 O HOMEM AMAZÔNICO, A SOBREVIVÊNCIA E O TRABALHO NOS RIOS.....</b>	<b>67</b>
2.1 Piscicultores quem somos? .....	67
2.2 Os viveiros como lugar de trabalho .....	91
2.3 Expropriação dos piscicultores de Benjamin Constant .....	110
<b>3 O PISCICULTOR, O MERCADO E AS RELAÇÕES DE PODER.....</b>	<b>125</b>
3.1 A fronteira como lugar da alteridade .....	125
3.2 O comércio rentável para os grandes piscicultores .....	147
3.3 As dificuldades encontradas pelo pequeno piscicultor para a comercialização do produto .....	171
<b>4 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES DA PISCICULTURA ....</b>	<b>194</b>
4.1 A organização da piscicultura e a falta de pesquisa para o setor .....	194
4.2 Os obstáculos e impasses na cadeia produtiva da piscicultura .....	208
4.3 A possível reinvenção dos piscicultores através da economia solidária .....	218
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>234</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>238</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>256</b>

## INTRODUÇÃO

A Amazônia não se tornou uma região atrasada e subdesenvolvida em razão de nenhum tipo de fatalidade. Nosso atraso é algo que tem sido produzido por forças e razões de possível identificação ao longo da história passada e presente. Existe portanto uma produção do atraso, como existe um investimento sistemático e permanente na manutenção e crescimento das desigualdades.

(Renan Freitas Pinto)

Este estudo assume o propósito de perceber em que sentido a expansão do capital na Amazônia tem interferência nas práticas sociais do trabalho e na organização econômica de Benjamin Constant, procurando dar visibilidade à constituição da piscicultura e sua comercialização nesta cidade, com ênfase nas estratégias forjadas pelo pequeno produtor piscícola para se inserir neste ramo de trabalho.

Busca-se problematizar a piscicultura como um empreendimento econômico elitizado que exclui o homem amazônico deste processo, sendo, pois, necessário que ele se organize no âmbito da economia solidária para enfrentar o mercado de concorrência e competitividade.

A motivação para a escolha deste tema teve origem na experiência profissional no Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas, na cidade de Benjamin Constant, região do Alto Solimões, no cargo de docente exercido desde 2009. Nas visitas à feira e ao mercado de Benjamin Constant foi possível perceber e observar a dinâmica e a precariedade do trabalho dos agricultores, dos pescadores e dos piscicultores, somados à relação desfavorável que enfrentam na comercialização de seus produtos auferindo poucos recursos.

Essa percepção foi decisiva para a orientação de uma pesquisa de iniciação científica, voltada para investigar os entraves da cadeia produtiva da piscicultura que impactavam e contribuíam para a baixa produtividade da maioria dos produtores. A grande questão, no entanto, está associada ao fato de que, embora o pequeno produtor detenha o conhecimento e a técnica da produção da piscicultura, além dos recursos naturais favoráveis, evidente é a falta de políticas públicas efetivas e capital de giro para administrar com êxito o seu empreendimento, restando a este recorrer à modalidade de trabalho da economia solidária para “tocar” o seu negócio no âmbito da sobrevivência.

Não obstante, cabe ao médio e grande empresário o desenvolvimento da piscicultura em escala comercial. Com relação a isso, pesquisas mais recentes sobre a Amazônia, em escalas diferentes, como Torres (2005), Silva (2012), Pinto (2008), Castro (2009), Oliveira (2009),

Loureiro (2009) têm buscado compreender a Amazônia a partir das relações de poder que engendraram preconceitos e estereótipos em relação a ela, procurando compreendê-la no processo de expansão do capital travejado pelos grandes projetos amazônicos que colocam em curso processos econômicos perversos que excluem os povos tradicionais.

Tais estudos têm contribuído para o entendimento dos fenômenos decorrentes da inserção da Amazônia na dinâmica seletiva e pontual da lógica reticular do processo de globalização, juntamente com as políticas públicas de desenvolvimento regional promovidas pelo governo brasileiro.

O objeto desta pesquisa concentra-se na reflexão sobre a Amazônia a partir da compreensão das ciências sociais, que buscam explicar a região, tomando como ponto de referência o homem amazônico e sua relação com o ambiente natural entrelaçado ao seu modo de vida. Este é, pois, um espaço regionalizado que não se desconecta do global, permeado por contrastes e por processos socioculturais de largo alcance e que interferem no modo de vida e nas práticas sociais dos povos tradicionais. “A sociodiversidade abre um veio de múltiplas interpretações centradas no núcleo homem/natureza/sociedade, cujas indagações são inesgotáveis como fonte de conhecimento” (TORRES, 2005, p. 18).

Na construção do pensamento amazônico prevaleceu a visão de fora, aquela que trata a Amazônia como uma região atrasada culturalmente e subdesenvolvida economicamente, ou seja, um pensamento dominante que foi construído durante o processo histórico motivado, principalmente, por interesses econômicos das nações europeias. De acordo com Pinto (2008, p. 31), “existe, portanto uma produção do atraso, como existe um investimento sistemático e permanente na manutenção e crescimento das desigualdades”.

Torres (2005) assegura que as matrizes teóricas sobre a Amazônia são matizadas por construções eurocêntricas e estereotipadas que legaram à ela uma imagem turva. Para esta autora, “interpretações específicas e particularizadas, diversas e plurais, fictícias e metaforizadas, compõem o quadro de uma região inventada ou recriada” (IBIDEM, p. 18).

Equívoco pensar que os estereótipos e caricaturas sobre a Amazônia limitam-se ao passado, as faces do preconceito e dos conceitos errôneos se fazem presentes com nova modelagem, que Loureiro (2009) denomina de mitos do capital. As distorções e os equívocos aparecem com frequência nas políticas públicas do Governo Federal para a região, uma vez que o Estado brasileiro compreende a Amazônia como um sistema natural homogêneo, ignorando a sua biodiversidade. Nessa linha de atuação, o poder público trata o povo amazônida de forma preconceituosa, na medida em que considera como primitiva a cultura dos povos tradicionais,

julgando-os inferior, e, com isso, não acrescentando valor ao processo de desenvolvimento da região.

Outro equívoco diz respeito ao processo de modernização desencadeado a partir dos anos de 1970, cuja finalidade consistia na inserção da região no mercado exportador. Conforme Loureiro (2009), o processo de modernização transformou a região em uma mera fornecedora de matéria prima de madeira, minérios, pecuária, soja, e outros recursos naturais em *commodities*.

Essa política de incentivos fiscais consistiu na estratégia de atrair capital internacional para a Amazônia por meio dos grandes conglomerados econômicos que visavam explorar suas potencialidades minerais, hidrológicas, madeireiras, entre outras, uma oportunidade privilegiada para implantação de grandes empreendimentos. Para Loureiro (2009, p. 105), “o modelo econômico posto em ação na região durante o século XX tem ignorado e menosprezado a diversidade dos inúmeros ecossistemas amazônicos”.

A intervenção do Estado autoritário tem adotado um modelo de desenvolvimento cuja estratégia voltou-se para facilitar a rápida acumulação do capital das classes empresariais que enriqueceram através de transferências de recursos públicos não aplicados em outros setores da sociedade, com ações que viessem de fato beneficiar o coletivo, principalmente os povos tradicionais. O modelo de desenvolvimento implementado na Amazônia, mais uma vez trata a região como objeto de cobiça, envolvendo interesses econômicos e principalmente geopolíticos.

No passado, as políticas do Governo militar favoreceram o grande capital nacional e internacional, com quem se aliou para promover o Golpe de 64. No *slogan* “integrar para não entregar”, o governo militar defendia uma nova modalidade de ocupação para a Amazônia repleta de contradições, desconsiderando que a região encontrava-se povoada por dezenas de tribos camponesas e indígenas, estes os quais ainda que dispersos, habitavam a região anterior ao processo de colonização iniciado no século XVIII.

A política desenvolvimentista foi denominada por Oliveira (2009, p. 83) de reconquista, uma vez que parte do mesmo pressuposto do descobrimento, ou seja, “o conquistador por essa lógica, se arvora de todos os direitos: o que descobre é seu, ele lhe dá os nomes, o conforma e é sujeito da descoberta, pois revela o que não existia”. Em outras palavras, o processo de modernização da Amazônia foi uma nova conquista, pois que não difere da conquista original, mudaram apenas os mecanismos de dominação e exploração, porém, os objetivos continuaram os mesmos.

A expansão do capital na Amazônia tem interferido no modo de vida e nas relações de produção do homem amazônico, principalmente a partir da inserção dos grandes projetos resultantes das políticas desenvolvimentistas dirigidos à região, como: Carajás, Transamazônica, Zona Franca de Manaus, Tucuruí, hidrelétrica de Balbina, Paranapanema, Pitinga, Gasoduto Coari/Manaus, dentre outros, que são ilustrativos do lastro do capital na região como um modelo de acumulação em que o capital se apropria dos recursos naturais disponíveis com custos mínimos para o sistema.

O modelo tradicional de uso dos recursos naturais construído em uma relação de afetividade entre o homem amazônico e a natureza, vem sendo substituído por um sistema econômico de exploração pautado na usurpação de divisas. Trata-se de um sistema econômico que explora intensamente os recursos naturais com ameaça à estabilidade ecológica, afetando os povos tradicionais que são explorados e espoliados pelo grande capital.

Para Almeida (2014, p. 106), “a repetida invocação de modernidade e progresso parece justificar que os agentes sociais atingidos pelos grandes projetos sejam menosprezados”. É neste contexto que nasce a piscicultura no município de Benjamin Constant, em decorrência da escassez dos estoques pesqueiros naturais existentes no rio Solimões, lagos e igarapés próximos, além do aumento do preço do peixe, sobretudo no mercado colombiano.

Benjamin Constant aderiu à proposta de piscicultura em 2001, e muitas famílias passaram a vislumbrar nela uma possibilidade de obtenção de emprego e renda, tendo em vista que esta atividade se apresenta como alternativa técnica e economicamente viável para a produção de alimento proteico no curto espaço de tempo.

Atualmente, como 256 hectares de espelho d’água para a criação de peixes, distribuídos entre 138 produtores cadastrados, o município de Benjamin Constant possui também uma estação de piscicultura construída com o incentivo do Governo Federal e Estadual, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM), Secretaria de Estado da Produção Rural (SEPROR), em parceria com a Prefeitura local.

Apesar de ser a segunda região do Estado que possui maior quantidade de hectares destinados à criação de peixe em cativeiro, por conta das condições naturais que favorecem o desenvolvimento da piscicultura, esta atividade, ainda não está consolidada em Benjamin Constant.

Esta pesquisa assume o aporte teórico-metodológico das abordagens qualitativas, sem exclusão dos aspectos quantitativos, estabelecendo com a Sociologia, Antropologia, História, Geografia e Economia um diálogo fértil na perspectiva interdisciplinar. O *locus* da pesquisa concentrou-se na Associação dos Piscicultores de Benjamin Constant/AM, região do Alto

Solimões, elegendo uma amostra de 05 piscicultores associados. Nesse prisma, destaca-se que foram ouvidos ainda, o Presidente da Associação dos Piscicultores, o Secretário de Produção da Prefeitura de Benjamin Constant, 03 (três) estudiosos sobre o tema da Universidade Federal do Amazonas, 02 (dois) representantes da Diocese do Alto Solimões, 01 (um) representante do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM), 01 (um) representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Produção Rural (SEPROR).

A técnica utilizada para coligir os dados de campo delineou-se por meio da entrevista profunda, com uso de um gravador devidamente autorizado pelos sujeitos, que de forma livre, responderam as indagações e discorreram sobre os assuntos requeridos. A entrevista profunda, com base em Bourdieu (2007), permitiu ouvir diversas vezes o mesmo sujeito, buscando sempre acrescentar novos dados à pesquisa. Os registros em diário de campo também foram fundamentais, na medida em que foi possível transformá-los em preciosas informações para a presente pesquisa.

De forma tal, o trabalho segue estruturado em quatro seções que se entrelaçam em uma tessitura de discussão interdisciplinar. Nessa linha, a primeira seção traz a discussão acerca do processo de inserção da Amazônia na economia globalizada, reproduzido em um modelo econômico perverso e desigual, favorecendo o grande capital, que se beneficiou com a exploração dos recursos naturais da região, transformando a Amazônia em uma agência exportadora de produtos semielaborados e *in natura*.

Traz ainda nesta seção, uma etnografia sobre Benjamin Constant, privilegiando a análise da formação social do seu povo, seu modo de vida, organização do trabalho, as relações sociais e econômicas estabelecidas com países limítrofes e suas conexões com o processo de formação social da Amazônia.

A segunda seção versa sobre os trabalhadores da piscicultura, procurando mostrar como o trabalho piscícola tem forte relação com os elementos da natureza, terra, água e floresta. Analisa a piscicultura como uma atividade que exclui o pequeno produtor que produz somente para a subsistência como alternativa de renda complementar.

A terceira seção discute o comércio piscícola em condições favoráveis para o grande e médio produtor da piscicultura, garantindo a produção e o abastecimento do mercado de Benjamin Constant, Atalaia do Norte e Tabatinga, além de parte do mercado de Letícia, na Colômbia; produtores que detém o monopólio do mercado da piscicultura nesta região.

A quarta seção assenta-se em uma discussão sobre as possíveis alternativas para se desenvolver a piscicultura em Benjamin Constant na perspectiva de um novo projeto social,

consignado na economia solidária, uma modalidade de trabalho que requer ousadia, criatividade e esperança das classes trabalhadoras na busca de reinventar o trabalho, utilizando como estratégias as práticas organizativas e atividades locais articuladas com movimentos sociais e de estratégias políticas mais amplas.

E, nas considerações finais apresentam-se os principais resultados obtidos com a pesquisa junto aos trabalhadores da piscicultura no interior amazônico. Destarte, o instrumento ora apresentado, assume fundamental importância à organização dos piscicultores de Benjamin Constant, que poderá dispor deste diagnóstico como ferramenta para a reivindicação de políticas públicas locais no âmbito da piscicultura, bem como ao próprio poder público, especialmente o Estado, com vistas a redimensionar suas ações à piscicultura.

# 1 A AMAZÔNIA E SEUS PROCESSOS ECONÔMICO-SOCIAIS

As estratégias governamentais e empresariais voltadas para a Amazônia, no Brasil, revelam o aumento do interesse pela exploração dos recursos naturais da região para além de suas fronteiras políticas.

(Edna Castro)

## 1.1 Os grandes projetos desenvolvimentistas e as relações de poder na Amazônia

A história da Amazônia é marcada por uma sucessão de equívocos que vem se estendendo desde a colonização e persistem no tempo contemporâneo. Nesse processo, a racionalização do projeto de colonização e das forças de mercado transformaram a região em um lugar de exploração econômica, travejada pela disputa de poderes político, econômico e religioso. Nessa concorrência, propagou-se uma ideia de Amazônia como um vasto território detentor de riquezas naturais imprescindíveis à acumulação de capital.

O processo de conquista e de colonização revelam diferentes interpretações da Amazônia, sobressaindo um pensamento exógeno que ignorou os valores socioculturais dos habitantes locais, de forma que dificultou a construção de um pensamento social independente e autônomo com base no protagonismo de homens e mulheres da Amazônia.

Para Torres (2005, p. 18), “as matrizes teóricas sobre a região são matizadas pelo estereótipo europeu”, uma visão deturpada e turva da realidade que serviu como justificativa para a conquista e posse dos territórios amazônicos. Esse pensamento foi construído com bases em preconceito e rótulos responsáveis por tecer a crença de que a Amazônia é uma região atrasada nos aspectos sociais e subdesenvolvida economicamente.

De acordo com Pinto (2008, p. 31), o pensamento sobre a Amazônia foi “produzido por forças e razões de possível identificação ao longo da história passada e presente”. Isto posto, é possível afirmar que a formação social da Amazônia é uma construção do pensamento europeu dominante e preconceituoso assentado em categorias dicotômicas do tipo atrasados/desenvolvidos, centro/periferia, entre outros, usado como estratégia para expandir os seus domínios no Novo Mundo.

Sobre essa situação Loureiro (2009, p. 21) acrescenta que “apesar de atuarem articulados com os contextos regional, nacional e internacional, cada um deles pode ser

identificado, individualizado e analisado em sua dinâmica específica, embora em certos momentos um ou outro ganhe maior intensidade e visibilidade que os demais”.

É fato que o interesse pela Amazônia antecede o processo de conquista da região conforme o Tratado de Tordesilhas de 1494, mas foi a partir do século XVII que as expedições de viajantes<sup>1</sup> e naturalistas<sup>2</sup> a tomaram como objeto de estudo para fins de coleta de espécimes e outras riquezas naturais.

O processo de formação social da Amazônia é construído em vários momentos de sua história, iniciando com a exploração das drogas do sertão e posteriormente o seu cultivo. Neste contexto, Portugal e Espanha, na época Coroa Ibérica, voltaram suas atenções para a posse e conquista dos territórios amazônicos e suas estratégias se intensificaram à proporção que perceberam o interesse de outras nações europeias pelos produtos da região, produtos estes, altamente valorizados no mercado mundial<sup>3</sup>.

O capital como forma de relação de exploração esteve presente na Amazônia desde a época das atividades extrativas das drogas do sertão. Com o passar do tempo as trocas deram lugar ao papel moeda nas transações comerciais, anunciando a presença efetiva do sistema capitalista e suas relações de exploração na Amazônia. Sob os nexos do capitalismo de Estado, o capital internacional e associado se firmaram na região a partir da década de 1960 com a instalação dos grandes projetos de desenvolvimento regional.

Após o amargo insucesso do chamado segundo Ciclo da Borracha, conhecido como Batalha da Borracha (1942-1945), implementado durante a Segunda Guerra Mundial com o objetivo de servir aos aliados, a Amazônia volta ao debate nacional com a implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas. Constitui marco deste período a criação da Fundação Brasil Central (1944), a inserção de um Programa de Desenvolvimento para a Amazônia na Constituição de 1946 e posteriormente a criação da Superintendência de Valorização

---

<sup>1</sup> A visão de Amazônia para os viajantes dos Séculos XVII era de paraíso natural, fonte inesgotável de recursos, propícia a atender os interesses mercantilistas da época. Trata-se da disseminação da visão eurocêntrica sobre a região. Os expedicionários tratavam a Amazônia como uma região binária que detinha uma natureza rica com recursos naturais abundantes, o paraíso das delícias, configuradas no edenismo, mas também, um vasto território ameaçador e hostil, propagador das doenças tropicais, configuradas no infernismo. Caracterizaram o nativo como preguiçoso, indolente, ocioso, desleixado, apático e passivo.

<sup>2</sup> Os naturalistas realizaram vários estudos nas novas terras e contribuíram com o mapeamento de várias espécies da fauna e da flora. Apesar do reconhecimento da existência de um vasto conhecimento dos indígenas com relação à natureza e seus ciclos e das técnicas adequadas à exploração dos recursos naturais, interpretaram os habitantes da região de forma preconceituosa caracterizando-os como seres inferiores que passam a vida sem pensar, que envelhecem sem superar a fase da infância. Construíram uma visão biologizada e ocidentalizada da ciência sobre a Amazônia.

<sup>3</sup> Inicia-se também o processo de colonização da região, tendo como marco a fundação do Forte do Presépio na baía de Guajará. Por intermédio da ação dos missionários e da ocupação militar acelera-se a política de povoamento da Amazônia.

Econômica da Amazônia (SPVEA), órgão concebido para ser um sistema de serviços e obras públicas incumbido de desenvolver a produção agrícola, mineral e industrial e elevar as condições socioeconômicas da sociedade local.

O início do processo de ocupação da Amazônia na perspectiva do planejamento governamental proposto pelo Estado brasileiro se concretizou na segunda metade do século XX, fruto de políticas intervencionistas do Governo Militar. As características marcantes desse período são: a formação do aparelho do Estado, sua crescente intervenção na economia e nas questões territoriais, além da maciça entrada do capital estrangeiro como principal mecanismo de modernização do país e de suas regiões consideradas periféricas e subdesenvolvidas<sup>4</sup>, incluindo, neste caso a Amazônia.

Desse modo, o desenvolvimento da região só seria viável se ocorresse uma montagem de um aparato industrial orientado pela ação do Estado e com fortes investimentos de capital externo. O modelo econômico adotado pelo Governo brasileiro baseou-se na Teoria do Desenvolvimento, de Willian Arthur Lewis, que buscava explicar as causas da pobreza dos chamados países do Terceiro Mundo.

O pressuposto dessa teoria advogava que as economias pré-industrializadas não alcançavam seu pleno desenvolvimento devido a escassez de capital. Esses países necessitavam de poupança para investir em capital, o que tiraria os trabalhadores do setor tradicional, uma vez que sua produtividade tendia a zero. Levando-os para o setor capitalista elevaria sua produtividade e, por conseguinte, aumentaria o produto da economia e promoveria o bem-estar econômico de todos.

Na realidade essa teoria foi utilizada pelos agentes do capitalismo como forma de expandir seu domínio e reproduzir o capital acumulado, tendo em vista que a economia mundial estava constituída sob a hegemonia de poderosos grupos econômicos e forças imperialistas. As ações desse modelo, aplicado, sobretudo na América Latina, levaram à ostensiva concentração de renda, exclusão das classes trabalhadoras e dependência das economias periféricas junto aos países centrais, elevando ainda mais o fosso entre esses países.

O Brasil adotou esse modelo com vistas à promoção do seu desenvolvimento e também como estratégia para se inserir no grupo dos países industrializados, ainda que fosse um desenvolvimento condicionado à transferência de capitais internacionais. De fato, o capital estrangeiro fortaleceu a industrialização do Brasil, mas acirrou enormemente as desigualdades

---

<sup>4</sup> Categorias atribuídas aos países com economia no estágio da pré-industrialização com baixa expressão em termos do desdobramento de seu aparelho produtivo, em decorrência de sua incipiente industrialização. Refere-se principalmente às economias dos países latino-americanos.

entre as classes sociais do país, crescente nível de endividamento, além de problemas relacionados à inflação. De acordo com Loureiro (2014, p. 69):

Alertavam os estudiosos da dependência para o fato de que, apesar de promover a acumulação do capital e de ampliar a estrutura produtiva, a industrialização dos países dependentes, quando feita à custa dos recursos externos, propiciava a formação de sistemas sociais excludentes das massas trabalhadoras, aumentando as desigualdades sociais. Apontavam as limitações para a incorporação desses segmentos como consumidores reais, ao contrário do que ocorreu nos países desenvolvidos, onde as classes dominantes não os alijaram.

O discurso do Governo brasileiro suscita a preocupação em desenvolver economicamente a região, principalmente pelo fato de a estagnação socioeconômica ter assolado a região desde o declínio da atividade da borracha sem que houvesse alternativas para alavancar a economia regional. Essas questões, no entanto, não saíram da base do discurso, com poucas ações concretas correspondentes.

As ações que produziram impacto na região só ocorreriam mais tarde no Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), através da implantação das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, interligando as regiões da Amazônia de difícil acesso à nova capital Brasília e diversas regiões do Brasil. Abria-se uma nova fase na história da Amazônia, somada à criação do Banco de Crédito da Amazônia, ações que visavam dar maior dinamicidade à economia regional.

A economia brasileira abre suas portas para a entrada do capital internacional, intensificado durante a Ditadura Militar, momento em que o Estado assume o papel de dinamizador e regulador da economia. A Amazônia não poderia permanecer isolada da economia nacional, tendo em vista a sua extensão territorial e a abundância de recursos naturais, o que tornava alvo de interesses de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais ávidas pela expansão de seu capital na região.

Os resultados dessa política vão influenciar o processo de migração para a Amazônia, conforme expõem Becker e Stenner (2008, p. 23), dizendo que “acentuou-se a migração que já se efetuava em direção à Amazônia, crescendo a população regional de 1 para 5 milhões entre 1950-60, e de modo acelerado a partir de então”, modificando profundamente a economia da região, além de provocar mudanças no modo de vida dos povos tradicionais da Amazônia.

É nesse contexto que aparecem as primeiras iniciativas para a transformação da Amazônia em uma economia de capitais transnacionais e multinacionais. O Governo Militar

por meio da Operação Amazônia deflagrou uma estratégia de desenvolvimento regional, com amparo na Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966.

Tal instrumento trazia em seu artigo 4º a futura política regional nos seguintes termos: estabelecer polos de desenvolvimento, estimular a imigração, fomentar incentivos ao capital privado, desenvolver a infraestrutura e incentivar pesquisa do potencial de recursos naturais em toda a região, bem como propiciar a fixação de grupos humanos especialmente nas áreas de fronteira, de modo a torná-los estáveis e autossuficientes.

Soma-se a isso, que a Lei nº 5.174/66 garantia às empresas privadas de interesse para desenvolvimento da Amazônia a isenção de até 100% de Imposto de Renda devido até 1982, assim como a isenção dos impostos sobre exportação de produtos regionais e de importação de maquinarias e equipamentos<sup>5</sup>.

De acordo com Loureiro (2014, p. 75):

O Golpe/64 e o Governo Militar intensificam e aceleram as linhas de programa governamental voltado para a Amazônia. [...] a “Operação Amazônia” (1966/67) deflagra o processo de ocupação da Amazônia pela burguesia nacional e pelo capital internacional. E, para sua viabilidade, são gestadas formas autoritárias de administração da sociedade civil, que passa ser rigidamente controlada pelo Estado.

O planejamento regional do governo autoritário fundamentou-se em dois vetores distintos que, apesar de diferentes, estavam entrelaçados por interesses econômicos e geopolíticos. O vetor econômico tinha como estratégia dinamizar a economia da região através da industrialização e da inserção econômica da Amazônia no mercado exportador.

Por outro lado, o vetor geopolítico buscava manter a soberania do país, o que levou à adoção de políticas de migração inter-regional por meio de assentamentos permanentes nas áreas de fronteira, tendo como justificativa a integração nacional fortemente divulgada por meio do *slogan* “integrar para não entregar”.

Tratava-se de uma política de integração da Amazônia, não somente ao plano nacional, mas também no internacional, tendo no centro do sistema a ação do Estado. Para Torres (2004), a integração nacional defendida pelo governo autoritário estava atrelada aos interesses internacionais que inevitavelmente passava pela construção dos grandes projetos.

---

<sup>5</sup> Sobre este assunto sugere-se a leitura de Dennis J. Mahar intitulado: Desenvolvimento Econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais. IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1978.

A integração nacional propugnada pelo Regime Militar do Pós-64 estava associada aos acordos internacionais para a instalação dos chamados grandes projetos da Amazônia como: Tucuruí, Carajás, Albrás, Alunorte, Ford, Icomi, Transamazônica, Zona Franca de Manaus e outros gestados pelo grande capital internacional (TORRES, 2004, p. 09).

Na concepção de Martins (1980), as políticas implantadas pelo Estado autoritário foram inadequadas para a realidade da região, principalmente por desconsiderar os aspectos socioculturais e priorizar o aspecto econômico. Isso transformou a ocupação da Amazônia em ciclos de contingências econômicas históricas e politicamente emergentes, de modo que beneficiou a expansão do capital na região, aumentando suas taxas de lucros e usurpando os recursos naturais, além de explorar a mão de obra e expropriar os trabalhadores amazônicos.

A Região Amazônica já foi ocupada segundo critérios e as circunstâncias em que essa ocupação se deu. O que temos agora é a aplicação de outro modelo de ocupação, que pretende anular e revogar os modelos anteriores. De certo modo, o que se pretende é o impossível: consertar os supostos erros da história. Por isso, não estamos diante de um processo de ocupação da Amazônia; estamos, na verdade, diante de uma verdadeira invasão da Amazônia, em que os chamados pioneiros não raro se comportam, antes os pioneiros ocupantes, como autênticos invasores - devastando, expulsando, violando direitos e princípios (MARTINS, 1980, p. 69).

O atual processo de ocupação da Amazônia é uma reconquista que une interesses econômicos e geopolíticos das elites nacionais e internacionais com a anuência do Estado. Só mudaram os mecanismos de dominação, mas os objetivos continuaram os mesmos, nada diferem daqueles do período da conquista original, daí a denominação de reconquista, que se traduz em extrair da Amazônia os recursos naturais e transformá-los em lucro e acúmulo de capital.

É o que expõe Oliveira (1994, p. 04) ao sinalizar para o fato de que se pode remontar essa reconquista ao pensamento geopolítico brasileiro, basicamente em sua vertente militar:

Gradativamente a Amazônia vai ganhando importância como uma área a ser defendida, o que só seria politicamente viável a partir de um forte entrelaçamento entre os interessados na área e o Estado brasileiro; traduzindo, era preciso que valesse a pena defender a soberania brasileira sobre o território.

O Governo Militar passou a priorizar a ocupação da Amazônia a fim de responder a problemas sociais que eclodiam em outras regiões do país, como por exemplo, a fome no Nordeste que vinha gerando tensões sociais, problemas fundiários, que emergiam no centro sul

do país e a ocupação de suas áreas de fronteira. Essa situação, conforme Becker e Stenner (2008, p. 23):

É percebida como solução para as tensões sociais internas decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e Sudeste, pela modernização da agricultura. Sua ocupação também foi percebida como prioritária em face da possibilidade de se desenvolverem focos revolucionários. Em nível continental: a migração nos países vizinhos para a suas respectivas Amazôniaas que, pela dimensão desses países, localizam-se muito mais próximo dos seus centros vitais, e a construção da Carretera Boliviana Marginal *de la Selva*, artéria longitudinal que se estende pela face do Pacífico na América do Sul, significando a possibilidade de vir capturar a Amazônia Continental para a órbita do Caribe e do Pacífico, reduzindo a influência do Brasil no coração do Continente. Em nível internacional, vale lembrar a proposta do Instituto Hudson, de transformar a Amazônia num grande lago para facilitar a circulação e a exploração de recursos, o que certamente não interessava ao Brasil.

A eficiência do planejamento governamental no que diz respeito à rápida ocupação regional dependia da eficiência das instituições. Por meio do Decreto-Lei nº 288/67 a Zona Franca de Manaus foi implementada. O objetivo com esse feito, era criar um centro comercial, industrial e agrícola em Manaus através de incentivos fiscais que servissem de polo de desenvolvimento para a Amazônia Ocidental.

A Zona Franca é, pois uma área de livre comércio e aduaneira dotada de infraestrutura instalada para a organização do processo de trabalho industrial na etapa final da produção. Consiste na fase de montagem de produtos, sobretudo de eletroeletrônicos para abastecer os mercados interno e exportador. Vale ressaltar, que os modelos de zonas francas foram criados com a finalidade de propelar a economia dos países com baixo desenvolvimento, isto é, aqueles localizados na periferia do capitalismo.

De acordo com Silva (2013), a criação da Zona Franca de Manaus é resultado de um conjunto de ações do Estado autoritário implementadas a partir de 1964. “A tarefa de montagem de um esquema global de desenvolvimento da Amazônia envolveu a reformulação de mecanismos anteriormente criados e agora avaliados como inadequados” (IBIDEM, 2013, p. 20). Cria-se um novo esquema assentado no tripé: Banco da Amazônia S.A (BASA), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Zona Franca de Manaus.

O Banco de Crédito da Amazônia (BCA) deu lugar ao Banco da Amazônia S.A (BASA) que passou a funcionar como autêntico banco de desenvolvimento regional. Nos anos de 1966, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) foi substituída pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) com a

finalidade de gerenciar os incentivos fiscais destinados à região. E, por fim, a criação do Fundo para Investimento Privado do Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM) o que completaria o sistema: SUDAM-FIDAM-BASA. Kowarick (1995, p. 28) explica como o Estado, através de suas instituições viabilizou a expansão do capital na região, a saber:

A SUDAM carrega recursos financeiros oriundo basicamente de, no mínimo, 2% da Renda Tributária da União e 3% da Renda Tributária dos Estados, territórios e municípios da Amazônia, de auxílios, subvenções, contribuições e doações de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras; da contratação de empréstimos no país ou no exterior, dando como garantia seus próprios recursos, com total isenção de taxas e impostos federais. O FIDAM carrega recursos da renda tributária da União; dos depósitos provenientes da Lei de Incentivos Fiscais em favor da Amazônia; das dotações do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, entre outros. E o BASA tornou-se o grande banco depositário e administrador financeiro desses recursos. Estava criado, portanto, o aparato estatal para viabilizar, durante todo o período do regime militar, a expansão capitalista na Amazônia.

Para o Estado autoritário a criação da Zona Franca de Manaus fazia-se necessária para justificar a ocupação da Amazônia, uma vasta uma região despovoada que precisava ser dotada de condições propícias para a vida dos habitantes, com o implemento de infraestrutura capaz de atarir mão de obra e capital nacional e estrangeiro, fatores estes, vistos como imprescindíveis para a dinamização das forças produtivas locais.

Torres (2005, p. 141) chama a atenção para o fato de que:

Esse modelo de isenção de impostos e incentivos fiscais às empresas transnacionais significou, como diretriz do poder público, a internacionalização da economia ancorada no discurso do desenvolvimento regional e na melhoria de condições de vida às populações locais, o que revelaria uma falácia ao longo da sua história.

A eficiência desse sistema garantiria a exploração dos recursos da Amazônia, principalmente os minerais, pois as multinacionais já tinham conhecimento e até estabelecido acordos entre o Governo Militar e os monopólios capitalistas para a sua exploração. Os grandes projetos de desenvolvimento surgem na Amazônia em um contexto em que a economia mundial vivia o momento da consolidação dos grandes monopólios capitalistas internacionais denominados multinacionais.

A internacionalização da economia ocorre após a Segunda Guerra Mundial, rompendo com o modelo antigo que dividia o mundo da economia entre países desenvolvidos produtores de bens manufaturados e países subdesenvolvidos produtores de matéria prima. Ou seja, estava

diante da nova ordem internacional monopolista, desencadeada principalmente pela valorização do capital e aumento da concorrência entre países. Chesnais (1996, p. 17), assinala que a mundialização do capital “traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta globais”.

A nova ordem do capitalismo monopolista internacional pressupõe a descentralização de suas atividades, instalações e sua difusão para o resto do mundo. Tratava-se de deslocar o capital para diversas partes do mundo, lançando suas bases em diversos países, sejam pobres ou ricos, tornando-o mundializado. Sobre o assunto, a ideia de Marx (1989, p. 256) era que “se o capital é enviado para o exterior, isso não se faz pelo fato de que esse capital não possa ser aplicado no país de origem, mas porque esse capital pode ser aplicado com maior margem de lucro em um país estrangeiro”.

As políticas integracionistas de segurança nacional para a Amazônia do Governo Militar pretendiam claramente inserir a região ao resto do país, ou seja, no âmbito nacional visava contribuir para o equilíbrio das contas externas do Brasil através das exportações das riquezas da região. Para tanto, o Governo precisava utilizar os discursos de segurança, desenvolvimento e integração nacional.

Nesse contexto são implantados a Zona Franca de Manaus, os projetos pecuários, agroindustriais e mineralógicos, financiados pelo capital estrangeiro comandado pelas multinacionais, enquanto que o Estado atuava como agente de desenvolvimento da Amazônia responsável por favorecer a integração nacional, promover a segurança interna, a defesa nacional, além de integrar a Amazônia como parte importante do desenvolvimento do Estado brasileiro.

A implantação dos grandes projetos insere a Amazônia no processo de globalização econômica e seus impactos têm reflexos de ordens sociais, ambientais, políticos e econômicos, muitos deles, revelando-se de forma negativa e com danos irreversíveis, induzindo uma dinâmica populacional antes nunca experimentada, apesar das diversas tentativas.

De acordo com Silva (2013, p. 12), a globalização se processa na Amazônia produzindo profundas marcas na territorialidade da região, a saber:

No nível da internacionalização da economia, a Amazônia recebeu, entre os anos de 70 e 80, uma concentração de esforços para o desenvolvimento capitalista, mediante o alcance geográfico da industrialização de ponta, da transformação das atividades de subsistência em agroindústria, da intensificação do extrativismo mineral e madeireiro, na criação de

infraestrutura de transportes e comunicação comprometidos com a expansão do capitalismo na região. A magnitude dessas operações, concatenadas com as necessidades de ajuste da economia internacional, criou zonas de enclave para onde se transplantaram modos de organização da produção e da circulação de mercadorias, compatíveis técnica e socialmente com a nova divisão do trabalho com as relações de mercado mundiais. A autonomização dessas estruturas e processos, livres dos entraves institucionais e locais, liberou forças transnacionais para articulações econômicas descentralizadas, desterritorializadas, reterritorializada e comandadas a distância.

O processo de inserção da Amazônia na economia globalizada reproduziu um modelo econômico perverso e desigual colocando os povos tradicionais como reféns desse modelo. Ademais, os povos amazônicos sofrem com a ausência de políticas públicas eficientes e eficazes. O Estado brasileiro como agente promotor e indutor do desenvolvimento beneficiou as elites nacional e local, assim como o grande capital. Já em relação às comunidades tradicionais foi inábil, excluiu os povos tradicionais da riqueza, restando a estes a luta pela sobrevivência junto aos recursos naturais.

Não se deve esquecer o fato de que o Governo Federal criou uma multiplicidade de mecanismos de incentivos fiscais, tanto ao capital quanto para a produção, numa tentativa de atrair o capital privado, com a finalidade de gerar renda, trabalho e aportar tecnologias. A ideia era diminuir as desigualdades regionais em termos de renda.

Não obstante, o que se percebe é que no decorrer de 40 anos de projeto a realidade expressa grandes desigualdades, as quais se refletem no Produto Interno Bruto (PIB) da região e a renda que caminham de forma assimétrica. Um economista da Universidade Federal do Amazonas, ouvido neste estudo, chama a atenção para o seguinte fato:

Passados mais de 40 anos da implantação da SUDAM e SUFRAMA, resultou que a expansão do capital privado moderno restringiu-se a alguns pontos geográficos. Em Belém, predomina o capital comercial regional e nacional com incursões nas atividades agropecuárias. Em Manaus, por sua vez, predomina a expansão do capital industrial moderno, trazidos pelas multinacionais. Nas demais regiões, tais como Rondônia, Tocantins, predomina o crescimento do capital agropecuário e agroindustrial. Nos demais Estados, a expansão do capital privado é diminuta, de modo que o capital público é o que move a economia. Enfim, a expansão do capital por toda a Amazônia depende da continuidade das políticas públicas. O produto social da economia cresceu muito nos últimos cinquenta anos, tanto no Brasil como nas suas demais regiões. Na Amazônia não foi diferente. O produto cresceu, mas a distribuição de renda ainda está aquém do que se espera. Perdura uma grande parcela importante das famílias ganhando, no máximo, até cinco salários mínimos. Existem grandes desigualdades de renda na Amazônia (L.R.N, 56 anos, entrevista/2015).

Os resultados do modelo de desenvolvimento para a Amazônia com vistas ao processo de modernização da região se mostraram favorável ao grande capital que se beneficiou com a exploração dos recursos naturais, transformando a Amazônia em uma mera exportadora de produtos semielaborados e *in natura*. Isso pode ser constatado nas pautas de exportação dos Estados amazônicos, principalmente do polo industrial, mineralógico e madeireiro com resultados rentáveis e superavitários.

A pauta de exportação significou para a região restrita diversificação da economia, posto que a expansão do capital privado ficou limitada a algumas áreas geográficas, não escolhidas ao acaso, mas de forma estratégica, ou seja, o capital se instala nos espaços onde as condições são propícias para a obtenção de lucros.

Observe-se que se trata do mesmo modelo antigo (primário-exportador) agravado pela implantação de enclaves econômicos. Entretanto, tal modelo não coaduna com a ideia de um desenvolvimento durável voltado para melhores condições socioeconômicas dos povos da região e com o uso sustentável dos recursos naturais. Loureiro (2014, p.371), explica que:

Modernizaram-se apenas as máquinas, mas a relação centro-periferia está presente no neocolonialismo atual, em que o antigo encontra-se transvestido de novo, ocultando melhor a essência de sua dinâmica – a reprodução permanente da exploração da região e do homem amazônico.

Oliveira (2009) comunga com o pensamento desta autora ao assinalar que o processo de modernização da Amazônia se deu nos moldes da conquista original, na medida em que mudaram apenas os preceitos de dominação e exploração, posto que tem como base os pressupostos do descobrimento. Em outras palavras, pode-se dizer que as políticas de desenvolvimento implementadas na Amazônia, sobretudo a partir dos grandes projetos assenta-se ainda nos propósitos da conquista ou da reconquista como aponta Oliveira (2009), denotando exacerbadas relações de poder no âmbito do mandonismo.

As políticas públicas desenvolvimentistas do Estado brasileiro pautadas na racionalidade econômica são dúbias e conflitantes. Se por um lado, a região serviu aos interesses do capital com a exploração dos seus recursos naturais, por outro, o Estado não criou os polos de desenvolvimento como contrapartida. Ou seja, não gerou efeito multiplicador na região, pelo contrário, multiplicou a pobreza, transformou a região num mercado de *comodites*, comprometendo o futuro dos habitantes que vivem e dependem dos recursos naturais disponíveis na região.

De acordo com o IBGE (2010) a região Norte contribui com 5,3% no PIB Nacional, isso equivale a R\$ 231,383 bilhões, e a produção desta riqueza em grande parte advém das indústrias instaladas na Zona Franca de Manaus, assomado à exploração de minério de ferro, ouro e cobre na Serra dos Carajás no Pará e a exploração de manganês no Amapá. Além do crescimento da produção de soja e criação de gado bovino no sul da região e de outros gêneros agrícolas como, por exemplo, o cacau, guaraná, arroz, mandioca, coco e cupuaçu.

Toda essa riqueza produzida na região não reflete na realidade socioeconômica da sociedade local, principalmente no que diz respeito à renda *per capita*, que revela desigualdades abissais. Em conformidade com dados do PNUD (2011) a região Norte possui um IDH considerado médio-alto entre 0,750 e 0,780, o qual a partir do ano de 2005 teve melhoras substanciais no item educação, mas os fatores renda e expectativa de vida evidenciam largamente as desigualdades que são brutais. Essas desigualdades se acentuam ainda mais nas localidades distantes dos grandes centros, onde as pequenas cidades sobrevivem basicamente dos repasses dos Fundos de Participação dos Municípios (FPM) com reduzidos postos de emprego.

Dessa forma, deve-se reconhecer a precariedade das políticas públicas voltadas para a saúde e infraestrutura, uma vez que o modelo de desenvolvimento do Governo brasileiro se restringiu àquelas áreas de maior conveniência ao capital e à burguesia nacional e local. Em entrevista, o economista do ouvido neste estudo fez uma análise sobre o assunto:

Esse modelo tinha um propósito: criar um polo industrial, um polo comercial um polo agropecuário. Tem-se um polo industrial pujante que aportou capital, tecnologia e gerou renda fiscal para os cofres públicos. Houve expansão do comércio urbano e da urbanização. O polo Agropecuário, por sua vez, não prosperou e não tinha como prosperar, ainda que tivesse aporte financeiro. Além de outros problemas estruturais, tinham-se o problema tecnológico. Criar um modelo de desenvolvimento para toda a Amazônia é um sonho. Ora, o crescimento econômico não ocorre em todos os pontos de uma região, mas nos espaços onde se dá a melhor combinação de capital, trabalho, tecnologia e competência empresarial sob um aparato institucional sólido (L.R.N, entrevista/2015).

É pertinente lembrar que as políticas de desenvolvimento para a Amazônia, durante o governo ditatorial, eram inseridas nos planos econômicos, cujas ações se deram pela coerção e exclusão social. O modelo que tinha como linha mestra a modernização do país através da intervenção do Estado começou a revelar um desenvolvimento dependente e uma economia controlada por grandes grupos econômicos em forma de oligopólios.

O dinamismo econômico experimentado pelos países cêntricos que, por meio do fluxo de novos produtos e aumento dos salários reais, permitiram a expansão do consumo em massa,

diferente do que ocorreu nas periferias, o modelo de industrialização acirrou o processo de concentração e exclusão das classes subalternizadas. Na explicação de Furtado (1996, p. 45):

A evolução do sistema capitalista, no último quarto de século, caracterizou-se por um processo de homogeneização e integração do centro, um distanciamento crescente entre o centro e a periferia e uma ampliação considerável do fosso que, dentro da periferia, separa uma minoria privilegiada e as grandes massas da população.

Indubitavelmente o processo de expansão do capital ampliou o fosso entre um centro em constante desenvolvimento econômico e uma periferia cada vez mais dependente de capital e tecnologia. As grandes empresas se instalaram nos países de economia periférica com o discurso da modernização através da industrialização, mas o objetivo era o de se beneficiarem com a infraestrutura financiada pelo Estado para produzir bens manufaturados e abastecer os mercados do centro, além de explorar a mão de obra barata e as fontes de recursos/matéria prima em abundância nos países em desenvolvimento.

Fernandes (1972) explica que o surgimento do capitalismo na Europa provocou modificações nas formas e relações de dominação dos países periféricos, em especial na América Latina, tornando-se mais evidente no último quarto do século XIX, quando as influências externas impactaram nas relações sociais, culturais e econômicas. Conforme este autor, “a dominação externa tornou-se imperialista e o capitalismo dependente surge como uma realidade histórica na América Latina” (IBIDEM, 1972, p. 16). Desse sistema decorreu privilégios e riquezas de poucos e a exclusão social da maioria, além da exclusão política nas decisões de governo devidamente ligadas aos interesses externos.

No caso brasileiro, evidenciou-se um maior aprofundamento da internacionalização da economia. Conforme Ianni (1996), o processo de modernização do país implicou na reformulação das relações de dependência, tendo como consequências acentuada divisão social do trabalho, diferenças sociais interna, bem como desigualdades, desequilíbrios e contradições econômicas, sociais e políticas.

Na Amazônia, até os anos 1980, o modelo de acumulação capitalista seguiu as leis gerais do movimento do capital e sua articulação com o Estado, sem o uso efetivo de mecanismos de regulação, permitindo que as externalidades negativas com a exploração de recursos naturais não fossem incorporadas aos custos privados. Resultou em um processo de exploração com uma estrutura de custos mínimos, sem a necessária contrapartida para somar os danos ambientais causados com a produção mineral, pecuária, pesqueiras e de madeiras.

A expansão da lógica capitalista na Amazônia traduziu-se, também, na substituição do modelo tradicional de uso dos recursos naturais baseado no conhecimento tradicional, construído ao longo de séculos numa relação do homem com a natureza, sem grandes impactos ambientais, pelo modelo da racionalização moderno-cartesiano.

A abrangência do capital privado sem os marcos regulatórios muito bem definidos, reforçou a exploração intensa dos recursos naturais, produziu ameaças à estabilidade ecológica, sem contar com os danos à organização dos povos tradicionais que são explorados e espoliados pelo grande capital.

A ausência do Estado na região, que desde a conquista sempre manteve um distanciamento com a Amazônia na medida em que as relações do Estado brasileiro estavam voltadas para fora, mais com a Europa do que mesmo com Brasil, deu vazão ao mandonismo dos “coronéis” locais, dando espaço à exacerbada detenção de poder por parte de grupos privilegiados e socialmente construídos. Grupos estes que possuem resquícios do colonialismo transfigurados no mandonismo e coronelismo locais, que agem de acordo com seus interesses, resultando numa modernização conservadora.

As políticas de incentivos fiscais implementadas na Região foram responsáveis pelo beneficiamento de grandes proprietários de terras e empresários vindos do Sul e Sudeste do país, os quais foram atraídos sob o pretexto de ocupar a região e injetar capital para promover o desenvolvimento regional. O Estado protegeu os negócios de uma classe privilegiada, investiu recursos públicos sem exigir uma contrapartida, elevando a acumulação de riquezas através da exploração do trabalho dos povos tradicionais e expulsão de suas terras, tendo em vista que a terra foi convertida em mercadoria, sobretudo com a abertura das estradas que passaram a ligar a Amazônia ao resto do país.

A ação dos poderes públicos da região volta-se para os interesses e objetivos de vários grupos no poder que, através de políticas elitistas e patrimonialistas promove a concentração de riquezas sem a devida preocupação com a vida e o futuro dos povos tradicionais. Interesses de grupos econômicos nacionais e internacionais que resultaram na expropriação dos índios, quilombolas, pescadores artesanais, piscicultores, piaçabeiros, bem como de camadas urbanas localizadas à margem da sociedade. A Amazônia apesar de concentrar um patrimônio incalculável de riquezas convive com o paradoxo da pobreza e da exclusão social de seu povo.

## 1.2 Sobrevoos etnográficos sobre Benjamin Constant

Realizar um sobrevoos etnográfico sobre a região investigada supõe visualizar seus costumes, suas crenças e tradições transmitidas de geração a geração, buscando compreender seus processos socioculturais. Nesse exercício é necessário que o pesquisador se aproprie do objeto de modo que a sua interpretação se aproxime adequadamente do real.

Para Geertz (2008, p. 4), a etnografia engloba métodos e técnicas, além de “estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante”. O fazer antropológico exige uma “descrição densa, como tentar ler no sentido de construir uma leitura de um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos” (IBIDEM, p. 20).

Oliveira (2006) recomenda disciplina e foco no ato de olhar, ouvir e escrever, pois permite ao etnógrafo apreender o real de forma mais adequada. Enfim, “se construir uma etnografia significa fazer uma leitura mitigada do objeto pesquisado, logo é preciso apreender ou se apropriar bem do objeto para poder apresentá-lo à ciência da forma mais aproximada do real” (TORRES, 2012, p. 15).

Com a vivência na cidade de Benjamin Constant foi possível construir uma etnografia com maior desenvoltura, percebendo a história e cultura do povo deste município, o modo de vida, a organização do trabalho, as relações sociais e econômicas com países limítrofes e as conexões com o processo de formação social da Amazônia.

Debater sobre a Amazônia pressupõe partir da sua heterogeneidade e especificidade que a torna singular, pois é a região detentora da maior biodiversidade do Planeta, contém um imenso patrimônio biológico a ponto de se perder de vista, muitas espécies sequer são conhecidas ou catalogadas.

Soma-se a isso, a grande variedade étnica e cultural de povos tradicionais que ocupam seu território. É uma região que apresenta múltiplas características com diversidades socioculturais e ambientais presentes no modo de vida, nas práticas e organização do trabalho dos povos da região, além das especificidades e da diversidade que secularmente a caracterizam como singular.

A diversidade sociocultural é visível na composição dos modos de vida de vários segmentos sociais inseridos nesta vasta região como: os índios, pescadores artesanais, coletores,

seringueiros, quilombolas, piscicultores, piaçabeiros, entre outros, conhecidos como povos tradicionais<sup>6</sup>.

Neste estudo utiliza-se o conceito de povos tradicionais com base no Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. No artigo 3º estabelece que povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, por possuírem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

De acordo com Almeida (2006), esses grupos se reúnem em um território e se organizam coletivamente lutando por interesses comuns, sobretudo aqueles voltados para a defesa de seus territórios e dos recursos naturais que são importantes para a sua sobrevivência material, cultural e simbólica. Nesse raciocínio, entende-se povos tradicionais ou comunidades tradicionais como categorias que caracterizam o homem amazônico nas suas múltiplas identidades e diversidade sociocultural.

O universo de complexidade que caracteriza a região tem desencadeado múltiplos debates, dentre os quais aqueles que se voltam para um pensamento autônomo que retrate a real história e os processos socioculturais do seu povo com suas tradições, somados ao trato da questão social amazônica consignada nos graves problemas sociais que a região engendra. São discussões que colocam a Amazônia no cerne dos debates contemporâneos.

---

<sup>6</sup> Povos ou comunidades tradicionais são conceitos utilizados neste estudo para caracterizar socioantropologicamente diversos grupos. Incluem-se nessa categoria povos indígenas, quilombolas, populações agroextrativistas (seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu) grupos vinculados aos rios ou ao mar (ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras, varjeiros, jangadeiros, marisqueiros), grupos associados a ecossistemas específicos (pantaneiros, caatingueiros, pação que se expressam numa relação de ancestralidade, memória e sentido de pertencimento em relação a certas áreas e lugares específicos. O território tem importância material como base de reprodução e fonte de recursos e forte valor simbólico e afetivo (referência para a construção dos modos de vida e das identidades dessas comunidades). A produção econômica dessas comunidades está assentada na unidade familiar, doméstica ou comunal; as relações de parentesco ou compadrio também têm grande importância no exercício das atividades econômicas, sociais e culturais. As principais atividades econômicas são a caça, a pesca, o extrativismo, a pequena agricultura e, em alguns casos, as práticas de artesanato e artes. A tecnologia utilizada tem pouca intervenção no meio ambiente, é relativamente simples, de baixo impacto nos ecossistemas. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o modelo artesanal de produção. A produção é voltada prioritariamente para o autoconsumo, além de destinarem parte da produção às práticas sociais, como festas, ritos, procissões, folias de Reis etc. O excedente da produção é vendido e compram-se produtos manufaturados e industrializados. Mantêm interrelações com outros grupos similares na região onde vivem, relações que podem ser de natureza cooperativa ou conflitiva, e é mediante essas formas de interação que as comunidades constroem, de maneira relacional e contrastiva, suas próprias identidades. No processo de construção do sentido de pertencimento, tais grupos são considerados como diferentes da maioria da população da região onde vivem. Isso se expressa no uso de categorias classificatórias e identitárias pelos outros grupos para nomearem e classificarem essas comunidades, bem como na utilização dessas mesmas categorias pelas próprias comunidades, para se autoidentificarem e se diferenciarem dos demais.

Problemas dessa natureza começam a se refletir em diferentes localidades da região, principalmente naqueles espaços intensamente explorados pelo grande capital, distantes dos grandes centros onde o Estado é inábil na oferta de políticas públicas.

Benjamin Constant é um dos 62 municípios do Estado do Amazonas que faz parte da grande Amazônia e convive com as mesmas problemáticas da região. Está localizado no extremo oeste do Estado do Amazonas, microrregião do Alto Solimões/Am<sup>7</sup>, distante de Manaus, capital do Estado do Amazonas, aproximadamente 1.120 Km em linha reta, em uma distância via transporte fluvial de 1.638 km, subindo o rio Solimões e o rio Javari.

O município de Benjamin Constant, limita-se com os municípios de Tabatinga, São Paulo de Olivença, Atalaia do Norte, Ipixuna, Eurunepé, Jutai com a República do Peru e a República da Colômbia

Seus principais acidentes geográficos são: rios Solimões, Javari, Branco e Ilha do Aramaçá. A região do Alto Solimões está localizada no extremo sudoeste do Estado do Amazonas (Figura 1 – Mapa do Amazonas), apresentando uma diversidade biosociocultural que propicia um diálogo entre várias culturas, principalmente etnias indígenas do Brasil e etnias estrangeiras da Colômbia e Peru.

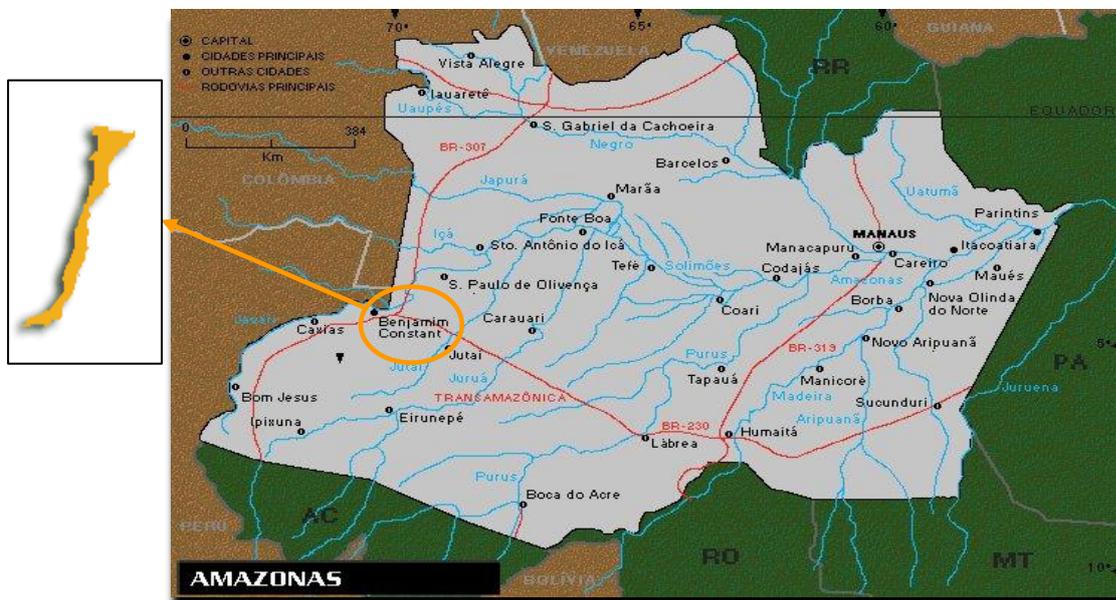


Figura 1 – Mapa do Estado do Amazonas  
Fonte – IBGE/2019

<sup>7</sup>A microrregião do Alto Solimões é formada pelos municípios de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença e Tabatinga.

Benjamin Constant encontra-se unido aos territórios dos maiores países amazônicos: Brasil, Peru e Colômbia, também conhecida como a região da Tríplice Fronteira<sup>8</sup>. De acordo com Souza (2015, p. 16), essa fronteira:

Exerce função intermediária, entre os fluxos de transporte e comercialização, entre as cidades médias e pequenas, aglomerados humanos dispersos nas margens dos rios ou conglomerados que têm a forma de cidade, embora não o sejam existentes no seu entorno. A cidade é nódulo da rede de cidades do Alto Solimões que perpassa territórios indígenas, áreas ribeirinhas, cidades brasileiras e cidades peruanas.

A historiografia regional especialmente Jobin (1943); Ferrarini (2013); Nogueira (2007) e da Série *Descobrimo nosso município* da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, Núcleo de Recursos Tecnológicos (1989), dá conta de que a origem de Benjamin Constant teve início em um contexto de disputa territorial entre Portugal e Espanha.

Em meados de 1750, é fundada pelos jesuítas a aldeia do Javari nas proximidades da foz do rio Javari, localidade onde viviam os índios ticuna, cinco anos mais tarde (1755), instala-se na aldeia do Javari a sede da capitania. Na margem esquerda do rio Solimões, é construído um Forte (Fortinho de Tabatinga), um lugar geoestratégico, pois oferecia melhores condições para sediar os postos militar e fiscal de registro.

O lugar foi ocupado pelo Sargento-Mor Domingos Franco, que fundou no mesmo ano o povoado de São Francisco Xavier de Tabatinga, constituindo-se no ponto mais avançado a oeste na fronteira norte de Portugal com a Espanha. Essa área fora objeto de disputa entre Portugal e Espanha em tempos passados, quando Portugal expulsou os jesuítas e enviou os carmelitas como forma de assegurar seu domínio nesta localidade. A “construção do Forte de Tabatinga além de facilitar o controle da circulação pelo rio Amazonas, assegurou aos portugueses o controle territorial na larga faixa de terra na margem setentrional do rio” (NOGUEIRA, 2007, p. 145).

No ano de 1876, devido a incompatibilidades surgidas entre civis e militares a Freguesia de Francisco Xavier foi transferida para outro local conhecido como Capacete, com o tempo os habitantes foram se dispersando pelas margens do rio Solimões.

Com a Proclamação da República do Brasil, em 1889, e com as mudanças político-administrativas ocorridas no Brasil, as Províncias passaram à categoria de Estados e para formar

---

<sup>8</sup> A região é composta basicamente pela floresta e pelos rios da Bacia Amazônica e é conhecida como Alto Solimões. O local da tríplice fronteira (Brasil-Colômbia-Peru), onde estão localizadas as cidades-gêmeas de Tabatinga, no lado brasileiro, e Letícia no lado colombiano, é o principal ponto de comunicação entre os dois países.

os Estados criaram-se vários municípios. De acordo com Jobim (1943), com o advento da Lei nº 191 de 29 de janeiro de 1898, é criado o município de Benjamin Constant, no Alto Solimões, no Governo de Fileto Pires Terreira, que desmembrou do município de São Paulo de Olivença a margem brasileira do rio Javari e assim formara o novo município.

A sede do município foi instada no povoado de Remate de Males, um seringal muito produtivo na época, localizado na embocadura do rio Itacoaí afluente do rio Javari. “Remate de Males era um seringal de propriedade de Alfredo Raimundo de Oliveira Bastos, maranhense de nascimento, dono de um barracão que abastecia com gêneros de primeira necessidade os seringueiros e suas famílias sob forma de aviamento, fase da chegada dos primeiros cearenses para extração do látex” (JOBIM, 1943, p. 15).

Alfredo Raimundo de Oliveira Bastos era um grande comerciante de Pebas, Departamento de Loreto no Peru. “Já doente e idoso, querendo retirar-se e findar sua vida na própria terra brasileira, por volta do ano de 1890, edificou nesta margem direita do rio Itacoaí, no ponto de confluência com o rio Javari, uma choupana e disse: aqui vou rematar os meus males, donde derivou o nome de Remate de Males” (FERRARINI, 2013, p. 165).

Encontra-se explicação do significado do nome do povoado nos escritos do Livro de Tombo da Paróquia de Remate de Males:

Remate de Males quer dizer: Lugar onde se findam os males. Definição esta que é uma verdadeira ironia da realidade, se considerar que pelo péssimo clima aqui não se terminam os males ao contrário, com a máxima facilidade, se adquirem muitas moléstias, se a morte antes não acabar com todas as dores até com a mesma existência (FERRARINI, 2013, p. 165).

O povoado se expandiu tornando-se o centro do seringal, época em que a borracha era altamente valorizada no mercado internacional, o que elevou a demanda do produto na Amazônia. A área do Solimões comportava grande quantidade de árvores nativas da seringueira. Essa economia atraiu para Remate de Males habitantes de outras regiões brasileiras, sobretudo do Nordeste, além de estrangeiros que eram atraídos pelo desejo de enriquecimento com a exploração do látex. Trouxeram para a região o sistema amazônico de barracões e regatões, instrumentos indispensáveis para a apropriação da terra, rio e floresta.

Melatti (1975) relembra que por volta de 1924 esta área já estava toda apropriada:

Um morador de Benjamin Constant nos enumerou os proprietários ou ocupantes que se faziam de proprietários dos rios da região, por volta de 1924: um estabelecimento na boca do igarapé Hospital, afluente do Batã, pertencia

a um português; um estabelecimento no Batã pertencia a uma dupla de sócios espanhóis; no Jaquirana (nome do Javari acima da boca do Galvez) havia seis estabelecimentos, sendo cinco de brasileiros e um de um equatoriano, que era o mais setentrional; da boca do Galvez até a do Curuçá, havia mais nove estabelecimentos, dos quais oito se estendiam por ambas as margens do rio, isto é, localizavam-se tanto em terras do Brasil como do Peru; destes, cinco eram de brasileiros, um de um peruano, um de um colombiano e dois cujos proprietários o informante não mais tinha na memória. A maior parte do rio Curuçá era de uma companhia francesa ou inglesa; mas em seus afluentes das cabeceiras havia três peruanos: um no Pardo, outro Arrojo e um terceiro no Amburus. Um colombiano era dono de ambas as margens de todo o Ituí, até mais ou menos 1920 (MELATTI, 1975, p. 7-8).

A chegada de nordestinos e estrangeiros aumentou o número de habitantes de Remate de Males, sendo que posteriormente migraram para Benjamin Constant<sup>9</sup>, a dinâmica da economia do látex também intensificou o fluxo comercial. A partir de 1904 o povoado é elevado à categoria de Vila.

A organização do sistema de barracão<sup>10</sup> praticado em Remate de Males era a mesma implantada em toda Amazônia, ou seja, aquela consubstanciada no regime servil de aviamento explorador e espoliativo. Jobim (1943) assinala que esse sistema desencadeou várias tentativas de fuga dos seringueiros que lutavam pela sua libertação desse sistema servil. Essas fugas eram violentamente impedidas pelo gerente do barracão, o qual com a ajuda de capangas armados, reprimiam a fuga dos seringueiros com morte e espancamento.

Fatos dessa natureza revelam que os povos tradicionais de diferentes lugares da Amazônia vêm resistindo bravamente às investidas perversas do poder hegemônico, que toma como seus os espaços essenciais para a expansão do capital. Secularmente as forças de mercado utilizam os mitos da superioridade raça branca europeia sobre os povos nativos como mecanismo de usurpação das riquezas da região, transvestindo-se também numa forma de pensamento local autônomo.

O mito de que homens e mulheres amazônicos não fazem história ainda permeia fortemente o imaginário social em relação à Amazônia, o modelo de progresso posto pela

---

<sup>9</sup> O nome da cidade foi dado em homenagem ao republicano Benjamin Constant Botelho de Magalhães, militar, professor de matemática das escolas de engenharia militar da Marinha, da Corte Superior de Guerra.

<sup>10</sup> Sobre este assunto sugerimos a leitura da obra de Anísio Jobim intitulada *Panorama Amazônico: VI- Bejamim Constant*. Manaus: Imprensa Pública de Manaus, 1943. Nesta obra, o autor descreve a tentativa de fuga dos seringueiros do Ituí (rio que deságua no rio Javari na altura do município de Atalaia do Norte) que se opuseram ao regime servil de aviamento praticado nos seringueiros e planejaram uma fuga, levando a borracha que haviam produzido, mas foram impedidos de forma violenta pelo gerente do barracão e seus capangas armados que reprimiram a fuga dos seringueiros com morte e espancamento.

racionalidade iluminista influenciou diretamente na construção das cidades que compõem a Amazônia brasileira.

Entre os anos de 1904 a 1910, a Vila de Remate de Males se transformou num comércio próspero, era o centro mais importante de toda a região do Alto Solimões. A expansão do comércio atingiu o auge com a instalação de lojas de confecção, armarinhos, joalherias, alfaiataria, relojarias, farmácias, açougues, hotéis, pequenos chalés, entre outros, de forma que a Vila experimentou um dinamismo econômico com a atividade da borracha. Ferrarini (2013, p. 166) descreve esse período da seguinte forma:

No início dos 1900, a borracha alcançou um altíssimo preço. Remate de Males teve então sua época de ouro e o local teve mais de mil habitantes com mais de 30 casas de comércio e um grande movimento. O tempo das vacas gordas passou e na década de 20 só restaram a pobreza e miséria. As doenças grassavam de modo incrível o que levou Remate de Males a chamar-se cemitério dos vivos. Oswaldo Cruz assinalava que o cearense corajoso e tenaz fugia da morte nas ardentias da seca, aqui morriam vítimas da cruel antítese da natureza (impaludismo).

As endemias e os fatores econômicos se encarregaram de expulsar grande parte dos habitantes daquela localidade. Primeiro, os constantes alagamentos, enchentes e inundações, devido à instabilidade do terreno da Vila, fato que desencadeou muitas endemias como hepatite e malária, praticamente determinando a migração para outro povoado conhecido como Esperança, localizado na foz do rio Javari. “Remate de Males não oferecia as condições necessárias e desejadas para continuar como sede do município. Situada em local baixo, inundava todos os anos por ocasião das enchentes” (JOBIM, 1943, p. 12).

A Vila prosperou durante o tempo de duração da economia gomífera. A perda do monopólio da borracha da Amazônia que resultou na desvalorização do preço do produto no mercado exportador e na retração produtiva, motivou os habitantes a buscarem novas alternativas econômicas que lhes garantisse a sobrevivência. De acordo com Jobim (1943, p. 17-18):

O movimento era grande. Corria muito dinheiro. Faziam-se excelentes negócios. Os vapores chegavam cheios de mercadorias e saiam carregados de produtos, que as suas florestas soberbas forneciam. [...] Do outro lado do Javari, em terras peruanas, Nazaré aparecia também com os seus armazéns e lojas atestadas de estivas, fazendas, quinquilharias, mercadorias de primeira ordem, como sedas, linhos, sombrinhas, capas, vinhos generosos, cerveja alemã. A atividade comercial era imensa. A borracha, eis o segredo dessa expansão mercantil, dessa prosperidade que foi desaparecendo aos poucos,

com crise que sobreveio depreciando o artigo, em virtude da concorrência, que encontrou no estrangeiro.

O cenário descrito por Jobim (1943) perdurou o tempo em que a borracha era um produto de alto valor comercial no mercado exportador e a Amazônia detinha o monopólio da produção. A queda produtiva da borracha associada às condições insalubres da localidade levaram ao abandono da Vila, e, somado ao fenômeno das terras caídas, resultaram no desaparecimento de Remate de Males. Somente em 1955 a Vila emancipou-se, passando a tornar-se o atual município de Atalaia do Norte.

A partir de 04 de janeiro de 1928, a Lei Estadual nº 1.375 assegurou a transferência da sede de Benjamin Constant para a Vila Esperança, território que pertencia ao distrito de São Paulo de Olivença e fundado pelo comerciante Antônio José dos Remédios (JOBIM, 1943, p. 84). Em 30 de dezembro de 1934, foi denominado oficialmente Benjamin Constant, por indicação do marechal Cândido Rondon quando esteve de passagem nesta região, chefiando a Comissão Mista de Letícia.

A vila de Benjamin Constant foi elevada à categoria de cidade em 31 de março de 1938, tendo como chefe do Executivo municipal Nelson Noronha. Finalmente, em 24 de dezembro de 1952 cria-se a Comarca de Benjamin Constant. Durante o Governo Militar (1964-1984), o município constituiu-se em área de segurança nacional devido a sua localização fronteiriça. Em 1985, com o término da Ditadura Militar, finda também a função de área de segurança nacional do município.

Como em toda a Amazônia, os primeiros habitantes do Alto Solimões foram os indígenas que residiam na região desde a sua origem. Com a chegada dos europeus instalou-se um pensamento dominante que interferiu na cultura dos nativos, os quais foram expropriados de suas terras, aprisionados para servirem de mão de obra, e quando se recusavam eram mortos. De acordo com Ferrarini (2013, p. 25):

No Alto Solimões, ao tempo da chegada dos europeus, os nativos já viviam certo grau de organização sociopolítica, pois se dizia, por exemplo, que a aldeia de Aparia era governada por um senhor. Era o senhorio das tribos Omáguas ou Cambebas, das proximidades de Letícia e Tabatinga. Também se falava que os nativos tinham um principal. Foi, sobretudo, depois da fundação do Forte do Presépio (Belém) que se acentuou o martírio para os povos da Amazônia. Os colonos, ajudados pelos degredados, gente forçada a migrar, ou criminosos, e mais índios aliados realizaram grandes mortandades, incêndios de malocas, apresamentos, etc.

A história do adensamento da cidade de Benjamin Constant está relacionada com o contexto da fronteira dos Estados-Nação, neste caso, Brasil, Peru e Colômbia, assim como a influência da igreja, sobretudo dos Capuchinhos, na configuração do formato urbano. A cidade passou a abrigar pessoas vindas do Javari e de outras localidades próximas.

Para antigos moradores, a cidade tem início com a construção da pequena igreja local, por frei Ludovico de Leonissa, no ano de 1911. A primeira sede da prefeitura é datada de 1932. Em 1953, inaugura-se a escola Imaculada Conceição que era coordenada pelas irmãs capuchinhas vindas do Ceará. Posteriormente, inaugura-se a termelétrica (1969), a Igreja da Matriz Nossa Senhora Imaculada Conceição (1974) e a primeira sede da Câmara Municipal (1988). A instalação dessas instituições deu origem à área central do município de Benjamin Constant.

Nesse contexto, destaca-se a importância da atuação dos missionários capuchinhos principalmente no que diz respeito à educação de jovens e adultos em toda a região do Alto Solimões. Para Dom Alcimar Magalhães (76 anos), bispo emérito da Diocese da região do Alto Solimões, a ação dos missionários voltava-se à educação, principal atividade da igreja.

Hoje a educação não é mais atividade da Igreja que era a principal atividade a evangelização através da educação. Nós formamos gerações e gerações, eram os únicos colégios, Imaculada Conceição. Em Letícia a igreja católica desenvolvia atividades educativas que também serviam aos brasileiros. Depois, a igreja passou para o Estado, com justa razão, faz outro tipo de educação que é a educação da consciência, a educação para a vida ligada a boa nova da evangelização e a dignidade da pessoa, então nesse aspecto não mais (entrevista, 2016).

De acordo com Tosti (2012) a atividade missionária dos capuchinhos estava organizada em vários municípios do Alto Solimões. Em 1936, no colégio de São Paulo de Olivença haviam 3 alunas internas e 64 externas sob a reponsabilidade das irmãs do colégio que também administravam uma escola masculina com cerca de 90 alunos; em Amaturá funcionava uma escola mista; em Tonantins e nas proximidades de Esperança existiam três escolas mistas em funcionamento. “Na missão ainda existiam duas escolas noturnas masculinas para adultos, em São Paulo de Olivença, com 90 alunos, e em Esperança com 35 anos” (IBIDEM, p. 258-259).

Dom Alcimar Magalhães ressalta a importância da ação dos capuchinhos na evangelização e educação para o tabalho, afirmando em entrevista a este estudo:

Nós trabalhamos por muito tempo com na educação para vida através de educação para o trabalho, a primeira olaria de Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Iça eram dos padres. Também nós saímos disso tudo, eu acho que nós devíamos ainda persistir junto da comunidade trabalhando com eles a educação básica pra vida, trabalho é a expressão mais nobre do ser humano, o criador não criou está criando conosco porque nos dá inteligência. Deus presente em nós é que nos leva à criatividade à insatisfação com o presente para criar um futuro melhor. Essa é a dinâmica do ser humano que é se expandir, nunca está satisfeito com o dia de hoje, está sempre sonhando com algo melhor (entrevista/2016).

Na concepção de Dom Alcimar Magalhães, a educação para o trabalho estimula a criatividade do povo da localidade e as soluções de desenvolvimento socioeconômico para o município, com uma perspectiva de sustentabilidade. Por outro lado, a falta de uma educação voltada para o trabalho propicia a entrada de projetos de desenvolvimento geralmente vindo de fora como ele mesmo diz: “aqui têm pessoas que amam a Amazônia e que não tem nenhum interesse de explorá-la”(entrevista/2016).

A presença dos padres capuchinhos com o trabalho denominado de evangelização missionária foi determinante no processo de expansão urbana de Benjamin Constant. Tosti (2012, p. 425), descreve uma visita, em 1986, do ministro provincial às sete residências missionárias do Amazonas, comemorando os 75 anos da prelazia:

Visitou também a comunidade de Belém do Solimões, identificada com os índios ticunas, para os quais se eram concentrados os esforços pastorais dos missionários e da província, e depois chegou a Benjamin Constant que, com seus 10.000 habitantes, era o centro mais populoso da prelazia; observando as habitações, as repartições, o colégio, Fr. Ennio não pôde conter uma exultação de orgulho e satisfação, e recordar que, quando Fr. Ludovico de Leonissa ali chegou e iniciou sua ação missionária no ano de 1920, era um simples posto aduaneiro.

A cidade se expandiu em direção oeste do rio Javari principalmente com a construção do Conjunto Habitacional do Amazonas (COHAB-AM). Ulteriormente, se expandiu para a zona leste em decorrência das serrarias que se instalaram às margens do rio Solimões, originando os bairros de Coimbra e Bom Jardim.

De acordo com o IBGE (2015), Benjamin Constant abriga 39. 484 habitantes, cidade localizada em área de fronteira, que na sua expansão urbana apresenta peculiaridades. Embora não sejam identificados pelos censos, sabe-se que existe a presença expressiva de peruanos que residem na cidade, inclusive foram responsáveis pela formação histórica de alguns bairros e nas

últimas décadas vem se expandindo para outros. Esses imigrantes têm participação significativa na economia do município, sobretudo no terceiro setor.

Na década de 1980 a atividade extrativa da madeira de lei tornou-se a principal atividade econômica do município predominando em toda a região do Alto Solimões. Destaque-se que essa atividade já vinha sendo praticada nas décadas anteriores, mas em pequena escala. Com a perda do monopólio da borracha para os países asiáticos a extração gomífera foi substituída pela extração de madeiras nobres na região do Javari.

A atividade econômica da madeira substituiu o sistema de trabalho praticado na atividade do látex, ou seja, o sistema de barracão continuou operando, só mudou o produto, da borracha para a madeira. Os povos desta região continuaram sendo explorados sem o mínimo reconhecimento de seus direitos trabalhistas, conforme explica Melatti (1975, p. 9):

Cada madeireiro recebe mercadorias de que necessita, ficando em débito com a empresa, à qual paga com madeira; aos madeireiros que, depois da entrega da madeira, ainda ficam devendo, a empresa vende menos; aos madeireiros que produzem mais ela confia uma quantidade maior de mercadorias. Se um madeireiro não paga, o empresário pede aos colegas que não confiem mercadorias a ele; mas às vezes acontece de um empresário comprar madeira de um homem aviado por outro [...]. A empresa dispõe de embarcações que abastecem diretamente os madeireiros da área arrendada por ela. Mas existem empresários menores, os regatões, que atuam em outras áreas, e que se abastecem, por aviamento, nessa empresa, isto é, recebem mercadorias em arrendamento, que pagarão quando receberem a madeira dos trabalhadores aviados por eles. Assim se forma uma cadeia de relações: o madeireiro deve ao regatão, que por sua vez deve a uma empresa maior. O regatão pode ser um pequeno empresário cliente de uma outra empresa ou simplesmente um funcionário de uma empresa.

A base econômica de Benjamin Constant, até o início da década de 1990, dependia das empresas madeireiras que no ápice da sua produção, foi responsável por aproximadamente 1000 empregos diretos e indiretos. O impulso econômico decorrente desta atividade não se sustentou no longo prazo em virtude de mudanças ocorridas na conjuntura política brasileira e internacional. Tais mudanças resultaram nas modificações das políticas de desenvolvimento que desde o século XIX, intensificando-se no século XX, orientava-se no modelo exportador.

As diretrizes da nova política apontava para um padrão de desenvolvimento na perspectiva da sustentabilidade. De acordo com Becker (2009, p. 135):

A partir de 1990 tornou-se imperativo o uso não predatório das riquezas naturais existentes na Amazônia, e também do saber de povos tradicionais, conhecimento secularmente acumulado para lidar com o trópico úmido, é

preciso que essa riqueza seja mais bem aproveitada, ou seja, promover o desenvolvimento sem destruir o meio ambiente.

Os efeitos das mudanças refletem nos diferentes lugares do Planeta. Neste aspecto, a economia do Alto Solimões é atingida diretamente à medida que a ineficiência do Poder Público Estadual e Municipal, juntamente com a classe empresarial local não se anteciparam para responder de forma eficaz às mudanças externas inerentes aos sistemas político e econômico. Não houve preocupação em criar bases econômicas sólidas que de fato pudessem propiciar o dinamismo econômico da região.

Ao contrário, sempre se pensou a economia pelo aspecto imediatista, pois o lucro provinha da intensa exploração da floresta sem que houvesse uma contrapartida. O afã pelo lucro imediato e a falta de investimentos na produção fizeram com que as empresas madeireiras locais perdessem a competitividade nos mercados nacional e internacional, uma vez que o produto não atendia às novas exigências do padrão de qualidade internacional, neste caso a ISO 14000, que certifica as empresas que produzem dentro das normas ambientais. Por não atenderem às exigências do mercado deixaram de ser competitivas.

A atividade econômica do município se desenvolveu com base no sistema extrativo, deixando um lastro de usurpação das riquezas naturais, além de exploração à classe trabalhadora. Conforme explica Loureiro (2014, p.14) esse sistema “produziu uma estrutura fundada na superexploração dos trabalhadores diretos, na pequena diversificação da estrutura produtiva urbana e rural e portava os traços fundamentais de um sistema social altamente concentrador de renda e conservador”. Ou seja, formou-se na Amazônia uma sociedade com milhares de pobres, alguns poucos “remediados” e pequena camada de ricos.

De acordo com Frei Paulo Xavier (51 anos), pároco de Benjamin Constant, o grande desafio da Igreja nesta região é promover a educação como fonte e experiência do saber: “é preciso resgatar o saber como uma experiência boa da comunidade para enveredar pelos caminhos da conscientização e dos valores.

Santilli (2004) destaca que o conhecimento dos povos tradicionais faz parte do modo de vida da comunidade, de sua cultura, mesmo quando só algumas pessoas da comunidade detêm esse saber. Para Castilho (2003, p 459), o conhecimento “carrega o acúmulo de experiências já vividas e aprovadas pelos antepassados para aplicá-las no presente, adaptando-os em busca da reprodução de sua eficácia”.

Na concepção de Frei Paulo Xavier “está faltando amor, troca de saberes, o conhecimento ele existe, mas esse conhecimento está muito individualizado, então não tem mais esse amor de passar para os outros aquilo que tenho, que aprendi” (entrevista/2015). Para

o sujeito da nossa pesquisa, falta maior valorização do cidadão, é preciso buscar um jeito, uma maneira, uma arte de fazer valer a democracia para que possamos nos contrapor ao estado, uma vez que o “Estado tem optado pela solução mais tradicional de desenvolvimento, ineficaz, social e ambiental, que é construção de grandes obras de infraestrutura para garantir a produção de bens primários de exportação” (CASTRO, 2010, p. 115).

Conforme Mafessoli (1997, p. 48) “cada vez que uma organização social soube enfatizar a diversidade, foi fecunda e produtiva. E, isso tanto no que diz respeito à cultura e à organização política quanto à simples vida cotidiana”.

De modo que, viver em um pequeno lugar na Amazônia como Benjamin Constant, significa compreendê-lo dentro de um panorama aberto e contraditório, onde homens e mulheres, encontram nos conhecimentos tradicionais e nos elementos da natureza a reprodução da vida.

### 1.3 Benjamin Constant: uma realidade fronteiriça

A origem do processo de formação das fronteiras no Brasil data do século XV com o Tratado de Tordesilhas (1494), momento em que ocorre a disputa entre Portugal e Espanha pela partilha das terras encontradas que resultaram em acordos e tratados.

A formação do atual território do Brasil remonta ao século XV com a chamada Era dos Descobrimentos. Foi nesse período que ocorreu a partilha das terras descobertas e aquelas por descobrir entre as monarquias ibéricas conhecidas como pioneiras nas grandes navegações.

A partir de então, houve uma série de iniciativas e questões, que culminaram, no início do século XX, com a definição das fronteiras terrestres e prosseguem nos dias atuais. O território de fronteira foi demarcado pelo princípio do *uti possidetis* (a terra pertence a quem ocupa) que foi firmado inicialmente entre impérios e, posteriormente entre Estados-Nação, conforme Botía (2008).

Na Amazônia Continental a primeira fronteira formalmente instituída ocorreu com o Tratado de Tordesilhas (1494) que dividiu a região entre Portugal e Espanha. A instituição dos marcos fronteiriços visava garantir a posse e conquista do território amazônico. Disso extrai-se que a história da formação das fronteiras brasileira é marcada por grandes conflitos e disputas territoriais entre possessões espanholas e portuguesas na América do Sul.

Silva (2012, p. 23) assinala que:

A apropriação ibérica da Amazônia, na disputa interna e externa com outros povos europeus, resultou na demarcação definitiva do território amazônico colonial e compreendeu uma série de esforços dos reinos ibéricos para atenuar suas perdas econômicas e políticas, aceleradas pelas modificações em ocorrência na Europa, que conduziram a perda de hegemonia portuguesa e espanhola na expansão ultramarina.

A tríplice fronteira a que se reporta esta pesquisa envolve os Estados-Nacionais do Brasil, Colômbia e Peru. A sua formação é resultado do processo histórico que vai desde a área ocupada por diversas nações indígenas, com predominância dos Cambeba “cabeças-chatas” que habitavam e transitavam livremente nos rios da região, seguido da formação das fronteiras imperiais entre Portugal e Espanha e pela constituição dos Estados-Nação Brasil, Peru e Colômbia. Trata-se “da região de nações indígenas à região de Estados-Nacionais” (NOGUEIRA, 2007, p. 133).

Enquanto território, a Amazônia passou por um processo de disputa, primeiro entre Impérios coloniais e depois entre novos Estados-nacionais; depois enquanto território que podia fornecer produtos extraídos da floresta e proporcionar rendas aos seus coletores, a Amazônia teve sua população original remanejada espacialmente para assegurar a exploração; por último, esta população foi também disputada seja pelas Coroas, como contingente populacional, pelos sertanistas como força de trabalho e mesmo mercadoria, e pelos missionários para o trabalho da colonização (NOGUEIRA, 2007, p. 153).

As fronteiras do presente são produtos da dominação colonial sobre os povos nativos somados aos conflitos e desacordos entre os impérios. O Tratado de Madrid foi o grande responsável pelo que hoje são as fronteiras do Brasil, as quais foram consolidadas pelo Tratado de Santo Idelfonso (1777) que praticamente encerra as polêmicas e disputas em torno das linhas fronteiriças. Essa questão vem à tona na Amazônia com o crescimento da economia gomífera quando o acordo firmado entre Brasil e Peru, em 1851, reconhece a linha reta de Tabatinga até o rio Japurá defronte à foz do rio Apaporis como limite entre estes dois países, mediante muita polêmica.

Em 1953, a Colômbia reconheceu a linha reta Tabatinga – Apaporis, como limite entre Brasil e Peru, mesmo contrariando a decisão do senado colombiano, que defendia a reivindicação de todo o triângulo entre o rio Japurá e rio Amazonas como parte da Colômbia que já vinha utilizando o acesso pelo rio Amazonas como saída para o Atlântico.

Da extração da borracha decorre um novo reordenamento espacial que ultrapassou as escalas regionais na fronteira Brasil-Bolívia, em função do avanço dos seringueiros. O Brasil

através de acordo diplomático conquista o Acre. Enquanto a Colômbia, com o avanço dos caucheiros vai disputar com o Peru a região conhecida como Trapézio Amazônico<sup>11</sup>, também conhecido como tríplice fronteira amazônica. Para Souza (2015), as tríplices fronteiras são áreas inseridas num perímetro correspondente a 150 km de largura a partir do limite territorial entre Estado-Nação. “São áreas dentro desse perímetro em que ocorre a confluência entre Estado-Nação, áreas nas quais se desenvolvem múltiplas relações, sejam políticas, econômicas, sociais e culturais” (IBIDEM, p. 27).

No Brasil, o entendimento de fronteira esteve relacionado à Geografia Política. De acordo com Nogueira (2007, p. 11), buscava “compreender a relação existente entre espaço e poder, bem como a ação do Estado, a divisão territorial, de modo frequente, está presente em todos os quadrantes da vida social”. Essa corrente de pensamento predominou no país até a década de 1920, com forte influência do alemão Friedrich Ratzel<sup>12</sup>. “A influência europeia, francesa, principalmente, não dava margens para se pensar num outro significado senão o político” (IBIDEM, p. 450).

O quadro especifica os municípios brasileiros situados em tríplices fronteiras.

MUNICÍPIO	ESTADO	PAÍSES FRONTEIRIÇOS
Benjamin Constant e Tabatinga	Amazonas	Colômbia e Peru
Barra do Quaraí	Rio Grande do Sul	Uruguai e Argentina
Brasiléia	Acre	Bolívia e Peru
Corumbá	Mato Grosso do Sul	Paraguai e Bolívia
Foz do Iguaçu	Paraná	Argentina e Paraguai
Laranjal do Jari	Amapá	Suriname e Guiana Francesa
Oriximiná	Pará	Guiana e Suriname
São Gabriel da Cachoeira	Amazonas	Colômbia e Venezuela
Uiramutã	Roraima	Venezuela e Guiana
Uruguaiana	Rio Grande do Sul	Uruguai e Argentina

Figura 2- Municípios Brasileiros situados em áreas de tríplices fronteiras  
Fonte-IBGE/2012

<sup>11</sup> O trapézio amazônico é a porção territorial envolvendo Brasil, Colômbia e Peru, que forma a fronteira amazônica, também conhecida como tríplice fronteira amazônica dos três países.

<sup>12</sup> Precursor da Geografia Política que investigava a fronteira como limite político entre os Estados-Nacionais e considerava o mar como a mais perfeita das fronteiras.

O tema das fronteiras sempre esteve em pauta no Brasil devido a imensidão continental do país, aproximadamente 8,5 milhões de km<sup>2</sup>, assim como a organização interna do espaço brasileiro com vistas à unidade nacional e territorial. Limita-se com quase todos os países da América do Sul, exceto com o Equador e com o Chile. Possui 11 municípios situados em trípliques fronteiras. Destes, 06 estão na região Norte: 02 no Estado do Amazonas, nos municípios de Benjamin Constant, Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira.

A questão da fronteira na Amazônia ganha um novo significado a partir da década de 1950, no Governo de Getúlio Vargas, quando a Constituição de 1946 dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento para a Amazônia, assim como a criação de Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

Observe-se que se trata da fronteira no âmbito da economia, percebendo esta como lugar a ser conquistado, novas terras a serem ocupadas pelo mercado hegemônico. Neste aspecto, a região era um grande mercado em expansão, daí o interesse do Governo brasileiro em desenvolver economicamente a região. O discurso em pauta era de que a região necessitava fortalecer a sua economia uma vez que experimentava a estagnação com o declínio da borracha.

A inserção efetiva da Amazônia como fronteira econômica tem início na década de 1950/60 no governo de Juscelino Kubitschek, tendo maior enfoque posteriormente, no governo militar quando o Estado brasileiro passa a atuar fortemente na região. A fronteira econômica está associada à liberdade de movimento de mercadorias e capitais no âmbito global.

Nesse período a política econômica brasileira busca modernizar seu parque industrial através da captação de recursos externos. Trata-se da inclusão do Brasil na nova ordem do capitalismo monopolista internacional, cuja estratégia voltava-se para a descentralização das atividades e das instalações, além da difusão para outros mercados do mundo inteiro. Ou seja, era uma forma de deslocar o capital para diversas partes do mundo, injetar capital em diversos países, sejam pobres ou ricos, tornando o capital globalizado.

Ao analisar as fronteiras da Amazônia desde a colonização até o presente, verifica-se que apesar da evolução e alargamento dos conceitos da Geografia Política e da Economia, a região sempre foi vista como um grande vazio demográfico.

A solução estava nas políticas de ocupação do território ou no incentivo à migração, sobretudo nas áreas de fronteira como forma de garantir a soberania do país por intermédio da integração da Amazônia ao resto do Brasil, esta estratégia era a base da geopolítica. Acrescenta-se ainda, o fato de que a economia estava voltada para o desenvolvimento regional através da industrialização como mecanismo de inserção econômica da Amazônia no mercado internacional.

Para Martins (2012), a grande fronteira amazônica, em particular a Amazônia brasileira, sempre foi objeto de ocupação territorial, fazendo aparecer a história do vencedor que se sobrepõe a outra história, a do conflito e da destruição.

Desde o início da Conquista, foi ela objeto de diferentes movimentos de penetração: na caça e escravização do índio, na busca e coleta das plantas conhecidas como “drogas do sertão”, na coleta do látex e da castanha. A partir do Golpe de Estado transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida, processo que continuou, ainda que atenuado, com a restauração do regime político civil e democrático em 1985 (MARTINS, 2012, p. 132).

Os grandes projetos da Amazônia marcam definitivamente a inserção da região na economia globalizada produzindo transformações socioculturais, econômicas, ecológicas, assim como novos significados de fronteiras físicas e políticas. A conquista do capital sobre novos mercados atinge espacialidades estabelecendo lastro no plano local. Situar a Amazônia no âmbito da globalização implica demonstrar como e quais processos e forças mundiais se manifestam localmente em conjunturas especiais.

A região do Alto Solimões é conhecida desde o século XVI, quando aventureiros, religiosos, militares, naturalistas de expedições estiveram na região para a catalogação de espécies. Dentre estes destacam-se: Diogo Nunes -1538; Carvajal – 1542; Acuña – 1637; Samuel Fritz – 1686-1725; La Condamine 1735-45 além dos cientistas e naturalistas do século XIX Spix & Martius; Alfred Russel Wallace; Paul Marcoy; Walter Henry Bates, Louis e Elizabeth Agassiz, entre outros.

O imaginário social em relação à Amazônia é povoado por imagens do seu grande rio, floresta e pelo exotismo dos nativos, numa exaltação à natureza e desertificação da história (TORRES, 2005). Poucos se preocuparam em falar de uma Amazônia tão distante dos grandes centros, da Amazônia profunda, cujos habitantes se deparam com o preconceito sendo jocosamente tratados como caboclos de fala ridícula, relegados ao subsolo das grandes questões nacionais.

Falar da Amazônia profunda remete o pensamento a lugares muitas vezes esquecidos no tempo, à margem das políticas centrais de desenvolvimento, distantes dos grandes centros, logística de difícil acesso, entre outros. Benjamin Constant insere-se neste contexto, distante de Manaus, capital do Estado do Amazonas, aproximadamente há 1.120 km em linha reta.

O acesso à cidade no território brasileiro ocorre por meio de duas modalidades, via fluvial e via aérea. O meio de locomoção mais utilizado pelos habitantes locais é o transporte

fluvial, o trecho Manaus-Benjamin Constant, leva aproximadamente cinco a sete dias, a depender da sazonalidade do rio Solimões para chegar a seu destino. O acesso por via aérea ocorre no trecho Manaus-Tabatinga, continuando no transporte táxi fluvial (lanchas com motor de popa de 60, 80, 110 hp, também conhecidas como balieiras) para fazer a travessia Tabatinga Benjamin Constant na confluência do rio Javari com o rio Solimões.

Ressalte-se que a passagem aérea nesse trecho varia em média de R\$ 400,00 a R\$ 1.200,00, dependendo da temporada e da antecedência em que se adquire a passagem, quanto ao custo do táxi fluvial é de R\$ 20,00. Nos serviços do entorno fronteiriço internacional há lanchas que percorrem os rios Solimões e Javari para diversas cidades colombianas e peruanas, servem de entrepostos fluviais as cidades de Iquitos, Caballo Cocha, Santa Rosa, Islândia (Peru), Letícia (Colômbia) e Atalaia do Norte (Brasil).

Com efeito, deve-se chamar atenção para o fato de que não se está querendo contextualizar só a fronteira territorial. Pois, há também a fronteira da etnicidade com influência dos primeiros habitantes da região do Alto Solimões, os indígenas que formavam diversas etnias. Nessa região predominavam os Cambeba “cabeças-chatas”, os Cocamas oriundos da floresta andina e de outras áreas, os Omáguas que detinham amplo domínio das várzeas do Alto Solimões e que foram substituídos pelos Ticunas, constituindo-se numa das maiores nações indígenas do Brasil (PORRO, 1995, p. 66).

As Terras Indígenas destas localidades pertencem a vários povos dentre eles: ticuna, kokama, marubo, korubo, matsés/mayoruna, kanamari, matis, kulina (madjá), kambeba, katukina, miranha e cayxana. Becker (2009) ressalta a forte presença de povos indígenas, “caboclas” e de forças militares na região. É, pois a maior diversidade cultural e étnica, resultante da convivência entre os países limítrofes na fronteira política com o Peru e a Colômbia, onde é forte a mobilidade espacial entre Brasil e os países vizinhos. A “presença de numerosas terras e comunidades indígenas entre os rios Solimões, Iça e Japurá, em ambos os lados da fronteira, por vezes pertencentes à mesma etnia, separadas por limites oficiais, é outra característica marcante desta fronteira” (IBIDEM, p. 61).

Ressalte-se que os interesses comerciais é uma realidade nesta região fronteiriça e abrangem a pesca, a coleta de peixes ornamentais, a atividade madeireira, a exploração mineral e a propriedade da terra. A demarcação das terras indígenas – TI nem sempre é de direito de uso do território, enquanto espaço de uso tradicional, os conflitos com interesses visam usurpar os recursos naturais existentes nas terras indígenas.

Wagley (1988) chama a atenção para a forma pela qual eram formadas as comunidades no Baixo Amazonas, o que não difere da maioria das cidades ribeirinhas do Solimões. O

município de Benjamin Constant está voltado para o rio que se constitui como porta de entrada e saída da cidade, abrigando populações migrantes da zona rural, dos países vizinhos, Colômbia e Peru, além de pessoas oriundas de outras regiões do país.

Durante a Segunda Guerra Mundial Benjamin Constant recebeu grande quantidade de migrantes para trabalharem nos seringais dos altos rios. Existem 64 comunidades tradicionais habitadas por povos tradicionais como pescadores, agricultores, seringueiros, extratores e coletores de modo geral.



Figura 3 - Frente da Cidade de Benjamin Constant  
Fonte - Pesquisa de Campo/2015.



Figura 4 - Frente da Cidade de Benjamin Constant.  
Fonte - Pesquisa de Campo/2015.

Benjamin Constant é uma cidade fronteiriça com dinâmica peculiar, fortemente atrelada à dinâmica internacional, tendo em vista que se encontra unida aos territórios do Peru e Colômbia, formando a região da tríplice fronteira. A Constituição Federal de 1988 dispõe que as tríplices fronteiras são áreas dentro de um perímetro correspondente a 150 km de largura em que ocorre a confluência entre três Estados-Nação, neste caso Brasil, Peru e Colômbia, onde se entrelaçam relações políticas, econômicas, sociais e culturais.

Representam esses Estados-Nação as cidades de Benjamin Constant e Tabatinga, no Brasil, na Colômbia a cidade de Letícia e no Peru, os municípios distritais de Islândia e Santa Rosa. Martins (2012, p. 11) deixa claro que:

Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano. Neste sentido, a

fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora.

A realidade fronteira de Benjamin Constant é diversificada, pluridimensional e complexa, resultante da formação histórica de disputa de poder entre as nações hegemônicas que se estenderam desde os tempos coloniais. Embora, tenham passado vários séculos os impactos ainda são visíveis na formação social da Amazônia, tais como a opressão e as desigualdades sociais, a intensa exploração dos recursos naturais e a usurpação das divisas regionais, bem como os estereótipos e preconceitos no tocante aos valores culturais, costumes e saberes tradicionais de seus habitantes.

Na explicação de Torres (2005, p. 17 - 18), a Amazônia é:

Uma constelação aberta, sem fronteiras rígidas, articulada por processos sociais de grande alcance simbólico que fazem dela uma construção social inventada pelo libelo da fantasia e construída em sua significação real. Trata-se de uma realidade multifacetada em sua dimensão regionalizada e em suas formas de conexão com o mundo. A sua sociodiversidade abre um veio de múltiplas interpretações centradas no núcleo homem/natureza/sociedade, cujas indagações são inesgotáveis como fonte de conhecimentos.

Acrescente-se ainda as mudanças político administrativas decorrentes da formação dos Estados-Nação, além das transformações socioeconômicas que tem forte relação com as conjunturas locais, nacional e global, o que vem ratificar a fronteira de muitas e diferentes coisas dita por Martins (2012). Na perspectiva de Lefebvre (1978), é um espaço onde se assentam relações sociais, uma vez que nele se projetam o trabalho humano que vem lhe atribuir um significado histórico.

Nogueira (2007) chama atenção para a persistência da visão de fronteira como outra face do centro que ocasionou a dicotomia centro-periferia, “a fronteira não poderia ter outra imagem senão a de lugar em que vicejam as contravenções, o contrabando, a saída ou a entrada daqueles que infringem a lei e a ordem em seus respectivos Estados” (IBIDEM, p. 450).

Um dos entrevistados desta pesquisa concebe a fronteira como o lugar onde tudo é permitido e vista pelo Estado como a periferia esquecida pelas políticas públicas, como relata:

Na nossa fronteira não há controle nessa imensidão de território. Não tem como, a não ser que fosse um trabalho conjunto entre países, aqui é tudo proibido para os nossos vizinhos tudo é aberto, somos divididos por um rio que não tem 200 m, atravessar no silêncio da noite é fácil. O IBAMA no caso, as instituições brasileiras não se fazem presente, a FUNAI é uma verdadeira fábrica de genocídio, o próprio índio que se diz protetor da floresta é o

primeiro a se corromper, tráfico, plantio de drogas no alto, o que a gente vê hoje é a proliferação do tráfico, e eu não vejo ação governamental, não vejo um plano de governo. (J.H. O, 60 anos, entrevista/2015).

É pertinente que as pesquisas revelem as diferentes faces desta realidade, a partir de uma metodologia com base antropológica e sociológica que estabeleça conexões com a vida social, envolvendo as subjetividades e o imaginário das populações locais em relação à fronteira. A fronteira assim, é o lugar do humano, do recomeço, do encontro, da construção e reconstrução de muitas pessoas que de alguma forma foram expropriadas e expulsas de seus territórios como foi o caso dos povos indígenas e dos nordestinos.

Outros contingentes humanos que da mesma forma foram abandonados pelo seu próprio país, como é o caso dos peruanos que buscam neste longínquo lugar, novas oportunidades e meios que garantam o seu sustento e de sua família. Castro (2012, p. 58 -59) explica que “a fronteira é um espaço complexo, com muitos atores sociais e étnicos e agentes econômicos, redes de comércio, migrantes que chegam com interesses diversos e veem aí um espaço também de oportunidades e de negócios”. É nesse universo de diversidade e heterogeneidade que se apresenta a vida na fronteira.

Benjamin Constant, assim como a maioria das cidades de fronteira recebe muitos habitantes de diferentes espaços, sobretudo dos países limítrofes. É uma porta aberta para a entrada de pessoas vindas do interior do município. Mais recentemente tem recebido, habitantes dos municípios circunvizinhos que se deslocam para cursar graduação no polo da Universidade Federal do Amazonas, situado na cidade e, muitas vezes, acabam se instalando com a família definitivamente no município. Recebe pessoas de outras regiões brasileiras, mas também da Colômbia e, principalmente do Peru.

É comum subir a rampa do porto e chegando ao centro comercial ser cumprimentado por comerciantes peruanos oferecendo seus produtos. Caminhando um pouco mais à frente, a cena se repete, deparando-se com o comércio peruano e a intensa presença desse imigrante na cidade. De acordo com Botía (2008), a presença do imigrante peruano na cidade de Benjamin Constant se deu com maior intensidade na década de 1980, devido ao auge da produção madeireira. Nesse período, houve intenso fluxo migratório atraídos pelo trabalho de beneficiamento da madeira nas serrarias da cidade.

Ressalte-se que a presença do imigrante peruano é frequente nas cidades do Alto Solimões. O acesso via malha fluvial que liga o Brasil ao Peru facilita a imigração para o território brasileiro. De acordo com Silva (2012) grande parte dos peruanos que migram para a Amazônia vem da Amazônia peruana, devido a facilidade de acesso pela via fluvial.

Oliveira (2000), explica que nem o afastamento geográfico impediu que as cidades amazônicas sofressem a influência de um contexto cultural mais amplo, uma vez que os homens não produzem suas culturas de forma isolada. Essa mistura de culturas está presente no cotidiano da cidade, manifestando-se nos diferentes idiomas falado, na culinária, na música, nas diferentes moedas em circulação, no modo de vestir, entre outros.

A origem de Benjamin Constant tem influência direta das práticas do comércio, sobretudo durante a atividade da economia gomífera, posteriormente, a economia madeireira e atualmente o comércio em geral. A presença do imigrante peruano se faz notar desde o período da borracha, seja como seringueiro, seringalista ou comerciante. Na atividade madeireira, atuava principalmente como trabalhador braçal nas serrarias, atualmente parte da economia da cidade é dinamizada pelo comércio em geral desses imigrantes, além da prestação de serviços profissionais em diversas áreas como médicos, enfermeiros, dentistas, pedreiros, mecânicos, borracheiros, cabeleireiros, entre outros.

Nas décadas de 1970-1980, período áureo da economia madeireira, quem detinha o monopólio do comércio na região do Alto Solimões eram os brasileiros, donos de serrarias que investiam no terceiro setor, principalmente na expansão de redes de lojas comerciais com equipamentos e produtos industrializados adquiridos na capital Manaus. Os produtos adquiridos na Zona Franca de Manaus eram mais acessíveis em termos de preços devido a isenção de impostos, isso possibilitava aos comerciantes a oferta de produtos e serviços com menores preços e maior competitividade, além de elevar o crescimento das taxas de lucros e o monopólio do comércio em toda a região, os países vizinhos eram consumidores em potencial do empresariado local.

As mudanças na conjuntura política e econômica trouxeram modificações significativas na economia local com forte impacto nas classes empresarial e trabalhadora. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Meio Ambiente adquire um patamar importantíssimo. Pelo artigo 225<sup>13</sup> do aludido instrumento vem tratar de questões específicas sobre o meio ambiente, no § 4.º a Amazônia é incorporada como patrimônio nacional.

A vigência da legislação ambiental brasileira tem impacto direto no desenvolvimento da atividade madeireira, visto que esse tipo de exploração, de acordo com o Decreto nº

---

<sup>13</sup> Artigo 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. [...] § 4.º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

1.282/94<sup>14</sup> só é permitido mediante manejo florestal sustentável, diferente do método praticado que consistia na exploração desordenada das árvores da floresta. O polo madeireiro do Alto Solimões passou por intensa fiscalização resultando em grande número de apreensão de madeira extraída de forma ilegal.

Em entrevista a esta pesquisa, um grande madeireiro e comerciante da época, relembra com muita emoção o período áureo da madeira no Alto Solimões e sua posterior decadência, narrando:

Eu era o maior exportador de madeira nobre do Alto Solimões. Nós tínhamos nos Estados Unidos um agente de vendas. Ele vendia para o mundo todo e passava os pedidos via telex, com o endereço das empresas a gente fazia a embarcação. Eu vendi madeira para China, eu vendi para Inglaterra, Japão, Costa Rica, eu vendi para a Itália várias vezes. Até que quando prenderam essa madeira, eu tinha um contrato de 10.000m<sup>3</sup> de cedro, só aí eram 5 milhões de dólares. Nesse ano eu financiei todo mundo que trabalhava com madeira, quem mexia com madeira eu ajudei, dei ajuda que era para eu comprar a madeira da região todinha para preparar e processar, nós tínhamos aqui duas serrarias, uma em Coari e outra em Manaus. Eu comprava madeira, preparava e exportava para os Estados Unidos, Inglaterra e Itália e vários países (A.C.M, 83 anos, (entrevista/2015).

Becker (2009), chama a atenção para o surgimento de uma nova política de desenvolvimento que a partir dos anos 1990 veio substituir o modelo exportador que predominou durante os séculos XIX e XX. Trata-se de um padrão de desenvolvimento pautado na sustentabilidade dos recursos naturais, momento em que a Amazônia passou a ocupar o centro das atenções internacionais pelas suas riquezas presentes no subsolo, pelo seu grande potencial hídrico, pelo seu patrimônio biológico.

A riqueza de recursos naturais presentes na Amazônia tem despertado preocupação nacional, mas também internacional sobre a forma como esses recursos vem sendo utilizados e como poderiam ser melhor aproveitados. Um olhar crítico permite dizer que “o interesse e a percepção dominantes ainda atribuem à Amazônia a condição de fronteira de recursos” (BECKER, 2009, p. 21).

O modelo de desenvolvimento sustentável que põe a região como centro das preocupações internacionais tem suscitado críticas e opiniões conflitantes, visto que a sobrevivência dos países que comandam a economia mundial depende do acesso aos recursos

---

<sup>14</sup> Regulamenta os artigos 15, 19, 20 e 21, da Lei nº 4.771/65 (alterado pelo Decreto nº 2.788/98). Estabelece a área considerada como bacia amazônica e que a exploração de suas florestas primitivas e demais formas de vegetação arbórea natural somente será permitida sob a forma de manejo florestal sustentável (artigo 1º e § 1º). A exploração a corte raso somente ser á permitida em áreas selecionadas pelo Zoneamento Ecológico-Econômico para uso alternativo do solo (artigo 7º).

naturais estratégicos e a Amazônia é detidora de grande estoque desses recursos. Isso implica colocá-la como centro de referência nas políticas de planejamento das economias hegemônicas que buscam estoques de recursos naturais estratégicos para manter sua hegemonia no século XXI.

No centro desse debate, Loureiro (2014), defende o melhor aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia, no caso da madeira, que poderiam ser adotados mecanismos para se obter o máximo de aproveitamento dos recursos extraídos, “com uma redução considerável de desperdícios, mediante a alteração da forma de extração e beneficiamento, modernizando os processos tecnológicos” (IBIDEM, 2014, p. 319). A forma primitiva como se deu o processo de trabalho na mata provocou um conjunto de danos ambientais profundos. Ademais, os baixos salários, as precárias condições de vida e a ausência de bem-estar social caracterizam essa atividade.

Em Benjamin Constant, a exploração da madeira se baseava na extração desordenada das árvores da floresta, sem aporte de tecnologia que viesse contribuir para o máximo aproveitamento desse recurso. O fechamento da maioria das serrarias existentes na cidade ocasionou prejuízos ao empresariado madeireiro local refletindo-se na eliminação dos postos de trabalho, além da perda do monopólio comercial da região da tríplice fronteira por parte dos brasileiros.

Neste contexto, ganha relevância a demarcação das terras indígenas e as políticas ambientais as quais trouxeram maior rigor à extração dos recursos naturais. Lideranças e trabalhadores do município se manifestaram contra a forma como foi conduzido o processo das demarcações, sem a participação da sociedade, além de não haver uma alternativa econômica que garantisse a sobrevivência de grande parte dos habitantes da região do Alto Solimões, que utilizavam o extrativismo e a pesca como fonte de renda.

Nogueira (2008, p. 54) assinala que:

Com a criação de diversas reservas indígenas na região do Alto Solimões Benjamin Constant ficou 85% de seu território dentro de terras indígenas, assim como as áreas onde eram extraídas as madeiras. Se por um lado criaram-se essas reservas indígenas com a intenção de demarcar um território, como também conservar as culturas e os costumes das diversas etnias existentes nessa região, trouxe consequências para os municípios afetados por essas demarcações. Uma das consequências foi que nos anos de 1995/1996, das doze serrarias que funcionavam em Benjamin Constant, onze simplesmente fecharam as portas, tiveram seus produtos apreendidos e ficaram proibidos de extrair madeiras, pois as madeiras extraídas localizavam-se em áreas onde agora são reservas indígenas.

O terceiro setor e a atividade madeireira eram os responsáveis por manter aquecida a economia local. Em relato a esta pesquisa, um entrevistado contextualiza essa época:

Eu ajudei muitas pessoas e ajudo o município. Há muitos anos faço parte da economia do município. Eu fui o primeiro a vender geladeira e fogão a prestação, eu tinha uma loja grande que tinha de tudo. Importava farinha do Acre, vinha para mim a quantidade de 10.000 sacos (A.C.M, entrevista/2015).

Dois fatores foram determinantes na mudança do cenário econômico de toda a região do Alto Solimões, primeiro a atividade madeireira entrou em declínio por questões de mudança na legislação ambiental que levou a proibição das práticas extrativas nos moldes em que eram praticadas, as quais eram incompatíveis com a nova legislação.

Outro fator diz respeito à mudança na conjuntura econômica mundial na década de 1990, o processo de abertura da economia brasileira ao mercado globalizado culminou na entrada de produtos importados com preços menores, elevando a competição dos bens e serviços. A mudança econômica favoreceu o comércio de Letícia que ascendeu como polo econômico comercial da tríplice fronteira.

Enfim, a substituição do monopólio do comércio brasileiro pelo estrangeiro na região acontece num contexto de desajuste econômico local, não havendo interesse do Estado em investir em políticas públicas capazes de desenvolver economicamente o interior. As incipientes iniciativas existentes não prosperaram devido a planejamentos equivocados e inapropriados às condições e realidade da economia local.

O distrito agropecuário da Suframa é um exemplo de políticas equivocadas, seus idealizadores demonstraram poucos conhecimentos sobre a realidade regional, embora, tenha sido pensado para ser um distrito moderno. Creditaram o desenvolvimento do setor agrícola a um único fator de produção em abundância na região, uma vasta densidade territorial.

Para Nascimento e Silva (2015, p.18), “em qualquer atividade econômica, produzir implica combinar fatores de produção sob uma dada tecnologia. Estas relações podem ser expressas por meio de uma função de produção. De um lado, a produção resultante e, de outro, os fatores produtivos básicos a qualquer empreendimento (capital físico e financeiro, terra, tecnologia, insumos, capacidade empresarial etc.)”. Portanto, a falta de combinação de outros fatores de produção, devido principalmente à escassez de capital e tecnologia, resultou no fracasso da agricultura no Estado, o projeto não saiu do papel, “o que era um projeto de desenvolvimento rural transforma-se em uma ação especulativa de terras” (IBIDEM, p. 19).

As políticas de desenvolvimento do modelo Zona Franca de Manaus priorizaram as demandas dos polos industrial e comercial, deixando o setor primário na invisibilidade, como se o setor da agricultura não tivesse importância econômica, ou talvez porque a indústria e o comércio fossem polos que melhor atendiam os interesses do governo no tocante à arrecadação tributária. A economia dos municípios do Amazonas ficou relegada à agricultura de subsistência e a alguns repasses do governo federal e municipal.

Um dos entrevistados desta pesquisa, relembra o período áureo da atividade madeireira e faz uma análise da atual conjuntura econômica de Benjamin Constant, chegando à conclusão de que o município entrou num retrocesso socioeconômico e foi abandonado pelo Estado.

Antigamente, nós não tínhamos máquinas e produzíamos, tínhamos uma cooperativa que chegou a exportar 500 toneladas de arroz. Hoje nós não temos 1 kg produzido no município, isso na década de 64, 67, por aí. Havia uma colônia de 6km, hoje nós temos uma estrada asfaltada, calçadas de 26 km, temos mais 90 km de vicinais de estradas e não produzimos absolutamente nada, nós tínhamos um estoque de bovinos em torno de 6 mil cabeças, hoje não temos 500 cabeças (J.H.O, entrevista/2015).

De fato, a economia do interior amazônico sempre esteve ancorada na exploração de produtos extrativos florestais para atender uma demanda internacional e outra parte para o mercado nacional, foram ciclos que não se sustentaram no longo prazo, de modo que o setor agropecuário do Amazonas não alcançou grandes expressões na geração de riquezas.

Para Nascimento e Silva (2015), a produção agropecuária do Estado apresenta características típicas de regiões de baixo desenvolvimento, refletindo na sua participação no PIB que não ultrapassa os 5%, sendo incipiente a sua participação na geração de riqueza. “Traduzindo-se em uma perspectiva econômica, convive-se com uma agricultura, predominantemente, de baixa produtividade, para não dizer atrasada” (IBIDEM, p. 13).

Essa é uma realidade de grande parte dos municípios amazônicos que tem suas economias ancoradas no extrativismo, na pequena agricultura, caça, pesca que pouco contribuem para a arrecadação estadual, e dependem grandemente da ação do Estado no tocante à promoção de políticas públicas de cunho socioeconômico que, por outro lado, tem se mostrado precária.

Um dos sujeitos desta pesquisa faz uma crítica à inércia do Estado brasileiro com relação a esta região fronteira que além de tratá-la como o lugar da periferia, a cidade é percebida a partir da mácula do lugar onde não há controle, fiscalização e onde tudo é permitido.

Tradicionalmente a sobrevivência vinha do extrativismo da madeira e acabou, então isso desorientou toda uma cadeia. Nós chegamos ter aqui (Benjamin Constant) 08 madeireiras. Só o meu pai, nós tínhamos diretamente 500 pessoas empregadas, indiretamente você pode multiplicar por 5, fora as madeireiras de Manaus que financiavam aqui. Hoje não, só quem sobrevive da madeira é o Peru, extraíndo madeira do nosso território, nós somos humilhados, enquanto o peruano tira a nossa madeira e nós não podemos (J.H.A.O, entrevista/2015).

As múltiplas faces de uma realidade que se revela na mídia como o “lugar prenhe de ilegalidades; um lugar em que todos são suspeitos, um lugar que serve de escape e refúgio àqueles que infringem normas das instituições estatais” (NOGUEIRA, 2007. p. 48). Uma área hostil, onde impera a insegurança, o tráfico de entorpecentes, o contrabando, a prostituição, a migração descontrolada. Um lugar onde pessoas sofrem pela falta de serviços básicos de saúde, educação e falta de trabalho de lhes proporcione condições de vida melhor.

Para o pároco da região do Alto Solimões, Frei Paulo Xavier (51 anos), a falta de perspectivas de melhores condições de vida de grande parte das pessoas contribui inclusive para a problemática do tráfico de drogas.

Não dá para propor um caminho as pessoas quando elas estão necessitadas, tem famílias dentro da nossa realidade, da nossa vista que está em situação de falta de trabalho, não tem de onde tirar, chega em casa os filhos estão pedindo comida, então a única saída de imediato é ir na esquina começar vender (drogas), começar a cometer pequenas corrupções para poder trazer alimentos. Nós precisamos nos unir e cada um vai fazendo uma parte. É necessário ir à igreja, as instituições, poder público, pensar em uma ação coletiva onde a família, a polícia, o Estado, possam se unir nesse grande compromisso de respeito com a vida. O primeiro aspecto é isso, sair da situação daquilo que está prejudicando, depois procurar um caminho, questão do emprego, da busca de renda para essas famílias, seja na agricultura, seja no campo, não sei, buscar alguma alternativa para essas famílias, não tem como você ficar esperando a bolsa família chegar no final do mês deitado numa rede. É necessário que busquem alternativas, que façam alguma coisa, mas isso tem que ser com planejamento (entrevista/2015).

A ausência de políticas públicas que propicie acesso ao mercado de trabalho coloca muitos jovens e crianças em situação de vulnerabilidade nesta área de fronteira. O tráfico de drogas manifesta-se intensamente nesta localidade, assim como a exploração sexual dentre outros problemas sociais. Na visão de Torres e Oliveira (2012, p. 15) uma das faces da realidade amazônica é a presença de “problemática social de largo alcance. A existência de mulheres traficadas, principalmente meninas, é expressão-limite da vulnerabilidade social ou do impacto residual das políticas públicas para a infância na região.”

Para um dos entrevistados desta pesquisa, sem uma ação coletiva planejada fica difícil apontar soluções para os problemas sociais existentes nesta parte da Amazônia. Ademais, Torres e Oliveira (2012, p. 98), consideram que “o fato de viver numa região marcada pelo preconceito pode também se transformar numa marca naturalizada dos problemas sociais, cuja tentativa de contorno e resolutividade passa ao largo das ações do Estado”.

Ao Estado é importante manter a fronteira controlada, com a presença de diversas instituições, cuja finalidade consiste em fiscalizar as áreas fronteiriças. O sujeito entrevistado nesse momento, pontua que a economia local é atingida pela problemática da evasão de dívidas, devido a entrada ilegal de produtos estrangeiros, pois não há uma fiscalização constante, afirmando:

O nosso maior problema é a evasão de divisa, na época da madeira nós tínhamos aqui Bradesco, BASA, Caixa Econômica, Banco do Brasil, BEA que movimentavam os repasses do governo federal através da previdência, através da sua folha de pagamento, hoje temos apenas um banco que é o Bradesco, dos 100% do recurso que ele paga mensalmente que vem do Governo Federal e do Estado, mas não retorna para o município, nós não temos mais poupança. O que acontece é que nós somos abastecidos pelo comércio peruano, pelo colombiano, nós não produzimos nada. Dos recursos repassados pelo Estado, fica no município 5%, é impressionante. A circulação da riqueza aqui, está no bolso do peruano, do colombiano que vende o eletrodoméstico, vestuário, vende de tudo. O nosso comércio está sendo invadido por peruano de uma forma descontrolada, não há uma ação por parte do governo para se viabilizar economicamente um município completamente falido, inviável economicamente porque não produz nada. A economia hoje é dependente do repasse do governo, você não vê um empreendimento no município que possa deslumbrar a possibilidade de mercado de trabalho, o empreendedor privado não vem cá porque nós temos o carma de ser uma área de risco, tráfico, matança e as autoridades tem conhecimento disso, preferem ir para áreas de menor risco (J.H.O, entrevista/2015).

A ação fragmentária do Estado para fortalecer as bases econômicas da região oportunizou o crescimento do comércio estrangeiro na cidade de Benjamin Constant, bem como nas diversas cidades do Alto Solimões. Não há política direcionadas ao desenvolvimento da economia local que busque proporcionar trabalho e renda, associada à incipiente fiscalização devido a precária atuação dos governos municipal, estadual e federal favorecem o comércio informal e ilegal de estrangeiros nesta região.

Em uma região onde a renda das famílias é mínima prevalece o menor preço, neste caso os produtos peruanos dominam o mercado local em função dos baixos preços, haja vista que os produtos estrangeiros adentram o país ilegalmente. Ou seja, sem pagamento de impostos,

isso permite comercializar com baixos preços, além de criar uma concorrência desleal com as empresas legalizadas.

Nos estudos realizados na cidade de Benjamin sobre os impactos do comércio estrangeiro, Ferreira e Cacellier (2015, p. 100), concluíram que no segmento de motocicletas “a oferta estrangeira mais barata representou uma ameaça para as empresas nacionais estudadas. A concorrência tornou-se um monopólio puro<sup>15</sup> a favor das empresas estrangeiras, já que detinham a melhor oferta no aspecto preço”.

Esse comércio é favorável ao consumo das classes subalternizadas que vivem com poucos recursos e hoje vem ganhando forças no âmbito das relações comerciais. O representante da Universidade, em entrevista para este estudo, considera:

O comércio estrangeiro está se constituindo ainda na perspectiva de relações comerciais, não nas relações políticas. As relações comerciais causam incômodo aos pequenos comerciantes, aos pequenos lojistas, mas elas são agradáveis aos consumidores, há uma crítica ao comércio peruano, mas também há uma aceitação devido aos preços, os preços são mais suaves e isso que beneficia as pessoas com renda baixíssima, elas passam pelo menos consumir, comprar determinados produtos, há facilidade na aceitação desse comércio. A expansão desse comércio, a gente percebe que já existe uma mudança no padrão de relações comerciais e de trabalho, não quer dizer que ela seja menos precária, mas elas vão se configurar no modelo diferente dos modelos de relações comerciais que a gente está acostumado no Brasil, no município do interior, mas ressaltando, o aspecto de precariedade é muito evidente (T. S. C, 45 anos, entrevista/2015).

A presença do imigrante peruano é muito forte na Amazônia brasileira. De acordo com Silva (2012), isso se deve em parte aos baixos custos de locomoção, uma vez que grande parte dos percursos é feita pela via fluvial em barcos onde há pouco controle nas áreas de fronteira. Esse migrante é atraído tanto pelos grandes centros como Manaus (AM) e Boa Vista (RR), quanto pelas pequenas cidades dentro delas Tabatinga e Benjamin Constant. Nessas cidades fronteiriças o fator de atração é a oportunidade de trabalho no comércio, seja no mercado formal ou informal.

Outros setores do mercado de trabalho oferecem grandes chances de ingresso “como é o caso dos trabalhadores da saúde, médicos e enfermeiros, os quais se fazem presentes, particularmente, nas pequenas cidades do interior da Amazônia onde há demanda dessa mão de

---

<sup>15</sup> Significa uma situação onde só existe uma fonte de oferta num determinado mercado, ou seja, apenas um e somente um vendedor no mercado que controla o mercado de um determinado produto.

obra. A educação, a gastronomia e o setor de serviços atraem profissionais peruanos” (SILVA, 2012, p. 261).

Em Benjamin Constant, o imigrante peruano atua como vendedores ambulantes nas ruas, praças, mercado e feira, bem como nos pequenos negócios, geralmente, no mercado do artesanato, vestuário, bijuterias, CDs, movelaria, hortifrutigranjeiro, gastronomia, oficinas, salão de beleza, dentre outros. Os produtos comercializados por esse imigrante tem boa aceitação no mercado local devido aos baixos preços ofertados o que possibilita o consumo de pessoas com baixíssima renda. Atuam também nos serviços profissionais especializados, sobretudo da área da saúde, que são essenciais para a sociedade local na medida em que nessas cidades há carências desses profissionais, de modo que esse imigrante tem grande influência e participação nos mercado de bens e serviços.

O Estado brasileiro por meio da Universidade Federal do Amazonas representa um projeto de longo prazo que, por meio da formação cultural, educacional e formação técnica tem a perspectiva de fomentar um novo pensamento social, uma nova compreensão das condições de fronteira e das relações com os países vizinhos, bem como das condições de trabalho das pessoas que vivem nesta região e dos povos indígenas. Cabe à universidade a responsabilidade de buscar repostas a vários questionamentos a respeito da diversidade que caracteriza essa região.

Torres (2005, p. 128) salienta que “a cultura da fronteira é uma realidade em construção, associada ao caos e à indefinição, pensar a fronteira é situar-se no limite do desenvolvimento, dos processos sociais, das culturas, das identidades étnicas, enfim, é situar-se no fio da navalha da história”.

A realidade fronteira desta pequena parte da Amazônia, objeto em questão revela uma dinâmica peculiar, uma pluralidade sociocultural e práticas locais entrelaçadas às globais, o que faz desta região um lugar ímpar e múltiplo, apesar do caos e desordem, como parte desta realidade, é um lugar de pessoas simples que lutam diariamente pela sobrevivência, mas que nunca perdem a esperança de uma vida melhor, mesmo diante da invisibilidade social e política.

## **2 O HOMEM AMAZÔNICO, A SOBREVIVÊNCIA E O TRABALHO NOS RIOS**

Além de ser o primeiro e mais importante ato histórico de homens e mulheres, o trabalho constitui importante fator para diferenciar os seres humanos dos demais seres. Somente o trabalho humano é executado por meio do fazer consciente. Exclusivamente o produto do trabalho humano é projetado na mente do produtor.

(Karl Marx)

### **2.1 Piscicultores, quem somos?**

A atividade piscícola em Benjamin Constant é considerada uma alternativa econômica para os pequenos agricultores e comerciantes, pois pode proporcionar renda suplementar para alguns e substancial para outros, dependendo da capacidade de planejamento, investimento de capital e gestão dos empreendimentos. É, pois uma atividade viável economicamente quando comparada a outras atividades zootécnicas e a pecuária, além de concretizar o retorno dos investimentos no curto prazo, em média de dois ou três anos, enquanto as demais levam 5 anos para se obter lucros.

Possui também, a atividade piscícola, outras vantagens como a oportunidade do aproveitamento da potencialidade natural do meio ambiente, como os recursos hídricos que contribuem para elevar a capacidade produtiva. Dentre as múltiplas atividades praticadas pelos povos tradicionais residentes no município de Benjamin Constant a piscicultura tem se sobressaído como alternativa geradora de emprego e renda para muitas famílias.

No início de 1990, ocorreram as primeiras iniciativas de se criar peixes em barragens e tanque escavado na cidade, a partir de experiências realizadas por algumas pessoas ligadas ao setor primário, como José Henrique de Oliveira, técnico agrícola e pioneiro da piscicultura em Benjamin Constant que aproveitou as condições naturais favoráveis, principalmente, a abundância de recursos hídricos, presente na rede muito densa de igarapés e pequenos rios para realizar o experimento com os primeiros alevinos provenientes de Balbina, os quais foram reproduzidos com sucesso e distribuídos para as pessoas interessadas na criação de organismos aquáticos.

As primeiras experiências se mostraram exitosas e também despertaram a vocação econômica na cidade de Benjamin Constant. Abria-se uma possibilidade empreendedora no setor primário. O pioneiro da piscicultura em Benjamin Constant recorda: “na década de 1980

foi consumada a demarcação das terras indígenas, isso levou ao fechamento do vale do Javari e era de lá que vinha toda a nossa produção de madeira, desde então, ficamos sem alternativas, a piscicultura me despertou como a única luz no fim do túnel” (José Henrique Oliveira, entrevista/2015).

Um dos entrevistados deste trabalho expressa seu descontentamento com relação a metodologia utilizada no processo de demarcação das terras indígenas e proibição da extração da madeira no vale do Javari, posto que o processo deu-se de forma impositiva sem o devido diálogo com os habitantes da região que foram proibidos de praticar a atividade madeireira e nenhuma outra alternativa econômica lhes fora apresentada como meio de sobrevivência.

Para Loureiro (2009) o Estado, as elites e mesmo uma parte expressiva da sociedade jamais aceitaram conviver com os grupos minoritários no território brasileiro. A história revela uma situação de desrespeito que nega a autonomia e dignidade própria desses grupos. A autora chama atenção para o fato de que,

As políticas indigenistas concebidas têm deflagrado ações de caráter ambíguo e muitas vezes contraditório ao longo da formação histórica do país, que se estende do período colonial aos dias atuais. Elas se fundamentam em correntes teórico-ideológicas de pensamento e variam conforme as pressões da conjuntura que predominam em cada momento histórico (LOUREIRO, 2009, p. 123).

Depreende-se da fala de José Henrique que o Estado não dialogou com os atores sociais envolvidos na demarcação das terras indígenas, desrespeitando sua autonomia e organização política. Isso gerou vários conflitos entre madeireiros, indígenas e os habitantes que residem nos beiradões e, o Estado se omitiu, não apresentando nenhuma proposta viável que viesse sustentar a economia da região, contribuindo para a emergência de problemas sociais, envolvendo o tráfico e consumo de entorpecentes, a prostituição e exploração sexual.

A limitada oferta de emprego e renda em Benjamin Constant fez com que a proposta de se implementar um projeto de piscicultura no município fosse acolhida com muito entusiasmo, por várias famílias, que vislumbravam nesta atividade uma possibilidade para gerar valor econômico. Ou seja, a piscicultura despontava como oportunidade empreendedora capaz de explorar um nicho de mercado propenso ao consumo e ainda pouco explorado, condições propícias para se auferir renda.

Nos registros da Associação dos Piscicultores de Benjamin Constant constam que no início haviam apenas 18 produtores dispostos a realizar a experiência de criar peixe em

cativo. Os primeiros viveiros foram construídos nas áreas urbanas e no seu entorno, aos poucos foram se expandindo para as comunidades.

Após o sucesso das primeiras iniciativas, no final da década de 1990, o Governo do Estado do Amazonas passou a incentivar a prática da piscicultura e outras atividades agrícolas em Benjamin Constant. Por meio do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM) e da Secretaria de Produção Rural (SEPROR) em parceria com a Prefeitura local, nos dias de hoje, busca-se nesta atividade um novo impulso para a economia local.

Os primeiros microempreendimentos foram instalados nas áreas urbanas e também em outras áreas mais afastadas do perímetro urbano por onde se expandiram dezenas de viveiros nas modalidades de tanque escavado<sup>16</sup> e tanque de barragem<sup>17</sup> (Figuras 4 e 5), posteriormente as comunidades também foram aderindo ao projeto. Atualmente existem 138 piscicultores associados desenvolvendo atividade piscícola nos mais de 160 açudes distribuídos em Benjamin Constant.



Figura 5 - Viveiro de Barragem  
Fonte - Pesquisa de Campo/2015.



Figura 6 - Viveiro de Tanque Escavado  
Fonte - Pesquisa de Campo/2015.

A adesão da proposta da piscicultura motivou os produtores a criarem a Associação dos Piscicultores de Benjamin Constant em 2001, com 256 hectares de espelho d'água para a criação de organismos aquáticos. O projeto pretendia fomentar, nos anos seguintes, a instalação

<sup>16</sup> Viveiro de Tanque Escavado são estruturas construídas no solo, com entrada e saída de água independente. São dotados de sistema de abastecimento e drenagem por tubulações ou canais, utilizados na criação de organismos aquáticos.

<sup>17</sup> Viveiro de Barragem é construído em lugares onde corre curso d'água ou olho d'água, mediante o crescimento de uma pequena barragem.

de mais de 300 hectares de viveiros com uma produtividade estimada em sete toneladas por hectare ao ano, isso representaria uma produção total de 2,1 mil toneladas anualmente.

As estimativas revelaram que a piscicultura poderia se concretizar como fonte de renda e uma atividade estratégica para a economia de Benjamin Constant, em face do seu potencial hídrico e também pelo fato de a piscicultura ser considerada uma atividade com maior rentabilidade entre as modalidades de produção animal, com retorno dos investimentos no curto prazo.

De acordo com os dados do IDAM, existe um projeto do governo estadual cuja finalidade é expandir novos empreendimentos piscícolas, tanto na área urbana quanto na área rural.

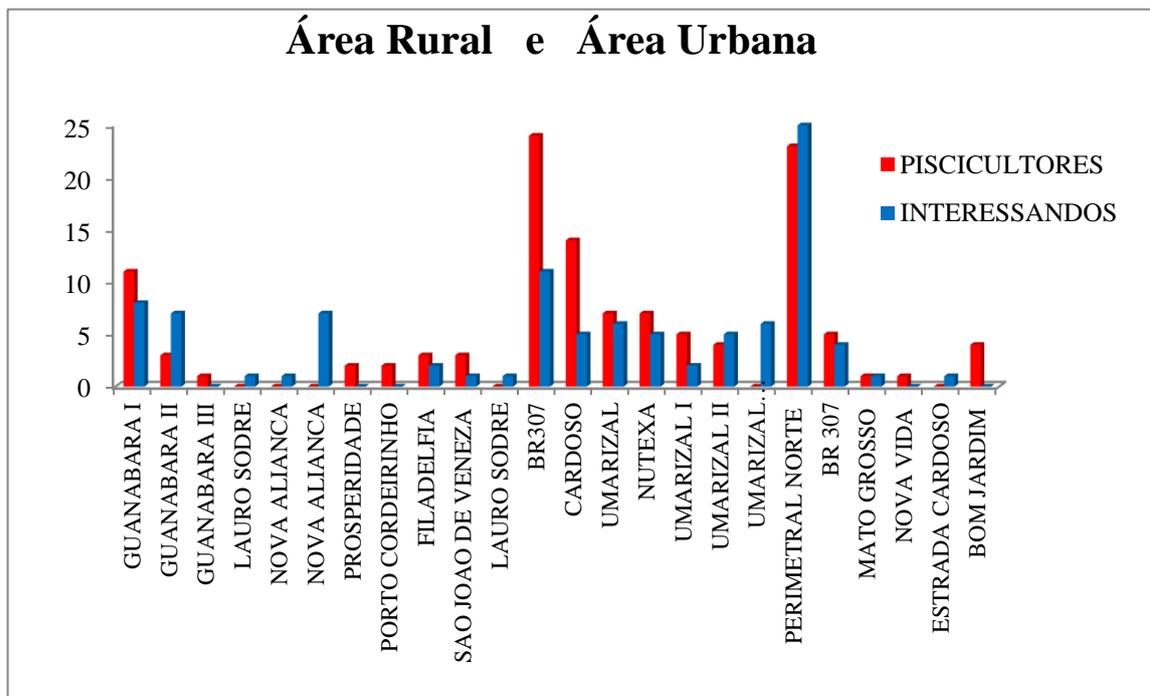


Gráfico 1- Piscicultores cadastrados e trabalhadores interessados na atividade  
Fonte - IDAM/2015

O Gráfico 1 (Piscicultores cadastrados e levantamento de trabalhadores interessados) apresenta a geografia dos empreendimentos piscícolas existentes em Benjamin Constant, bem como a contabilidade de novos trabalhadores interessados em desenvolver a atividade. Na cidade e no seu entorno está concentrada a maioria dos empreendimentos. Existem também uma minoria implantada nas comunidades rurais.

O interesse em expandir esses empreendimentos na cidade e no seu entorno é grande, do mesmo modo que é interessante também para a área rural. Observe-se que os piscicultores interessados no desenvolvimento desta atividade desejam implantar seus empreendimentos no

entorno da cidade, principalmente na BR 307 e Perimetral Norte, onde já existe uma parcela considerável de empreendimentos instalados.

No meio rural, o interesse maior está nas comunidades Guanabara I, Guanabara II e Nova Aliança, que juntas compõem o maior número de pessoas interessadas na piscicultura. Ressalte-se que o projeto de piscicultura para os trabalhadores indígenas ainda está em fase de preparação, capacitação técnica e de instalação. Conforme o IDAM, estima-se a instalação de mais 115 viveiros, sendo 88 na cidade e 27 distribuídos nas comunidades rurais.

Dom Alcimar Magalhães (76 anos), bispo emérito da Diocese do Alto Solimões, sempre foi um grande defensor e idealizador do projeto da piscicultura para Benjamin Constant, envidou esforços para implementar esse projeto e, nos últimos tempos, vem buscando parcerias para ampliar o projeto para as comunidades indígenas. Para o bispo, preocupante é a situação dos povos indígenas no que se refere à problemática da fome e segurança alimentar, o peixe que outrora era base da alimentação do indígena, vem sendo substituído pelos produtos industrializados, como destaca:

Estão empurrando a população indígena para uma alimentação totalmente diferente dos seus costumes. Note bem, o índio ticuna não comia galinha, nem obrigado, nem galinha de quintal, criavam um pouco para trocar no comércio, hoje é só o que eles consomem, veja aí a mudança, é uma mudança brutal (entrevista/2016).

O problema da segurança alimentar atinge fortemente as comunidades tradicionais que foi objeto de discussão da 5ª Conferência Nacional de Soberania e Segurança Alimentar para População Negra e Povos e Comunidades Tradicionais, realizada nos dias 07 e 08 de outubro de 2015, em São Luís – MA. Na ocasião, foram discutidos os altos índices de má nutrição que atingem os povos tradicionais que são decorrentes da mudança dos hábitos e práticas alimentares a partir da introdução de bebidas e alimentos industrializados e de baixo valor nutricional, o que vem ocorrendo, sobretudo pela precarização do trabalho e renda, questões que afetam diretamente as condições de vida, moradia e saúde, assomado à pressão externa sobre os recursos naturais que garantem a reprodução física e cultural desses povos<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup>Sobre este assunto sugerimos a leitura da Carta do Encontro Temático da 5.ª Conferência Nacional de Soberania e Segurança Alimentar para População Negra e Povos e Comunidades Tradicionais, realizado nos dias 07 e 08 de outubro de 2015, em São Luís/MA. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/5a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>.

O encontro se propôs a aprofundar o debate e construir compromissos para efetivar o direito humano à alimentação adequada e garantir alimentos saudáveis aos povos e comunidades tradicionais, no contexto da soberania e segurança alimentar e nutricional.

Dom Alcimar Magalhães explica que é um grande desafio implantar um projeto dessa natureza nessas comunidades, pois há uma carência muito grande de infraestrutura como energia elétrica, máquinas e equipamentos para a construção dos viveiros. Não obstante às dificuldades já é possível verificar as primeiras iniciativas graças às parcerias entre Estado, município e principalmente ao trabalho da diocese em parcerias com a ONG italiana ISCOS - CISL (Instituto Sindical pela Cooperação ao Desenvolvimento), conforme relata:

A ISCOS apoiou aquele projeto por muito tempo, não foi melhor pelo desencontro e burocracias das leis brasileiras. Na época em que foi feito o projeto nós colocamos energia solar para potabilizar a água, o projeto demorou a sair, não por falha da ISCOS, mas das instituições do Brasil. Quando o projeto foi aprovado e a aparelhagem foi adquirida de energia solar e foi embarcada para o Brasil, no trajeto houve mudança na legislação brasileira e quando chegou em Manaus, fomos informados de que os equipamentos não poderiam ser desembarcados (entrevista/2016).

É preciso desenvolver projetos de pisciculturas nas comunidades indígenas como uma saída para a problemática da falta de alimentos para abastecer essas comunidades. Esses trabalhadores dotados de uma estrutura adequada podem produzir peixes em cativeiro, assim como outros produtos agrícolas, “com um trator para abrir as áreas de capoeira, virar a terra, corrigir o solo e ter o que plantar. É possível mudar essa realidade dessas comunidades com um pouco de interesse por parte do Estado” (entrevista/2016).

Existe um projeto voltado para a ampliação da piscicultura em todo o município, isso tem despertado o interesse de muitas pessoas. O Governo do Estado vem desenvolvendo um projeto que visa estimular o crescimento da piscicultura em Benjamin Constant. O projeto foi lançado há três anos e faz parte do Programa Amazonas Rural do Governo do Estado, implementado pela Secretaria de Estado da Produção Rural (SEPROR), tem como meta otimizar a produção de alimento em todo o Estado.

A parceria com o IDAM tem contribuído significativamente na assistência ao pequeno produtor no momento de iniciar o empreendimento, na medida em que eles precisam de orientação técnica de profissionais especializados. O diagnóstico de avaliação técnica da área para a instalação de futuros viveiros e a análise da água são os procedimentos iniciais que vão atestar se as condições são propícias ao desenvolvimento das atividades.

Para Teixeira Filho (1991), a avaliação técnica da área onde serão instalados os viveiros devem ser adequadas, geralmente, as áreas mais indicadas são as planas, pois facilita a movimentação da água que abastece os tanques, além propiciar as práticas das atividades agrícolas. Ou seja, deve-se voltar a atenção para a qualidade da água como fator que merece considerações especiais por parte de quem deseja iniciar a atividade.

Para a sobrevivência dos organismos aquáticos é de fundamental que a água tenha uma grande quantidade de oxigênio dissolvido. Esse oxigênio é proveniente do contato direto da água com o ar, da renovação da água do viveiro e, principalmente, da produção desse gás pelas algas, pequenas plantas, muitas vezes microscópicas, que utilizam o gás carbônico e a luz do sol para produzir açúcar e oxigênio numa reação chamada fotossíntese (IBIDEM, 1991, p. 56).

Em registros por meio de imagens é possível observar a formação dos piscicultores sobre boas práticas no manejo da piscicultura em uma comunidade rural (Figura 8) e, os técnicos do IDAM reunindo com os trabalhadores, em um trabalho pedagógico que presta informações sobre técnicas e manejo de criação de peixe em cativeiro (Figuras 7).



Figura 7 - Reunião com futuros piscicultores  
Comunidade Guanabara I.  
Fonte – IDAM/2015



Figura 8 – Curso de boas práticas no manejo da piscicultura.  
Fonte – IDAM/2015

Em uma cidade onde se vive majoritariamente do emprego público e das transferências de recursos governamentais, muitos trabalhadores encontram seu meio de sobrevivência na terra e na floresta, praticando agricultura de subsistência, pequena extração de madeiras ou de essências vegetais, do artesanato e da pecuária.

A implantação da piscicultura numa região tipicamente dominada pelo extrativismo e pela pequena agropecuária oferece um exemplo de como a pequena produção familiar, com traços de informalidade, além do uso de tecnologia com baixa sofisticação pode não só persistir, mas também prosperar.

Na Amazônia o trabalho é composto por múltiplas atividades. Possui diversas formas de ocupabilidades, centradas nas atividades do mateiro, piaçabeiro, castanheiro, roceiro, extrator de plantas e ervas, piscicultor, dentre outros. Ocupações estas do homem amazônico secularmente organizadas no mundo do trabalho dos povos tradicionais. Torres (2004, p. 58), advoga que na Amazônia “existem formas peculiares de ocupabilidade que remontam culturas tradicionais e que se inserem no âmbito das estratégias de sobrevivência dos povos da floresta.”

Os povos tradicionais garantem sua reprodução social combinando várias atividades econômicas, como a criação de animais para consumo próprio, a pequena agricultura, caça e a pesca, na medida em que sua sobrevivência está relacionada ao uso sustentável dos recursos naturais, com manejo, pois o trabalho para o homem amazônico é um componente que se relaciona diretamente com a terra, o rio e a floresta, mas sem o esgotamento desses recursos e sem depredação do meio ambiente.

Dito de outra forma, os elementais da natureza são entrelaçados à vida dos povos tradicionais, são eles que alimentam a vida material e espiritual desses povos. Para Torres (2004, p. 59), “o trabalho é um fator de efetivo interrelacionamento com os elementos da natureza: terra, rio e floresta, que são centrais na vida das populações tradicionais”. O modo de vida desses povos se estabelece em meio à conservação dos recursos e da biodiversidade contidos em seus territórios.

O cenário da piscicultura em Benjamin Constant apresenta um grupo heterogêneo de trabalhadores atuando na atividade piscícola. São funcionários públicos, grandes e pequenos comerciantes, agricultores, coletores e extratores de produtos da floresta. Dessa maneira, nota-se que existe uma pluralidade de ofícios com feições tradicionais e modernas que juntos compõem o mundo amazônico e estão presentes tanto nas zonas urbanas, quanto nas zonas rurais.

Sobre essa diversidade de ocupabilidades presente no modo de vida do homem amazônico, Torres (2004, p. 58) compreende que “na Amazônia a perspectiva mundos do trabalho parece ser mais adequada para compreendermos as relações de trabalho nesta região”. As diferentes formas de trabalho presentes na Amazônia “não podem ser entendida apenas sob a lógica do capital” (IBIDEM, p. 58).

O trabalho amazônico compõe uma estrutura ocupacional com características tradicionais e modernas para além do mundo do trabalho assalariado, como assinala Castro (2006), existe um contingente de trabalhadores que reproduzem formas tradicionais de trabalho com base na economia agrária.

Em Benjamin Constant, com exceção dos grandes comerciantes e funcionários públicos, os demais se denominam piscicultores e não possuem outro tipo de renda, precisam da piscicultura para complementar a renda familiar e para o autoconsumo. Os piscicultores, sobretudo aqueles que dependem da atividade como renda principal apresentam características típicas dos povos tradicionais, traços adquiridos ainda na infância, mas que persistem na vida adulta, mesmo aqueles que hoje vivem na zona urbana. Muitos ainda praticam a agricultura nas proximidades da cidade, a caça, a pesca e coleta de produtos da floresta como renda complementar para prover o sustento de sua família.

O relato de uma trabalhadora da piscicultura expressa essa realidade da seguinte forma:

Eu sou agricultora e piscicultora, sempre trabalhei com agricultura e não deixo meu trabalho da roça. Trabalho com meu marido e meus filhos na agricultura e na piscicultura, plantamos pupunha, banana, castanha, cupuaçu, muitas coisas do mato, mapati, abacate, açaí, tudo isso eu planto. Trabalhamos muito, como a piscicultura só vai ter o retorno no final do ano, quando a gente vai negociar e vender, mas no ano todo a gente tem que fazer outra coisa, fazer farinha, eu sou mulher de vender churrasquinho na rua, vendo churrasco, vendo dindin, vendo gelo, vendo pastel, para mim chegar hoje aonde estou, sou uma pessoa trabalhadora (Z.S.S, 60 anos, entrevista/2015).

O gerente do IDAM, Janderson Garcez, explica que “o pequeno produtor não é apenas piscicultor. Ele pratica outras atividades como a roça, criação de galinha, juntamente com a piscicultura” (entrevista/2015).

Torres (2004, p. 59) explica que “as múltiplas formas de ocupabilidades existentes são devido à combinação de estratégias tradicionais e emergentes voltadas para a garantia da sobrevivência das populações amazônicas”. Para Marx (1987), o trabalho camponês possibilita a apropriação da natureza pelo trabalhador, ou seja, utiliza-se dos recursos naturais da floresta, dos rios, lagos, igarapés e os transforma em produtos diversificados, isso que o diferencia dos demais trabalhadores.

A composição de diferentes atividades é uma realidade presente na vida da maioria dos piscicultores de Benjamin Constant, visto que a renda auferida com a piscicultura é insuficiente para prover o sustento das famílias, os elementos da natureza são essenciais na vida

dessas pessoas, pois são os produtos advindos desses recursos que complementam o sustento familiar.

Em pesquisa recente que orientamos em Benjamin Constant (2013) identificou-se junto a 34 piscicultores que 26% (Gráfico 2) obtêm com a atividade piscícola uma renda mensal inferior a um salário mínimo. A grande maioria consegue auferir apenas um salário mínimo ou no máximo dois, a produção está concentrada na minoria que detém o poder econômico.

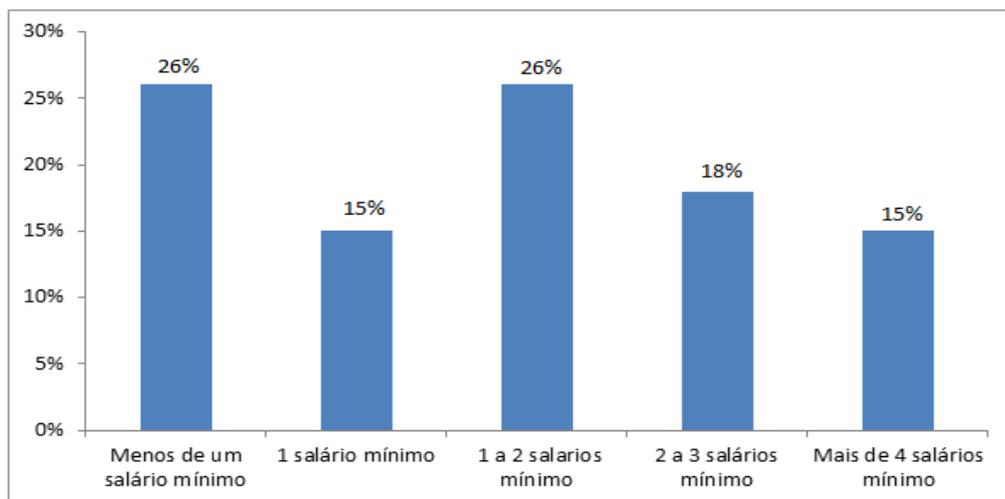


Gráfico 2 - Renda Mensal dos piscicultores  
Fonte – PIBIC/2013

Todo esforço empregado na produção, seja da piscicultura, da pesca, da agricultura, do extrativismo, dentre outras, visa a melhoria das condições socioeconômicas das pessoas que dependem dessas atividades como meio de subsistência. O trabalho é o meio primordial pelo qual homens e mulheres desse recanto da Amazônia garantem a sua reprodução material.

Considerando que 26% dos piscicultores obtêm uma renda inferior a 1 salário mínimo; 15% 1 salário mínimo; e, 26% entre 1-2 salários mínimos, significa dizer que a renda desses trabalhadores é insuficiente para prover o sustento de suas famílias. Ou seja, o baixo nível da renda não possibilita nem ao menos atender parcialmente as suas necessidades básicas.

Daí a necessidade em buscar novas fontes de recursos que lhes proporcione complemento de renda, isso significa que a maioria deste segmento de trabalhadores não se ocupa unicamente da atividade piscícola, como já visto neste estudo, mas também da agricultura, do extrativismo e de outras atividades. A piscicultura é basicamente para a subsistência. Observe-se que os baixos rendimentos não possibilita formar empreendedores especializados com potencial de investimento, uma vez que não há como acumular somas de capital produtivo.

Os 18% que se agrupam os rendimentos entre 2-3 salários mínimos incluem-se também aqueles trabalhadores que auferem baixos rendimentos o que lhe permite prover apenas parte das necessidades básicas, recorrendo a outras atividades para adicionar ao rendimento. Neste grupo não se evidencia potenciais empreendedores na medida em que não há excedente que possibilite acúmulo de capital produtivo.

Na parcela referente a 15% estão os produtores que tem maiores rendimentos. De acordo com dados do IDAM e Associação dos Piscicultores de Benjamin Constant, dentre os 138 piscicultores associados apenas 10% conseguem produzir em escala maior, parcela que abastece o mercado local e uma parte do comércio de Letícia, na Colômbia.

Conclui-se assim, que esses 10% são potenciais empreendedores, pois seus rendimentos são suficientes para acumular capital produtivo e assim manter com eficiência o funcionamento da cadeia produtiva. Com o excedente de capital é possível investir melhor nos empreendimentos, posto que dispõe de aporte de capital que lhes possibilita competir no mercado deste setor. Os 5% presentes na parcela são aqueles trabalhadores que conseguem auferir 4 salários e mais uma fração. Isso indica baixos rendimentos e não permite grande acúmulo de capital produtivo, comprometendo as escolhas entre poupar no presente para investir no futuro.

Entende-se por capital produtivo todo o recurso investido cuja finalidade é gerar produtos, lucros e oportunidades de trabalho para os habitantes de uma comunidade/cidade, onde a empresa/empreendimento está situado. Nas considerações de Martins e Assaf Neto (1987), são os recursos intangíveis e tangíveis capazes de gerar riquezas e possibilitar a criação de oportunidades de trabalho e renda para as pessoas de uma determinada localidade. Desse modo, pode-se dizer que, apesar do esforço desses piscicultores para produzir, a sua produção é insuficiente para promover o dinamismo econômico em Benjamin Constant.

Os povos tradicionais, geralmente, apresentam baixos padrões de consumo devido a limitada renda que é extraída majoritariamente daquilo que a natureza oferece, a maioria dos piscicultores de Benjamin Constant estão inseridos na categoria desse grupo social. Como visto, a renda proveniente da piscicultura é insuficiente para manter a sobrevivência de suas famílias, logo recorrem a outras alternativas para completar o sustento familiar.

O presidente da Associação dos piscicultores de Benjamin Constant assegura que:

A piscicultura não é a atividade principal para eles (piscicultores), lidam com outras atividades. Trabalham também com a agricultura, eles têm um açudezinho, se associam, pegam os peixes, os alevinos, mas não tem aquela preocupação de que a piscicultura seja o carro chefe. E acabam produzindo só

para consumo, é difícil um piscicultor dizer que está abastecendo alguém, é mais subsistência mesmo, produz pouco (Nazareno Bichara, 58 anos, entrevista/2015).

Estar-se-á diante da ampla constatação de que a atividade piscícola em Benjamin Constant é uma atividade de subsistência, apenas uma parcela mínima tem acesso ao mercado (10%), pois a sua produção permite acúmulo de capital produtivo e autonomia financeira para gerir seus empreendimentos. Trata-se de uma atividade que exclui o pequeno produtor que não dispõe de capital próprio e tem dificuldade de acesso a capital de terceiros para gerir financeiramente o negócio.

Para esse segmento de trabalhadores é sempre um desafio garantir a sobrevivência de suas famílias, pois os rendimentos são escassos, mas as necessidades são ilimitadas e a reprodução da vida não se restringem unicamente em satisfazer as necessidades primárias.

Andrade (2015, p. 171) considera que:

Os aspectos econômicos são importantes, porém insuficientes para determinar as condições indispensáveis para a reprodução da vida. A produção/reprodução da vida pode ser pensada numa perspectiva econômica, que demanda que se considere a produção de meios que permitam a satisfação das necessidades fundamentais e, por assim dizer, que garantam a subsistência.

Historicamente, o trabalho do trabalhador da Amazônia “entrou nos cálculos do capitalismo como uma mercadoria de valor sempre abaixo do valor do mercado” (TORRES, 2005, p. 136).

Os baixos rendimentos dos piscicultores são decorrentes da produção mínima, sem excedente produtivo, isso influencia na renda e consumo. Ou seja, a baixa produtividade impacta na queda da acumulação de capital. Quando essas condições virtuosas não acontecem manifesta-se um círculo vicioso de baixa produção, baixa produtividade e baixo rendimento.

No tocante à faixa etária dos informantes desta pesquisa identificou-se que se encontram numa faixa etária entre 46 e 86 anos de idade. A maioria que corresponde a 57% compõem a faixa etária entre 57-66 anos de idade (Gráfico 3), dado que confirma com os existentes na Associação dos Piscicultores.

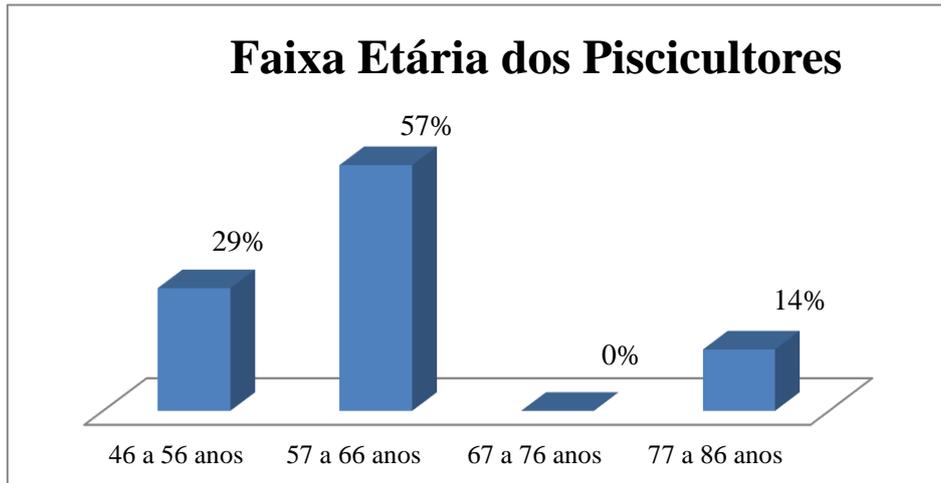


Gráfico 3 - Faixa Etária  
Fonte – Pesquisa de campo/2015

Nos registros da Associação constam que dos 134 piscicultores associados 85% são homens, na sua quase totalidade em idade adulta, isso também se confirmou entre os piscicultores entrevistados. Identificou-se ainda que apesar de haver 25% de mulheres associadas, poucas trabalham diretamente com a piscicultura. De acordo com os relatos fornecidos, o estabelecimento é cadastrado no nome das mulheres, porém, quem conduz os negócios são seus companheiros e, somente eles poderiam prestar as informações, fato que justifica a entrevista com uma destas.

Observe-se que há uma predominância de trabalhadores com idade entre 57- 66 anos de idade. Dentre os informantes, não identificamos trabalhadores em idade jovem, apesar de constar nos registros da Associação um percentual de 8% de jovens entre 19-25 anos de idade.

No dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA (2016), a taxa de desemprego entre os jovens com idade de 14 e 24 anos fechou o primeiro trimestre em 26,36%. No quarto trimestre de 2015, o desemprego nessa faixa etária era de 20,89%. O aumento foi de quase 6 pontos percentuais entre o quarto trimestre de 2015 e os três primeiros meses deste ano, e de mais de 7 pontos percentuais frente ao primeiro trimestre de 2015.

A limitada participação de jovens nas atividades tradicionais indica a existência de mudança no estilo de vida e trabalho desses jovens que vem abandonando esse tipo de atividade. O que tem ocasionado o fenômeno do desemprego nos espaços rurais, onde grande parte da população, sobremaneira de jovens, veem-se sem opções de trabalho e sem condições de retornar para as ocupações tradicionais.

Para Bourdieu (1979), a concepção ocidental de trabalho fortemente disseminada mundialmente produziu o desejo pela produtividade e rentabilidade, inevitavelmente isso

ocasionou a desvalorização das atividades agrícolas, uma vez que são vistas como atividades voltadas para a subsistência e não para o lucro.

O fascínio pelo progresso oferecido pelas urbes vem acarretando mudanças no estilo de vida tradicional na Amazônia, essas transformações são visíveis no mundo do trabalho. O emprego assalariado ainda é visto como garantia de vida segura, mas o mercado não tem como absorver grandes contingentes de força de trabalho disponível, excluindo muitos trabalhadores do mercado formal. “Apenas uma parte da força de trabalho, em maior ou menor escala, tende tradicionalmente a ser incorporada pelo desenvolvimento econômico” (POCHMANN, 2001, p. 17).

No caso dos jovens, há uma preferência pelo trabalho na área comercial ou no serviço público. Nos empreendimentos dos médios e grandes piscicultores quem administra os negócios é o pai, os filhos e companheiras atuam no ramo do comércio. Os filhos dividem o tempo com o trabalho no comércio e os estudos. Enquanto os filhos dos pequenos piscicultores trabalham em regime familiar, ajudam os pais nas diferentes atividades, mas também dividem seu tempo com os estudos, os pais acreditam que através dos estudos a vida pode melhorar, principalmente depois da instalação da Universidade Federal do Amazonas na cidade.

Álvaro Magalhães (83 anos), ouvido neste estudo, informa que já atuou nas diversas atividades econômicas da região do Alto Solimões, trabalhou com a borracha, madeira, comércio e piscicultura. É um dos grandes produtores de tambaqui (*Colossomacropomum*) e Matrinchã (*Bryconcephalus*), como recorda:

Eu era um grande empresário, ainda continuo no comércio, a piscicultura eu tenho há pouco tempo. Agora a agricultura e criação de gado eu tenho há mais de 40 anos, eu crio gado e mexia também com agricultura, mandava plantar roça porque muitas vezes faltava farinha e eu tinha que ter muita farinha para enviar para os madeireiros e seringueiros (entrevista/2015).

O homem amazônico encontra nos elementos da natureza uma garantia de recursos indispensáveis à sua manutenção, daí a relação de afetividade com a natureza, uma forma de agradecimento por tudo que ela oferece como garantia de sobrevivência desses povos.

Na concepção dos povos tradicionais, a natureza é um componente fundamental e inerente ao trabalho. Witkoski (2007, p. 130) pontua que “o trabalho é um ato pelo qual o homem se apodera da natureza, fazendo dela algo que lhe pertence, algo que lhe é inerente. Para tal apropriação, as forças naturais pertencentes à sua corporeidade (perna, braço, mão, cabeça etc.) são elementos vitais”.

Os povos do interior amazônico ressaltam que a natureza mantém sua sobrevivência, posto que as políticas públicas voltadas para fomentar o emprego e a renda são incipientes. Por vezes, algumas chegam até ser implantadas, mas não há continuidade, como vem acontecendo com os piscicultores que sofrem por falta de apoio governamental, principalmente para manter o custo da ração. Outras são incompatíveis com a realidade local e acabam fracassando. Os impactos recaem diretamente na sociedade que continua sem perspectivas de trabalho, logo recorre a natureza de onde retiram os recursos que lhes garantam a sobrevivência.

A vida na Amazônia é marcada por uma relação de respeito e harmonia entre homem e natureza. O saber tradicional, herdado de seus ancestrais, permite usufruir sabiamente daquilo que o rio tem de melhor para lhe oferecer, o uso das terras de várzea é determinado pelo ritmo das águas, o homem amazônico sabe exatamente o período do plantio e da colheita. É um profundo conhecedor da dinâmica do rio, sabe que “o ciclo da enchente e vazante, comandado pela mecânica das águas, repete-se várias vezes durante o inverno, até que por fim o rio estagna numa horizontalidade mínima, ao entrar a época da estiagem” (TOCANTINS, 1973, p. 110).

A intensa relação existente entre homem e natureza é que nos permite compreender a vida na Amazônia, a partir dessa conexão e sincronia o homem amazônico constrói seu modo de vida. Na perspectiva de Morin (2004), pode-se compreender o estilo de vida dos povos da Amazônia por meio da tríade *indivíduo-sociedade-espécie* que se encontra em permanente movimento de interdependência, dito de outra forma, nenhum desses elementos sobrevive sozinho [...] “a sociedade vive para o indivíduo, o qual vive para a sociedade; e a sociedade e o indivíduo vivem para a espécie” (MORIN, 2004, p. 54).

Os povos da floresta detinham suas próprias técnicas de conservação de alimentos, assim como técnicas de cultivos, as quais estavam associadas às oscilações dos fenômenos naturais como as enchentes dos rios, realizam as colheitas de seus plantios antes das cheias. Furtado (1993) esclarece que os recursos utilizados pelos povos da Amazônia se diversificam de acordo com os domínios aquáticos, ou seja, estão associados aos diferentes ecossistemas ou ambientes aquáticos próprios da região, estamos nos referindo aos dois ecossistemas que comporta a Amazônia: terra firme<sup>19</sup> e a várzea<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Terra firme é a terra normalmente não inundada, com altitude de 10 a 100 metros sobre o nível do mar, em geral, o solo é de baixa fertilidade. A floresta é essencialmente alimentada não pelos nutrientes do solo, que são escassos, mas pelo húmus que ela mesma produz por decomposição de partes mortas e que ela protege com suas copas contra a violência da chuva e do sol.

<sup>20</sup> Várzea é a planície aluvial ou o leito maior dos rios, é a região sujeita às inundações anuais. O ciclo biótico da várzea, e conseqüentemente o ciclo anual das atividades de subsistência humanas, não depende, como na terra firme, da alternância de estações seca e chuvosa, mas do regime fluvial.

Porro (1995) assinala que os povos tradicionais da amazônica condicionam suas atividades à dinâmica dos ecossistemas, de agosto a abril é praticada a agricultura no solo renovado anualmente enriquecido pelo limo.

Assim como o piscicultor Álvaro Magalhães, a maioria dos piscicultores sempre mantiveram relações de trabalho no setor primário, utilizando produtos da floresta. Aprenderam o ofício com seus pais ou avós que sempre trabalharam com a caça, pesca, extrativismo e o comércio.

O trabalho em Benjamin Constant apresenta características híbridas ligadas à tradição e a modernidade. Existem as ocupações típicas dos povos tradicionais da Amazônia e as modalidades recentes na região como o trabalho assalariado e relações comerciais capitalistas.

As ocupações modernas herdadas dos povos ocidentais se mesclam às formas tradicionais na Amazônia, apesar das transformações nessas formas de ocupação tradicionais, elas continuam inseridas no modo de vida do homem amazônico. Hobsbawm (2012) explica esse fato através do conceito de tradição inventada quando considera que ela se manifesta de forma institucionalizadas ou não e com difícil locação no tempo da origem ou no espaço e que são incorporados e assimiladas para fortalecimento ou não da vida social.

Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade, em relação ao passado. [...] são reações a situações novas que ou assumem a forma de referências a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a “invenção de tradições” um assunto da história contemporânea (HOBSBAWM, 2012, p.08).

Na Amazônia, o pensamento dominante ainda persiste no imaginário social de que ocupações tradicionais são consideradas de baixo *status* social, esses trabalhadores são invisíveis e ignorados pelas agências de pesquisa no Brasil como profissões não reconhecidas, não se ajustam aos padrões do trabalho moderno assalariado. Além disso, ainda é forte o preconceito com relação à cultura do habitante da Amazônia.

Para Loureiro (2009, p. 106), esses preconceitos estão claramente expressos e constam, inclusive nos planos de políticas públicas, chama a atenção para o fato de que as atividades econômicas e a cultura do homem amazônico são entendidas como de baixo valor agregado e atrasada. As agências tratam as atividades ocupacionais desses povos como “pouco rentáveis

para o Estado e incompatíveis com a economia e a sociedade contemporânea. Consideram que os povos tradicionais são detentores de uma “cultura pobre, primitiva, tribal, portanto, inferior que nada acrescenta de positivo no processo de desenvolvimento”.

Para um dos entrevistados deste estudo, o grande problema consiste na falta de políticas públicas voltadas ao setor primário para otimizar as potencialidades da região, como afirma:

Temos um setor primário parado, não há incentivo à produção. Vejo como solução a criação de uma geração que esteja sensível e se que volte para o desenvolvimento deste setor. Hoje nós temos a universidade, podemos fazer uma parceria criar realmente uma geração que esteja sensível a produção, os formados em ciências agrárias o que estão produzindo? Todos estão voltados para serem empregados, não existe a agricultura, ela está em crise, a pesca está em crise, por que a geração de hoje não está voltada mais para esses tipos de trabalho, os pescadores têm hoje mais de 50, 60 anos, você não vê mais jovens produtores e eu não vejo uma política de incentivo. Acho que é preciso o governo olhar com outros olhos para que a gente possa preparar uma nova geração, mas não vejo o governo sensível, com ações concretas, a política cada vez mais decepcionante, isso tudo se reflete no social (J.H.A.O, entrevista/2015).

De fato as culturas tradicionais passam por grandes transformações no âmbito do trabalho. As atividades tradicionais cultivadas pelos seus ancestrais não possuem mais os mesmos valores mantidos secularmente, mas não se pode negar que elas ainda são frequentes na vida dos povos da Amazônia.

Benjamin Constant é uma cidade com fortes feições agrárias, na medida em que os recursos naturais têm valor significativo na vida de seus habitantes. Para Wagley (1988), embora a modernidade tenha se inserido na vida e no trabalho dos povos tradicionais através das inovações tecnológicas, as práticas de uso e manejo dos recursos naturais são muito presentes no modo de vida desses povos.

Um dos docentes do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas, ouvido neste estudo, explica que os problemas socioeconômicos se agravam à medida que o Estado não propicia políticas concretas de trabalho, emprego e renda, como argumenta:

Eu diria que não há nem uma política efetiva de trabalho, de emprego, de geração de renda. Não existe uma política concreta, nem do município, nem do Estado regional e nem do Estado nacional. Não há um estudo, portanto não há uma diretriz, não há uma preocupação de fato, não há um suporte para as instituições que poderiam de certa forma fomentar essa discussão com a universidade. A universidade sofre com a falta de investimento, com o

sucateamento, essa desvalorização da universidade, de seus profissionais, isso só se agrava mais, porque as perspectivas clara aqui na universidade vem através dos projetos de extensões, através da atuação das áreas da administração, da economia, das ciências sociais, da antropologia, são áreas que tem essa leitura técnica, que trazem outras experiências com relação a realidade de trabalho, renda e questões sociais (T.S.C, 45 anos, entrevista/2015).

No pensamento de Arendt (2014) a compreensão de trabalho na Amazônia pode ser entendida como labor que condiz com o processo de prover os recursos indispensáveis à sobrevivência e manutenção da vida, ou seja, é gerador de vidas e não de riquezas e bens materiais. O trabalho na concepção da referida autora tem a finalidade de fabricar objetos tangíveis, cuja durabilidade e mundanidade difere do labor. Cabe ao *homo faber* a incumbência da realização desse trabalho.

É imperativo dizer que os povos da Amazônia garantem a manutenção e a reprodução da vida por meio da extração de recursos naturais com base nos saberes tradicionais de como retirar da floresta, da terra e dos rios, o que esses elementos podem oferecer como mecanismos de sobrevivência. As ocupações do homem amazônico envolvem uma afetiva relação entre homem e natureza, numa perspectiva arendtana denominada de labor, pois essas multiplicidades de atividades são imprescindíveis à manutenção do corpo.

Falar sobre a educação no Amazonas implica refletir numa série de peculiaridades e problemas que parecem se repetir a cada ano, principalmente quando falamos de pessoas que vivem no interior amazônico. Os índices de educação no Amazonas denunciam as falhas das políticas públicas voltadas para este setor. O INEP (2015) ao avaliar o item alunos em atraso escolar revela uma estatística que põe o Estado numa posição nada confortável, pois é o Estado brasileiro com maior porcentagem de alunos em atraso escolar na área rural, isso corresponde a 69,8%, seguido do Pará com 60,3% e Piauí com 57,7%. Essa taxa de distorção idade-série é referente aos estudantes com mais de dois anos de atraso escolar.

Os dados de 2013 mostraram que as escolas das áreas rurais das regiões Norte e Nordeste são as que concentraram as maiores taxas de distorção idade-série no ensino médio público. Analisando por número de estudantes na área urbana e rural, tem-se um total de 32,7% de alunos de escola pública do ensino médio com idade incompatível com série em curso. Parte desse atraso vem do ensino fundamental o que corresponde a 23,7%. Dados do período referente aos anos de 2006-2013 apresentaram uma redução da dessa taxa, de 46% para 29,5%.

Outro quadro apresenta o Estado com uma estatística de 33% de alunos com aprendizagem adequada no item competência de leitura e interpretação de textos até o 5º ano

na rede pública de ensino (22.349 de 66.984 alunos); 19% aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 9º ano (11.945 de 61.524); e, 25% aprenderam o adequadamente na competência de resolução de problemas até o 5º ano (16.666 de 66.984).

Nascimento (2012, p. 81) acrescenta que “falar sobre educação na Amazônia pressupõe uma realidade de profunda ausência do Estado no que se refere à implementação de políticas públicas para os povos tradicionais”. Nos estudos realizados pela autora em comunidades amazônicas constatou-se que não há preocupação em oferecer uma educação específica de acordo com os desafios da zona rural. Esta é uma realidade vivenciada pela maioria das comunidades da Amazônia que convivem com problemas de infraestrutura precária das escolas, “oferta irregular da merenda escolar, com professores com contratos temporários, mal remunerados, sem auxílio deslocamento. O resultado do é um *deficit* educacional que prejudica o presente e o futuro das novas gerações” (IBIDEM, p. 83).

O movimento *Todos Pela Educação* estima que 70% corresponde à proporção de alunos que devem aprender o adequado até 2022, no Amazonas. Isso traz a expectativa de um futuro melhor, mas requer muito esforço e interesse dos governantes juntamente com a sociedade para que possamos chegar a uma educação de qualidade.

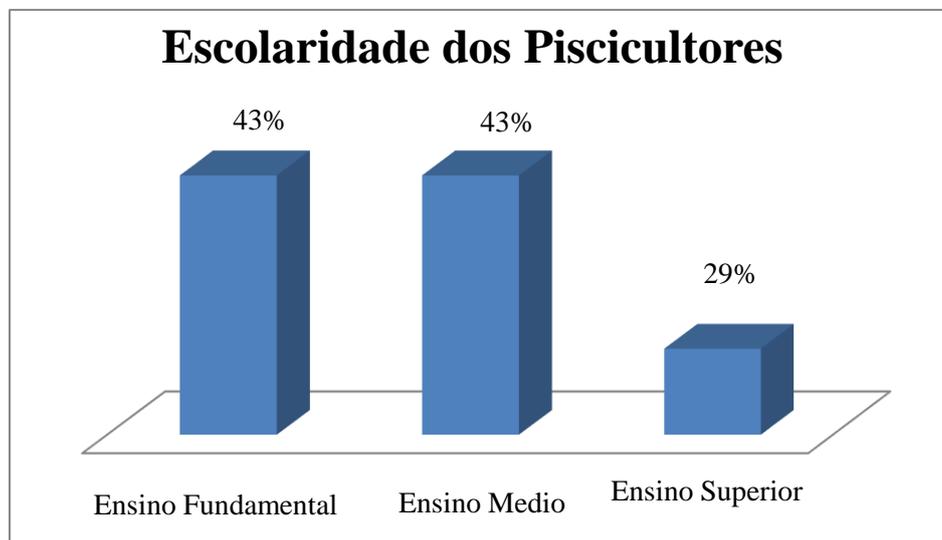


Gráfico 4 - Nível de escolaridade dos piscicultores  
Fonte – Pesquisa de campo/2015.

Nos piscicultores ouvidos durante esta pesquisa, foi confirmado o mesmo percentual de trabalhadores com ensino fundamental e ensino médio, 43% (Gráfico 4), sendo que aqueles com formação no ensino fundamental cursaram apenas as séries iniciais. Incluem-se neste

percentual os sujeitos com faixa etária de idade entre 60-83 anos, o nível de escolaridade é baixo, informaram que apenas aprenderam a assinar o nome.

Como principal justificativa para tal situação evidencia-se às condições socioeconômicas das famílias, posto que, desde muito cedo precisaram trabalhar para contribuir no sustento de casa. Dessa forma, o trabalho na agricultura e no extrativismo suplantaram os estudos em função da luta pela sobrevivência, o que pode ser constatado na no comentário de uma entrevistada: “sempre trabalhei muito, trabalho desde cedo na roça, plantava de tudo, hoje ainda trabalho na agricultura e não deixo meu trabalho na roça” (Z.S.S, 60 anos, entrevista/2015).

Em outros discursos ouviu-se que não havia como conciliar o trabalho com os estudos, pois passavam semanas e até meses no alto do Javari no trabalho da extração da madeira. Sobre essa realidade vivenciada pelos povos da floresta, Bourdieu (1979), explica que o homem, de modo geral, ainda cedo busca alguma forma de trabalho para garantir sua sobrevivência, muitas vezes opta pelo trabalho e não pelos estudos ou abandona ou nem sequer chega a frequentar a escola.

A possibilidade de inserção no mercado de trabalho é muito mais difícil, uma vez que esse mercado exige qualificação técnica, por causa disso, esse homem perde a liberdade de escolher uma profissão que atenda às suas necessidades pessoais e profissionais. Para Bourdieu (1979, p. 56) “quanto mais cedo se deixa de frequentar a escola, mais restrita é a variedade de escolhas. A cada um dos graus de instrução corresponde um grau determinado de liberdade”. Ou seja, a falta de capacitação técnica submete o homem a aceitar todo e qualquer emprego disponível, independente se vai lhe trazer satisfação, “não é o trabalhador que escolhe seu trabalho, mas o trabalho que escolhe o trabalhador”.

Apesar de pouco estudo, os sujeitos desta pesquisa manifestaram preocupação com a educação dos filhos. Os mais abastados economicamente, enviaram seus filhos para estudar em Manaus, outros informaram que se mudam para a cidade para oferecer melhor condições de estudo aos seus filhos, pois a vida no trabalho da agricultura e pesca está cada vez mais difícil. Acreditam que a presença da universidade é uma oportunidade para que seus filhos tenham uma profissão.

A esse respeito Bourdieu (1979), ressalta que à proporção que os jovens vão se inserindo no mercado de emprego adquirem um outro *status*, assumem autonomia de suas vidas, isso faz com que os pais atribuam maior valor à educação dos filhos.

Dentre os que cursaram o ensino médio foram encontrados aqueles com formação em técnico agrícola e do ensino superior formado na área de ciências agrárias. Ou seja, já havia

afinidade com o setor agrícola e a piscicultura veio atender o desejo de trabalhar no setor primário.

Os informantes reconhecem a importância dos missionários capuchinos no desenvolvimento da educação em Benjamin Constant e na região do Alto Solimões. Esses religiosos combinavam ensino, disciplina, educação religiosa e o esporte, faziam um trabalho que despertava o interesse do jovem pelo estudo, conforme relata um dos sujeitos da pesquisa: “a igreja tem uma trajetória no Alto Solimões, desde o começo contribuiu muito na parte educacional, historicamente temos os capuchinhos que foram responsáveis pelo ensino de muitas gerações, eram eles que tomavam conta da educação, eles se retiraram dessa atividade e aí veio o verdadeiro caos” (J.H.O, entrevista/2015).

Outro fator que contribuiu na formação intelectual de uma geração foi a presença do Campos Avançado da UFAM na cidade de Benjamin Constant. Para um entrevistado, a ausência de políticas educacionais, de emprego e renda levaram grande parte de sua geração a buscarem novas oportunidades nos grandes centros, ao que revela:

O governo inconsequente criou um vazio imenso na nossa cidade, não se preocupou em preencher esse vazio da educação com o mínimo padrão de dignidade, por exemplo: na minha geração, eu que sou um caboclo teimoso que ficou por aqui, mas a minha geração foi toda embora, meus amigos eu conto nos dedos, o que ficou foi uma colega de aula que casou por aqui, meus colegas homens e mulheres solteiras foram toda embora, nesse Brasil a fora. A tendência é que quem tem uma condição melhor também vá embora, a valência é que agora temos a universidade e é uma razão para ficar. São quase dois mil alunos, imagina, antes você terminava o primário, o ginásio e já tinha que terminar os estudos em Manaus. Hoje, o jovem cursa a universidade, mas qual é a diferença que está fazendo no nosso contexto? Em termos de mentalidade faz diferença, mas esse profissional se forma, mas não fica na cidade, ele vai embora, então é em vão, a universidade está importando intelecto, você pode ver, se formou capital, não ficam aqui, o sexo feminino é que faz a diferença, quando se casa por aqui se estabelece, mas o masculino vai embora (entrevista/2015).

Deste relato, observa-se a falta de políticas educacionais, de emprego e renda voltadas para os povos tradicionais que teve como consequência o esvaziamento das cidades do interior. Com a implantação da Zona Franca de Manaus, em 1967, que resultou na criação de um parte industrial e a expansão do comércio e vários outros serviços na capital do Estado. A exclusão dos filhos dos trabalhadores da educação formal foi ainda mais grave (TORRES, 2005).

Se por um lado, Manaus vivenciava um período de crescimento econômico que inspirou confiança do investidor para instalar vários negócios na cidade, por outro, proliferava-se bolsões de miséria com ampla exclusão dos trabalhadores da vida escolar, sem que o Estado

garantissem a eles vagas suficientes nas escolas. Nesse contexto, Manaus integra-se às economias nacional e internacional, o que permitiu a ampliação e melhoria de transporte e comunicação.

A instalação de várias empresas e o crescente comércio de bens e serviços demandavam grande contingente de mão de obra, isso estimulou o processo de migração para a cidade de Manaus. Para Bentes (1993), é nesse período que acontece o esvaziamento do interior, que culminou na queda da produção agrícola. A oferta de mão de obra em abundância na cidade de Manaus, em contraste com a problemática da falta de emprego nas cidades do interior do Estado, deslocou os trabalhadores da educação formal em face da impossibilidade de continuar os estudos. Muitos chegaram a Benjamin Constant cursando apenas o ensino fundamental, uma vez que é o único oferecido na Amazônia profunda. O ensino médio é cursado na cidade.

A falta de perspectivas de melhores condições de vida resultou na deserção do homem amazônico do seu local de origem. A chegada de muitos migrantes atraídos pela oferta de emprego trouxe uma série de transformações à malha populacional da capital amazonense, consignado no inchaço urbano da cidade.

Sobre o número de filhos que compõem a família dos trabalhadores da piscicultura, foi diagnosticado que: 25%, possuem 8 filhos; 19%, 6 filhos; o menor percentual é de 6%, que corresponde a 2 filhos.

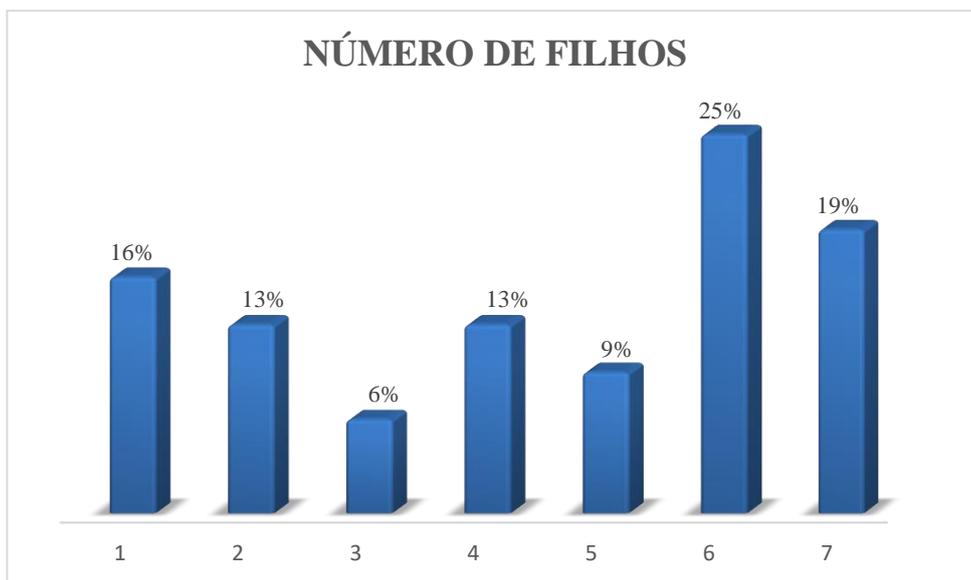


Gráfico 5 – Número de Filhos  
Fonte – Pesquisa de campo/2015

A média de composição das famílias é de 4 a 5 filhos. Para essas famílias o produto da atividade piscícola é importante, uma vez serve como complemento da renda familiar e para o

autoconsumo, além de realizarem outras atividades na área do próprio terreno, como relata um dos entrevistados:

A piscicultura é muito importante para mim e minha família. A gente também desenvolve a atividade de horticultura, produz couve, alface, cheiro verde, que serve para manter o terreno, por que a piscicultura geralmente a gente despesca de ano em ano. Hoje no terreno estamos desenvolvendo o projeto de dendê, já estão começando a comprar o dendê, também desenvolvemos a meliponicultura. A piscicultura é uma atividade boa para mim, ela tem retorno, é muito bom trabalhar com a piscicultura, a mão de obra não é tão grande, a mão de obra que você utiliza é mais para alimentar os peixes, depois que eles estão no viveiro e no período da despesca. A piscicultura além de trazer um benefício para gente, eu me identifico, eu gosto muito da piscicultura me traz alegria de poder está desenvolvendo produtividade e oferecer um produto de qualidade para os consumidores (K.E.S.C, 46 anos, entrevista/2015).

A piscicultura é importante na medida em que serve como complemento de renda para a maioria dos produtores e apresenta características de ocupações típicas da Amazônia, uma atividade que aproxima o trabalhador da natureza, permite a relação entre homem e natureza, suas atividades laborais são realizadas nos lagos e igarapés onde são criadas algumas espécies de peixes, principalmente o tambaqui, que serve para consumo e comercialização. Os piscicultores trabalham no manejo da pesca e realizam outras atividades simultâneas, buscando novas formas de obtenção de renda, possuem forte vínculo com o trabalho que é elemento essencial em suas vidas.

Para Marx (1985, p. 149) “antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural”. Na concepção marxiana o trabalho não consiste apenas na simples transformação da natureza, mas supõe também a formação do homem no trabalho e pelo trabalho na medida em que transforma a natureza, a si mesmo, e, por conseguinte, transforma mundo. O trabalho é a essência humana, uma vez que pertence unicamente ao homem e se difere da atividade vital dos animais, pois a atividade decorrente do trabalho humano é consciente.

Para Bourdieu (1979), o sentido do trabalho não está centrado unicamente na necessidade de subsistência, mas em outros aspectos como a preocupação da dignidade do trabalhador que pode ser ferida quando não se sente útil e produtivo.

Pode-se dizer que o trabalho da piscicultura possui características similares às diferentes ocupações existentes na Amazônia, onde homem e natureza se interrelacionam. O trabalho do piscicultor tem relação com os elementos da natureza, daí dizer que é uma atividade

que aproxima homem e natureza, como no trabalho da despesca<sup>21</sup> (Figura 09) e no trabalho de alimentação dos peixes (Figura 10).



Figura 9- Trabalho da despesca  
Fonte – PIBIC/2012



Figura 10 - Trabalho na alimentação dos peixes  
Fonte – IDAM/2015

Identificou-se nesta pesquisa que os grandes e médios piscicultores conseguem manter em média de 3 a 5 funcionários trabalhando com a piscicultura nos seus estabelecimentos. No período noturno há sempre um funcionário inspecionando os açudes para evitar furto dos peixes. Também contratam trabalhadores temporários para realizarem a despesca (Figura 09).

Enquanto os pequenos trabalham em regime familiar, os filhos se dividem entre as atividades laborais e os estudos. O produto da piscicultura, como visto, não tem grande impacto no orçamento da família da maioria dos trabalhadores, mas tem sua importância como renda complementar. Para muitas famílias ela representa a garantia das refeições e uma pequena renda extra. Espera-se que no futuro esse quadro seja diferente, que essa atividade venha representar a base da sobrevivência e a melhoria na qualidade de vida de muitas famílias desprovidas de emprego e renda, mas que não fogem dos desafios para garantir a reprodução da vida nesta parte imensa da Amazônia.

<sup>21</sup> É a colheita ou retirada dos peixes dos viveiros quando eles alcançam o peso ideal de mercado ou de consumo. A despesca pode ser parcial ou total, a primeira consiste na retirada dos peixes com rede de arrasto para ser comercializado. A segunda é quando o viveiro é totalmente esvaziado e o peixe é coletado no final.

## 2.2 Os viveiros como lugar de trabalho

Em Benjamin Constant o rio Solimões é a porta de entrada da cidade. É ele que acolhe quem chega, ostentando a sua função social na vida de muitas pessoas que habitam esse longínquo lugar. O rio assegura o convívio entre o homem-natureza, mas também garante a subsistência de homens e mulheres que utilizam o rio como *locus* de trabalho. Características tradicionais e modernas se misturam ao modo de vida dos habitantes locais, os elementos da natureza entrecortam o seu cotidiano.

É da terra, da floresta e dos rios que o homem amazônico retira os recursos que garantem a reprodução da vida e das suas relações sociais. Os rios são o ponto de referência neste recanto da Amazônia, como preconiza Tocantins (1973), o rio comanda a vida nesta localidade, pois alimenta e edifica a vida do homem amazônico.

A interação do homem-natureza tem início ainda na infância quando as crianças aprendem desde muito cedo a se relacionar com natureza de forma harmoniosa, respeitando seus limites e conhecendo a sua dinâmica desde o ventre materno. Dão continuidade a esta convivência no ato de nadar e o banhar de suas genitoras que o fazem nas águas dos rios e igarapés. A adaptação do homem da Amazônia ao meio natural é uma exigência necessária da vida.



Figura 11 - Crianças se deslocando de canoa  
Fonte - Pesquisa de campo/2013.



Figura 12 - Crianças nadando na beira do rio  
Fonte - Pesquisa de campo/2013

O poema de Thiago de Mello *Lição de escuridão* (1981) traduz o valor cultural e simbólico que o homem amazônico confere aos rios e floresta, assim entoa poeta:

Sabes o nome e o segredo de todas as árvores, a paragem calada que os peixes preferem quando as águas começam a crescer. Pelo canto, a cor do bico, o jeito de voar. Identificas todos os pássaros da selva. Sozinho (eu mais Deus, tu me explicas). Atravessas a noite no centro da mata. Corajoso e paciente na tocaia da caça. A traição dos felinos não te vence (MELLO, 1981, p. 19).

As águas, os rios e a floresta não são apenas recursos de subsistência, mas também uma constelação de mitos, lendas, tradições e subjetividades que permeiam o imaginário regional. A esse respeito Torres (2005, p. 49) explica que,

[...] o grande rio e a floresta constituem-se na motricidade canalizadora dos sentidos da vida para o caboco. Seus medos, angústias, esperanças, utopias, crenças, fantasias, imaginação, ciclos vitais e significado da morte são questões que encontram sentidos e respostas no universo mítico dos povos da floresta, com quem o caboco mantém uma relação de proximidade e receio.

O conhecimento tradicional permite ao homem amazônico usufruir dos recursos naturais com responsabilidade e maestria, pois como diz Furtado (1993), é necessário saber lidar com o ambiente aquático. Para quem reside na Amazônia, *navegar é preciso*.

Determinados meios de transporte são indispensáveis e até como instrumento de trabalho, as canoas a remo, o canoão ou rabeta (Figura 13), a balieira (Figura 14) são os principais meios de transporte fluvial utilizados em Benjamin Constant. Transportam pessoas a lugares de curta e média distância como as cidades próximas, comunidades ribeirinhas, nas pescarias, entre outros. O transporte fluvial é o meio de locomoção de curta e média duração dos habitantes deste lugar, o rio é a estrada que leva as pessoas a vários lugares.



Figura 13 - Meio de Transporte Amazônico - Canoão  
Fonte - Pesquisa de campo/2013



Figura 14 - Meio de Transporte Amazônico - Balieira  
Fonte - Pesquisa de campo/2013

Nas viagens de longa distância são utilizados barcos de grande e médio porte ou mesmo as Lanchas. Numa região onde a canoa é instrumento típico do homem amazônico, Tocantins (1973, p. 82), faz a seguinte analogia: “a canoa supre o cavalo. O campo é a água do meândrico sistema hidrográfico. O caboclo mesmo batizou de montaria ao casco ligeiro que singra o dorso das águas, enveredando pelos rios, furos, igarapés e até por entre a floresta submersa”.

Na visão de Thiago de Mello (1981) rio e canoa embalam a vida do homem amazônico, o rio que lava os males e a canoa que conduz a caminhos da esperança, assim diz o poeta: “ser capaz, como um rio que leva sozinho a canoa que se cansa, de servir de caminho para a esperança. E de lavar do límpido a mágoa da mancha, como o rio que leva, e lava” (IBIDEM, 1981, p. 19).

Para o pescador benjamin-constantense ou simplesmente benjaminense como se autodenominam, os rios se interligam a eles num sentimento de pertença, de modo que o homem pertence ao rio, assim como o rio pertence ao homem, essa integração entre homem-rio é uma singularidade da geografia local, denominado por Tocantins (1973), de “primado social dos rios”, onde os rios são palcos geradores de fenômenos sociais em que o homem amazônico se entrega ao seu comando numa relação de reciprocidade.

Dos rios provêm o sustento de muitas famílias de Benjamin Constant, a pesca é o principal meio que assegura a sobrevivência, sobretudo, dos povos tradicionais que migraram das áreas de várzea e comunidades rurais para as cidades próximas como Benjamin Constant, Atalaia do Norte e Tabatinga em busca de melhores condições de vida e educação para seus filhos, mas a pesca continua incorporada ao modo de vida dessas pessoas.

Grande parte das famílias que migraram para o município de Benjamin Constant passou a ocupar as margens próximas ao rio Javari<sup>22</sup> na fronteira com a República do Peru, uma forma de reproduzir seus antigos espaços de convivências. Foi assim que o bairro conhecido como Javarzinho se formou, concentrando inúmeras famílias de pescadores. O bairro comporta basicamente pescadores, que ainda na infância já foram ensinados a desenvolver as habilidades da arte da pesca.

O bairro reúne características marcantes do modo de vida ribeirinho presentes nas moradias, relações de compadrio e nas formas de trabalho, dentre outras características. Esse homem amazônico foi denominado por Fraxe (2000) de homem anfíbio. Conforme a autora, “os homens anfíbios conseguem não só retirar os meios de sobrevivência necessários, mesmo

---

<sup>22</sup> Rio que faz fronteira com a República do Peru. Este rio se encontra com o rio Solimões em frente ao município de Benjamin Constant.

que escassos, da terra e da água como também constroem uma rede de relações sociais de troca e de complementaridade no “mundo do trabalho” (IBIDEM, p. 22).

O rio para o homem amazônico tem múltiplos significados, é o lugar de trabalho, espaço onde são realizadas as atividades laborais, os rios, lagos e igarapés são fontes de várias espécies de peixe que servem para o autoconsumo e outra parte é comercializada e transformada em renda. Além disso, é núcleo de lazer, de energia positiva que alimenta a sua espiritualidade. Para Santos e Santos (2005), na Amazônia a pesca é uma das atividades humanas mais importantes e representa a sua principal fonte de alimento, comércio, renda e lazer de grande parte de seus habitantes, sobretudo daqueles que habitam as margens dos rios. Os rios, através da pesca é de grande importância para uma expressiva parcela dos povos tradicionais de Benjamin Constant.

De acordo com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Amazonas (SRTE-AM), até janeiro de 2014, o município de Benjamin Constant é o segundo lugar com número de pescadores, totalizando 2,2 mil. A Associação dos pescadores de Benjamin Constant, atualmente comporta 1.800 pescadores profissionais e 400 pescadores associados por esporte, aquele que tem permissão para realizar a atividade eventualmente, sem que se configure como profissão. Dentre os quais 1400 recebem o Seguro Defeso e 190 são aposentados. Esse número de filiados é composto por pescadores ribeirinhos indígenas das etnias ticuna, cocama e matis. Residem nas 64 comunidades 1.425 pescadores filiados e na sede do município 475, conforme informações do presidente da Colônia, João Vieira da Silva.

Os pescadores de Benjamin Constant praticam a pesca de forma artesanal com fins de subsistência e comercial. As áreas de pesca mais procuradas pelos pescadores são os rios Solimões e Javari, Ituí, Curuçá e os lagos Aratituba, Jatimana, Arara, Jurará, Jenipapo e o Tucano.

Dentre os peixes de escama de maior demanda comercial destacam-se: tambaqui, pirarucu, jaraqui, matrinhã, curimatá, pirapitinga, pacu, e dentre as espécies de peixes lisos, sobressaem: o surubim, piraíba, piramutaba e dourado.

A frota pesqueira dos associados é composta por pequenas embarcações, como as canoas e rabetas, quase sempre de sua propriedade. Quanto aos instrumentos de pesca os mais utilizados são as malhadeiras, tarrafas, zagaias, caniços, flechas, arpões e poitas<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Apetrecho de pesca também conhecido como bóia muito usado por pescadores da região. Utilizado nas pescarias em águas mais ou menos rasas, lagos e igarapés. A poita é composta de uma linha de nylon de número variando entre 30 a 50, o comprimento pode ser de 1 a 2 metros, dependendo da profundidade da água.

As práticas predatórias de muitas espécies de peixes e a sobrepesca de espécies de maior valor comercial, como o pirarucu e o tambaqui têm contribuído na diminuição da oferta de pescado, consequência da redução dos estoques naturais. Esse fenômeno vem dificultando a vida dos pescadores que precisam da pesca para manter suas famílias e com pequeno excedente auferir renda. Furtado (1993, p. 199) assinala que:

O conhecimento do ambiente em que vivem e a habilidade para fazer as coisas para utilizar esse ambiente, à medida em que vão sendo transmitidos e absorvidos pelas gerações, transformam práticas, hábitos de vida, modos de apreensão e apropriação da natureza com traços característicos do povo no seio do qual são desenvolvidos. Ambos são apreendidos de modo empírico, pelo contato íntimo com a natureza (terra, água, floresta) e com o próprio homem. Mas, em sendo traços característicos, não implicam perenidade. O ritmo acelerado do processo de mudança no contexto da sociedade traz (e já está trazendo) efeitos modificadores para esses patrimônios culturais e/ou mesmo para redefinição nesses campos.

As políticas públicas voltadas para o setor pesqueiro insistem em priorizar o fator econômico, valorizando a acumulação do capital em detrimento da devastação dos recursos pesqueiros, as mudanças, fruto desse modelo, trouxeram grande impacto na vida do pescador artesanal, de modo que levou a um processo de exclusão.

Scherer (2013) explica que o setor pesqueiro constitui um dos segmentos de trabalhadores rurais brasileiro pouco reconhecido, até recentemente, ignorados pelo Estado, principalmente no que se refere aos planos desenvolvimentistas que envolvem seus territórios socialmente construídos para trabalho e lazer, impactam seu modo de vida e está longe de atender suas reais necessidades materiais, culturais e simbólicas. Chama atenção ainda ao fato de que os gestores estatais desconhecem as especificidades socioculturais e ambientais desse segmento e que os diferencia dos demais trabalhadores rurais brasileiros.

Para Diegues e Arruda (2001), esse processo resulta na pauperização dos povos tradicionais, bem como na perda dos direitos históricos sobre as áreas em que viviam. A pauperização desses povos conduz as comunidades a explorar intensamente os recursos naturais, o que desencadeia uma condição socioeconômica precária.

Em Benjamin Constant, a escassez de recursos financeiros do pescador, até mesmo para realizar as pescarias, tem feito com que muitos pescadores permaneçam dias de trabalho nos lagos e rios, dedicando seu esforço de trabalho para o empreendedor colombiano, aquele que contrata o pescador para pescar em território brasileiro. Oferece todas as condições e infraestrutura necessárias, de maneira que o pescador se torna dependente e destina toda a sua

produção ao empreendedor estrangeiro. Esse fenômeno ocorre sobretudo com a pesca de peixe liso que tem valor agregado no mercado de Letícia. Nesta contabilidade quem sempre sai em condições desfavorável é o pescador.

Tal situação tem reduzido consideravelmente a oferta de pescado no mercado local, a produção não tem suprido a demanda de consumo na cidade. Existe um princípio na economia que explica a relação entre oferta e demanda: quando a demanda é maior que a oferta o preço do produto tende a elevar-se, causando impactos na renda do consumidor que busca produtos substitutos com preços mais acessíveis. Ou seja, há uma retração no consumo por conta do aumento nos preços.

A redução dos estoques pesqueiros, além de parte da produção voltada ao mercado de Letícia tem afetado diretamente o abastecimento do mercado de Benjamin Constant, havendo, pois, retração no consumo de peixes por parte das famílias que dependem do pescado como base alimentar, conforme podemos perceber na fala de um dos piscicultores ouvidos neste estudo:

Hoje nós estamos consumindo peixe mais caro do que os produtos frigorificados. A nossa população está sendo abastecida por frangos, que vem do Sul do país, nossa cidade não tem uma criação agrícola na produção de frango de corte, temos uma na produção de ovos, mas que não é suficiente. O peixe, cada vez mais caro e mais raro, era nossa base alimentar, era comida de pobre. Hoje o peixe é comida de rico, o pobre vai para o mercado, não compra mais peixe, vai para comprar o frango frigorificado, esse é seu estoque, sua dispensa. Hoje para se encontrar uma sardinha no mercado é difícil, tem época que duram três meses ou então no período da piracema, quando é o pique da enchente, geralmente sobe, mas isso cada vez mais diminuindo e eu não vejo uma política agrícola para o Amazonas. A gente tem que sair da ilusão, achar que vivemos no paraíso, na fartura, é uma enganação. Ninguém acredita se falarmos para um sulista que o ribeirinho está subnutrido porque não come mais peixe. Essa é a verdade, ele sai para pescar para lugares, cada vez mais longe, antes era no porto da casa dele, hoje, isso não existe mais, a pesca está em crise (J.H.A.O, entrevista/2015).

Petrere Júnior (2007), alerta que cresce a demanda mundial do pescado tem elevado o preço nos mercados, deixando de ser um item de baixo valor comercial e com a redução nos estoques naturais a tendência é a potencialização desse fenômeno.

Lima (2005), ratifica que esse crescimento ascende a necessidade de atender a demanda interna e externa em relação à carne do pescado, além disso, a procura tem se mostrado crescente em função da excelente qualidade protéica que o produto reúne. Ressalta ainda que:

Há necessidade de superação dos déficits alimentares que assolam as populações brasileiras e mundiais. Esses fatores ressaltam a importância da piscicultura para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Amazonas, justificando a sua inserção entre as principais atividades detentoras de potencialidades regionais. Além de a piscicultura permitir o surgimento, o crescimento e a sustentação da agroindústria do pescado, fator que merece destaque devido ao tamanho do mercado potencial amazônico, nacional e internacional, Assim, a piscicultura é também considerada como atividade complementar aos programas de conservação, recuperação e ampliação dos estoques naturais, dada a queda acentuada que vem apresentando o setor pesqueiro (LIMA, 2005, p.06).

No entendimento de Silva (2008), a piscicultura evoluiu tecnologicamente com o objetivo de melhorar o aproveitamento de espaço, de recursos naturais disponíveis e o aumento da produtividade, associado às melhorias das técnicas de cultivo com maiores densidades de estocagem como estruturas denominadas de viveiros.

A piscicultura é uma modalidade de exploração de organismos aquáticos de grande importância como fonte de proteína para o consumo humano, favorecida pela redução dos estoques pesqueiros naturais. Nos últimos tempos vem se acelerando devido a ação do homem no meio ambiente como a poluição, o desmatamento, represamento entre outros, somados a mudança do hábito alimentar das pessoas e o aparecimento de produtos mais práticos para o consumo.

A vasta espécie de peixes existentes nos rios e lagos da Amazônia é o ingrediente indispensável na alimentação dos povos da região. Entretanto, a escassez do pescado tem elevado os preços e, em virtude disso, está ocorrendo mudanças no hábito alimentar das comunidades, devido justamente ao encarecimento do pescado, como já visto.

Em Benjamin Constant, a piscicultura vem ocupando o mercado que antes pertencia prioritariamente à pesca artesanal, isso tem incentivado a produção que vem ganhando parcela do mercado consumidor interno. De acordo com o Secretário de Produção Municipal:

A pesca artesanal sozinha, hoje, não consegue abastecer o mercado de Benjamin Constant. A piscicultura se comercializa o ano todo, no mercado todos dias os piscicultores estão comercializando, principalmente aos sábados e domingos (Kelly Eduardo Cardoso, entrevista/2015).

O Secretário de Produção Municipal ressalta ainda que atualmente a produção da piscicultura vem suprindo a diminuição do pescado na feira e mercado da cidade, ou seja, vem complementando o abastecimento no mercado local. Como analisado anteriormente, a oferta do pescado vem diminuindo devido a redução dos estoques naturais de muitas espécies.

Além disso, uma parte dos pescadores preferem vender sua produção no mercado de Tabatinga e Letícia, principalmente o peixe liso devido a valorização do preço dessas espécies no mercado colombiano, inclusive há pescadores que se voltam só para a captura de peixes liso. Para o consumidor de Benjamin Constant o peixe criado em cativeiro está mais acessível, em termos de preço, que o peixe dos lagos e rios. Ou seja, a piscicultura encontra no mercado local potenciais consumidores e um produto de aceitação.

De acordo com Zaniboni Filho (1997), paulatinamente os estoques naturais dos recursos pesqueiros, especialmente o peixe, vem sendo reduzido, refletindo numa gradual redução de captura de peixes de água doce. Por outro lado, cresce a demanda mundial por pescado considerado de alto valor nutritivo. Essa realidade tem propiciado o desenvolvimento da aquicultura, principalmente a piscicultura, tornando-se uma importante alternativa para a produção de pescado. É, pois uma atividade que cresce em vários países como novo foco da exploração dos recursos aquáticos, devido a capacidade de produzir alimento saudável e rico em nutrientes e repositor dos estoques naturais.

O embrião da piscicultura em Benjamin Constant iniciou em 1990 idealizado por um amazônida que sempre acreditou que os recursos da natureza, quando otimizados, poderiam melhorar a vida de muitas pessoas, principalmente daquelas que residem no interior da Amazônia, onde a quase ausência do Estado faz com que esses habitantes vivam precariamente sem acesso aos bens e serviços sociais, muitas pessoas vivem com poucos recursos que são insuficientes para prover as necessidades primárias de sobrevivência, até os recursos da natureza já estão se tornando escassos. Em princípio a ideia causou surpresa e rendeu o título de sonhador a este amazônida, que comentou:

Eu fui funcionário da FUNAI, vivi de perto o quanto nosso indígena passa fome, não tanto o homem, mas a mulher indígena, ela é uma verdadeira heroína, isso me sensibilizou muito. Sou uma pessoa que gosta de pesquisar, um autodidata, foi a busca de uma alternativa que pudesse, pelo menos, amenizar essa situação de subnutrição, de carência de nosso caboco que é calamitosa. Antes a fartura era maior, hoje a própria caça está difícil, o peixe cada vez mais difícil, os produtos refrigerados passaram a ser a alimentação básica, então a piscicultura nasceu exatamente para contribuir. Hoje temos 200 e pouco hectares de espelhos d'água, mais de 120 proprietários de açudes, temos uma estação de piscicultura eficiente, está aí sendo útil, mais de um milhão de alevinos sendo distribuídos no ano, para mim, como sou filho daqui eu digo que faz parte de minha obra. Falo isso no sentido de ter contribuído, de ter sido pioneiro, por que antes a gente era tido como louco, até hoje eu tenho esse título, ah... o Henrique é um sonhador, um louco. Imagina você falar há 20 anos atrás na possibilidade de distribuir peixe em um saco plástico, entendeu? Como se distribui pinto em caixinha, era loucura, você construir, imaginar o futuro é uma visão que nem todo mundo tem. Nós somos vítimas

de uma cultura imediatista, do aqui agora e acabou-se. Eu insisto até hoje em procurar meios de mudança. Infelizmente a política aqui é o maior obstáculo, cada governo é uma mentalidade, você não tem um processo de continuidade garantido, você muda uma pessoa, mudou tudo, as vezes, acaba um trabalho de 10, 20 anos por que mudou a política, mas isso faz parte, a ideia é essa, mudar a mentalidade, dizem que a gente tem duas formas de ver o mundo, é virar a cabeça para atrás, olhar o passado que a gente não pode mais mudar nada, ou olhar para frente com uma perspectiva de mudança e de melhorias (J.H.A.O, entrevista/2015).

O entrevistado em questão manifesta a sua preocupação com relação a diminuição dos recursos naturais que se aceleram nos últimos tempos, fonte essencial de sobrevivência do homem amazônico. Também, critica a ausência do Estado nesta área de fronteira que tem se negado a atender as crescentes demandas sociais. Embora tais demandas sejam do conhecimento dos governos em todas as suas esferas não se observa ações concretas para solucionar os problemas.

A situação do emprego e renda nesta região requer políticas de desenvolvimento, supõe investimentos nos mercados de oportunidade, e o poder público deveria comparecer como o grande investidor e promotor por meio de um plano de desenvolvimento pautado no uso adequado das potencialidades e da realidade local.

Para Pereira e Nascimento (2012), o Estado é a entidade que detém o monopólio da coerção em um país, cumpre a este ente proteger as liberdades individuais de cada cidadão por meio de um Estado Legal que garanta ao cidadão direitos, segurança e ordem. Sua função é de estabelecer os próprios fundamentos e funcionamento do mercado em momentos propícios.

A falta de atenção do Estado para com os povos tradicionais não é recente, as políticas de desenvolvimento do setor rural pouco se concretizaram nessas localidades. Nascimento (2002) assinala que o Estado não criou condições para desenvolver o interior. Pochmann (2008, p. 137) chama a atenção para o fato de que “ as políticas públicas no meio rural ainda estão por receber maior atenção na agenda do emprego”.

O modelo Zona Franca abarcou os grandes investimentos na indústria de transformação e em menor dimensão nos demais setores urbanos. As políticas do modelo Zona Franca concentraram os grandes investimentos na indústria de transformação e em menor dimensão nos demais setores urbanos. Isso significou que o setor agropecuário ficou quase marginalizado do processo de desenvolvimento nos últimos anos. Ou seja, as políticas de desenvolvimento para o setor rural se deram de forma reduzida e fragmentada, resultando em um setor agrícola de baixa produtividade, com baixo nível de emprego e renda quando comparado aos postos de trabalho e salários em outros setores.

A respeito do modelo de Zona Franca criados com o objetivo de impulsionar a economia de regiões com escassez de capital, Torres (2004, p. 141), adverte para o fato de que:

O problema desse tipo de modelo de desenvolvimento é que ele é fortemente travejado pelas relações de poder. As categorias nação/região/local são elementos que se agregam ao projeto maior que deu origem à Zona Franca de Manaus. Pode-se dizer que esse modelo de isenção de impostos e incentivos fiscais às empresas transnacionais significou, como diretriz do poder público, a internacionalização da economia ancorada no discurso do desenvolvimento regional e na melhoria das condições de vida às populações locais, o que se revelaria uma falácia ao longo de sua história.

O interior amazônico ficou relegado à situação de marginalização, posto que os investimentos foram concentrados prioritariamente nos grandes centros, deixando os habitantes das cidades distantes com poucas alternativas de acesso ao mercado de trabalho, levando-os a forjarem novas estratégias como garantia da reprodução da vida. Buscam, então, na terra, na floresta e nos rios um meio para prover a sobrevivência.

A piscicultura em Benjamin Constant é uma atividade com grande potencial produtivo, como vimos assinalando, mas como toda atividade econômica requer investimentos para se manter produtiva no mercado de concorrência. Isso acaba por excluir os produtores desprovidos de capital produtivo, o que leva a uma produção centralizada numa minoria detentora de capital.

O engenheiro de pesca e gerente do IDAM afirma que a piscicultura em Benjamin Constant pode se transformar em uma atividade geradora de renda para o pequeno piscicultor, pois as condições são favoráveis, segundo este:

A piscicultura pode representar uma alternativa de geração de renda para o pequeno piscicultor por que em um tanque de viveiro escavado, se você seguir as normas técnicas e a qualidade d'água, você pode chegar a oito toneladas de peixes por hectare. Aqui no município vende-se ao preço de R\$ 10,00 o quilo do tambaqui, então oito toneladas ao preço de R\$ 10,00, obtém-se R\$ 80.000/ano em um hectare, comparando com outras atividades como a pecuária e outras criações, a piscicultura é bastante rentável (Janderson Garcez, entrevista/2015).

De fato, a piscicultura pode se desenvolver com grande potencial econômico no município, inclusive as condições naturais de Benjamin Constant são favoráveis, para isto, necessita, no entanto, se organizar para produzir e superar os entraves da cadeia produtiva. Sobre a atividade, cabe destacar, que a piscicultura não é recente, há milênios já era praticada

pelos gregos. É, pois um produto que vem crescendo à proporção que aumenta a demanda por alimentos. É uma atividade rentável e o retorno dos investimentos se dá no curto prazo quando há eficiência produtiva.

Para Teixeira Filho (1991), a piscicultura tem perspectiva de se firmar no segmento industrial com capacidade de movimentar elevados valores financeiros nos mais diferentes países. Com o aprimoramento das técnicas e transferência de tecnologia na aquicultura o setor vem superando os entraves nos elos da cadeia produtiva, isso tem elevado o crescimento da produção de peixe em cativeiro. O investimento vem atendendo a crescente demanda mundial por alimentos.

Em Benjamin Constant, o grande desafio consiste no acesso aos elos da cadeia produtiva para poder produzir em escalas e investir em inovação tecnológica para agregar valor ao produto. A atividade piscícola, como qualquer outra atividade econômica, se relaciona com outros agentes econômicos que mantêm interrelacionamento com o ambiente externo de onde retira os recursos materiais e humanos indispensáveis na produção de bens e serviços. Essa relação também permite conhecer o mercado, as necessidades e as expectativas dos consumidores, são informações necessárias para produzir bens e serviços com qualidade e preço acessíveis, o que exige informação qualificada.

O sonho de se implantar um projeto em Benjamin Constant parecia tornar-se realidade, não fosse o descompromisso do Poder Público que não deu continuidade a essa política. Por intermédio da ação do Estado e do Governo Federal foi possível instalar a estrutura básica necessária para iniciar a produção da piscicultura em Benjamin Constant como a fábrica de ração, a estação de piscicultura para a reprodução dos alevinos.

Benjamin Constant despertava para um grande potencial econômico, com capacidade produtiva que vinha beneficiar muitos trabalhadores. Durante 2 anos manteve a capacidade máxima de produção, destacou-se como o maior polo de piscicultura do Alto Solimões e conquistou um lugar de destaque entre os cinco principais produtores do Amazonas, conforme relato do gerente do IDAM de Benjamin Constant:

Benjamin Constant é considerado o principal polo piscicultor do Alto Solimões, tem mais de 150 piscicultores, mais de 200 hectares de lamina d'água, está entre os cinco municípios do Amazonas na piscicultura, só perdendo para aqueles municípios no entorno de Manaus. A gente conseguindo fechar a cadeia produtiva, poderemos realizar um seminário institucional, convidando todas as instituições que trabalham com a parte da piscicultura, poderíamos trazer palestras de professores do sul ou do nordeste que trabalham com piscicultura mais intensiva para mostrar aqui no

município. Poderíamos trabalhar um congresso, apresentar o uso de aerador<sup>24</sup> que é uma tecnologia nova e juntar com outros municípios. A Associação aqui tem uma grande estrutura, possui uma fábrica de ração, uma sala de beneficiamento com câmeras frigoríficas, só que a fábrica de ração não funciona, não tem insumos aqui no alto Solimões, como o milho e soja que são os principais ingredientes da ração, tem câmeras frigoríficas, a sala de beneficiamento que fica ao lado do mercado, a câmera frigorífica não funciona por causa de um túnel de congelamento, tendo o apoio da prefeitura, do governo do Estado, isso tem como voltar a funcionar, principalmente na parte de frios, a fábrica de ração é um pouco mais complicado voltar a funcionar (Janderson Garcez, entrevista/2015).

Embora os poderes públicos tenham implementado políticas públicas engendradas por meio de suas agências de fomento e desenvolvimento rural na atividade piscícola, as quais serviram de alicerce para a execução do projeto, faltou um planejamento orçamentário que pudesse sustentar, no médio prazo, o funcionamento da fábrica de ração e sua modernização. Não houve a continuidade de políticas voltadas para atender as condições necessárias para dotar os produtores de autonomia técnica e financeira a fim de produzir de forma eficaz.

A falta de recursos financeiros levou ao fechamento da fábrica de ração, pois não havia mais insumos para manter em funcionamento a produção da ração. A escassez de capital faz com que o pequeno produtor utilize práticas pouco eficazes, de baixa tecnologia, o que leva a baixa produtividade.

Ademais, se deparam com outras dificuldades operacionais em face da carência de infraestrutura de transporte, beneficiamento, armazenagem e comercialização da produção, bem como a falta de garantia para a contratação de crédito financeiro e assistência técnica. Isso dificulta o acesso do produtor ao mercado, pois a produção é de caráter de subsistência e baixa qualidade, deixando o produto sem competitividade.

A ausência de políticas públicas direcionadas ao pequeno produtor gera um mercado de concorrência desleal, de caráter elitista, concentrador de renda e excludente, visto que somente os médios e grandes empreendedores conseguem manter a produção. Sobre as principais dificuldades enfrentadas pelo pequeno produtor no Estado, Nascimento e Silva (2015, p. 14) argumentam que:

Esse quadro é resultante da descapitalização do próprio produtor, da ausência de orientação agrônômica efetiva, da baixa geração de tecnologias adaptáveis ao ambiente amazônico. Se isso não bastasse, os produtores rurais enfrentam uma disputa desvantajosa da agricultura frente às outras prioridades

---

<sup>24</sup> Equipamento que serve para melhorar a produtividade da piscicultura, o aerador é colocado na superfície da água dos tanques, tem a finalidade de realizar a incorporação de oxigênio para a água.

governamentais, da dificuldade na organização da produção, do analfabetismo, entre outros problemas estruturais.

Ainda seguindo o entendimento de Nascimento e Silva (2015, p. 20), tem-se que a prioridade do Estado está centrada no polo industrial e do comércio importador, suas demandas sempre dominam a cena nas decisões e escolhas das políticas públicas, “tanto da Suframa como para o Governo do Estado, de modo que a agricultura fora relegada a planos inferiores”.

Válido observar o relato do gerente do IDAM, sobre a falta prioridade do Estado com relação a piscicultura de Benjamin Constant, que age apenas com medidas paliativas e descontínuas:

Em 2013, o governo do Estado teve uma iniciativa muito boa que foi subsidiar o preço da ração e do frete, então, a ração aqui em Benjamin Constant ficou o mesmo preço de fábrica em Manaus. O governo através da SDS fez isso com os piscicultores, só que foi um projeto tão rápido que não deu tempo nem de divulgar para todos os piscicultores. Não houve aquele planejamento de quantidade de ração por piscicultor, chegaram quase 2.000 sacos de ração aqui no município. A ADS ficou comercializando a preço de fábrica e isso aí realmente barateou a ração, ficou entre R\$ 10,00 a R\$15,00 o preço da ração aqui no município. Foi uma ideia boa, só que a gente não tinha o planejamento de quantidade de ração por piscicultor, aconteceu que a ração, só pelo tempo de transporte até chegar aqui, já estava faltando dois meses para vencer a validade, então, os grandes piscicultores, todos eles ficaram com a ração, por que estavam preste a vencer. Não foi um projeto que chegou a atender 100% dos piscicultores, chegou a atender em média 40% dos piscicultores no máximo. Uma outra ideia que poderíamos trabalhar com o governo e a ADS era voltar esse projeto, mas de uma forma planejada, já sabendo quanto de ração por piscicultor, aí sim o piscicultor ia ter um preço e uma demanda exata, ou também, o governo, a ADS junto com AFEAM, poderiam fazer uma linha de crédito, o governo traria essa ração e os piscicultores poderiam no prazo de seis meses a um ano pagar para o governo via AFEAM, essa seria uma alternativa que a gente poderia trabalhar e apresentar como proposta para os piscicultores levarem até nossos governantes (Janderson Garcez, entrevista/2015).

Nina e Almeida (2015), ao analisarem o potencial agrícola do Estado do Amazonas identificaram vários produtos no Estado com grande potencial de produção para atender o mercado regional exportador, o que falta são políticas de fomento a agricultura no Estado. Além disso, advertem que no Estado cresce a demanda por alimentos, enquanto decresce a oferta de mão de obra no setor agrícola, isso significa pouca participação do setor na economia estadual.

No tocante à piscicultura Lima (2005), assinala que o Amazonas tem um pontencial subaproveitado que poderia promover um crescimento econômico. O desenvolvimento das potencialidades regionais depende de políticas locais para o setor e do apoio das instituições

de pesquisa. “A falta de uma maior integração entre essas instituições, a ausência de mecanismos de vinculação que viabilizem essas interações e, principalmente, a necessidade de reestruturação da extensão rural, de definição e interlocução de uma política agrícola ou agropecuária com as fontes de conhecimentos estão dificultando a transferência desses conhecimentos para os setores produtivos”(IBIDEM, 2005, p. 18).

Janderson Gracez (2015) reafirma a falta de prioridade, principalmente por parte do Estado para investir no polo piscícola de Benjamin Constant, posto que é de conhecimento das autoridades governamentais as principais dificuldades para concluir os elos da cadeia produtiva que vai insidir numa produção representativa. Os projetos são traçados, elaborados, algumas fases até iniciadas, mas não há uma continuidade o que compromete a eficácia das políticas do setor.

Atualmente, a economia mundial é regida pelo um modelo neoliberal. As forças de mercado mundial é que determinam as normas de mercado, impondo aos países a adoção de medidas voltadas para a abertura da economia com mínima interferência do Estado, a exemplo do que foi estabelecido pelo Consenso de Washington em 1989<sup>25</sup>.

Hoje, se assiste à adesão desse modelo pela maioria dos países do mundo, certamente com suas singularidades, como forma de se manterem ativos no mercado global que prima pela economia de livre mercado.

É um modelo que vem transformando profundamente o sistema de produção e consequentemente as formas de trabalho, ocasionando impactos irreversíveis sobre a classe trabalhadora, como a crescente taxa de desemprego, tornando uma ameaça frequente, principalmente ao Poder Público, que tem se mostrado incapaz de promover políticas públicas voltadas à geração de emprego e renda, bem como aos trabalhadores que se submetem às novas

---

<sup>25</sup> Orientação internacional elaborada em 1989 cujo objetivo foi propalar a conduta econômica neoliberal com intuito de combater as crises e misérias dos países subdesenvolvidos, sobremaneira os países da América Latina. Na realidade utilizava-se um discurso implícito de que os países da América Latina precisavam se modernizar. Tal modernização se daria através da abertura de suas economias para o mercado estrangeiro, ou seja, a modernização desses países dar-se-ia pelo mercado, especialmente para o norte americano. No Consenso de Washington, os EUA e, posteriormente, o FMI tomaram as medidas recomendadas como condição necessária para fornecer auxílio aos países em crises, bem como negociar as dívidas externas. Em caso de recusa ao cumprimento das normas, esses países encontrariam dificuldade para obter investimentos externos e ajuda internacional por partes dos EUA. O Brasil aderiu ao Consenso de Washington na década de 1990 no governo do então presidente Fernando Collor Melo, através da abertura da economia brasileira ao mercado externo. A maior parte da riqueza mundial é gerada pelo G8 que é formado pelos sete países mais industrializados do mundo: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália, Japão, e mais recentemente, a Rússia. Esse grupo realiza reuniões com os chefes de Estado de cada país integrante para discutirem matérias de aspectos econômicos, políticos, ambientais e sociais. Representam os principais acionistas dos grandes organismos financeiros do planeta, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

regras de exigências do mercado de trabalho, ou estão relegados a integrar estatísticas dos excluídos do mercado de trabalho.

No caso da piscicultura de Benjamin Constant, a mão indutora do Estado se faz necessária, como afirma uma das principais características do keynesianismo, é preciso a intervenção do Estado na economia, principalmente em áreas onde a iniciativa privada não tem capacidade ou não deseja atuar.

Em Benjamin Constant, até mesmo a sua condição de fronteira limita os investimentos privados, daí a necessidade maior da presença efetiva do Estado, faltam recursos para que a piscicultura possa alavancar e sair das práticas de subsistência. Para tanto, é mister os investimentos públicos para que de fato a atividade venha contribuir de forma expressiva no desenvolvimento da estrutura produtiva local. Vejamos a análise do Secretário de produção do município, quando perguntado sobre o que é preciso para alancar a atividade piscícola, a saber:

Hoje a prefeitura de Benjamin Constant, consegue manter em funcionamento a estação da piscicultura, estamos muito bem obrigado, a nossa estação tem alta capacidade de alevinos. Na minha concepção e nas conclusões de nossas discussões sobre o desenvolvimento da piscicultura no município, nós precisamos de uma indústria. Uma indústria toda equipada, com fábrica de gelo com túnel de congelamento, com máquina na qual nós possamos produzir o derivado do pescado, picadinho, hambúrguer, por que nós temos um mercado muito bom, o mercado da merenda escolar, não somente do município de Benjamin Constant, mas de Tabatinga, do Alto Solimões de um modo geral, é um mercado garantido, você tendo esses produtos derivados do pescado, você coloca na merenda escolar, tem como colocar. A falta de uma indústria também é um entrave, nós não temos como beneficiar o pescado, nós estamos lutando para fechar a cadeia produtiva, por que a produção é boa, mas nós não temos como beneficiar, nós não temos nem como conservar o peixe, nós não temos fábrica de gelo aqui no município (Kelly Eduardo Cardoso, entrevista/2015).

Observe-se no discurso do entrevistado, que apesar do esforço que o Poder Público vem fazendo para desenvolver a piscicultura, o município não dispõe de recursos para fazer grandes investimentos, como por exemplo, insumos para manter a produção da fábrica de ração e infraestrutura industrial para o beneficiamento do pescado dentro de um padrão e normas de qualidade exigidas pelos órgãos de fiscalização.

Lima (2005), considera que nesses casos, é preciso se construir redes de relacionamentos que tem papel importante no processo de desenvolvimento econômico de uma determinada região.

Através das redes se dá a transferência de conhecimentos e o desenvolvimento de competências nos setores produtivos. Em um contexto econômico, cuja

necessidade de se promoverem condições favoráveis à competitividade é cada vez mais crescente, torna-se imprescindível à percepção das vocações produtivas existentes, da diversidade e do caráter local dos processos de aprendizado, assim como à definição e interlocução da política tecnológica com as políticas industrial e macroeconômica, de modo a proporcionar os meios necessários à capacitação tecnológica requerida pelos setores produtivos (LIMA, 2005, p. 06).

Para o gerente do IDAM, Benjamin Constant tem potencial produtivo para se tornar um dos grandes produtores de peixe em cativeiro do Estado Amazonas, mas é preciso que os governos disponibilizem recursos para investimento no setor, investir em tecnologias e assistência ao pequeno produtor, pois este segmento de trabalhadores depende das políticas para continuar produzindo e alega:

Existe a cadeia produtiva, são os alevinos, depois tem o cultivo, cerca de um ano, para o cultivo é preciso ter alimentação e qualidade da água. Outra coisa que podemos citar aqui, hoje os nossos viveiros são abastecidos por chuvas e não por fontes naturais ou por nascentes, então a gente também depende do índice pluviométrico do município, quando chega no verão e passa muito tempo sem chover, dificulta o cultivo e cai a qualidade das águas dos viveiros. O uso da tecnologia poderia resolver o problema, o uso de um aerador poderia ser a alternativa, um aerador tem os custos em torno de R\$ 2.000,00 e paga energia elétrica, aqui em Benjamim não possui aerador. Nós colocamos no plano operativo a necessidade de fazer um viveiro modelo, que nós chamamos de unidade demonstrativa e nesse viveiro nós queremos adquirir um aerador, e deixar ele como experimento para que outros piscicultores vejam e observem a diferença que faz, um viveiro com aerador e uma criação sem aerador. Isso é uma nova tecnologia, nos municípios próximos a Manaus já é comum e aqui ainda não chegou. Nós temos essa meta para 2015 em adquirir um, mas isso depende, não somos nós que decidimos, depois da análise, é o IDAM central, eles autorizando a gente pode fazer essa unidade demonstrativa aqui no município (Janderson Garcez, entrevista/2015).

A falta de investimento em tecnologia adaptáveis às atividades na Amazônia têm relação com os estereótipos e caricaturas produzidos em relação à Amazônia, vista como mera produtora de matéria prima considerando a cultura dos povos tradicionais como primitiva, como inferior, que não agrega valor ao processo de desenvolvimento da região, tampouco contribui na arrecadação tributária do Estado. Castro (2010, p. 115) considera que:

Produtos como minério, madeira, gado bovino e pescado, na Amazônia, continuam a sair para o mercado por cadeias curtas e com reduzido padrão tecnológico. A imagem da Amazônia fonte inesgotável de recursos atualiza o mito do eldorado, mobiliza os interesses de acumulação e de cobiça, e se ancora numa percepção neocolonial.

O uso do areador<sup>26</sup> (Figuras 15 e 16) melhoraria a oxigenação da água dos viveiros, equipamento de grande importância para os piscicultores de Benjamin Constant. Com a oxigenação melhora-se a qualidade da água, desaparecem as doenças, melhora a taxa de conversão das rações e permite-se o adensamento da criação, ou seja, a aeração (feita pelo aparelho), aumenta a segurança e a produtividade na criação de organismos aquáticos. Esse equipamento é indispensável principalmente aos piscicultores que trabalham com tanque escavado.



Figura 15 – Aerador  
Fonte – Portal do Agronegócio/2015



Figura 16 – Aerador em funcionamento  
Fonte – Portal do Agronegócio/2015

Castro (2010), direciona a atenção sobre as prioridades de políticas de desenvolvimento para a Amazônia que continua excludente, na medida em que o pequeno produtor não encontra espaço no mercado de trabalho e renda, pois os grandes investimentos estão direcionados aos mercados de *commodities*<sup>27</sup>.

A Amazônia é hoje uma fronteira das *commodities*. A globalização e o aumento de competitividade têm provocado, no âmbito local, o acirramento das estratégias de apropriação de terras e de recursos, por empresas nacionais e internacionais, com vistas a investimentos imediatos ou reservas de nichos de mercado [...]. Elas tornam visíveis seus interesses no grande manancial

<sup>26</sup> Equipamento que serve para melhorar a produtividade da piscicultura, o aerador é colocado na superfície da água dos tanques, tem a finalidade de realizar a incorporação de oxigênio para a água.

<sup>27</sup> *Commodities* derivado do inglês e significa mercadorias. Definida como mercadoria, principalmente minérios e gêneros agrícolas. Essas mercadorias são produzidos em larga escala e comercializadas em nível mundial. As *commodities* são negociadas em bolsas mercadorias, portanto, seus preços são definidos em nível global pelo mercado internacional.

aquático da região. Igualmente, o Estado tem avaliado a ocupação exacerbada e inescrupulosa de terras públicas por empresas de mineração como a Vale, dentre outras. Por outro lado, a pressão de produtos intensivos de energia tem contribuído com a visão autoritária de considerar os rios da Amazônia como prioridade energética. O Estado tem optado pela solução mais tradicional de desenvolvimento, ineficaz social e ambientalmente, que é a construção de grandes obras de infraestrutura para garantir a produção de bens primários de exportação (CASTRO,201, p. 114-115).

Para o piscicultor de Benjamin Constant, o trabalho nesta atividade tem um significado diferente na medida em que o aproxima da natureza. É uma atividade prazerosa de convívio com a terra, o rio e floresta, estabelecendo uma interrelação entre trabalho e lazer. Um dos entrevistados ao ser perguntado sobre o açude (Figura 17), revela: “tenho orgulho de ser piscicultor, além de me ajudar com a renda, é uma terapia. Traz um convívio com a natureza, é um lazer, é tudo de bom. Não vou deixar nunca de ser piscicultor, aproveito tudo do peixe. Meu projeto futuro é criar pirarucu e quelônios” (J.C.P, 53 anos, entrevista/2015).

Para este trabalhador da piscicultura a essencialidade do trabalho não se resume somente ao fator econômico. O desejo de continuar investindo na área é motivada pela possibilidade de poder conciliar renda e lazer no meio à natureza. A relação de produção e venda para o mercado consumidor pelos piscicultores não os afasta de outras formas de conexão com a natureza, descrita por Max, quando se trata da necessidade do homem buscar por sua própria ação, regular e controlar seu metabolismo com a natureza. “Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade” (MARX, 1985, p. 150).



Figura 17 – Açude Paiva  
Fonte – Pesquisa de campo/2015



Figura 18 – Açude Oliveira  
Fonte – Pesquisa de campo/2015

Com olhos fixos e de admiração no seu açude (Figura 18) o piscicultor entrevistado declara que esta profissão é uma forma também de contemplar a natureza e se revela um apaixonado pela arte da criação de peixe em cativeiro, declarando:

Qualquer atividade começa com o desejar, com o querer verdadeiro, aquele que vem lá do fundo. Eu sou um apaixonado pela piscicultura, incrível, não tenho paixão para criar boi, não me fascina, eu até acho bonito, já o peixe é uma coisa que me causa uma atração, me fascina amanhecer dando comida para os peixes, ver ele boiar é uma terapia, é gostar, ninguém gosta da natureza sem ter a sensibilidade de contemplação do belo, é questão de sensibilidade, eu acho que você tem que ser vocacionado, a gente vai construindo devagar, mas o silêncio me fascina (J.H. A.O, entrevista/2015).

Para o piscicultor de Benjamin Constant, o trabalho está longe de ser um castigo, peso e sofrimento e a obrigação de trabalhar somente para satisfazer as suas necessidades como fora considerado em tempos idos na perspectiva judaico-cristã. Pode-se analisar sob uma perspectiva marxiana que o ato de reprodução da vida humana ocorre através do trabalho que distingue o homem de todas as formas não humanas, em todas as formas de trabalho humano existe uma evidente dimensão humana. O trabalho é concebido como “o momento pleno da realização do ser social, circunstância que o homem se distingue de todos os seres vivos” (MAX, 1985, p. 201).

A atividade piscícola reafirma essa relação que o homem amazônico vivencia com a natureza, conforme relato de um outro sujeito desta pesquisa, que comenta:

A piscicultura é uma oportunidade de conviver com a natureza, sem dúvida, só de você está ali alimentando os peixes, ver comendo aquela ração isso é muito gratificante. E quando você tem vontade de comer um peixe, você ir lá, sem está prejudicando a natureza, é uma coisa que você está criando, que você está produzindo, isso é muito gratificante (K.E.S.C, 46 anos, entrevista/2015).

Embora a sociologia do trabalho não reconheça a diversidade de ocupações existentes na Amazônia, essas atividades são necessárias para a sobrevivência de muitas famílias que residem nas difentes localidades da região. São trabalhadores que estão inseridos na produção e são partícipes da dinâmica do mercado de competitividade, visto que é nesse mercado que negociam os seus produtos de onde auferem recursos para a sobrevivência.

Não há como se eximir dos tentáculos do capitalismo, estão sujeitos às desigualdades socioeconômicas e à contradição entre capital e trabalho. É notório, que desde os tempos coloniais, as formas de ocupações tradicionais da Amazônia sempre foram invisíveis e consideradas de baixo *status* social e depreende-se que também os piscicultores dentro dessa

visão eurocêntrica, sobretudo aqueles que vivem da subsistência, que não tem acesso ao capital de giro para investimento, estão sempre dependendo do apoio do Poder Público. Para Torres (2005), na base da depreciação das formas de ocupação na Amazônia está o preconceito étnico e a exclusão social.

Thompson (2011), ao estudar a classe operária inglesa enverendou suas observações pela história vista de baixo colocando em evidência os trabalhadores esquecidos e considerados de baixo *status* social como os camponeses, artesãos, operários, dentre outros que tiveram suas histórias esquecidas, silenciadas e relegadas. Em suas análises, este autor destaca que a classe de trabalhadores constrói suas vidas a partir de suas experiências e, além disso, procurou resgatar aqueles que faziam parte da massa esquecida e que tinham vasta experiência em vários ofícios de trabalho. Note-se que a experiência é uma ferramenta indispensável na formação da consciência de classe, é o teor que move e dá sentido às lutas dos trabalhadores e conduz à mudança social.

Assim como Thompson, Hobsbawm (2000), buscou resgatar o movimento operário esquecido. Se para Thompson a classe operária se constrói na experiência vivida no cotidiano do interior do espaço fabril, onde são compartilhados crenças, valores, ideologias e a vida dos sujeitos, na Amazônia os trabalhadores se constroem no estreito interrelacionamento de experiências com elementos da natureza.

Com efeito, deve-se reconhecer que para os piscicultores de Benjamin Constant o sonho de mudança é poder ser lembrado pelos Governos Municipal, Estadual e Federal, não somente em período eleitoral, mas por meio de políticas efetivas de trabalho, emprego e geração de renda que propiciem melhores condições de vida. Embora estes trabalhadores da piscicultura estejam organizados politicamente por meio de uma associação, ainda falta consciência coletiva, para que a mudança aconteça e os piscicultores tenham seu trabalho reconhecido. É preciso que a categoria conquiste sua emancipação e equidade social.

### 2.3 Expropriação dos piscicultores de Benjamin Constant

O modelo de economia amazônica sempre esteve voltado para fora, foi assim com as drogas do sertão, com a borracha, madeira, minérios e tantos outros recursos naturais disponíveis no solo amazônico e que seguiram para o exterior como produtos de exportação semielaborados ou *in natura*.

A persistência do modelo econômico baseado na exportação de matéria prima trouxe danos irreparáveis à natureza, além de se revelar excludente e concentrador de rendas. Loureiro (2014, p. 41) esclarece que “a renda se formava pelo trabalho de muitos, mas se concentrava nas mãos de poucos; disso decorreu na sociedade amazônica a formação de classes sociais concentradas nos extremos”. Sobre o assunto, um dos entrevistados da pesquisa relembra sobre o contingente de trabalhadores que se deslocavam para o Alto Solimões para extrair toras de madeira:

No tempo da madeira que nós tínhamos uma base de 500 empregados, entre funcionários e trabalhador de madeira que a gente ajudava as famílias que ficavam aqui na cidade. O cara ia lá pro Alto (Javari), mas a gente tinha que dá dinheiro para as famílias que ficavam aqui. Eu dava dinheiro toda semana porque muitos deles não podiam levar as famílias, muitos dos filhos estudavam, então a mulher ficava aqui com os filhos e eles iam trabalhar (A.C.M, entrevista/2015).

Apesar da ilusão do contingente de postos de emprego gerados pela atividade madeireira, a classe trabalhadora vivia em precárias condições de trabalho, tanto nas matas das florestas, quanto nas serrarias, eram submetidos à intensa exploração. Os ganhos eram concentrados nas mãos do empresariado. De acordo com Loureiro (2009, p. 95), estudos científicos<sup>28</sup> mostraram que:

Mesmo nas serrarias os empregos gerados eram poucos, porque a madeira era apenas beneficiada primariamente e os salários eram extremamente reduzidos, raros passando do salário mínimo legal. Além dos salários muito baixos, as condições de trabalho nas serrarias eram sofríveis, desrespeitando a dignidade humana e colocando em risco a saúde e a vida de dos trabalhadores.

A atividade madeira produziu restrita diversificação econômica, situação que impactou no baixo desempenho socioeconômico e não criou as condições necessárias para um desenvolvimento durável no âmbito local, em virtude disso, com o declínio da produção houve a necessidade de novas alternativas econômicas. Em Benjamin Constant, emergem como alternativas a piscicultura, a atividade de olaria com a fabricação de tijolos e telhas e a retomada das atividades agrícolas tradicionais.

Precisava-se de novas propostas para fomentar a economia da região. No final da década de 90, o Governo do Estado do Amazonas através do programa de desenvolvimento

---

<sup>28</sup> Relatórios Brundtland e Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

denominado 3º Ciclo tinha como meta incentivar a prática da piscicultura e outras atividades agrícolas com vistas ao desenvolvimento econômico do interior do Estado, propiciando ao pequeno produtor condições necessárias à produção de gêneros agrícolas para abastecer a capital e gerar emprego e renda no interior. Este programa, por meio do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM) e a Secretaria de Produção Rural (SEPROR), em parceria com a Prefeitura local buscava nesta atividade um novo impulso para a economia do município.

Para o Secretário de Produção e Abastecimento do município, Kelly Eduardo Cardoso, a atividade piscícola vinha ao encontro das necessidades de muitas famílias excluídas do mercado de trabalho e desprovidas de renda e relata:

A piscicultura trouxe esperança e expectativa para o povo de Benjamin Constant, antes de desenvolver a piscicultura a maioria das pessoas do município trabalhava com extrativismo, com essa problemática da demarcação das terras indígenas, o pessoal que trabalhava com amadeira, borracha, tiveram que vir para o município e nós tivemos uma grande dificuldade, porque essas pessoas não tinham uma atividade econômica para se manter. Foi de onde surgiu a piscicultura, com a iniciativa do ex-vereador Zé Henrique e Valério Grace que foram os pioneiros, praticamente foram os que trouxeram a piscicultura criada em barragem e tanques escavados, desde daí viemos trabalhando, se reuniu um grupo de pessoas interessadas em trabalhar desenvolver a piscicultura, viram que o município tem um grande potencial, inclusive hoje nós temos muitas pessoas envolvidas na piscicultura e que ela realmente veio como uma atividade econômica para o município de Benjamin Constant (Cardoso, 46 anos, entrevista/2015).

A falta de uma atividade econômica, associada à migração de muitas pessoas das comunidades para a cidade de Benjamin Constant, foi se transformando num problema social que preocupava as autoridades locais. A piscicultura surge a partir da iniciativa de José Henrique Oliveira, como já visto, que aproveitou seus conhecimentos de técnico agrícola, juntamente com o mandato de vereador para articular um projeto de alternativa econômica para o município.

A partir da identificação do potencial natural para se produzir peixe em cativeiro foi possível incluir Benjamin Constant no Programa de Desenvolvimento do Governo do Estado do Amazonas denominado Terceiro Ciclo. Tal programa tinha como objetivo desenvolver economicamente o interior do Estado, criando condições de melhoria de vida dos povos do interior, dando oportunidade para as pessoas produzirem para o seu sustento e, ainda pudessem contribuir com a economia do Estado.

“No final da década de 1990 com o projeto do governo do Estado do Amazonas, denominado de Terceiro Ciclo, há incentivos à prática da piscicultura e das atividades agrícolas, haja vista, a decadência das empresas de serrarias em 1994 a 1995” (SOUZA, 2015, p. 63).

Nos anos iniciais da formulação do projeto, a Associação dos Piscicultores de Benjamin Constant estabeleceu parcerias com outras instituições, as quais foram essenciais na execução de um projeto de piscicultura no município, sem as parcerias seria muito difícil executá-lo.

O IDAM foi responsável pela capacitação técnica dos piscicultores, iniciando a avaliação do local dos viveiros, escolhas das espécies a serem cultivadas, teste de adaptação das espécies, qualidade da água e nível de oxigênio. A Prefeitura local financiou a construção dos viveiros cedendo maquinário e, o SEBRAE ensinou as técnicas de manejo e aplicação de técnicas de reprodução e nutrição dos organismos aquáticos.

Por outro lado, a parceria entre os Governos Estadual e Federal e a Prefeitura local foi de grande importância porque resultou na instalação da estação de reprodução de peixes, composta pelo laboratório (Figura 19) onde também é feita a reprodução dos alevinos e os tanques escavados (Figura 20) as principais espécies criadas são o tambaqui curumim (*Colossomamacropomum*), curimatã (*Prochilodusnigricans*), Matrinchã (*Bryconcephalus*) e pirapitinga (*Piaractus brachypomus*).

Essa estação de piscicultura é mantida pela prefeitura de Benjamin Constant que reproduz os alevinos e distribui para os piscicultores, também utiliza para fazer o povoamento de lagos.



Figura 19 - Laboratório de Piscicultura  
Fonte - Pesquisa de campo/2015



Figura 20 - Tanque Escavado da Estação de Piscicultura  
Fonte - Pesquisa de campo/2015

Nas palavras do Secretário de Produção e Abastecimento do município, Kelly Eduardo Cardoso:

Hoje Benjamin Constant tem um grande potencial. Nós temos bastante espelho d'água no município, a produção está grande só para você ter uma ideia, dezembro do ano passado nós distribuimos quase um milhão de alevinos. A gente tem ajudado outros municípios, tem doado alevinos para eles. A gente tem feito um trabalho, através da secretaria, de repovoamento dos rios, dos lagos, a gente solta alguns desses alevinos, agora no dia 27 de janeiro, dia do município a gente faz uma ação dessas, sai para povoar vários lagos com alevinos de tambaqui, pirapitinga, curimatã (entrevista/2015).

É perpetível o potencial piscícola de Benjamin Constant, amplamente revelado nesta pesquisa e, inegável o fato de que isso pode contribuir com a economia dos municípios do Alto Solimões. Com o aproveitamento do potencial regional e investimentos no setor, é possível potencializar setor da pesca artesanal através da agroindústria, além de contribuir na recuperação e equilíbrio dos estoques naturais pesqueiros, conforme já assinalado. Inclusive, a associação dos piscicultores vem realizando um trabalho de povoamento dos lagos, juntamente com a comunidade.

Para Lima (2005, p. 6), a piscicultura permite:

O surgimento, o crescimento e a sustentação da agroindústria do pescado, fator que merece destaque devido ao tamanho do mercado potencial amazônico, nacional e internacional. Assim, a piscicultura é também considerada como atividade complementar aos programas de conservação, recuperação e ampliação dos estoques naturais, dada a queda acentuada que vem apresentando o setor pesqueiro.

Na Amazônia, a piscicultura tem se sobressaído como fonte de renda e trabalho para muitas pessoas de diferentes lugares da região, principalmente aquelas que não compõem o quadro do mercado de trabalho. Além disso, o produto advindo da piscicultura é um substituto do pescado natural e tem abastecido parte do mercado regional face à problemática da escassez dos recursos pesqueiros, ganhando importância no mercado regional, nacional e internacional, uma vez que cresce a demanda por alimentos proteicos, enquanto diminuem os estoques naturais de muitas espécies de peixes.

A estação de piscicultura da associação dos piscicultores de Benjamin Constant tem capacidade de produzir 1.000.000 (um milhão) de alevinos por cada reprodução. O período de reprodução acontece nos meses de novembro a maio. A capacidade atende a demanda de todos

os criadouros de Benjamin Constant e adjacências, além de desenvolver um projeto de repovoamento de rios e lagos.

Um dos elos mais importantes da cadeia produtiva<sup>29</sup> da piscicultura são os insumos, mas também é o que mais encarece os custos de produção. Na tentativa de minimizar esses custos os piscicultores de Benjamin Constant uniram esforços para instalar a fábrica de ração, resultado da parceria com a arquidiocese do Alto Solimões, coordenada pelo bispo Dom Alcimar Magalhães, vindo a funcionar em 2002.

Durante dois anos (2002-2004), a fábrica esteve em funcionamento, a produção cresceu, embora não se tenha registros da quantidade produzida ela foi significativa. Benjamin Constant, conquistou o título de maior produtor de peixe em cativeiro da região do Alto Solimões e com perspectiva de vir a ocupar o 2º pólo mais produtivo do Estado, perdendo somente para o município de Rio Preto da Eva.

O trabalho da Associação e de seus parceiros foi fundamental nesse processo, pois contribuiu para que os piscicultores pudessem produzir com custos menores, principalmente a ração que é um dos itens de maior impacto na cadeia produtiva. Os piscicultores passaram a abastecer o mercado local, de Tabatinga, Letícia e Manaus.

Embora, tenham se deparado com problemas na comercialização, principalmente no tocante à logística, muitos produtores conseguiam obter margem de lucro com a atividade, a fábrica de ração propiciava um preço acessível a todos os piscicultores e tornava viável a atividade do ponto de vista da rentabilidade.

Após dois anos de produção ocorreu a desativação da fábrica de ração e acabou comprometendo substancialmente a produção de pescado em cativeiro, principalmente dos pequenos piscicultores, aqueles que não dispõem de capital de giro para investimento e para suprir as necessidades financeiras de seus empreendimentos. Sobre isso, o Secretário de Produção do Município, Kelly Eduardo Cardoso se manifesta:

Nós tivemos aqui um projeto da fábrica de ração que veio através do Dom Alcimar, bispo do Alto Solimões que manteve funcionando por anos. Infelizmente, depois desse período, não deu certo pelo fato do município não produzir os insumos necessários para garantir a produção, principalmente o milho que é de 60% a 70% da ração junto com a soja, mas a proporção maior

---

<sup>29</sup>A cadeia produtiva da piscicultura é constituída pelos segmentos de insumos e serviços, sistemas produtivos, transformação, comercialização e consumo, bem como dos ambientes organizacional e institucional. Em razão da grande interdependência destes segmentos, para o alcance de maior produtividade é necessário que sua atuação seja integrada e que tenha o apoio das atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

é o milho. No período em que essa fábrica estava funcionando, ela inaugurou em junho de 2002, se não me falha a memória, para todos nós, foi um ponto positivo, expandiu não somente a piscicultura, mas também a avicultura, suinocultura. A fábrica não se limitou a fabricar ração a piscicultura, mas para outros animais, isso melhorou a economia do município, gerou renda para quem trabalhava com a piscicultura, avicultura, suinocultura (entrevista/2015).

Dom Alcimar Magalhães tem uma história de luta pela causa dos povos da região do Alto Solimões. Atuando durante muitos anos como pároco, prelado e, atualmente, como bispo emérito. Viu-se nesta pesquisa que ele participou decisivamente na implantação do projeto de piscicultura em Benjamin Constant e sempre defendeu esse projeto como alternativa de emprego e renda, além de fonte de alimento protéico para muitas famílias que sempre tiveram no peixe a base da sua alimentação, sobretudo os povos que habitam as comunidades indígenas.

A iniciativa de se instalar uma fábrica de ração na cidade contou com significativa participação da diocese do Alto Solimões liderada por Dom Alcimar Magalhães que sempre esteve à frente da realização do projeto e da administração da fábrica de ração. Ressalte-se que foi na gestão da diocese do Alto Solimões que a fábrica permaneceu produtiva por dois anos, e foi com a transferência da direção da fábrica a Associação dos piscicultores que ela deixou de produzir devido a falta de recursos materiais e técnicos.

A atividade piscícola em Benjamin Constant enfrenta falhas nos elos da cadeia produtiva os quais vem comprometendo a ascensão da produção, sobremaneira dos pequenos empreendimentos que dependem de apoio governamental. O primeiro elo da cadeia produtiva da piscicultura, que são os insumos que é um grande problema a ser solucionado.

A Associação, ao assumir a direção da fábrica de ração passou por uma série de dificuldades, principalmente de ordem financeira para mantê-la funcionando, posto que não possui autonomia financeira, o único recurso que dispõe é o da contribuição no valor de R\$ 15,00 mensal paga por cada associado. “A ração custa de 60% a 70% dos custos de produção, então além de ser de alto custo, você tem que ter uma tecnologia altamente adequada para ela ser padronizada, uma falha no resultado compromete tudo” (Geraldo Bernardino, 62 anos, entrevista/2016).

Os elevados custos da matéria prima da ração, neste caso, o milho e a soja, além do custo do frete para se chegar até Benjamin Constant, devido a difícil logística que eleva o preço do frete e encarece ainda mais os insumos inviabilizou a produção da ração, isso acarretou o fechamento da fábrica. “Um dos entraves é a falta de insumos, o milho para chegar até aqui vem do centro oeste, e a logística do centro oeste até aqui fica inviável. Com a soja é a mesma

coisa, fazer um frete de uma balsa de Porto Velho até Benjamin Constant gastaria quase um mês, portanto, o custo dessa ração ficaria bastante alto” (Janderson Garcez, entrevista/2015).

Estudo realizado pelo BNDS sobre o panorama da aquicultura no Brasil identificou que a ração é o insumo com maior peso sobre o custo da produção, podendo representar até 70% do total, dependendo da espécie aquática. Para se obter altas taxas de produtividade é necessário o uso de rações balanceadas e de boa qualidade, em função da melhoria da taxa de conversão alimentar, que é a razão entre a quantidade de alimento consumido e o ganho de peso.

Lovell (1998) assegura que os alimentos industrializados (rações) são a fonte principal ou exclusiva de nutrientes para os peixes, e podem representar até 70% dos custos de produção, principalmente nos sistemas de produção intensivos. Sobre os custos de produção, Martins (2006) explica que na produção de um bem ou na prestação de um serviço é necessária a utilização de outros bens ou serviços, esse gasto é denominado custo. Por exemplo: a matéria prima utilizada na fabricação de um determinado produto, no momento de sua utilização ela surge como custo de produção do bem elaborado.

O mercado da aquicultura<sup>30</sup> no mundo inteiro vem crescendo nos últimos anos, principalmente devido a redução dos estoques pesqueiros naturais, ocasionado pela exploração indiscriminada desses recursos. Ou seja, a quantidade de pescado capturado não atende plenamente a demanda de consumo, havendo sempre uma diferença entre a quantidade de pescado capturado e a demanda de consumo, assim a aquicultura se tornou uma das alternativas mais viáveis para atender a produção do mercado consumidor de alimento de alto valor proteico para consumo humano.

De acordo com pesquisas desenvolvidas pelo SEBRAE (2015), o mercado da piscicultura é amplo e tem grande potencial de crescimento. Somente entre 2005 e 2010, a produção nacional de pescados em cativeiro aumentou 86,3%, chegando a 479 mil toneladas, ainda assim, é insuficiente para abastecer o mercado interno, conforme estudos realizados pelo BNDS. O Brasil tem condições de produzir, de maneira sustentável, 20 milhões de toneladas por ano de pescado, de acordo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

---

<sup>30</sup> A aquicultura pode ser definida como o cultivo dos seres que têm na água o seu principal ou mais frequente ambiente de vida. Estuda técnicas de cultivo não só de peixes, mas também de crustáceos (como o camarão ou lagosta), moluscos (como o polvo e a lula), algas e outros organismos que vivem em ambientes aquáticos. Até rãs, tartarugas e jacarés podem ser criados para alimentação humana.

Boghtte *et al* (2000) considera que o Brasil tem um importante mercado consumidor que é abastecido por importações, a baixa produção nacional decorre de alguns gargalos no tocante aos aspectos: regulatórios, técnicos e econômicos os quais impedem o setor de crescer. O potencial brasileiro é subaproveitado na medida em que as regiões brasileiras têm condições propícias e favoráveis para o cultivo de organismos aquáticos.

A esse respeito Zaniboni Filho (2005) explica que o Brasil possui potencial produtivo para se colocar entre os principais produtores da aquicultura mundial, com apenas 1% dos 5,5 milhões de hectares de águas represadas se fossem utilizadas (55 mil hectares) é suficiente para ocupar lugar de destaque neste segmento.

Para o homem amazônico falar em escassez do pescado ecoa como fantasia, posto que a Amazônia detém uma diversidade de espécies de peixes que secularmente foi a base de sua alimentação, mas, nos últimos anos, isso vem se tornando uma realidade que suscita profundas reflexões. Em Benjamin Constant o alto preço do pescado tem limitado o consumo, principalmente, das classes subalternas da cidade.

Atualmente, o peixe criado em cativeiro vem contribuindo no abastecimento do mercado local e no mercado colombiano com grande aceitação. A cidade de Letícia é abastecida pela pesca artesanal oriunda do rio Solimões, mas com a redução dos estoques pesqueiros esse mercado vem reduzindo a oferta. Um dos piscicultores ouvidos nesta pesquisa desenha o seguinte quadro:

Letícia é abastecida via aérea, esses aviões não dão menos que 4 ou 5 dias de viagem com avião cargueiro. Eles necessitam de carga para retornar e não possuem, antes eles levavam peixe, mas o estoque natural está quase na UTI. Inclusive, já houve fechamento de frigorífico por conta da queda da produção em torno de 70% do mercado, que era abastecido com nosso peixe. Tudo é abastecido pelo Solimões e Javari, mas agora está caindo drasticamente. O governo é informado, onde o diagnóstico aponta que entre 80% e 90% da estrutura frigorífica no Solimões é financiada por colombiano, usando testa de ferro, recebe o monopólio do peixe do Solimões, principalmente o peixe de couro, todo esse peixe vai para Letícia como produção de lá, depois vai para Bogotá, Medellín, de lá agrega valor e vai para o mundo. Então é triste ver esse nicho, não sendo aproveitado (J.H.A.O, entrevista/2015).

Esse mesmo entrevistado chama a atenção para a problemática da falta de fiscalização na tríplice fronteira que facilita a entrada e a saída de produtos ilegalmente. Neste caso, se refere ao pescado capturado nos rios e lagos brasileiros que saem diretamente para a Colômbia, isso decorre de uma relação de exploração entre pescadores brasileiros e empreendedores colombianos que financiam as pescarias em territórios do Brasil.

O pescado brasileiro entra no território colombiano onde é beneficiado e exportados para outros países como produção colombiana. Esse fenômeno é recorrente nesta área de fronteira e se traduz em desvantagens para o Brasil e para a população local, que vem deixando de consumir o pescado devido aos altos preços resultantes da sobrepesca que tem diminuído a oferta do peixe na região. Não se observa indicação de diálogo e mecanismos que levem à solução desse problema. É preciso que as autoridades dos países fronteiriços busquem, através de acordos de cooperação, a regularização e intercâmbio comercial de modo que venha a atender os interesses dos países.

Para Raposo, Witkoski e Fraxe (2009), a inserção da pesca comercial na Amazônia tem relação com os planos de desenvolvimento econômico adotados para a Amazônia no período militar, os quais tiveram impactos na pesca e no modo de vida dos pescadores artesanais. Os autores consideram que:

O advento do modo de produção capitalista na Amazônia insere os grupos sociais locais, as comunidades ribeirinhas, num processo de otimização (ainda que inicialmente *rústica*) da captura do pescado. A implementação de um mercado comercial abrangente e diversificado e, ao mesmo tempo, a aceleração do processo de apropriação dos recursos ictiofaunísticos, geraram a sobre-exploração dos recursos pesqueiros a partir de 80, culminando com o fracasso político das medidas de desenvolvimento econômico adotados para a Amazônia (IBIDEM, 2009, p. 193).

A pesca artesanal praticada pelos povos tradicionais era a base da alimentação das famílias, havia pouco excedente que servia como complemento da renda, com o passar do tempo cedeu lugar à pesca comercial exercida por pescadores profissionais com produção em escala para abastecer mercados regionais, extraregionais e exportador. Essa modalidade em muito contribuiu para a redução dos estoques naturais pesqueiros, isso também tem forte impacto na alimentação dos povos tradicionais, o pescado vem deixando de ser a principal alimentação do homem amazônico.

Hoje vivemos um ato de perfeita desprogramação, a pessoa não olha para a existência. Hoje o nosso alimento é o churro, de onde vem o churro? A pizza, de onde vem a pizza? Estamos de costas para a nossa realidade, sonhando com um mundo que não é nosso e portanto, sofrendo todas as consequências. O churro pode ser muito bom para o espanhol, para o europeu, mas não é a nossa comida, agora se fosse uma caldeirada, um peixe assado. Nós não temos um plantio, nós gostamos do tucumã, a nossa alimentação daqui que é regional, a tapioca, castanha, mas não temos mais plantio de tucumã e castanhas, cada ano está mais difícil de encontrar esses alimentos (Alcimar Magalhães, entrevista/2016).

Esse sujeito da pesquisa alerta para o fato de que o cotidiano do homem amazônico da região do Alto Solimões vive momentos de intensas mudanças nas formas de trabalho, costumes, saberes tradicionais, dieta alimentar, entre outros. Manifesta preocupação com relação aos hábitos alimentares dos povos desta região que se encontram em processo de mutação, à medida em que os alimentos típicos da região vem sendo substituídos pelos produtos industrializados e de outros países.

Os alimentos facilmente encontrados na floresta ou cultivados pelos povos tradicionais que eram a base da alimentação, com o passar do tempo vem sendo algo pertencente aos ancestrais. Na concepção de Oliveira (2000, p. 77), “as transformações ocorridas são parte de um processo social que ao destruir os antigos modos de vida traz implícito as condições de emergência de um novo modo de vida adaptado às novas determinações existentes”.

Para Schor (2016), a entrada de novos produtos na Amazônia, sobretudo os derivados da agroindústria brasileira estão relacionados à introdução de novas tecnologias e melhoria no sistema de transporte e comunicação que acabam por diminuir o tempo e as distâncias a cada novidade, são exemplos desses serviços o transporte de motor potente (lança a jato), ampliação dos serviços de telefonia celular e o acesso à rede mundial de computadores.

Assinala ainda Schor (2016), que a aliança entre mercado, tecnologia e a necessidade de lucro faz com que a introdução de produtos industrializados nas diferentes localidades da Amazônia acaba competindo com os produtos locais de alimentos *in natura*. A oferta dos produtos oriundos da agroindústria vem sendo substituídos pelos produtos locais e, por conseguinte, ocasionando mudança nos hábitos alimentares e culturais da região.

A piscicultura na região do Alto Solimões tem um vasto mercado consumidor, tanto interno quanto exportador, no caso Colômbia e Peru. Mas para conquistar esses mercados precisa-se completar a cadeia produtiva e investir nos pequenos estabelecimentos, a fim de superar as falhas de produção para que a produção venha atender esses mercados adequadamente.

Na atividade piscícola de Benjamin Constant, pode-se constatar que apesar dos pequenos avanços que colocaram o município como a maior produtor de pescado em cativeiro da região do Alto Solimões e o 2º polo produtor do Estado do Amazonas, ainda há muitos desafios a serem superados no âmbito da cadeia produtiva.

Existem muitos problemas para concluir com eficiência e eficácia os elos dessa cadeia. A falta de capital de giro compromete a produção do pequeno piscicultor que ao se deparar com o mercado é alijado. Sem a presença efetiva das políticas públicas não será possível o pequeno produtor manter-se neste mercado que é excludente e competitivo, vimos anteriormente que a

renda advinda da piscicultura para a maioria dos produtores não supre todas as suas necessidades, mas é importante como renda complementar para o orçamento dessas famílias.

Para fins de sobrevivência esses trabalhadores utilizam os recursos da natureza para garantir a reprodução da vida nas longínquas localidades da região. A Amazônia engendra variadas atividades ocupacionais que vão desde o extrativismo animal e vegetal, coleta de produtos da floresta, pesca, caça, até o trabalho industrial.

Torres (2004, p. 60) explica que “nas diferentes formas de organização do trabalho e nas relações de produção correspondentes aos diferentes momentos da história regional, pode-se perceber a expressiva participação das populações locais nas diversas atividades ocupacionais”.

Embora se tenha conhecimento da existência desses trabalhadores na região, categorias como o pescador, seringueiros, castanheiro, malveiro, roceiro, piscicultor dentre outros não são reconhecidas, tampouco tipificadas no âmbito da sociologia do trabalho. O não reconhecimento implica na exclusão social destes trabalhadores que compõem um estrato social discriminado e pouco valorizado, pelo fato de adotarem técnicas rudimentares e primitivas que não agregam valor capitalista, pois desde o período colonial as formas de ocupação tradicionais vivenciadas na Amazônia são consideradas de baixo prestígio social (TORRES, 2004).

A produção piscícola de Benjamin Constant corresponde só 10% da produção, detectando-se o baixo volume da produção que não permite sair da subsistência. No processo da atividade piscícola o trabalhador que não produz para o mercado é inexistente, improdutivo, limitado, condenado a ficar à margem, pois esse mercado é competitivo e excludente. Na análise de um dos sujeitos desta pesquisa esse trabalhador não pode ser considerado piscicultor:

Primeiramente pra ser piscicultor, vou dizer porque tem pouco piscicultor aqui (em Benjamin Constant) a pessoa não tem um pau pra dá num gato, não tem um, não tem comércio, não tem um meio de vida, vamos dizer que ele arranje uma terra, aí não tem dinheiro pra fazer o açude, mesmo que alguns deles a prefeitura tenha feito, mas não tem dinheiro pra comprar ração. Como vai ter pra investir? Tem que investir pra depois colher. [...] não adianta se o cara não tem condições de ser piscicultor, ele só dá o nome dele, ele não faz nada, não pode fazer, cadê o dinheiro pra ele trabalhar? (A.C.M, entrevista/2015).

Note-se na descrição do sujeito entrevistado, a real situação do pequeno piscicultor que diante dos poucos recursos não tem como investir na atividade. Embora tenha conseguido, com a ajuda da prefeitura, a instalação dos viveiros prontos para iniciar a criação de peixe em cativeiro, este produtor se depara com vários problemas para manter o funcionamento da cadeia produtiva. Para o mercado só pode ser considerado piscicultor aquele que consegue

abastecê-lo e atender grandes demandas, isso faz com que o pequeno produtor não tenha acesso a esse mercado, portanto, esse produtor é invisível para este mercado.

Thompson (2012) estudou a classe operária surgida no período entre 1790-1832, na Inglaterra, antes mesmo da Revolução Industrial. Era formada pelos trabalhadores que exerciam ocupações e ofícios simples como sapaterio, tercelões, pedreiros, entre outras. Neste estudo, Thompson constatou que antes de serem operários, os trabalhadores reagiram e resistiram para se manterem artesãos.

E um processo de transformação econômica, a classe trabalhadora foi à luta contra a implementação do regime capitalista. Os tecelões e artesãos uniram-se por laços de costumes, das tradições e dos valores que tinham em comum e reagiram coletivamente contra o trabalho assalariado. É assim que Thompson (2012, p.17-18) considera:

O fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril. Nem devemos imaginar alguma força exterior - “a Revolução Industrial”- atuando sobre algum material bruto, indiferenciado e indefinível da humanidade, transformando-o em seu outro extremo, uma “vigorosa raça de seres”[..]. A classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada.

Numa perspectiva da história vista de baixo, Thompson (2012) dá relevo àqueles estratos de trabalhadores esquecidos e considerados de baixo *status* social, tais como: camponeses, artesãos, operários, dentre outros que tiveram suas histórias ignoradas e silenciadas. Na concepção desse autor, a história deve ser contada não somente considerando os grandes fatos da história oficial e seu heroísmo, é preciso levar em consideração, sobretudo, as observações dos fatos ocorridos com pessoas que fazem parte da massa esquecida, ouvi-las e contar suas experiências na mudança social.

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro lutda, o tecelão do “obsoleto” tear manual, artesão “utópico”, e mesmo o iludido seguidor de Joana Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade diante do novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses períodos de extrema perturbação social, e nós, não (THOMPSON, 2011, p. 14).

Hobsbawm (2000), também busca resgatar a história dos trabalhadores, aqueles que ele denominou de pessoas comuns, em especial segmentos sociais e movimentos operário invisibilizados, esquecidos ou remetidos a uma posição secundária pelos escritores e

pesquisadores do mundo do trabalho, e também por uma certa tendência da história que privilegia os grandes fatos ou acontecimentos. Desde logo este pensador estabelece o seu marco inicial de abordagem, escrevendo sobre a história dos movimentos de massa que se desenvolveu com o crescimento do movimento trabalhista.

Hobsbawm (2000), vem ao encontro das preocupações de Thompson (2012), no que tange aos seus estudos sobre movimento operário esquecidos e suas contribuições para entender o mundo do trabalho e suas relações. Este último, adverte para a necessidade do conceito de classe levar em consideração a subjetividade dos trabalhadores que se criam e recriam-se em meio ao cotidiano da luta. Com ambos autores, é oportuno perceber como que a historiografia nem sempre retrata a realidade dos trabalhadores, suas atividades e modalidades de trabalho; ensinam que no mesmo tempo histórico pode existir realidades de trabalho e relações produtivas completamente diferentes, como é o caso dos homens e mulheres que povoam a Amazônia.

O presidente da associação preocupa-se com os rumos da piscicultura, em face das dificuldades, principalmente para adquirir a ração para alimentar os peixes, o que acaba produzindo um peixe fora do padrão exigido pelo mercado. Durante entrevista, o presidente refere-se ao trabalhador como alguém que tem dificuldade para compreender o funcionamento e exigências do mercado, como segue:

A gente tentar se unir, unir mais força pra, como eu te falei, pra tentar mudar a cabeça desses associados, dessas pessoas que trabalham, pra deixar de pensar que é só pra subsistência da família dele e sim pra ele ganhar dinheiro de verdade com isso aí, não é pra ele botar um açude e botar um caniço pra pesca lá, não é pra isso, a piscicultura não é pra isso. Isso que eu digo, se nós unirmos a força pra tentar mudar essas pessoas, o modo deles trabalharem, o peixe da piscicultura ele não é criado só com pupunha, goiaba, não tem condições. Ele não desenvolve, ele tem que botar na cabeça dele que ele tem que trabalhar com a ração balanceada pra poder esse peixe se desenvolver, (seria só um completo), não resolve, dentro da piscicultura não resolve, porque o peixe da piscicultura, ele é pra colocar hoje e daqui 5, 6 meses no máximo, ele já começa a produzir venda, a não ser que você tenha condições de segurar mais, pra um ano, pra tirar cm 2 a 3 kg, tem que ter dinheiro pra manter, quanto mais cedo você tirar, você vai faturar mais rápido e vai investindo mais (Nazareno Bicharra, entrevista/2015).

De fato, o pequeno produtor dos rincões da Amazônia há muito tempo é menosprezado pelo Estado que tem se revelado ineficiente no que tange à oferta de políticas públicas efetivas de trabalho e renda. Para Freitas (2009, p. 25), a exclusão na Amazônia tem um sentido amplo, “ o termo exclusão, na Amazônia, pode ser expresso, de modo amplo, em relação à renda, educação, condições da população infantil, carências habitacionais e condições de moradia,

acesso às atenções básicas de saúde, perspectivas de ocupação da força de trabalho, e outros indicadores reveladores da situação humana da Amazônia”.

A exclusão dos povos tradicionais é um fato que permeia todo o processo de construção do pensamento social da Amazônia, está presente desde a posse e conquista da Amazônia, marcada pelas relações de poder político, econômico e religioso. Nesta disputa de poder o pensamento dominante revela uma Amazônia não dos povos tradicionais, mas um território que vem atender os interesses mercantilistas.

O pequeno produtor da piscicultura é excluído por falta de recursos financeiros necessários para completar os elos da cadeia. A produção pauta-se apenas na comercialização do peixe *in natura* que o pequeno produtor produz em nível de subsistência. Adentrar este mercado requer capacidade para superar os entraves que afetam a fluidez do sistema da cadeia produtiva, condição esta que requer políticas públicas voltadas para este setor. Na seção seguinte veremos os fatores que influenciam os baixos volumes de produção do pequeno produtor, acabando por expropriá-lo do mercado da piscicultura.

A presença do capital na Amazônia com seu cariz explorador, ao longo do processo histórico, desenvolveu um processo de exclusão dos povos tradicionais. Trata-se de um modelo de extração de riquezas usurpador dos recursos naturais, mas não somente isso, estamos falando de um modelo perverso que expropria os povos tradicionais de seus lugares de origem e de seus modos de vida.

### **3 O PISCICULTOR, O MERCADO E AS RELAÇÕES DE PODER**

É a concorrência que fixa a quantidade de riqueza obtida pelas classes comerciais. Todo comerciante é rico na medida em que seus esforços nos negócios permitem-lhe comandar quantidades significativas ou reduzidas de conforto e prazeres da vida, que são invariavelmente reguladas pela dimensão maior ou menor dos lucros que é capaz de obter com a venda de bens.

(John Gray)

#### **3.1 A fronteira como lugar da alteridade**

Benjamin Constant nasce no bojo de disputa territorial e de interesses econômicos pela região, cujas estratégias dirigiam-se para a exploração dos recursos naturais e da mão de obra do homem amazônico. A primeira expressão econômica do município deveu-se à extração e produção da borracha e sincronicamente o incremento do comércio.

A origem de Benjamin Constant tem forte relação com as atividades extrativistas e as práticas comerciais entre Brasil, Colômbia e Peru, que compõem esta tríplice fronteira. Souza (2015) considera que nesse processo o município contou com a influência da Igreja Católica, dos militares –, uma vez que no passado foi área de Segurança Nacional, no contexto da expansão urbana, com o aparato educacional numa parceria feita com o Campus Avançado do Projeto Rondon da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) e, contou ainda com o funcionamento das serrarias, nos anos de 1970 até a década de 1990, além da implantação do Hospital de Guarnição Militar em Tabatinga, mais tarde transformado em Hospital Geral de Benjamin Constant.

Como visto anteriormente neste estudo, a primeira sede do município foi construída em um seringal produtivo situado na embocadura do rio Itacoaí, afluente do rio Javari, conhecido como Remate de Males, um vilarejo formado por brasileiros e peruanos que se fixaram naquela localidade com o propósito de explorar a borracha e o caucho.

De acordo com Melatti (1975, p. 7), os brasileiros eram motivados por seringa e caucho quando povoaram a bacia do Javari e, os peruanos tendiam mais pela busca do caucho:

Esse povoamento não foi efetuado exclusivamente por brasileiros, mas também por peruanos, civilizados ou indígenas. Parece que desde o início da ocupação da região houve uma associação entre a ocupação peruana e a extração do caucho, enquanto os brasileiros tendiam para a extração do látex da seringueira.

Na Amazônia, a goma elástica já era conhecida pelos índios Cambebas ou Omáguas que habitavam a vasta região do Solimões-Marañon e utilizavam como impermeabilizante de roupas, fabricação de sapatos, botas chapéus e outros. Mas, foi no final do século XIX e início do século XX que a região subscreveu-se no cenário nacional como a maior produtora de borracha natural do mundo, despertando o interesse do Estado brasileiro.

A borracha era de grande valor econômico, um produto competitivo no mercado exportador, portanto, de interesse para a economia brasileira. O produto regional avivava também interesses internacionais, principalmente porque a borracha nativa era matéria prima indispensável nas indústrias automobilistas e de sapatos da Europa e dos Estados Unidos.

A região passa a experimentar uma nova realidade econômica com o ciclo da borracha. Na análise de Reis (1953, p. 47), a Amazônia deixa de ser a região das lavouras e passa a integrar “a região dos gomais, das *héveas*, o mundo do ouro negro, dos pioneiros, dos seringueiros, dos patrões, dos aviados, de um mecanismo novo na conjuntura nacional, distinto, portanto na paisagem cultural brasileira”.

Em meados de 1882, a produção da borracha na Amazônia já influenciava significativamente no processo de desenvolvimento econômico do país, dando início ao esplendor da atividade da borracha que ocupava o terceiro lugar dos produtos de exportação do Império, atrás somente das exportações de açúcar e café. “O seringal, núcleo de onde partia toda a seiva que a vivificava, passou, assim, a constituir a expressão mais perfeita para a caracterização da Amazônia” (IBIDEM, 1953, p. 47).

Na medida em que se intensificava a produção da borracha, novos condicionamentos de vida foram se configurando na Amazônia, mormente pelo crescimento populacional resultante da atração de um contingente de migrantes, principalmente nordestinos, formação da frota fluvial para o transporte da borracha e para facilitar a logística dos negócios, além de promover o crescimento de núcleos urbanos no interior.

O crescimento da produção gomífera na borracha na Amazônia “assegurou ao país grande parte das divisas que lhe garantiram maior mobilidade no comércio internacional. Estabeleceu o contato da região com as grandes capitais do imperialismo industrial, na Europa e na Norte América” (REIS, 1953, p. 47).

O comando político e econômico da Amazônia concentrava-se em grupos que detinham o poder, como madeireiros, seringalistas, pecuaristas, entre outros que mantinham sob o seu controle grandes extensões de terras que lhes garantiam poder econômico, enquanto o poder político era controlado pelos coronéis de barranco. Esses grupos sustentavam as

estruturas de poder através do autoritarismo como forma de opressão, sujeição e mandonismo. Ou seja, o exercício da autoridade e o controle do poder competiam à elite local que passaram a concentrar maior poder econômico e político já que o governo central brasileiro sempre manteve um vínculo de distanciamento com a região.

O ciclo da borracha ganha atenção do Estado brasileiro para a Amazônia, que vai ser vista sob uma nova ótica, pois cresce a sua importância no contexto da economia nacional. No âmbito internacional, o interesse voltou-se para a matéria prima indispensável na manutenção da alta produtividade das indústrias dos países centros da economia mundial. O interesse pela Amazônia continua sendo a exploração dos seus recursos com a voracidade produtivista capitalista, assim como foi no período da posse e conquista da região.

A economia gomífera foi responsável pelo crescimento do setor extrativista do Estado do Amazonas que neste período experimentou o auge de sua economia, ainda que nos moldes de uma economia periférica estendeu-se a vários espaços da região, sobretudo nas localidades onde havia seringueira nativa em abundância.

Torres (2007, p. 38), explica que “a borracha à frente dos demais produtos, assumiu relevância na economia amazônica, ensejando relações socioeconômicas caracterizadas por um sistema creditício típico, o aviamento; por relações de trabalho compulsórias; por técnicas produtivas assaz e rudimentares”.

Era, pois, uma atividade centrada na limitada exploração da borracha sem a preocupação de acumular reservas e sem investimentos em outros setores como agricultura e indústria. A queda do monopólio do látex engendrou constantes instabilidades econômicas e profundos reflexos sociais sobre a sociedade local. Vivia-se um período de retração da economia, sem perspectivas de reaquecimento ou qualquer atividade iminente que trouxesse sustentáculos para a economia regional.

A organização produtiva da atividade do látex baseou-se em uma economia extrativa, sistematizada em cadeia onde parte da riqueza produzida concentrava-se seringalistas, nos donos do capital internacional e nos proprietários e admiradores das casas aviadoras responsáveis pelo abastecimento dos seringais e pelo recebimento de toda a produção<sup>31</sup> dos respectivos seringais.

No fim da cadeia incluíam-se os seringueiros, os quais estavam sujeitos às condições de exploração impostas pelos seringalistas. Ferreira (2007, p. 90) considera que o sistema aplicado não potencializou avanço socioeconômico, a saber:

---

<sup>31</sup> Referente a este assunto sugere-se consultar o livro de Edinea Mascarenhas Dias (2007), *A ilusão do Fausto*.

As condições de acumulação e crescimento do capital na economia da borracha não foram potencializadas de modo a permitir um avanço da divisão e técnica da produção. Esta, limitada pela concentração de interesses na monoprodução e pelo sistema de aviamento, apresentava-se num quadro insignificante e incapaz de transformar qualitativamente o padrão econômico [...]. Os atores do sistema de aviamento, notadamente os representantes das casas exportadoras, casas aviadoras e seringalistas, articulam-se, no plano econômico, por meio da Associação Comercial do Amazonas, e no plano político, pela Assembleia Legislativa Provincial, enquanto grupos de interesses distintos, com foco de atuação num único objetivo: a manutenção econômica da borracha.

A extração do látex no povoado de Remate de Males desencadeou o crescimento populacional e a expansão dos estabelecimentos comerciais, sendo posteriormente intensificada com a atividade madeireira que emergiu como uma nova atividade econômica após o declínio da borracha. A partir da década de 70, a extração da madeira de lei e o comércio formaram o pilar da economia do Alto Solimões, sob o comando dos madeireiros e grandes comerciantes brasileiros.

Assim como a borracha, a atividade madeireira se limitou a explorar as árvores da floresta com vistas à exportação da madeira *in natura* com o mínimo de aproveitamento. Praticava-se uma atividade de cunho exploratório, sem planejamento futuro em termos de desenvolvimento local, não se acumulou reservas para investir em alternativas econômicas voltadas para as potencialidades locais.

Com o declínio da atividade da borracha a extração da madeira de lei assume o lugar da borracha onde o sistema de aviamento e de barracão continuaram operando no extrativismo da madeira. A falta de uma atividade que sustentasse a economia da região depois da proibição das práticas desordenadas da extração da madeira desencadeou um ambiente de caos social, sobremaneira pela falta de perspectivas de trabalho e renda para prover o sustento das famílias, além de estimular o esvaziamento das comunidades ribeirinhas em busca de melhores condições de vida nas cidades mais próximas.

Para o bispo emérito da Diocese do Alto Solimões Dom Alcimar Caldas Magalhães, diante da falta de perspectiva grande parte das famílias, passou-se a entrever na extração dos recursos pesqueiros uma possibilidade plausível de trabalho e renda, depois do curto ciclo da atividade madeireira nesta região. A pesca tradicional passou a ser vista como fonte de renda e a base da reprodução da vida em um contexto de desordem econômica e política vivenciada na região do Alto Solimões, os problemas sociais passaram a ser intensificados nas cidades dessa região.

Com relação à questão da pesca é um problema antigo que foi um elemento chave no conserto econômico da sobrevivência daquela região, de maneira especial porque era uma região dos seringueiros, os altos rios como o Javari, o Ituí, o Itacoáí, o rio Branco, o rio das Pedras, o Curuçá e toda aquela rede que compõe a bacia do Javari e depois o Jandiatuba, mais embaixo o Jutáí, aquela região, eram digamos assim um dos polos do desenvolvimento da borracha de repente se encontrou sem qualquer proposta de desenvolvimento, aí surgiu aqui, ali a madeira, a madeira em Atalaia, em Benjamin, depois em Amaturá, mas de pouca duração e logo em seguida pela determinação das leis e as políticas adotadas pelo país se extinguiu também essa prosperidade. Essa população migrou pra onde? Migrou para as sedes de Benjamin Constant, Atalaia, São Paulo de Olivença, etc., e vivendo de quê? De nada (Dom Alcimar Magalhães, entrevista/2016).

As atividades extrativas eram responsáveis por movimentar a economia do Alto Solimões, as famílias daquela região dependiam do extrativismo da madeira como principal fonte de trabalho e renda. Pode-se dizer que o fundamento da economia pautava-se na atividade madeira e no comércio, até a década de 1990 o comércio da tríplice fronteira era de domínio dos brasileiros donos das serrarias da região como vimos anteriormente.

A instabilidade da economia extrativa desencadeou a falta de perspectiva de trabalho juntamente com a problemática da migração de parte da população que habitava os altos dos rios que passaram a se deslocar para as cidades mais próximas como Benjamin Constant, Atalaia do Norte e Tabatinga.

Dom Alcimar Magalhães acrescenta sobre a história do município que primeiro foi a borracha, depois a madeira, com o enfraquecimento dessas atividades, o peixe surge como a terceira opção devido as condições favoráveis de captura e das inúmeras espécies de peixe existentes na região, soma-se a isso a facilidade de escoamento do produto para o mercado de Letícia. “Escolheu-se o peixe devido a região ser extremamente farta e rica em peixe. Então o peixe saía de Letícia, na época existiam 16 frigoríficos que abasteciam os aviões que iam para Bogotá, Miami, etc., levavam o peixe amazônico desta região, peixe brasileiro” (Alcimar Magalhães, entrevista/2016).

A pesca é uma atividade milenar, na Amazônia constitui umas das mais antigas atividades humanas. O pescado, juntamente com os diversos produtos oriundos do cultivo das culturas agrícolas são os principais produtos de subsistência do homem amazônico. Os recursos pesqueiros secularmente garantiram a base alimentar dos povos tradicionais que sempre dependeram desses recursos como mecanismo de sobrevivência.

Cronistas das primeiras expedições, frei Gaspar de Carvajal e Cristobal de Acuña relatam a abundância, a variedade e a qualidade dos peixes da Amazônia, assim como grande quantidade de quelônios presentes na região. Loureiro (1985) aponta para a existência de grande

potencial pesqueiro nos rios e lagos da Amazônia, a relativa facilidade de captura com os instrumentos de trabalho simples e de fácil fabricação aplicados a procedimentos pouco complexo de captura, a existência de recursos naturais disponíveis para a confecção de grande parte dos meios de produção aplicados à pesca.

Antes da chegada do colonizador, apesar da abundância de alimentos nada era comercializado, o destino da produção voltava-se para o autoconsumo, os povos detinham técnicas de conservação dos alimentos e técnicas apropriadas de cultivos, longe de apresentar características predadoras de impacto ao meio ambiente, uma demonstração de afetividade e respeito à natureza.

À proporção que novos apetrechos de alta capacidade de captura foram sendo introduzidos nas atividades pesqueiras, assomado ao uso de motores a diesel nas embarcações de pesca e o aumento na fabricação de gelo houve uma ruptura com o modelo tradicional, a pesca de subsistência<sup>32</sup> deu lugar a pesca comercial<sup>33</sup>.

Para estimular o desenvolvimento do setor pesqueiro o Governo Federal criou em 1962, a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e, a partir de 1967, com o intuito de elevar a produção do setor para concorrer com a produção de outros países, criou os Fundos de Investimentos Setoriais oferecendo incentivos fiscais.

No início da década de 1990, a atividade pesqueira transformou-se em uma grande oportunidade de negócio na região do Alto Solimões face à demanda do mercado colombiano. Com a expansão do comércio de Letícia nesse período, houve a necessidade de abastecimento constante dos estabelecimentos comerciais, o que exigia um transporte com maior velocidade e eficiência, o que só seria possível através do transporte aéreo, tendo em vista o difícil acesso à cidade de Letícia. Essa logística abriu uma possibilidade para o transporte de novas cargas ao retornarem aos pontos de abastecimento uma estratégia para reduzir os altos custos do transporte aéreo.

Letícia é um território de difícil acesso, um território colombiano de difícil acesso, para chegar lá saindo dos portos de Santa Marta do Pacífico tem que fazer o Panamá ou o norte da Venezuela partir, rodear tudo isso para depois entrar no Amazonas até chegar em Letícia, é extremamente difícil, quase que inviável. Então o abastecimento é feito por avião. O avião, assim como qualquer outro meio de transporte tem a ida e a volta. Na ida você leva o

---

<sup>32</sup> A pesca de subsistência é praticada por pescadores ribeirinhos para suprir sua alimentação e de seus familiares, podendo parte da produção ser vendida a intermediários ou em feiras das vilas mais próximas.

<sup>33</sup> A pesca comercial é desenvolvida por pescadores profissionais cuja produção volta-se para a comercialização na própria região e, eventualmente, para outras regiões do país.

produto, se não tiver uma mercadoria de volta para diminuir os custos, também é uma atividade inviável (Alcimar Magalhães, entrevista/2016).

Dom Alcimar Magalhães alerta que o declínio da economia extrativa da região do Alto Solimões intensificou o comércio ilegal do pescado e levanta a problemática do contrabando das diversas formas de vida da flora e fauna amazônica, neste caso o pescado. É um problema que a Amazônia tem sido alvo crescente há séculos pelas riquezas de sua biodiversidade, antigo, a exemplo do tráfico das sementes de seringueira levadas por Henry Wickham, em 1876.

No tempo presente, renasce com a nomenclatura de biopirataria e além da questão do contrabando, engloba a apropriação e monopolização de conhecimentos dos povos tradicionais no tocante ao uso dos recursos naturais. Esse fato incide na perda do controle sobre esses recursos pelos povos da região. Os conhecimentos dos povos tradicionais de uso coletivo vêm se tornando produtos comercializáveis em qualquer mercado. “A melhor forma de combater a biopirataria na Amazônia é conseguir transformar os recursos da biodiversidade em atividades econômicas para gerar renda e emprego para a sua população” (HOMMA, 2005, p. 50).

A evasão dos recursos pesqueiros nessa região expõe a fragilidade do Estado brasileiro, no tocante ao controle de suas áreas de fronteiras, considerando o alto custo como principal fator para dificultar o controle dessa região fronteira, especialmente por se tratar de uma fronteira com mais de 1500 km. Com toda essa extensão territorial tem-se uma fronteira enorme desprotegida e com poucas vias de acesso.

Para o nosso entrevistado nesta abordagem, a falta de políticas voltadas para o desenvolvimento da região é uma porta aberta para o comércio da ilegalidade e do tráfico de drogas, problemas pelos quais se deparam as cidades dessa região fronteira. Dom Alcimara Magalhães entende que “a ausência de criação de uma matriz de desenvolvimento torna-se o que é uma porta aberta de problemas sociais, uma seara fértil para a droga e para o comércio de droga o que realmente aconteceu. A Polícia Federal dizia já na época quem não é traficante, vai ser! Isso era uma profecia que de alguma maneira se realizou” (entrevista/2016).

São vários os fenômenos que se expressam nessa região que vão desencadeando pensamentos e percepções baseados em rótulos sobre a realidade da fronteira. Neste caso específico, a recorrência da problemática do tráfico de drogas, comércio ilegal, evasão das riquezas naturais brasileiras trazem as marcas da fronteira da ilegalidade. Nogueira (2007, p. 48) denominou de fronteira percebida, a qual é vista apenas no seu aspecto aparente, imagem construída no interior do Estado-nacional como “lugar que abriga contravenções, um lugar prenhe de ilegalidade”. O lugar da periferia estereotipada como a região da insegurança, do comércio paralelo, área de risco do tráfico de entorpecentes e da subeconomia.

Souza (2015, p. 26) comunga com o pensamento de Nogueira (2007) no que tange à fronteira percebida chamando atenção para o fato de que os meios de comunicação de massa frequentemente divulgam como cidade percebida sob o estigma de “área do tráfico de drogas, do contrabando, da prostituição, do ócio e migração descontrolada”.

A fragilidade da economia extrativa intensifica a pesca comercial e transforma o pescado em moeda de troca e, por conseguinte, na diminuição dos estoques naturais e a sobrepesca de muitas espécies. Para Dom Alcimar Magalhães,

Isso fez também a prosperidade de muitos comerciantes, era a moeda de troca. Com o peixe se comprava a vestimenta, o rabudo (motor rabeta), o motor, a gasolina e o bombom que se chamava cala boca, conhecido como pirulito. Só que a natureza tem seus limites. A corrida pela pesca que teve os benefícios do seguro defeso pago pelo governo. Com isso todo mundo virou pescador, virou uma fonte de malandragem, de recursos ilícitos, subtraídos da administração pública. Muito bem, só que isso também já se extinguiu, o patrimônio esvaiu-se, acabou-se devido a sobrepesca (entrevista/2016).

A exploração da pesca na Amazônia não é um fenômeno do tempo contemporâneo, esse processo teve início ainda no Brasil colônia. De acordo com Veríssimo (1895), a partir dos séculos XVI e XVII as técnicas de pesca foram parcialmente modificadas.

Do contato mais intenso entre os indígenas e os portugueses foram introduzidos novos apetrechos, como por exemplo, os ossos e dentes de animais nas pontas das armas primitivas que foram substituídos por pontas de ferro, essa técnica já era praticada na pesca europeia. No final do século XVIII e início do século XIX já se tinha registro da pesca com rede de arrasto entre os indígenas.

Para Santos e Santos (2005) ainda no período colonial inaugurou uma nova denominação de atividade pesqueira na Amazônia brasileira devido a inserção das novas técnicas na captura do pescado feita pelo colonizador europeu, principalmente o português. Nesse momento, delimita-se o início da atividade pesqueira na Amazônia brasileira, esse período é marcado pela criação do pesqueiro real<sup>34</sup>, uma espécie de pontos de pesca

---

<sup>34</sup> Pesqueiro real eram áreas de farta produção demarcadas pelas autoridades da Colônia para explorar a pesca, nessa cadeia de exploração utilizavam a mão de obra era indígena. Os índios-pescadores eram forçados a pescar para o sustento dos militares, dos religiosos e dos funcionários da Fazenda Real. Eram territórios dominados e explorados pelo governo colonial. Ressalte-se que nesse período a exploração não era exclusividade da colônia, há registro da existência de pesqueiros particulares que também demarcavam seus territórios de exploração. O pesqueiro real, enquanto organização dos pesqueiros perdurou até 1810, quando foram colocados sob regime de arrendamento por mais 10 anos e no final de 1820 foram extintos. A pesca foi uma das principais atividades comerciais da Amazônia colonial, sendo objeto de exploração tanto do governo quanto de particulares, foi nesse período que se iniciou a intensa exploração do peixe-boi e dos quelônios e mais tarde, início do século XIX, intensificou-se a exploração do pirarucu.

estabelecidos com a finalidade de atender os interesses da administração colonial portuguesa na região.

Trata-se da pesca como uma das principais atividades da Amazônia colonial, sendo objeto de exploração tanto do governo quanto de particulares, foi nesse período que se iniciou a intensa exploração do peixe-boi e dos quelônios e mais tarde, início do século XIX, intensificou a exploração do pirarucu. Nesse processo de exploração empregava-se a mão de obra indígena em todas as atividades relacionadas à pesca, e as técnicas empregadas eram tradicionais, com poucas modificações.

No Brasil, até a década de 1930, a pesca era realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil, mas a partir de 1950 e 1970, emerge o modelo tecnológico que levou ao crescimento e predomínio da pesca comercial que a partir de incentivos de planos governamentais essa modalidade de pesca se intensificou no país.

Na Amazônia a atividade pesqueira passa por modificações constantes, tornando mais visível com a expansão do capital na região, causando impactos no modo de vida do homem amazônico, inclusive no hábito alimentar. Uma parcela significativa dos habitantes da região vem deixando de usufruir os recursos naturais com responsabilidade e maestria com capacidade de lidar com o ambiente aquático.

Há uma valorização dos interesses econômicos e particulares em detrimento da natureza que vem sendo subjugada de tal modo, que muitos danos causados são irreversíveis, visto que muitas espécies são extintas.

Estar-se-á diante da substituição do modelo tradicional que utiliza os recursos naturais baseado no conhecimento tradicional construído ao longo de séculos, numa relação do homem com a natureza, o qual vem sendo substituído por um sistema econômico de exploração pautado na usurpação de divisas. Trata-se de um sistema econômico que explora intensamente os recursos naturais com ameaça à estabilidade ecológica afetando os povos tradicionais que são explorados e espoliados pelo grande capital.

A piscicultura em Benjamin Constant nasce num contexto de ausência de perspectivas econômicas geradoras de emprego e renda e da escassez dos estoques pesqueiros naturais existentes no rio Solimões, lagos e igarapés próximos, além da valorização do preço do pescado, sobretudo no mercado colombiano. Os pescadores artesanais do município que praticam a pesca de subsistência consideram que a pesca comercial incentivou práticas predatórias como a pesca intensiva que, mesmo no período de proibição, são capturados peixes de todos os tamanhos e de todas as espécies, o que eleva significativamente a taxa de mortalidade de muitas dessas espécies.

A sobrepesca de espécies de maior valor comercial como o pirarucu e o tambaqui contribuiu para a redução da oferta de pescado devido à diminuição do estoque natural, principalmente nos rios e lagos, mais próximos das comunidades. Isso levou os pescadores a se deslocarem para rios e lagos distante de seu *habitat*. Esta situação exige condições de infraestrutura, embarcação, combustível, gelo, equipamentos e instrumentos de pesca a fim de permitir que o pescador permaneça durante semanas e até meses nos rios e lagos no trabalho da pesca artesanal. A nossa ouvinte, professora da Universidade Federal do Amazonas, que desenvolve pesquisa nas áreas de piscicultura e larvicultura, Marle Angélica Villacorta Corrêa explica que:

Nós sabemos pelos estudos que a piscicultura é a grande alternativa para este terceiro milênio por que anteriormente considerava-se que a piscicultura na Amazônia era desnecessária pelo fato de existir muito recurso nos rios e achava-se que assim como nos mares eram fontes inesgotáveis de riqueza. Mas esse conceito mudou muito na época de 1970. Achava-se que não valia a pena investir muito na piscicultura, apesar disso, já iniciava alguns trabalhos para implementar algumas pisciculturas na aqui Amazônia. Desde essa época começou a se verificar que essa fonte inesgotável não é bem verdade, pois observava que com o tempo para capturar maior quantidade de peixes os pescadores tinham que se distanciar dos centros urbanos para trazer o pescado e isso ia encarecendo bastante o produto, cada vez o pescado ficava um pouco mais caro pelo combustível que se gastava, pois não se pescava mais nos lugares próximos onde o pessoal botava sua rede e pegava muito peixe. Em 1976 foi feito um trabalho de um pesquisador que começou a fazer um estudo sobre a dinâmica das populações de tambaqui e ele analisou as estatísticas de capturas e verificou que o tambaqui estava numa fase que por mais esforço que se colocava não se aumentava a produção e estava sendo uma sensível diminuição dessa espécie. Foi aí que começou a despertar que o peixe, o tambaqui principalmente estava desaparecendo um pouco, não era tanto essa fonte inesgotável. A própria questão das pessoas migrarem para os grandes centros urbanos e se foi vendo realmente os estoques de pescado está diminuindo e hoje sabemos que em nível mundial até nos mares algumas espécies estão em sobrepesca com ameaça de extinção. Então a partir daí a piscicultura foi ganhando um pouco mais de importância e daqui pra frente eu acho que com as mudanças climáticas essa situação está sendo acentuando a diminuição dos estoques naturais (entrevista/2016).

Veríssimo (1885), em seus estudos sobre a pesca na Amazônia alerta para a quantidade de espécies de peixes existentes na região, destacando que a bacia fluvial amazônica é a mais vasta e caudalosa do mundo, a mais rica em quantidade de peixes e detentora de infinitas espécies. O peixe como riqueza natural em abundância sempre foi a principal alimento do homem amazônico. Em tempos passados, dentre os diversos recursos da natureza utilizados como meio de sobrevivência pelos povos indígenas a pesca foi o principal responsável pela manutenção das aldeias.

Há décadas passadas, Pereira (1980, p. 439-440), já observava a diminuição dos recursos pesqueiros no rio Solimões devido o nível de exploração comercial, tal como pode-se perceber:

O rio Solimões, com os seus afluentes, lagos e igarapés já teve uma fauna mais abundante, mais representativa da sua riqueza natural. Em suas águas se encontram peixes de grande porte como o pirarucu, a piraíba, o peixe-boi, e mais os seguintes: tambaqui, pirapitinga, tucunaré, pacu, acari, tamuatá, peixe-cachorro, acará-açu, curimatã, mandi, sardinha, jatuarana, jaraqui, surubim. Os chamados bichos-de-cascos, isto é, os quelônios, desde a tartaruga até o jabuti, entravam outrora, abundantemente, na alimentação dos índios Ticuna. A coleta anual de ovos desses quelônios, dos jovens exemplares, bem como a viração de milhares e milhares de tartarugas, na época da desova, que coincide com o verão; a entrega das praias e tabuleiros, a pretexto de proteção, a seringalistas e comandantes das guarnições de Tabatinga, Vila Bittencourt e Içá, estimulando o comércio, concorreram para acabar com aquelas fontes naturais da vida.

Diante das infinitas espécies de peixes existentes na região era praticamente inimaginável cogitar um possível esgotamento desse recurso. Mas, na medida em que a racionalidade econômica da pesca comercial passou a imperar explorando os recursos para obter o máximo de lucro a natureza passou a dar sinais de redução dos estoques naturais. Machado e Nascimento (2015), consideram que esse problema atinge diretamente as comunidades tradicionais que dependem dos recursos pesqueiros como principal fonte alimentar.

Os recursos pesqueiros não são inesgotáveis, portanto, a exploração indiscriminada sem restrições, no longo prazo, leva a exaustão dos mesmos. Deduz-se que sendo o esforço de pesca maior do que o tempo de regeneração das espécies mais consumidas, dado que a demanda por pescado só cresce, sem dúvida, leva-se ao declínio ou esgotamento dos estoques. As comunidades mais atingidas diretamente, com esse problema são as que moram nas orlas de rios e lagos na Amazônia. Para essa população com poucas alternativas na dieta alimentar, dado que as carnes suínas, bovinas ou de frango são de baixo consumo, prevalece que a pesca se traduz em sinônimo de subsistência e/ou comercialização (para complemento da renda) (MACHADO E NASCIMENTO, 2015, p. 87).

O outrora, pensava-se os recursos como fonte ilimitada e inesgotáveis, com o desenvolvimento das ciências econômicas verificou-se a necessidade de se otimizar os recursos tendo em vista a sua escassez. Tal escassez é decorrente das necessidades humanas ilimitadas e da restrição física dos recursos. O crescimento da população renova as necessidades básicas

e o contínuo desejo de elevar o padrão de vida, isso aumentou a necessidade de consumo da sociedade.

Some-se a isto o fato de que a evolução da tecnologia fomenta o surgimento de novas necessidades de modo que os países estão sempre em busca de recursos produtivos para satisfazer as crescentes necessidades. Por outro lado, nenhum país é autossuficiente em matéria prima, mesmo aqueles que comandam a economia mundial, mas existe uma ideologia capitalista que constrói uma falsa impressão de não escassez quando incentiva cada vez mais o consumo, muitas vezes de bens supérfluos, a fim de garantir e manter renda, consumo, produção, impostos, dentre outros.

A lógica do grande capital consiste na capacidade ilimitada de recursos disponíveis na natureza, as diferentes atividades extrativas operacionadas na Amazônia basearam-se na exploração dos recursos naturais da região, resultando numa contabilidade desproporcional com enriquecimento de uma elite que controla toda a cadeia produtiva, enquanto a classe trabalhadora vivia em condições de exploração e subserviência a elite local. A ideia de que a natureza é objeto de apropriação privada implicou na transformação da própria natureza e de seus bens, em mercadoria com elevado nível de exploração dos recursos naturais.

É assim que ocorreu a exploração da mão de obra do homem amazônico que passou a dedicar mais horas ao trabalho, com vistas à produção para o mercado, logo seu trabalho foi se convertendo também em mercadoria no âmbito da expansão do capital na região. Ou seja, as múltiplas atividades praticadas pelo homem amazônico aos poucos foram relegadas ao segundo plano frente ao trabalho industrial.

Na concepção marxista o trabalho deixa de ser livre na relação entre homem e a natureza, perde o nexos de satisfação humano-espiritual para atender somente a realização das necessidades humanas, assume características de um trabalho alienado, sem controle da sua produção e da sua força de trabalho, um esforço humano que virou mercadoria. Essa realidade passou a ser vivenciada na Amazônia, sobretudo com o advento da Zona Franca de Manaus, com a ascensão da indústria e do comércio.

Para melhor compreensão de como ocorre as relações comerciais nas áreas fronteiriças é pertinente falarmos sobre como as diferentes literaturas definem as cidades, formadas nas áreas de tríplices fronteiras, conhecidas como cidades pares, cidades vizinhas ou cidades gêmeas. Nessa região fronteira existem as cidades gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia); Benjamin Constant (Brasil) e Islândia (Peru).

Para Becker (2009, p. 59), essas cidades gêmeas são vistas como lugar de convergência da rede de relações. “As cidades gêmeas rompem com as delimitações fronteiriças oficiais

fundadas nas soberanias nacionais, e são mais ativas quando localizadas em fronteiras tripartites”. Têm como característica peculiar a forte relação comercial, onde ocorre livre trânsito de pessoas, bens e produtos.

Na cidade de Benjamin Constant é muito forte a presença do imigrante peruano que tem como fator de atração a oportunidade de trabalho no terceiro setor, com atuação no comércio formal e informal. Na visão de Dom Alcimar Magalhães:

Quem domina o comércio em vários municípios do Alto Solimões são os peruanos, Atalaia, Benjamin, Tabatinga. Aí você desce um pouquinho pra Santa Rita, Vendaval, aí São Paulo de Olivença, Hamaturá e você vê aqueles canoões que fazem percurso durante a noite e a Polícia Federal fica inquieta porque no meio daquela carga vai também a droga, um problema sério. O Estado não tem controle, depois vem a Operação formiguinha, você também não vai tomar do pobre coitado uns trecozinhos para vender, só que atrás dele vem outro, e outro (entrevista/2016).

Souza (2015) assinala que nesta cidade de fronteira tem-se a “presença marcante do comércio realizado por imigrantes peruanos. Esse comércio hodierno em expansão faz parte de sua razão de ser, não é responsável pela sua origem, mas é inegável que os imigrantes peruanos fazem parte de sua história” (IBIDEM, p. 65).

Os centros de maior atração comercial para os peruanos são Manaus (AM) e Boa Vista (RR), além das cidades de Tabatinga e Benjamin Constant, na fronteira com o Peru, e Pacaraima (RR), na fronteira com a Venezuela. Esse estrangeiro é atraído pela oportunidade de trabalho no comércio formal e informal, somados aos serviços especializados na área da saúde, educação e gastronomia na medida em que é muito comum a presença desses profissionais dessas áreas nas pequenas cidades fronteiriças.

A presença marcante do migrante peruano no comércio de Benjamin Constant pode ser constada na área comercial da cidade, em pequenos estabelecimentos, como vendedores ambulantes, no mercado, na feira, praça, e vem se expandido para alguns bairros da cidade. Esse tipo de comércio cresce na medida em que atende a um amplo mercado composto por uma população de baixíssima renda. Trata-se de produtos acessíveis quanto ao preço, voltados para esse tipo de consumidor pauperizado.

A falta de estímulos à produção favorece ainda mais o comércio de estrangeiros em Benjamin Constant, assim como na região do Alto Solimões, isso vem tonando os municípios da região dependentes do comércio ilegal de produtos dos países vizinhos Colômbia e Peru. De acordo com Dom Alcimar Magalhães, “hoje a população não está mais produzindo, estão vivendo somente das ditas políticas públicas. As feiras de Benjamin, Atalaia, Tabatinga, São

Paulo de Olivença, Hamaturá, são abastecidas pelo mercado peruano. A cebola, a banana, o alho vem do Peru. Aqueles trecos que eles importam da China a baixinhos preços e levam para vender” (entrevista/2016).

Baptista e Peixoto (1999), definem políticas públicas como um conjunto de decisões formalizadas sobre um assunto de interesse coletivo, que é considerado importante e prioritário para o desenvolvimento social. É a expressão formalizada a partir de diversos interesses processados, portanto, as políticas públicas emanam do poder público que as formaliza, legitima e controla.

Para Torres (2012) a política pública é uma construção social, é construída em um campo de luta, em meio ao conflito, pugnada pelos movimentos sociais frente ao Estado. “Pensar em política pública é pensar em arena política, é pensar em mudança e transformação social” (IBIDEM, p. 104).

A reivindicação de políticas públicas envolve disputas, supõe correlação de forças e negociação com o poder, por parte dos movimentos sociais. São produtos dessa relação contraditória entre os movimentos sociais (sociedade civil) e o Estado (instância de poder). Torres (2012, p. 105), considera que é preciso:

Traduzir as políticas públicas com engajamento, fazendo o papel indutor na interlocução política para que o Estado ouça os movimentos sociais em suas demandas, do contrário continuaremos reproduzindo as estruturas de poder que estão postas há muito tempo em nossa região. Os discursos produzidos sobre desenvolvimento são discursos de poder. O rural é espaço de dominação das forças tradicionais, grotões do coronelismo.

Inexiste qualquer sinalização de políticas públicas, numa relação internacional e diplomática envolvendo os países da tríplice fronteira. Observe-se que o acesso aos produtos do comércio peruano não se dá somente na cidade de Benjamin Constant, há o intercâmbio comercial entre as cidades gêmeas de Benjamin Constant e Islândia (Peru). Islândia localiza-se no extremo sudeste do Peru, na zona distrital de Loreto, sua configuração geográfica é de ilha, circundada pelos rios Solimões e Javari na fronteira com o Brasil.

As relações estão inseridas no cotidiano de brasileiros e peruanos onde parece não existir fronteira. O acesso entre as duas localidades que ocorre por meio de pequenas embarcações conhecidas como catraias ou canoões. “Apesar de ser uma área de fronteira, nessa trajetória, as fiscalizações são esporádicas, quase inexistente, mas não significa que a travessia sem regras” (SOUZA, 2015, p. 46).



Figura 21 - Catraia ou Canoa  
Fonte – Pesquisa de campo/2015



Figura 22 - Catraia ou Canoa  
Fonte – Pesquisa de campo/2015

Tais regras estão estabelecidas nos acordos locais conduzidas pelas associações dos catraieiros<sup>35</sup> do Brasil e Peru. As bandeiras dos dois países (figuras 21 e 22) nas catraias sinalizam uma regra do acordo.

Na explicação de Souza (2015), isso significa que o transporte comercial só pode ser efetuado entre os países por trabalhadores afiliados a uma das associações do Brasil ou do Peru. É permitido transportar somente passageiros até o país de destino, o retorno do passageiro é autorizado via catraia do país no qual o passageiro se encontrar, exceto em casos de frete.

As figuras a seguir mostram como as balsas e flutuantes são fixadas às margens do rio e servem de postos residenciais e comerciais.

São nessas balsas flutuantes que se dão as relações comerciais entre brasileiros e peruanos, nelas são disponibilizados a preços acessíveis os mais diversos produtos, isto é, nessa balsas são comercializadas uma diversidade de produtos como confecções, utensílios domésticos, brinquedos, material de construção, apetrechos de pesca, motocicletas, combustível, entre outros.

---

<sup>35</sup> Trabalhadores que pilotam as catraias durante a travessia do rio entre as cidades gêmeas de Benjamin Constant e Islândia.



Figura 23 - Balsas / Flutuantes  
Fonte – Pesquisa de campo/2015



Figura 24 - Balsas / Flutuantes  
Fonte – Pesquisa de campo/2015

Nesses locais são comercializados “produtos de preços acessíveis e de grande relevância no contexto econômico da cidade de Benjamin Constant, os materiais de construção (zinco, ferro, cimento), no transporte (gasolina, motocicletas, moto-carros), bebidas em geral (refrigerantes, cervejas) e materiais de panificação (trigo, fermento)” (SOUZA, 2015, p. 47).

Ressalte-se que na cidade de Islândia existe uma pequena área comercial com características similares aos estabelecimentos dos comerciantes peruanos em Benjamin Constant. Nesses estabelecimentos comercializam uma variedade de produtos, principalmente importados, os brasileiros são consumidores em potencial desses produtos.

Souza (2015) assinala que as práticas comerciais têm forte influência na fronteira, pois o comércio é predominantemente variável pelo fato de se encontrar na fronteira, onde os comerciantes se deparam com uma diversidade de produtos, religião, cultura e pessoas. É uma realidade multifacetada que envolve relações econômicas, sociais, culturais, históricas entre outras, de modo que essa realidade está sempre em movimento de construção e reconstrução.

Para Albuquerque (2010), o fenômeno da imigração produz pluralidades de fronteiras entre o material e o simbólico:

As fronteiras não são somente marcos de delimitação fixado no território físico. Elas representam o fim e o início da jurisdição estatal, os limites da cidadania e dos símbolos oficiais da pátria. Muitas vezes significam zonas de hibridismo entre línguas nacionais, meios de comunicação e outros símbolos

culturais. As fronteiras nacionais são lugares de comunicação e de travessia, lugares de movimento de pessoas que cruzam os limites territoriais e configuram novas fronteiras. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 34).

Pode-se identificar a influência cultural peruana em Benjamin Constant no idioma espanhol, na cultura e principalmente nas relações comerciais, “os peruanos passam a constituir traços marcantes na vida fronteiriça, principalmente criando novas espacialidades que são produzidas na cidade de Benjamin Constant” (SOUZA, 2015, p. 121).

Verifica-se que o abastecimento do mercado de Benjamin Constant depende dos comerciantes peruanos que adentram o Brasil com uma variedade de produtos que são adquiridos em Islândia, no Peru, ou em Letícia, na Colômbia. Existe forte presença dos peruanos comercializando produtos agrícolas na feira municipal, sendo, pois, uma presença bem aceita pelos brasileiros.

Nesse caso há uma relação de interação entre brasileiros e peruanos e, ao mesmo tempo, de dependência com o outro. São aspectos que acabam mesclando culturas diferentes num complexo ambíguo e ambivalente do movimento migratório, muitas vezes conflituoso, mas também de tolerância recíproca, onde o outro se insere simultaneamente nos espaços habitados por pessoas híbridas tanto de lá, quanto de cá. Nessa fronteira “criam-se também espaços intermediários, alguns transnacionais, espaço habitado por gente híbrida, um pouco daqui e um pouco de lá, ou, na maior parte dos casos, nem daqui nem de lá” (RIAL, 2008, p. 65).

O Peru possui um desequilíbrio econômico buscando por isso, os peruanos buscam adaptar-se no interior do Brasil. Para Martins (2012, p. 133), isso faz da fronteira o lugar da alteridade:

A fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mais o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só do desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos.

O comércio de Letícia absorve significativamente o consumidor brasileiro principalmente da cidade de Tabatinga, onde os colombianos dominam o comércio local ofertando os mais diferentes produtos importados, advindos de Miami e Panamá.

Entre os períodos de 1977 a 1986 quem mantinha aquecida a economia da região era o tráfico de drogas, momento em que havia o cultivo de coca em maior escala na Amazônia Colombiana. Este tipo de negócio altamente rentável promoveu o padrão de crescimento econômico de Letícia e o crescimento do comércio das de Tabatinga.

Nogueira (2007, p. 179), assinala que “nos tempos de muita cocaína, na década de 1980, como hoje falam os comerciantes, a movimentação comercial era bem mais intensa nos dois lados da fronteira; as vendas de bebidas alcoólica e material de construção superaram a normalidade. O aumento da representação, não só no lado brasileiro, como colombiano, alterou a vida na cidade reduzindo o comércio”.

No caso de Tabatinga, atribui-se esse crescimento a desvalorização da moeda brasileira frente à moeda colombiana, ou seja, o Peso colombiano possuía maior valor que o Cruzeiro, por isso, era mais vantajoso comprar no mercado brasileiro. Nesse período o domínio do comércio era exercido pelos grandes madeiros brasileiros da região.

A intensificação da repressão ao tráfico de drogas a partir de 1990 atingiu seu ápice em 1997, levando à dissolução do Cartel de Letícia, o terceiro mais importante da Colômbia, culminando na crise econômica da cidade de Letícia. Tabatinga foi menos atingida devido à presença de várias instituições do Governo Federal e Estadual, lá instaladas desde a segunda metade da década de 1970, com a construção do aeroporto.

Além disso, a sede da Receita Federal e da agência do Banco do Brasil foram transferidas de Benjamin Constant para Tabatinga. A entrada destas instituições impactou de modo positivo a economia de Tabatinga, gerando postos de emprego e renda, uma vez que houve o desaquecimento do comércio face à perda do poder aquisitivo do seu principal mercado consumidor, a cidade de Letícia.

A partir da década de 1990 o consumidor brasileiro passou a manter aquecido o comércio de Letícia transformando-o no maior polo comercial da tríplice fronteira. Com o Plano Real e a valorização da moeda brasileira (1996) o setor comercial de Letícia cresceu consideravelmente. O real valorizado frente ao peso colombiano permitiu que Letícia atraísse recursos dos brasileiros que passaram a consumir os seus produtos. Por outro lado, a corrida para o mercado de Letícia levou a queda nas vendas do comércio de Tabatinga.

Em 1989 foi criada a Área de Livre Comércio (ALC) de Tabatinga a fim de incrementar o comércio e promover o desenvolvimento da região de fronteira do extremo oeste do Estado do Amazonas. Também foram criadas outras sete ALC's em toda a Amazônia, mas somente as de Guajará-Mirim, Macapá e Tabatinga foram regulamentadas e podem efetivamente receber os incentivos previstos pela Lei nº 7.965/89. “A área de Livre Comércio

só existe no papel. As motocicletas, principal meio de transporte da região, são compradas em Letícia- que as importa de Manaus- assim como a gasolina” (BECKER, 2009, p. 62).

A Área de Livre Comércio de Tabatinga foi implantada efetivamente em 1991, mas não funcionou devido à concorrência com a vizinha cidade de Letícia onde também funciona uma área de incentivos fiscais com total isenção de impostos.

O bispo emérito da Diocese do Alto Solimões lembra que “para o Estado cumprir com seu dever, basta ter polícia federal, militar, civil, força nacional, marinha que faz as vezes de polícia também, o exército, aeronáutica, o que falta mais? Mais nada” ( entrevista/2015). Para Nogueira (2007, p. 48), “a fronteira controlada aparece representada sob a forma de atuação dos inúmeros órgãos do Estado-nacional constituídos para vigiar o trânsito entre o exterior e o interior do Estado”.

Dom Alcimar Magalhães reconhece que os problemas pelos quais se depara esta região de fronteira são complexos e o seu enfrentamento dar-se-á tão somente com a ação do Estado. Apesar da presença do Estado representado pelas diferentes intuições de segurança na fronteira a atuação é deficitária. Há livre entrada e saída de pessoas, bens e mercadorias sem que de fato o Estado mantenha o controle.

Pelo lado brasileiro, depara-se com o aspecto da ilegalidade e do permitido. Sobre essa questão o Secretário de Produção do Município de Benjamin Constant, Kelly Eduardo expõe a dificuldade dos brasileiros para comercializar nos países vizinhos:

O que acontece com a nossa comercialização é que se você for levar algum produto do Brasil pra vender na Colômbia, no Peru, você é parado por eles e botam pra fora. Aqui mesmo em Islândia uma cidadezinha Peruana, se você for vender qualquer produto brasileiro eles lhe colocam pra fora, tomam o produto e você não vende. Mas eles têm a total liberdade de chegar em Benjamin Constant, Atalaia do Norte e Tabatinga e vender seus produtos porque não tem fiscalização aqui, quem perde somos nós, então tem que ter essa conversa entre esses países, Brasil, Colômbia e Peru, pra que possa legalizar essa exportação desses produtos. É de nosso interesse exportar pra eles o que eles têm interesse (entrevista/2015).

O secretário defende um acordo de cooperação entre os governos da Colômbia, Peru e Brasil com a finalidade de manter relações comerciais favoráveis e recíprocas, acreditando que dessa possível parceria a produção piscícola de Benjamin Constant:

Sairia muito mais barato, tanto poderíamos comprar esses materiais deles, como poderíamos vender os peixes pra eles. Eles têm um grande mercado, todo mundo sabe a quantidade de peixe liso que a Colômbia compra direto

aqui, não paga nenhum imposto, não paga nada, é de forma clandestina, infelizmente isso acontece (Kelly Eduardo Cardoso, entrevista/2015).

Gomes e Albuquerque (2009) ressaltam que no alto Solimões há grande exportação ilegal de peixes lisos do Brasil para a Colômbia e Peru, e o desembarque do pescado é feito sem a estrutura adequada para a grande quantidade de pescado que é comercializada.

Nogueira (2008) revela a pesca na região do Alto Solimões tem caráter comercial e as pescarias voltam-se principalmente para a captura de peixes lisos, também conhecidos como grandes bagres, ou peixe sem escamas, (*Siluriformes*, família *Pimelodidae*). Essa espécie de pescado tem alto valor comercial no mercado de Letícia que é responsável pela exportação de grande parte do peixe liso capturado na região do Alto Solimões e outras regiões do Estado do Amazonas, em território brasileiro. A falta de infraestrutura em frigoríficos e fábrica de gelo na região submete os pescadores brasileiros a especulações comerciais dos colombianos.

Os colombianos compram peixe tanto do Brasil quanto do Peru, e as fronteiras pesqueiras do Brasil, Colômbia e Peru estão compartilhando a exploração do mesmo estoque de piramutaba. [...] Na fronteira, os colombianos e os peruanos, pescam no lado brasileiro, sem nenhuma fiscalização do Estado ou órgãos competentes. Barcos frigoríficos (em torno de 10, segundo a direção da Colônia de Tabatinga é a ponte de todo o pescado dos pescadores de Tabatinga) de procedência colombiana, mas com tripulação brasileira, adentram os rios e lagos do Alto Solimões em busca de comprar os peixes lisos capturados pelos pescadores ribeirinhos (NOGUEIRA, 2008, p. 49).

Outro sujeito desta pesquisa também aponta o problema da evasão dos recursos pesqueiros para o mercado colombiano, o qual se constitui num fenômeno recorrente que necessita de legislação, retratando que:

Todos sabem que entre 80% a 90% da estrutura frigorífica do Solimões é financiada pelos colombianos que usam testa de ferro e que recebe o monopólio do peixe do Solimões, principalmente o peixe de couro, todo esse peixe vai pra Letícia, como produção de lá, sai pra Bogotá, vai pra Medellín, de lá agrega valor e vai pro mundo (J.H.A.O, entrevista/2015).

Parente (2005) chama a atenção para o fato de que boa parte da comercialização de pescado e gelo na região do Alto Solimões ocorre em Letícia. A indústria pesqueira de Letícia movimentava anualmente toneladas de pescado capturado em território brasileiro. Grande parte é destinada aos mercados de Bogotá, Cali e Medellín. Nas bodegas de Letícia é feita a

evisceração<sup>36</sup>, mas não se pratica o beneficiamento do pescado, esse processamento é realizado em Bogotá.

O peixe da piscicultura também entra no mercado colombiano de forma ilegal por meio de um atravessador da cidade de Tabatinga. Vejamos o que diz um dos grandes piscicultores ouvido neste estudo: “eu tenho um vendedor que eu passo o peixe pra ele. Eu vendo para o mercado daqui, vendo pra Tabatinga e vendo para Letícia, mas vendo mais pra Tabatinga e Letícia (A.C.M, entrevista/2015).

De acordo com Becker (2009), os colombianos atuam como verdadeiros aviadores controlando toda a pesca brasileira e seu comércio; financiam os pescadores, recolhem a produção do peixe em Letícia, enviam para Bogotá e daí para Miami. Da mesma forma, é feito o contrabando da madeira brasileira pelos peruanos, pois tem madeiras localizadas às margens do rio no Peru, em frente a Benjamin Constant. “Os recursos brasileiros são, assim, drenados pelos países vizinhos” (IBIDEM, 2009, p. 62).

Manter uma relação comercial entre os países desta área de fronteira exige políticas abrangentes, pois como concebe Dom Alcimar Magalhães não existe desenvolvimento de um lado só. É preciso desenvolver a região levando em consideração existência de três países.

A gente não quer dizer que o ticuna seja um país, mas de fato é, é uma cultura, uma língua é uma produção e tudo mais. É preciso se pensar num desenvolvimento abrangente, vendo quem está do outro lado, não é um adversário, não é um inimigo, não é um pária, é um parente, é um colaborador, um amigo e com ele tenho relações de toma lá dá cá, de comércio de troca, de convivência. Isso é fundamental para que as pessoas cresçam num ambiente de respeito recíproco, de respeito às culturas, à diversidade cultural (entrevista/2016).

Para Dom Alcimar Magalhães essa relação é feita entre as pessoas que habitam essa região. Realmente, não há uma ação indutora por parte do poder constituído para firmar legalmente a ação comercial em torno do pescado. Quem faz uma boa relação de comércio são os comerciantes, as pessoas do povo, não são as leis, as leis são até ignoradas, algumas delas favoráveis a uma boa relação, mas nem são estimuladas para que nasçam políticas comuns.

De acordo com Martins (2012, p. 141), “o Brasil é um país particularmente apropriado para se estudar a fronteira nessa perspectiva”. É preciso compreendê-la como o lugar de

---

<sup>36</sup> Retirada das vísceras do pescado. Através de um corte longitudinal no ventre do peixe deve-se cuidadosamente retirar as vísceras tendo sempre o cuidado para não rompê-las.

confronto, conflito e alteridade entre diferentes sujeitos que fazem da fronteira, com o espaço e tempo singulares pelo encontro de diferentes.

Deve-se considerar que o processo de formação social da Amazônia ocorreu a partir do encontro de diversas culturas. O intercâmbio ocorrido entre valores externos e indígenas interferiram a cultura dos povos tradicionais da Amazônia, portanto, essa cultura é ressignificada em meio às trocas e mutualismo entre índios, europeus e negros.

A diversidade cultural é um dos mais preciosos tesouros da humanidade, nelas integram não somente saberes e técnicas, mas também as ideias, os costumes, os alimentos, as pessoas vindas de fora. As culturas quando assimiladas umas às outras é enriquecedora, mas quando colocada num patamar de sobreposições e dominação leva a sua desintegração e constitui uma perda para a humanidade (MORIN, 2004).

Para Dussel (1986), “o outro (diferente) é aquele que rompe com o sistema, com o habitual, com o cotidiano, é o diferente, o extraordinário. O outro para nós é a América Latina em relação à totalidade europeia”; é o povo pobre e oprimido da América Latina em relação às oligarquias dominadoras e, contudo, dependentes (IBIDEM, p. 196).

Raffestin (2005, p. 10), assinala que “a fronteira nasce da diferença e que a história da fronteira é enraizada nos antigos ritos e práticas, isto é, o modo de vida enraizado dos antigos moradores, tais como índios que praticavam seus modos de vida, apoiados no espaço fronteiro”.

Em Benjamin Constant, as diversas atividades exercidas pelos peruanos revelam a existência de um entrelaçamento entre espaço e sociedade que produzem e reproduzem novas práticas que dão sentido a vida nesta parte da Amazônia, as relações entre os diferentes povos transcendem o aspecto econômico. Martins (2012, p. 141) conclui que:

Se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano. Nesse sentido, diversamente do que ocorre com a frente pioneira, sua dimensão econômica é secundária.

É imperioso se pensar em um intercâmbio comercial entre Brasil, Peru e Colômbia para a comercialização da produção piscícola, pois seria vantajoso para os três países. O Brasil compraria os insumos a custos menores no mercado peruano e colombiano, enquanto a produção seria exportada aos referidos países, sem grandes custos de logística. A produção da

piscicultura de Benjamin Constant tem nos países limítrofes mercado em potencial, favorável para escoar a sua produção.

Na tríplice fronteira existe uma mistura de brasileiro, peruano e colombiano que juntos parece não existir nacionalidade, percebe-se somente no falar, mas no final das contas são todos amazônidas que pertencem a uma Amazônia sem fronteiras. Um povo que espera ser visibilizado pelos Estados-nacionais, pois se houvesse relações vantajosas envolvendo esses países, eles próprios poderiam criar estratégias de desenvolvimentos dessa região sem essa relação de dependência do centro.

### 3.2 O comércio rentável para os grandes piscicultores

O modelo de desenvolvimento implementado na Amazônia pautou-se em diretrizes de cobiça em relação à região envolvendo interesses econômicos e principalmente geopolíticos, como se assinalou ao longo deste estudo.

Com o *slogan* “integrar para não entregar” o Governo Militar defendia uma nova modalidade de ocupação para a Amazônia voltada para o controle da fronteira e da vida humana, pois a região encontrava-se habitada por dezenas de tribos indígenas e camponesas, ainda que dispersos, que viviam na região desde o século XVIII. Ou seja, a estratégia dos militares se assemelhou à política utilizada no período da conquista.

Na concepção de Oliveira (1994, p. 03):

A modalidade de ocupação proposta era contraditória: a da agropecuária, uma atividade econômica que dispensa mão-de-obra e esvazia territórios. No limite, previa-se a criação de apenas cerca de quarenta mil empregos em toda aquela ampla região. Sem contar que, em consequência da modalidade de ocupação proposta, tribos indígenas sofreriam, como sofreram, pesadas reduções demográficas no contato com o branco e suas enfermidades. Algumas tribos perderam nesses poucos anos até dois terços de sua população. Sem contar, também, que milhares de camponeses teriam que ser expulsos de suas terras de trabalho, como de fato o foram, para que nelas fossem abertas grandes pastagens. Muitos deles acabaram migrando para as cidades da própria região, para viver na miséria da subocupação e das favelas. As novas atividades econômicas instauraram o grande latifúndio moderno, vinculado a poderosos conglomerados econômicos nacionais e estrangeiros.

As ações desse modelo de desenvolvimento se voltaram para atender os interesses de grupos econômicos regionais, nacionais e internacionais, que sempre estiveram no comando das decisões, criando estratégias dos mais diferentes estímulos de exploração da natureza sem

qualquer cuidado ou zelo com qualquer forma de vida existente na região. Ao tratar os povos das comunidades tradicionais como primitivos e atrasados esse modelo menospreza a cultura e interferiu no modo de vida dos povos da Amazônia; um modelo econômico que exclui, tornando invisível e à margem das políticas públicas os povos tradicionais.

Diante desta realidade, é importante pensar em formas alternativas de desenvolvimento que venham ao encontro das necessidades e realidade dos povos da região de maneira que se diferencie do modelo vigente, polarizador e dependente de incentivos fiscais do governo federal.

Lima (2005, p. 4) propõe a instauração de “uma economia sustentável através da exploração de outras atividades econômicas que permitam o desenvolvimento das potencialidades regionais e conseqüentemente o início e a sustentação de um processo de expansão econômica integrada em toda a região amazônica”.

Nessa perspectiva, a atividade piscícola de Benjamin Constant pode se constituir como proposta de desenvolvimento econômico considerando a sua vocação natural e a infraestrutura disponível, ou seja, a existência de uma oferta com potencial de 256 hectares de espelho d’água destinada à criação de peixes, distribuídos entre 138 produtores associados, uma fábrica de ração instalada, sala de beneficiamento, uma estação de piscicultura construída com o incentivo dos governos Federal e Estadual, por meio do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM), Secretaria de Produção Rural (SEPROR), em parceria com a Prefeitura local.

Como já visto neste estudo, Benjamin Constant é o segundo polo do Estado com maior quantidade de hectares destinados à criação organismos aquáticos e as condições naturais com grande potencial hídrico que favorecem o desenvolvimento da piscicultura. Entretanto, existe um desequilíbrio entre oferta potencial e oferta efetiva, isso significa que apesar das vantagens comparativas há um subaproveitamento desse potencial e a produção concentra-se numa parcela de 10% dos produtores associados.

A produção em escala restringe-se a um número mínimo de piscicultores que monopolizam a produção que abastece os mercados locais, de Tabatinga, Atalaia do Norte e uma fatia da produção é escoada para Leticia, na Colômbia.

Não se pode deixar de perceber que há sérios obstáculos e dificuldades postas na estrutura organizativa do trabalho da piscicultura. Deve-se reconhecer a falta de condições financeiras para arcar com os altos custos dos insumos, sobretudo da ração e daqueles empregados na manutenção dos viveiros. Somam-se a isto, problemas que se apresentam no âmbito do acesso à compra dos diversos tipos de ração para manter os peixes nas fases de

engorda, a falta de assistência técnica, a ausência de regularização fundiária que dificulta o acesso ao crédito do pequeno produtor e a inexistência de infraestrutura de transporte, armazenamento e comercialização. São entraves enfrentados pela piscicultura não só no âmbito regional, mas em todo setor aquícola nacional.

Ostrensky e Boeger (2007) advertem para o problema técnico como a falta de treinamento e qualificação técnica na cadeia da aquicultura, problema político/administrativo, ausência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da atividade e a dificuldade de acesso ao crédito para investimento e custeio do empreendimento.

No que tange ao acesso ao crédito é preciso apresentar garantias reais que chegam até 150% do valor do empréstimo. “Essa exigência é especialmente problemática para o pequeno e micro produtor, posto que muitos deles não tenham sequer o título definitivo de propriedade da terra. Não raro, as instituições financeiras exigem ainda a apresentação de avalista, o que limita ainda mais a possibilidade de se obter crédito” (IBIDEM, p. 183). Superar os gargalos da cadeia produtiva ainda é um grande desafio, principalmente para o pequeno produtor que nem sempre tem ao seu alcance os recursos indispensáveis ao êxito de seus empreendimentos.

Como analisado ao longo deste estudo, a piscicultura para inserir seu produto no mercado necessita de capital de giro para que os produtores possam se estabelecer e continuarem competindo no mercado de concorrência. Esse fator transformaria a piscicultura de Benjamin Constant numa atividade competitiva, incluindo amplamente o pequeno produtor nesse empreendimento lucrativo de forma autônoma e independente. De acordo com o engenheiro do IDAM, o piscicultor que produz para o mercado é um empreendedor independente, não depende diretamente das ações do Estado.

O grande piscicultor é aquele que trabalha por conta própria. Ele consegue fazer o seu capital, é um empreendedor, então, ele não depende diretamente do governo. Qual seria a dependência dele com relação ao governo? O piscicultor, querendo ou não vai depender de algum tipo de política pública, ele vai interagir com o governo, por exemplo, para adquirir licença do IPAAM é através do governo, tem que ter vistorias, laudos e acaba caindo nas mãos do governo. Mas o maior piscicultor aqui de Benjamin Constant, ele não depende muito do governo, ele possui capital, ele compra as rações dele, mesmo a preço mais caro, mas ele consegue comprar, ele consegue ter o lucro dele, ele possui o próprio capital para gerenciar o próprio empreendimento (Janderson Garcez, entrevista/2015).

A carência de recursos para investimento inicial por parte do pequeno produtor de Benjamin Constant, finda determinando que só os grandes proprietários tenham condições de produzir em escala comercial. Cabe a eles a produção para o mercado na medida em que

possuem autonomia financeira, dispõem de capital de giro, enquanto a maioria tem dificuldade de se firmar na atividade, logo sua produção limita-se à subsistência.

Sem a presença fundamental de políticas públicas voltadas para o pequeno produtor, a piscicultura se constituirá numa atividade rentável só para aqueles empreendedores que detém o poder econômico para administrar seus empreendimentos e garantir o funcionamento do sistema da cadeia produtiva.

Masquietto *et al* (2010) acrescentam que a cadeia produtiva é formada por um conjunto de etapas que agregam valor ao processo produtivo. Todo o processo de funcionamento da cadeia produtiva requer conhecimento do ciclo de vida do produto em questão, depois é necessário realizar uma análise a respeito da interação entre os seus participantes e transformações por ele sofridas. A figura a seguir apresenta a cadeia produtiva e o conjunto de etapas consecutivas que se interligam e determinam a sua dinâmica:

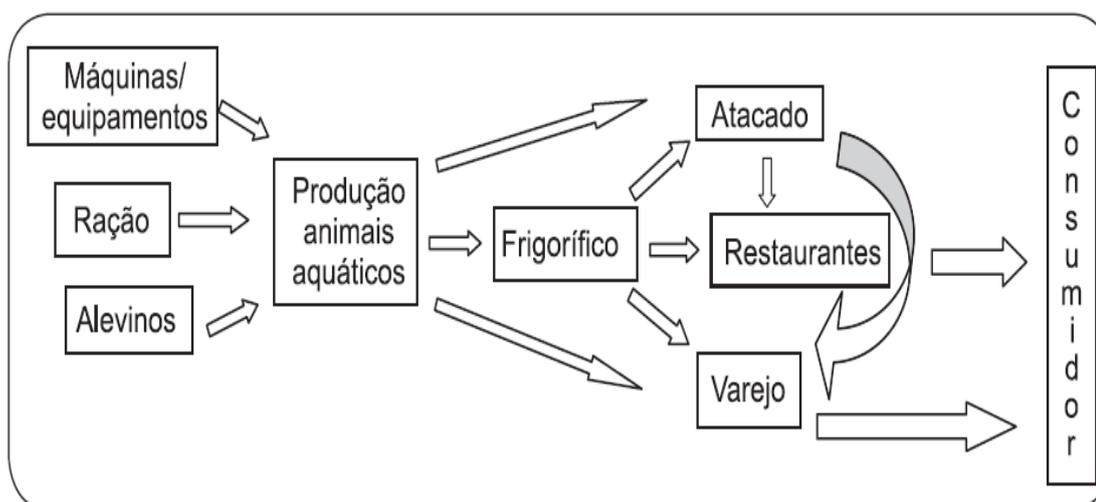


Figura 25 - Cadeia produtiva da piscicultura  
Fonte – BNDS/2013

No conceito de Castro *et al* (1999), a cadeia produtiva é um conjunto de operações de produção que estão interligadas. Existem várias etapas: processamento, armazenamento, distribuição e comercialização de insumos e de produtos agropecuários e agrofloretais. Ou seja, a produção de bens é representada por um sistema que envolve vários atores que se interconectam via fluxos de materiais, de capital e de informação, a fim de suprir o mercado consumidor final com produtos ou serviços oriundos desse sistema.

De forma simplificada, a figura faz uma demonstração do funcionamento da cadeia produtiva da piscicultura, inicia-se com a aquisição de máquinas e equipamentos que são investimentos realizados no início do processo produtivo, são equipamentos de alto valor, mas

que no decorrer das operações de produção vão sendo de pouca utilidade. A próxima etapa é composta pelos insumos, neste caso composta da ração e dos alevinos, esses insumos são considerados custeio, pois a sua aquisição é regular devido a sua importância, já que são indispensáveis e deles dependem a continuidade da produção. São insumos que determinam a qualidade do pescado e possuem alto impacto nos custos produtivos, sobretudo a ração, o uso balanceado desse insumo é fundamental para o alcance de altas taxas de produtividade, dada a melhoria da taxa de conversão alimentar.

Nos viveiros, as espécies aquáticas são colocadas para serem transportadas vivas, seja no momento em que chegam aos empreendimentos, sob a forma de alevino, seja na despesca, quando são encaminhados aos frigoríficos. Após a despesca o peixe é comercializado, quando os produtores não possuem frigoríficos, o produto é comercializado com empresas que beneficiam os pescados, ou ainda, comercializa-se peixe *in natura* inteiro e fresco diretamente no atacado ou varejo, feiras, portos, dentre outros, a última etapa é o consumidor final.

É preciso reconhecer a importância do consumidor, da assistência técnica e de financiamentos para a produção. Como já visto também no decorrer desta pesquisa, a piscicultura é uma atividade que vem se desenvolvendo economicamente, cujo crescimento vem se adequando às leis de mercado.

Prochmann e Michels (2013) explicam que nesse caso a oferta e a procura determinam o preço dos produtos, logo é preciso atentar para a otimização dos custos que assumem relevância nesse processo. Ou seja, a gestão dos empreendimentos passa a ser planejada, as ações voltam-se para o profissionalismo e não para o amadorismo. O Gráfico 6 apresenta um grupo de trabalhadores que além da piscicultura exercem outras profissões.

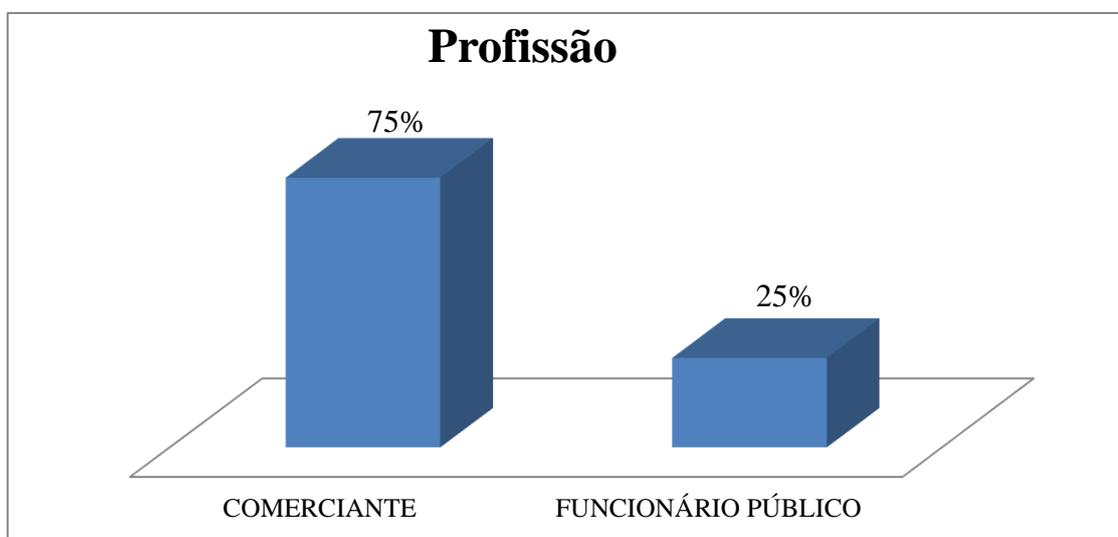


Gráfico 6 – Profissão dos piscicultores em potencial  
Fonte – Pesquisa de Campo/2015

Sobre o assunto, viu-se que a atividade piscícola em Benjamin Constant apresenta um grupo diversificado de trabalhadores. Dentre esses trabalhadores destacam-se os potenciais produtores, aqueles que monopolizam a produção e praticam a piscicultura comercial.

Na amostragem do Gráfico 6, aponta empreendedores do ramo do comércio em sua maioria, além de funcionários públicos de instituições ligadas ao setor primário que decidiram fazer uma experiência com a piscicultura e vem obtendo êxito com a atividade.

A parcela de 75% representa os potenciais produtores da piscicultura em Benjamin Constant que é composta por empresários do comércio varejista, do ramo de hotelaria, restaurante, gráfico, autopeças, entre outros. Dentre os 25% incluem funcionários públicos que foram se especializando na técnica da criação de peixes em cativeiro. A maioria dos entrevistados revela que iniciou a atividade para fazer uma experiência e também como lazer, posteriormente perceberam uma oportunidade de mercado e transformaram a atividade num negócio rentável.

Desse modo, com o passar do tempo a piscicultura transformou-se em uma oportunidade de investimento. Esses piscicultores consideram que é uma atividade em expansão, viável economicamente e tem oportunizado retorno dos investimentos e acúmulo de capital produtivo.

A piscicultura é um investimento que dá retorno. Eu investi muito dinheiro na piscicultura, tenho sete açudes, mas esse dinheiro que eu investi, já consegui recuperar. Eu produzi muito peixe logo de início, ano passado não produzi muito, mas espero melhorar esse ano agora de novo porque tem me trazido muitos benefícios, eu tenho uma estrutura que poucos tem para desenvolver a piscicultura (N.A.B, 58 anos, entrevista/2015).

Para Galli e Tornoli (1985, p. 10), “a piscicultura é o melhor meio para se incrementar a produção de alimentos ricos em proteínas de primeira qualidade, pois é a mais econômica das atividades zootécnicas”. Estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) apontam que a piscicultura vem crescendo no país de forma significativa, em média 30% ao ano, esse percentual quando comparado com a maioria das atividades agropecuárias tradicionais é muito superior. Esse índice revela a importância da piscicultura como atividade rentável e alternativa viável para a problemática da escassez dos recursos pesqueiros, emprego e renda.

Ainda na palavra de um dos entrevistados, iniciou com a atividade apenas como lazer, mas percebeu que era uma atividade rentável:

No princípio quando comecei comprar umas terras era mais pro lazer, depois vi que a piscicultura poderia gerar renda também, foi quando eu investi em vários açudes, tanto é que tenho hoje lá sete açudes funcionando muito bem, então a piscicultura pra mim virou não um lazer, mas uma forma de ganhar dinheiro, de trabalho, produzir peixe, eu gosto de ser piscicultor, aprendi um pouco a ser piscicultor, estudei um pouco sobre piscicultura. Eu tenho um lote grande de terra com título definitivo com 6,5 hectares de lamina d'água, inclusive com licenciamento do IPAAM (N.A.B, entrevista/2015).

O homem amazônico sabiamente utiliza os seus conhecimentos para extrair da fauna e da flora o que é indispensável para a manutenção de sua sobrevivência e de sua família. Os elementos terra, água e florestas são centrais na vida dos povos tradicionais.

De acordo com Torres (2005, p. 54):

A terra representa a força operadora da esperança, da alegria, do júbilo e da festa, através da qual o indígena e o caboclo reverenciam a divindade com ritos de agradecimentos pela generosidade do roçado e da boa colheita [...]. Da mesma forma os rios, constituem-se na motricidade que determina a vida na região [...]. A floresta, por sua vez, representa tanto o universo da biodiversidade e palco das representações do imaginário social das populações locais, quanto reserva natural de usufruto de bens materiais para a sobrevivência dos nativos.

O rio, a floresta e a água são os elementos que os povos tradicionais têm como referência de sua existência material e espiritual. Uma parcela significativa dos povos tradicionais mantém sua subsistência com a extração de recursos naturais, e, neste aspecto, os elementos da natureza são centrais na manutenção e reprodução da vida na Amazônia. Nas sociedades indígenas o trabalho é um fator de inter-relação entre homem e ambiente natural.

O lastro do trabalho na Amazônia profunda é o do extrativismo e da agricultura como analisado anteriormente. “A base da economia está no uso da terra, por isso ela tem que ser bem tratada e respeitada” (REIS FILHO, 2012, p. 171). Conforme Torres (2005), o modo de vida dos povos da Amazônia lhes rendeu preconceito étnico por parte do poder eurocêntrico, na medida em que:

Pressuposições errôneas acerca da suposta incapacidade indígena para o trabalho e sua propalada incivilidade conduziram-no ao subsolo da invisibilidade e da ausência, em mais de quatrocentos anos de história do chamado Descobrimento. [...] O estilo de vida despojado do indígena foi traduzido pelo europeu como preguiça e indolência. A sua docilidade e brandura são percebidas pela ótica ideologizante como parlemice e lerdeza que correspondem, em última análise, à ausência de inteligência e cognição (IBIDEM, 2005, p. 33).

Um sujeito desta pesquisa destaca a importância da piscicultura como atividade viável economicamente, e quando questionado se a piscicultura é uma atividade rentável, sua resposta é categórica:

Sim, claro que é. Eu comecei com 3 açudes, só criava pra comer, criava mais por esporte, eu não comprava ração, dava pupunha pros tambaquis comer, plantei até muita pupunha pra da pros peixes comer. Comprava pupunha também pra complementar, aí eu fui tomando gosto, vi que dava lucro e fui ampliando e continuo ampliando ainda. Pretendo dentro de mais uns três anos conseguir ter peixe para abastecer o mercado do município, eu acho que eu sozinho tenho mais peixe que o resto dos criadores todinho (A.C.M, entrevista/2015).

Observe-se que a piscicultura é um negócio vantajoso os piscicultores perceberam que é uma atividade rentável economicamente que vem sendo expandida no mundo inteiro. Conforme explicam Pestana e Ostrensky (2007, p. 212), “na piscicultura é frequente encontrar empreendimentos que obtêm retorno em apenas dois ou três anos e que apresentam margem de lucro de até 20% ou 22% ao ano, mas esses números são apenas para aqueles empreendimentos bem planejados e geridos com muito profissionalismo, independentemente de seu tamanho ou escala de produção”.

Certamente é uma atividade economicamente viável e quando comparada a outras atividades zootécnicas o retorno dos investimentos se concretiza no curto prazo, em média de dois ou três anos, enquanto as demais levam mais de 5 anos para obter lucros. Isso depende das condições de planejamento, gestão de negócios e capacidade financeira do empreendimento.

No gráfico a seguir verifica-se que os piscicultores são homens em idade adulta.

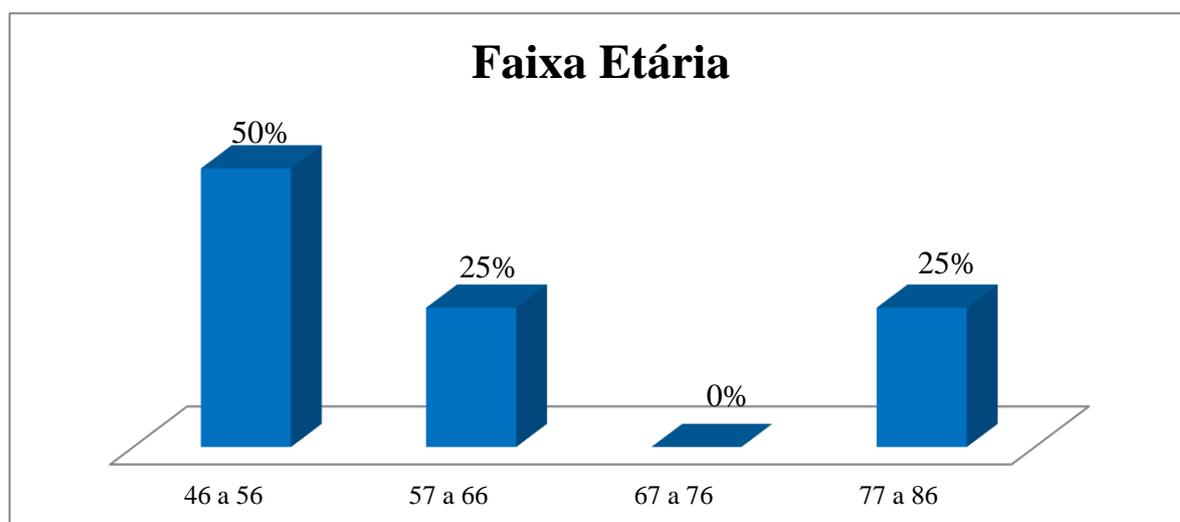


Gráfico 7 – Faixa Etária dos piscicultores em potencial  
Fonte – Pesquisa de campo/2015.

São empreendedores praticantes da piscicultura comercial em Benjamin Constant são homens em idade adulta, a maioria nasceu em Benjamin Constant e/ou são pessoas que migraram para a cidade e construíram toda a sua vida naquele município.

Para o grupo que detém os fatores de produção a piscicultura constitui-se uma oportunidade para diversificar os seus negócios, percebida a boa aceitação do pescado no mercado local e de Letícia, a atividade foi abarcada como estratégia comercial, uma vez que esses empreendedores já atuam no mercado, principalmente como comerciantes.

Apresentam um histórico de trabalho nas atividades extrativas, pecuária e no ramo do comércio, identificamos trabalhadores que atuaram na atividade do látex, madeira, atualmente exercem a pecuária, comércio e a piscicultura. Para a maioria esta atividade teve início como lazer e aos poucos se transformou numa oportunidade de mercado, são comerciantes que buscam explorar ao máximo as oportunidades.

Na visão schumpeteriana o empreendedor é aquele que quebra a ordem corrente e inova, cria mercados com uma oportunidade identificada, entram no mercado para competir. O produto da piscicultura é de aceitação no mercado, uma oportunidade que chamou atenção para investir e explorar potenciais de mercados, mecanismo utilizado para comercializar novos produtos tendo em vista a inserção do comércio peruano nas cidades do Alto Solimões que passaram a ser fortes concorrentes, devido aos preços baixos dos produtos comercializados por esses migrantes. Essas mercadorias são de origem internacional e são vendidas a preços mais acessíveis, advém de Iquitos, no Peru, e entram no Brasil via fluvial. De acordo com Souza (2015):

A maior parte das mercadorias de origem não brasileira é adquirida principalmente nas casas comerciais flutuantes que se localizam ao longo do rio Javari nas mediações de Islândia (Peru), as quais são abastecidas por grandes embarcações que fazem periodicamente o eixo fluvial Iquitos/Islândia. Nesse mesmo âmbito existe também uma parcela significativa de comerciantes que mantêm contatos com parentes ou fornecedores empresários que adquirem essas mercadorias em Iquitos e mandam através das referidas embarcações.

Investir no comércio da piscicultura exige diversificação dos negócios, aplicando recursos em outra atividade a fim de expandir seu capital produtivo. O piscicultor precisa ter autonomia financeira para gerir seus empreendimentos e investir em novas atividades, como é o caso da piscicultura, uma estratégia para diversificar o negócio.

Identificou-se dentre os grandes piscicultores, que muitos, há anos estão inseridos na economia do município de Benjamin Constant, atuaram nas atividades da borracha, madeireira, e atualmente atuam no comércio de varejista, pecuária, dentre outros.

Nós tínhamos aqui empresas de cerâmicas, serraria e tínhamos máquinas pesadas que faziam parte da própria olaria uma patrulha mecânica e minha vida foi dentro dessas atividades. Depois eu me retirei e fui para política, fui político por 22 anos consecutivo, como vereador, prefeito em exercício, várias vezes eu fui prefeito, na época aqui prefeito era nomeado e presidente da câmara era vice, isso de 82 a 90. Aqui era uma propriedade de meu pai que eu herdei, mas era um campo para criar gado, aí em 1974 eu fiz a primeira represa, que fica próximo a fábrica de frutas, em 1994 eu construí essa estrutura com o recurso da FNO via BASA, mas tive muitos problemas e acabei concluindo com recursos próprios, aí eu venho mantendo com recurso próprio, estou concluindo, ainda não está concluso. É necessário a implantação de um sistema de tanques porque a produtividade com o sistema de barragem é bem menor e isso não se viabiliza muito economicamente, mas não dispomos de máquinas para aberturas de tanques, considero isso uma prioridade primeira pra expansão (J.H.O, entrevista/2015).

Constatou-se que esses piscicultores são pessoas que exercem liderança, há anos tem influência na economia e na política do município. Durante décadas comandaram o comércio na tríplice fronteira, superaram a cada crise das atividades extrativas na região e foram se reinventando de modo que não perderam o poder e prestígio no município.

Conforme Dias (2007, p.17):

[...] a elite extrativista trouxe para seu controle todo um processo que envolvia questões profundas, como a ruptura das antigas relações de trabalho, a imposição de novos valores culturais, o controle da saúde, a diminuição ou perda do tempo livre, em consequência das novas atividades e a militarização do espaço físico.

A lógica da economia extrativista da borracha originou uma elite local representada por comerciantes, seringalistas, administradores, e donos de casas aviadoras de exportação e importação, essa elite foi quem de fato acumulou a riqueza produzida com a economia gomífera, além de favorecer o surgimento da figura dos coronéis de barranco, líderes políticos da localidade, donos de seringais que residiam na terra firme, no alto do barranco.

Ulteriormente as outras atividades extrativas na Amazônia foram conduzidas baseadas num sistema de exploração e influência da elite formada no ciclo da borracha de modo que permanecia sob outras modalidades de mandonismo, essa realidade expandiu-se por toda a região. As atividades extrativas de grande relevância influíram na economia local e os pejos do

sistema econômico dominante do pretérito se manifestam no presente, no sentido de que as relações de poder continuam pujantes com rostos bem concretos e ações bem definidas na região (TORRES, 2005).

Para Oliveira (2009), a elite que se formou na Amazônia subsistia da exploração dos recursos naturais e com a anuência do Estado pautava seu discurso no desenvolvimento da região, a partir da utilização das grandes extensões de terras improdutivas, reafirmando velhas práticas da acumulação primitiva.

A produção da piscicultura de Benjamin Constant concentra-se nas mãos de um pequeno grupo em que a maioria tem relação direta com antigas atividades que mantinham aquecida a economia da região, como a borracha e a madeira. A produção extrativa da borracha e madeira propiciaram a expansão do comércio na região, pois até o final da década de 1980 os brasileiros, sobretudo os empresários da madeira, monopolizavam todo o comércio do Alto Solimões e da tríplice fronteira.

De acordo com Souza (2015, p. 62-63),

Os empresários da madeira de Benjamin Constant influenciavam a economia de toda a tríplice fronteira, inclusive no denominado *Marco*, que era a área comercial mais dinâmica da tríplice fronteira, no limite territorial entre Tabatinga (Brasil) e Letícia (recém Colômbia, antes Peru). Nesse período eram colombianos e peruanos que compravam os produtos brasileiros, disponibilizados principalmente pelos empresários da madeira que também trabalhavam como regatão e adquiram mercadorias diretamente de Manaus e outras regiões a preços mais acessíveis.

Assim como a atividade madeireira favorecia um pequeno grupo de empresários que controlavam todo o sistema produtivo, a piscicultura também é favorável ao produtor elitizado que mantém em funcionamento a cadeia produtiva da piscicultura dada a sua capacidade de recurso para investimento. Ou seja, o poder econômico determina a produção para o mercado. Trata-se de um grupo que se constituiu como elite local nas atividades extrativas de maior impacto na economia do Alto Solimões.

Esses empreendedores atuam em várias linhas de negócio e consideram ser a piscicultura uma atividade rentável e um comércio propício em um região rica em potencialidades naturais. A experiência no ramo do comércio despertou a visão e o interesse pela piscicultura comercial, uma escolha acertada para atuar num mercado ainda não explorado nesta região, buscando diversificar o negócio.

Limeira (2010) explica que os empreendedores aplicam seus recursos em novos negócios, cuja demanda tem potencial de crescimento. Trata-se de visão empreendedora que

assume os riscos do negócio, adota a diversificação de produtos e serviços com o intuito de aumentar as vendas e, por conseguinte, a lucratividade dos empreendimentos, neste caso o *marketing* funciona como estratégia para capturar novos mercados e clientes.

Apesar dos entraves enfrentados no setor piscícola de Benjamin Constant essa atividade tem apresentado crescimento, sobressaindo-se à pesca extrativa. Para os 10% dos produtores o comércio piscícola mostra-se favorável principalmente porque são esses produtores que mantêm a dinâmica da atividade, a sua produção garante o abastecimento do mercado de Benjamin Constant, Atalaia do Norte e Tabatinga, no Brasil e parte do mercado de Letícia, na Colômbia. Essa parcela de produtores é quem detém o monopólio do mercado da piscicultura nesta região.

O Gráfico 8 traz a forma como os piscicultores estão distribuídos em termos de escolaridade.

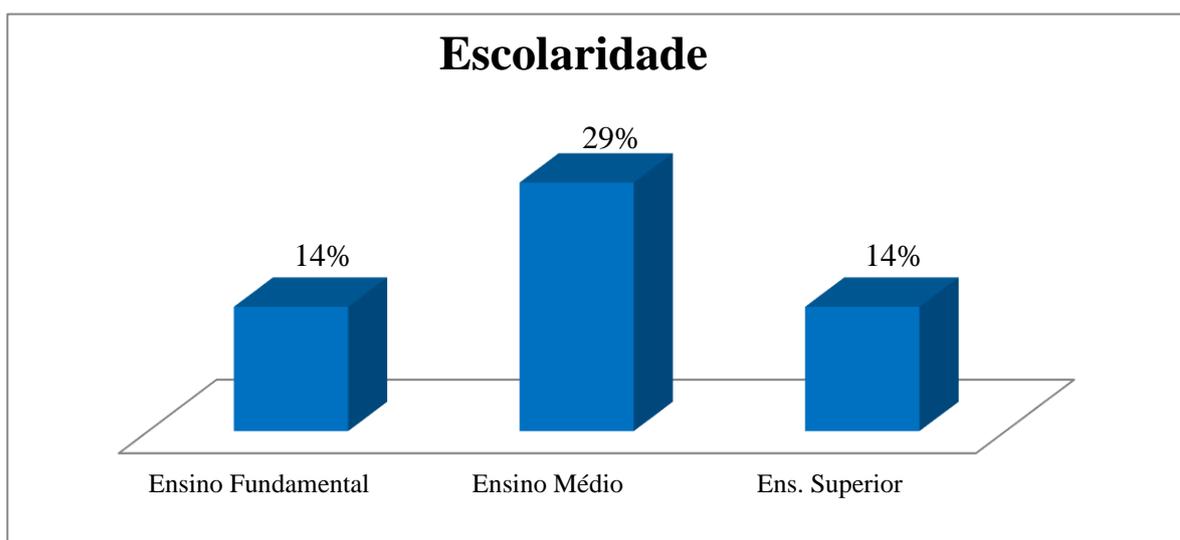


Gráfico 8 – Nível de Escolaridade dos piscicultores em potencial  
Fonte – Pesquisa de campo/2015.

Quanto ao nível de escolaridade identificamos que a maioria possui o ensino médio, num percentual de 29%. Esses piscicultores também atuam no comércio varejista e de serviços na área de restaurante e hotelaria, gráfica, autopeças, e outros. Aqueles que possuem nível superior geralmente são funcionários públicos ligados ao setor primário que de alguma forma tem relação com o setor agrário. Compõem o ensino fundamental geralmente aquelas pessoas com idade ente 77-86 anos que desde cedo passaram a se dedicar ao trabalho, sobretudo no setor extrativista. Essa escolha se deve também a dificuldade de acesso aos estudos “só sei assinar meu nome, naquele tempo não tinha estudo aqui, aqui não tinha nada, apenas o primário,

então fui trabalhar com a agricultura e pecuária, só aí eu tenho mais de 40 anos (A.C.M, entrevista/2015).

Na entrevista os piscicultores, independentemente do nível de escolaridade, declararam que para atuar na atividade piscícola precisaram conhecer algumas técnicas. É o que revela um dos sujeitos ouvido nesta pesquisa:

O piscicultor tem que ter uma capacitação, tem que entender um pouco de piscicultura, um pouco eu digo, um pouco muito, saber se a água está própria, para que tipo de peixe, saber a temperatura da água, ver a aeração da água, nível de oxigênio, tudo isso você tem que entender um pouquinho e claro, não pode deixar de ter uma assistência técnica profissional (N.A.B, entrevista/2015).

Outro informante que é técnico agrícola e licenciado em ciências agrárias segue dizendo:

Quando eu comecei a piscicultura não tive assistência técnica, foi através de leitura e pesquisa. No decorrer veio esse projeto com o SEBRAE, nós conseguimos trazer o CETAM para formar técnicos em piscicultura, formaram para mais 40 técnicos em pisciculturas, tanto em Benjamim, quanto em Tabatinga e Atalaia do Norte. Depois a gente fez articulações, através do IDAM conseguimos trazer uma engenheira de pesca pra cá, só que a engenheira agora está em Tabatinga e vem mais dois engenheiros de pesca, foi quando começou a melhorar a atividade e ter esse acompanhamento. Acho isso muito importante porque, muitas vezes, a gente não tinha muita noção, a gente não sabia como fazer a biometria do peixe, fazer esse acompanhamento de como deveríamos alimentar o peixe de 15 em 15 dias, então essa assistência técnica foi de suma importância (K.E.S.C, entrevista/2015).

Embora, esses piscicultores tenham outros negócios, os empreendimentos piscícolas são administrados por eles com a ajuda de empregados. Assumem a gestão dos empreendimentos e acompanham diretamente todo o processo de produção e comercialização, comandam diretamente a parte contábil e financeira.

O interesse pela piscicultura os levou ao aperfeiçoamento, a busca pela capacitação das técnicas de criação e manejo de peixe em cativeiro. Consideram que a piscicultura tem atendido suas expectativas, uma vez que obtiveram retorno dos investimentos e tem conseguindo acumular capital o que tem permitido os reinvestimentos para manter a dinâmica produtiva. Além do domínio das boas práticas e manejo da piscicultura também possuem capital de giro que garante a produção e comercialização do produto.

Para Bourdieu (1979), o trabalho na modernidade passou a ser compreendido enquanto atividade individual voltada para a renda em dinheiro, perdendo a configuração de responsabilidade coletiva.

Torna-se condição *sine qua non* o fato de que o piscicultor para adentrar essa atividade produtiva deverá dispor de capital, seja próprio ou de terceiros, para iniciar o negócio e posteriormente manter funcionando a cadeia produtiva.

A Figura 18, traz uma demonstração básica dos custos envolvidos na construção de um tanque escavado com 1 hectare.

Preparação do tanque/4 dias*	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total (R\$)
Maquinários*	01	01	R\$ 6.400,00	6.400,00
Mão-de-obra*	01	01	R\$ 3.200,00	3.200,00
Diesel	Lt	800	2,50	2.000,00
Calcário	Kg	460	0.75	345,00
Fosfato	Kg	40	3	120,00
Varas de tubo (6 metros/unidade de 150 mm)	03	03	170	510,00
<b>TOTAL</b>	-	-	-	<b>12.575,00</b>

Figura 26 – Investimento inicial na construção de um tanque médio (1 ha)

Fonte: PIBIC/2013

\*O tempo de preparação do tanque ocorre no período de 4 dias.

\*Os custos com o maquinário e a mão de obra representam também os custos de terraplanagem e escavação por um período de 4 dias.

Investir na atividade piscícola exige conhecimento técnico especializado a começar pelo diagnóstico de avaliação técnica da topografia do terreno<sup>37</sup>, o tipo de solo<sup>38</sup> e qualidade e quantidade de água<sup>39</sup>.

<sup>37</sup> Topografia do terreno - prima-se pelo melhor aproveitamento da *topografia do terreno*, compactando o fundo e as paredes a fim de tornar o terreno mais estável, livre de erosão e infiltração. O ideal são terrenos planos com declividade de 2%. O fundo deve ter uma declividade em torno de 1,5% em relação ao sistema de escoamento.

<sup>38</sup> Tipo de solo - os *solos* ideais para a construção de *tanques ou viveiros* são os argilosos e de baixa permeabilidade, pois permitem a construção de diques mais estáveis. Os solos arenosos ou com grande quantidade de cascalho geralmente apresentam alta infiltração, isso requer um maior uso de água. Esses solos são pouco estáveis e mais suscetíveis à erosão.

<sup>39</sup> Qualidade e quantidade de água - O local escolhido para a construção deve possuir fontes de água de boa qualidade, sem contaminação por poluentes e em quantidade mínima para abastecer os tanques. A quantidade de

Esses dados foram coletados junto aos piscicultores participantes da nossa pesquisa de iniciação científica em 2013, o quadro revela os investimentos iniciais feitos pelos produtores ao decidirem iniciar a atividade. Esses valores podem variar de acordo com a realidade de cada região.

Em Benjamin Constant, essa primeira etapa vem sendo feita pelo IDAM e pela Prefeitura municipal. No âmbito da assistência técnica ao produtor, o IDAM disponibiliza seus engenheiros e técnicos para realizarem a avaliação técnica, precedida de um projeto elaborado por um profissional da engenharia com experiência no setor.

Na avaliação desse profissional deve apresentar a melhor avaliação econômica, os aspectos referentes à reponsabilidade técnica e à segurança da obra, a fim de evitar futuros acidentes causando prejuízos ao meio ambiente e nas finanças do empreendedor. A prefeitura auxilia no apoio logístico, e muitas vezes concedendo máquinas e equipamentos indispensáveis nos serviços de construção dos viveiros.

A parceria entre IDAM e Prefeitura local vem contribuindo de forma significativa na motivação e decisão de investir na atividade no município e tem beneficiado muitos piscicultores associados nesta etapa, principalmente o pequeno produtor que não dispõe de recursos financeiros para contratar um profissional dessa área, assim como para adquirir maquinários ou custear o aluguel.

Ao iniciar um empreendimento, independente do porte é necessário que se tenha um planejamento financeiro como instrumento de gestão. É um mecanismo que permite avaliar a viabilidade do empreendimento, a exequibilidade, taxa de retorno e em quanto tempo haverá retorno do investimento e a margem de lucro.

Os dados da nossa pesquisa revelaram que o piscicultor para iniciar um pequeno empreendimento investe R\$ 12.575,00 para construir um tanque escavado de 1 hectare. Esse capital é aplicado em infraestrutura e na construção do viveiro.

Os custos de maior impacto são maquinário e mão de obra. No que tange ao maquinário, o piscicultor como não dispõe do equipamento, no caso o trator, recorre ao aluguel, cuja diária equivale a R\$ 1.600,00 que deverá custear, durante 4 dias. Quanto à mão de obra paga a diária do maquinista no valor de R\$ 800,00 custeada também por 4 dias.

A Prefeitura de Benjamin Constant a fim de estimular a atividade cedeu para muitos piscicultores o trator com o objetivo de minimizar os custos para o pequeno produtor. Ratifica-se que o valor de R\$ 12.575, 00 refere-se à construção do viveiro.

---

água necessária depende da área dos *viveiros*, das taxas de infiltração e evaporação, da renovação de água exigida no manejo da produção e do uso de estratégias de reaproveitamento da água, entre outros.

A piscicultura é uma atividade que vem crescendo no mundo inteiro, logo vem se constituindo numa atividade econômica importante, principalmente para o pequeno e médio produtor que, para iniciar esta atividade não precisa dispor de grandes extensões de terra e nem de grandes investimentos e ainda poderá obter boa rentabilidade e taxa de retorno (SCORVO FILHO, 1999).

O que compromete o desenvolvimento desses empreendimentos são as escassas informações de cunho técnico e econômico, as quais poderiam ajudar no planejamento e consequentemente no crescimento da atividade.

Para Lee e Sarpedonti (2008), ainda existe uma grande parcela de pequenos piscicultores que atuam na atividade de forma não profissional. Isso se deve a dois fatores: Primeiro, a ausência de informação e despreparo técnico do produtor, pois este tem limitado acesso ao apoio profissional. Segundo pelo fato de a atividade ser vista apenas como um complemento da renda principal, havendo, pois, necessidade desse produtor dedicar tempo a uma atividade secundária.

Por outro lado, como uma grande maioria desses empreendimentos encontram-se circunscritos ao nível da subsistência, gera poucos empregos diretos e indiretos. Ademais, o número de técnicos especializados atuando na atividade é muito reduzido, levando o trabalhador a atuar diretamente no cultivo sem a devida especialização na atividade e a maioria possui grau de escolaridade baixo.

A falta de planejamento e conhecimento das técnicas de gestão dificulta o desenvolvimento do negócio, uma vez que esses conhecimentos possibilitam o controle das despesas e receitas decorrentes da atividade piscícola utilizando técnicas que permitam avaliar os custos e a rentabilidade do empreendimento.

De acordo com Frezatti (2008), essas técnicas podem ser usadas para determinar a viabilidade econômica de um projeto de investimento, desde os mais simples até alguns demasiadamente sofisticados. Toda atividade, por mais simples que seja, requer vários recursos, sejam monetários, humanos, materiais, tecnológicos, dentre outros.

“Os gestores, ao alocar recursos, devem ter a consciência de que qualquer tipo de recurso obtido tem um custo e, caso não proporcionem retorno, estarão descapitalizando a entidade, já que ela vai ter que remunerar os financiadores em algum momento” (FREZATTI, 2008, p. 22).

Em Benjamin Constant a piscicultura é uma alternativa de geração de renda para diversas pessoas que vivem dessa modalidade de trabalho. Isto, porém não tem correspondido

a tal expectativa. Essa é uma situação que poderia ser diferente se os piscicultores tivessem incentivos, o que não os obrigaria a exercer outras atividades para complementar sua renda.

A figura 19 a seguir descreve outros custos envolvidos na produção de organismos aquáticos como insumos e manutenção dos viveiros.

Após a construção do viveiro, inicia-se a etapa de criação dos organismos aquáticos. Para o piscicultor equivale dispor de um orçamento anual de R\$ 11.165,88 para manter aproximadamente uma quantidade de 3.300 de espécies de tambaqui. Observe-se que a maior parcela desse valor está empenhada na compra de ração para alimentar os peixes, esse custo representa aproximadamente 95% do valor.

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor da Unidade (R\$) *	Valor Total (R\$)
Alevinos de tambaqui	Milheiros	3.3	150,00	495,00
Ração inicial 34% de proteína	Kg	118	1,18	221,84
Ração de crescimento I 28% de proteína	Kg	1.890	1,56	2.948,40
Ração de crescimento II 25% de proteína	Kg	3.300	1,48	4.884,00
Ração de crescimento III/acabamento	Kg	1.768	1,48	2.616,64
<b>TOTAL</b>	-	-	-	<b>11.165,88</b>

Figura 27- Custeios de (1) um ano de criação de tambaqui

Fonte - PIBIC/2013

\*Obs. os valores aqui tratados são a preços de mercado no ano de 2013.

Como visto no estudo, a ração é o item que mais encarece os custos de produção na atividade piscícola. Em Benjamin Constant as condições de logísticas encarecem ainda mais a ração, pois esse insumo é adquirido em Manaus (capital do Estado), assim como em outros Estados como Rondônia e São Paulo, essa condição eleva os custos de transporte e, por conseguinte, o custo da ração. Além dos custos com insumos, há os custos fixos.

Na concepção de Guimarães (1999), esse problema está presente no norte do país e tem dificultado o desenvolvimento da piscicultura na região, são decorrentes das características geográficas, falta de diversos insumos, baixa disponibilidade de infraestrutura e outros. Ressalte-se que esses problemas na década de 1990 limitou consideravelmente o crescimento

da produção piscícola no estado do Amazonas quando não havia indústrias de produção em Manaus.

Meurer *et al.* (2002), chamam a atenção para o fato de que os alimentos proteicos representam grande impacto nos custos da ração, em sistemas de cultivo intensivo e semintensivo, pois, requer grande quantidade na sua formulação e são mais caros do que os alimentos energéticos.

Furuya *et al.* (2008), salientam que o aumento na produtividade piscícola tem relação direta com a utilização de rações completas, uma vez que o alimento natural não é suficiente para atender às exigências dos peixes, principalmente quando criados em sistemas intensivos e superintensivos, nos quais a elevada biomassa por área e as deficiências ou desbalanços de nutrientes podem acarretar perdas de produtividade e, por conseguinte, menor retorno econômico. Portanto, para produzir um pescado com qualidade no âmbito da piscicultura competitiva deve-se manter uma alimentação com rações balanceadas e de boa qualidade para os peixes, garantindo assim, as exigências nutricionais específicas de cada espécie cultivada.

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor (R\$)
Caseiro	01	01	7.464,00
Roçagem*	01	12	360,00
Luz (consumo médio mensal por 12 meses)	01	12	1.037,16
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>8.861,16</b>

Figura 28 - Custos fixos

Fonte - PIBIC 2013

\*A roçagem na maioria dos casos já compõe os custos com o caseiro.

Observe que no primeiro ano de atividade o empreendedor de pequeno porte necessariamente tem que prevê um orçamento anual de R\$ 32.602,04 para arcar com os Custos Operacionais Efetivo (COE), que constituem o somatório dos custos com a utilização operacional de mão de obra, máquinas, equipamentos, serviços contratados e insumos, dentre outros, soma-se a isso os custos fixos com energia elétrica, limpeza e vigilância do estabelecimento.

Verificou-se junto aos grandes piscicultores que no início da atividade eles recorreram ao capital financiado, mas atualmente os recursos investidos na piscicultura são de capital próprio, conforme revela um dos principais produtores: “antes eu arrumei financiamento, fiz financiamento no banco do Brasil, na AFEAM em Manaus e fui lutando e paguei, consegui

pagar. Hoje eu não faço mais financiamento em canto nenhum porque o capital que eu tenho, estou conseguindo manter” (A.C.M, entrevista/2015).

“Comecei a piscicultura com recurso próprio, mas também tive a oportunidade de pegar um financiamento da AFEAM e mantenho com capital próprio” (K.E.S.C, entrevista/2015). A maioria recorreu a capital de terceiros para financiar as instalações no começo da atividade, atualmente mantêm o funcionamento dos seus negócios com capital particular, ou seja, conseguem produzir com autonomia financeira.

O Gráfico 9, na página 167, revela a média de hectares de espelho d’água nas modalidades viveiro de tanque escavado e viveiros de barragem dos potenciais piscicultores e a quantidade de espécies de peixe cultivadas nos empreendimentos. Pelo tamanho da área cultivada são considerados piscicultores de médio e grande porte, pois tem capacidade para produzir uma média de 08 toneladas por hectare dentro de um sistema de cultivo semi-intensivo e intensivo.

Os sistemas de cultivos referem-se a um conjunto de processos de produção utilizados nos empreendimentos aquícolas e as formas de criação de peixe e suas características podem ser compreendidas como sistemas de produção, dividem-se em três sistemas: Intensivo, semiextensivo e extensivo (PROCHMANN; MICHELS, 2003). Difere-se entre si, pela densidade, produtividade, tipo de alimento, forma de alimentação e manejo. Quanto maior o nível de intervenção do homem no controle dos parâmetros de produção, mais intensivo se torna o sistema.

O sistema intensivo envolve altas densidades de peixes estocados, uma média entre um a dois peixes por metro quadrado. Neste sistema, faz-se uso de rações balanceadas na alimentação dos peixes, controle da qualidade e quantidade de água, utilização de equipamentos para oxigenação da água, entre outros.

Esse tipo de criação requer intervenção por parte dos piscicultores constantemente, pois se tratam de tanques e viveiros artificiais utilizados na produção. “Estima-se que a produtividade dos tanques chegue a atingir entre 6.000 a 10.000 Kg/ha ao ano, uma produtividade média de 0 quilo para cada metro cúbico instalado, dependendo da espécie” (PROCHMANN; MICHELS, 2003, p. 14).

Já no sistema de criação semi-intensivo de produção a densidade de peixes estocados é menor do que no intensivo, em média um peixe para cada três metros quadrados. Neste sistema a utilização do alimento natural existente na água é de grande importância no alimento dos peixes, como grãos de milho, de soja e de mandioca. “A produção estimada para criação semi-intensiva é entre 3.000 a 7.000 Kg/ha ao ano em cada tanque” (IBIDEM, 2003, p.14);

No sistema extensivo, utiliza-se os pequenos lagos, açudes e represas na prática de criação de peixes. Neste sistema há pouca interferência do homem na reprodução dos peixes e na qualidade da água. Geralmente é praticada por pequenas unidades agropecuárias, a produção é destinada para o consumo próprio, devido à baixa produtividade obtida.

Ao escolher o sistema de produção a ser utilizado o produtor deve considerar o capital para o investimento e o êxito do empreendimento. Quanto maior os recursos investidos, mais intensivo deve ser o sistema de produção, e, por conseguinte, maior deve ser a produtividade e taxa de retorno.

O Gráfico 9 a seguir dá conta da existência de uma parcela mínima de 10% de piscicultores existentes em Benjamin Constant, conforme dados coletados junto ao IDAM. São esses produtores que conseguem produzir para o mercado de Benjamin Constant e municípios circunvizinhos, outra parte da produção é escoada para o mercado de Letícia na Colômbia.

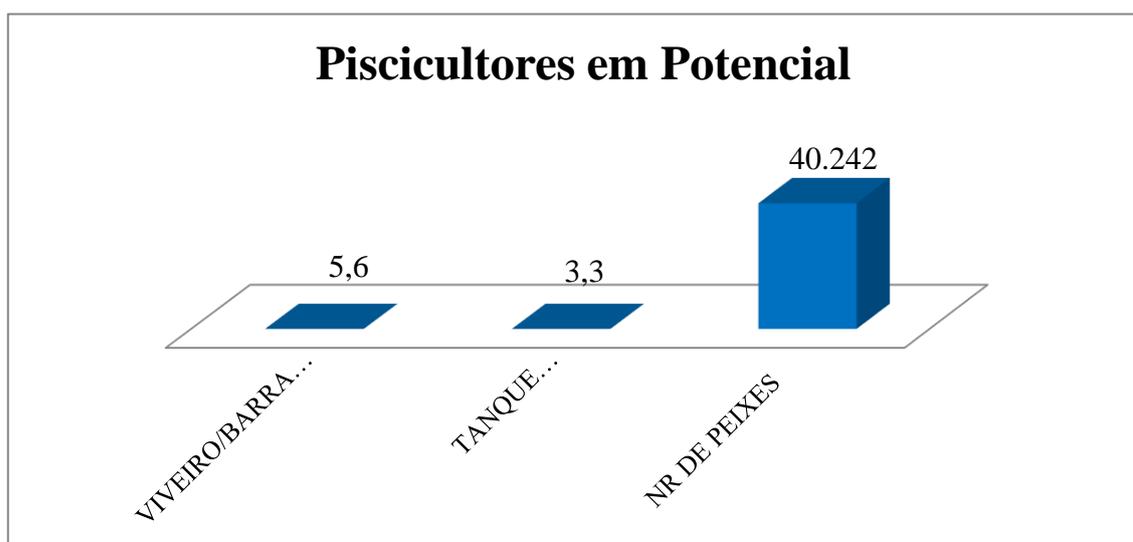


Gráfico 9 – Piscicultores em Potencial  
Fonte – IDAM/2015

Esses empreendedores possuem uma média de 40.242 espécies de peixes em seus estoques. Concentram uma média de 5,6 hectares de lamina d'água na modalidade tanque de barragem e 3,3, na modalidade tanque escavado. Ou seja, esse piscicultor soma em média 8,9 hectares de espelho d'água, são classificados como piscicultores de médio ou grande porte.

É o que explica o gerente do IDAM:

Nós trabalhamos com uma média de cinco hectares, piscicultor abaixo de cinco hectares nós consideramos de pequeno porte, acima de cinco hectares consideramos de médio até grande porte, então o piscicultor de pequeno porte, ele depende do governo. Os piscicultores acima de cinco hectares são mais

independentes, com eu disse, em um hectare pode produzir até 08 toneladas, então com cinco hectares ele pode ter uma produção de 400 toneladas, então com 40 toneladas ele já possui capital o recurso para o gerenciamento da propriedade (Janderson Garcez, entrevista/2015).

Ostensky e Boeger (1998) esclarecem que constituem-se componentes básicos para uma piscicultura comercial os investimentos em assistência técnica, mão de obra e insumos, que incluem a compra dos peixes (alevinos), fertilizantes, ração, dentre outros. Os referidos autores apontam para dois fatores que devem ser considerados ao adentar nesse ramo de atividade.

Primeiro, como se trata de uma atividade comercial é preciso conhecer as necessidades do consumidor e suas exigências para no final atender aos seus desejos e expectativa, ou seja, o produto seja aceito no mercado.

O segundo diz respeito ao nível de manejo que será empregado na produção dos peixes, esta é uma decisão que o empreendedor deverá tomar antes de iniciar o cultivo, é uma espécie de exigência do mercado antes mesmo de ser abastecido, as boas práticas de manejo são determinantes para se produzir um pescado com qualidade.

Hepher e Pruginin (2005), direcionam a atenção para o fato de que a piscicultura constitui-se num moderno sistema de produção agropecuária, que permite obter os lucros e retorno esperados, mas exige manejar métodos adequados e modernos baseados em princípios científicos, ecológicos, tecnológicos e econômicos.

Para os piscicultores em análise essas etapas vêm sendo superadas e a atividade é favorável na medida em que dispõem de infraestrutura adequada para produzir em escala, além de assistência técnica e capital de giro para manter e controlar todo o processo da cadeia produtiva.

O mercado lhes é oportuno pois tudo que é produzido tem mercado garantido uma vez que esse pequeno grupo monopoliza o próprio mercado, ou seja, não há concorrência e tudo que é produzido o mercado absorve.

O gráfico a seguir evidencia como a piscicultura é uma atividade rentável para o grande piscicultor.

Apresenta algumas características técnicas dos piscicultores que praticam a piscicultura comercial. Ressalta-se que existem dois tipos de estrutura de cultivo utilizados como criadouro das espécies: os viveiros de barragem e tanque escavado, sendo que predomina a modalidade de viveiros com barragem.

O criadouro da piscicultura é um reservatório escavado em local natural com facilidade de abastecimento e de drenagem da água que permite encher ou esvaziar o tanque em curtos intervalos de tempo.

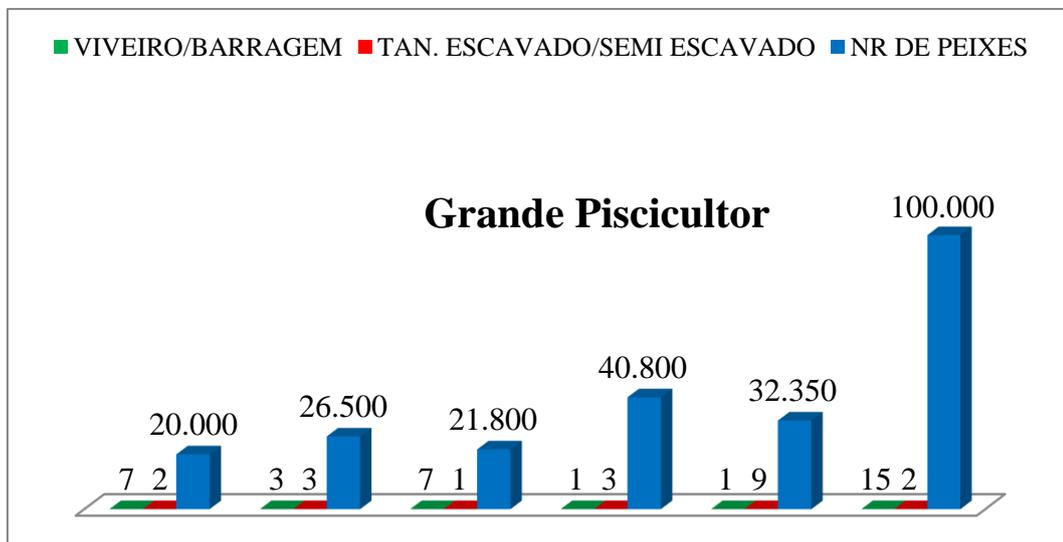


Gráfico 10 – Grande Piscicultor  
Fonte – IDAM/2015

Os dados ratificam a vantagem do grande piscicultor que controla a cadeia produtiva composta pelos segmentos: sistema produtivo, processamento, distribuição e consumo. Quando questionados sobre o balanço contábil dos seus empreendimentos os entrevistados não são acessíveis aos detalhes, mas se percebe que eles têm o controle e planejamento das finanças.

“Cada poço tem uma conta, o poço 14 tem R\$ 56.900, 00 de saldo, esse não está cheio de peixe porque q eu tô limpando. Mas eu já tenho peixe criado no berçário para botar lá dentro, eu tenho peixe no viveiro pequeno pra botar nos poços grande, eu tenho mais de 100.000 peixes” (A.C.M, entrevista/2015). Esse mesmo piscicultor segue dizendo:

Eu tenho sobrevivência da piscicultura e da pecuária. Ainda hoje nós fechamos a conta dos açudes, nós estamos com todos os açudes cheios de peixe. Os açudes que faltam ajustar as contas somam R\$ 69.000 e uma fração, os açudes que têm saldos somam R\$ 188.961, descontando os açudes devedores ainda tem um saldo de R\$ 119.675. Nós temos mais de 200.000 peixes nos açudes, nós gastamos R\$ 1.000,00 de ração por dia, no mês eu gasto 30.000 reais de ração, aí tem o custo dos trabalhadores, mas tem saldo (entrevista/2015).

O controle dos custos e das receitas são instrumentos que auxiliam os piscicultores na gestão de seus empreendimentos, também podem auxiliar os responsáveis técnicos a avaliar as tecnologias de produção utilizadas e a selecionar alternativas adequadas que garantam a

viabilidade e econômica. “No que diz respeito ao controle, sua mais importante missão é fornecer dados para o estabelecimento de padrões, orçamentos e outras formas de previsão e, num estágio imediatamente seguinte, o acompanhamento daquilo que efetivamente aconteceu para comparação com os valores anteriormente definidos” (MARTINS, 2006, p. 21).

Para Gameiro e Cardoso (2001), o estudo e análise de custos de produção são relevantes na atividade piscícola, uma vez que permitem observar se os investimentos estão sendo rentáveis ou não ao empreendedor. Além disso, é possível saber quanto o investidor terá que gastar em relação à infraestrutura e custeio do empreendimento. A gestão de custo de produção para qualquer atividade produtiva é uma das informações mais importantes.

Embora, a piscicultura em Benjamin Constant enfrente muitos desafios para se consolidar como o principal polo produtor do Alto Solimões, para o grande piscicultor esses desafios são superados, mesmo com o alto custo da ração, o comércio da piscicultura é rentável e lucrativo para esse restrito grupo de piscicultores.

Por outro lado, como não existe concorrência na região, isso facilita o escoamento da produção, principalmente do tambaqui que garante o abastecimento do mercado, feiras e restaurantes da região durante todo o ano. Para Marle Angélica Villacorta (65 anos), representante da Universidade Federal do Amazonas, ouvida neste estudo, o domínio da técnica de criação em cativeiro da espécie tambaqui vem suprindo os mercados principalmente na sazonalidade e afirma:

Esta técnica já é bastante conhecida e dominada, principalmente do tambaqui. Por exemplo, o tambaqui na natureza tem uma sazonalidade, ele reproduz só na enchente, mas com a domesticação do peixe em cativeiro já se consegue reproduzir tambaqui 4 vezes por ano, isso também foi um grande salto por que nos saímos da sazonalidade e voltamos para um abastecimento constante de tambaqui durante todo o ano (entrevista/2016).

Os grandes piscicultores conseguem manter a produção o ano todo, têm mais facilidade de acesso à assistência técnica, possuem as melhores áreas de cultivo, em média acima de 5 hectares de espelho d'água. Para esse grupo de piscicultores as condições lhes são favoráveis na medida em que têm acesso a aquisição de recursos de terceiros, já que atendem as exigências dos bancos e agências de fomentos com relação a parte documental como título definitivo do terreno, licença ambiental, avalista, enfim, é um grupo que consegue porque tem as vantagens para atuar no mercado e ser competitivo. Mesmo sem grande emprego de tecnologia a piscicultura consegue ser uma atividade rentável para esses piscicultores e se enquadram entre o perfil do piscicultor do Estado.

De acordo com Prochmann e Michells (2003, p. 11), “a cadeia produtiva da piscicultura contém 4 grandes elos: a produção de alevinos, engorda, abate/frigorificação e a distribuição”. Este último elemento está relacionado à comercialização do peixe *in natura* e de sua carne industrializada ou não, incluem também os alevinos como peixes exóticos. As técnicas de produção de alevinos e engorda das principais espécies já estão relativamente bem dominadas. A eficiência da produção está relacionada à espécie de peixe escolhido, ao manejo necessário e às condições ambientais da piscicultura.

Em Benjamin Constant as principais espécies produzidas são tambaqui, matrinhã e pirapitinga, sendo que o tambaqui é a espécie de maior produção, utiliza-se o sistema semintensivo, sistema este muito utilizado no Brasil com aplicação de alguma tecnologia de criação como: viveiros-berçários, ração comercial e certo nível de controle da qualidade da água. Neste sistema, a produtividade pode chegar a até 16 toneladas por hectare/ano (SCORVO FILHO, 2010, p.21).

Para Pezzato (1999), a principal vantagem do cultivo de tambaqui é a sua capacidade de se alimentar de vários tipos de alimentos presentes no viveiro: microcrustáceos planctônicos, algas filamentosas, plantas aquáticas, caramujos, frutas, sementes, tubérculos, rações peletizadas e a extrusada.

De acordo com o Secretário Executivo de Pesca e Aquicultura da Sepo-SEPROR, Geraldo Bernardino (62 anos) a piscicultura no Amazonas mesmo com pequenos investimentos vem crescendo. Vejamos:

Podemos dizer que no Estado do Amazonas a atividade vem crescendo, ela saiu basicamente de certa de 4 a 5 mil toneladas no início do ano 2000, para chegar atualmente em torno de 22 a 25 mil toneladas. As principais espécies produzidas são o tambaqui e matrinhã, sendo que o tambaqui é o carro chefe. O sistema de produção que se usa é o semi-intensivo ou intensivo com produção de 6 a 8 toneladas por hectare, sendo adotado o uso de ração ou ração com ingredientes disponíveis, mas temos também no próprio Estado com produtores que tem produção em torno de 18 a 20 toneladas por hectare (entrevista/2016).

A cadeia produtiva da piscicultura no município de Benjamin Constant tem se desenvolvido basicamente com investimentos do setor produtivo de um pequeno grupo de produtores, em parceria com algumas instituições como IDAM, SEBRAE, Prefeitura local que iniciaram ações visando apoiar e promover o desenvolvimento da atividade.

A piscicultura tem favorecido esses produtores do ponto de vista econômico pois dentre o universo de 138 piscicultores associados raros são os que conseguem praticar a

piscicultura comercial e atender às exigências do mercado, pois possuem suporte técnico financeiro e capital de giro para planejar seus empreendimentos. Conhecem o mercado da tríplice fronteira, seu produto não tem concorrência e tem como manter uma orientação técnica especializada. O planejamento técnico financeiro, capital e suporte técnico, são recursos disponíveis e ao alcance desse seletivo grupo que faz com a piscicultura seja um segmento rentável e lucrativo.

### 3.3 As dificuldades encontradas pelo pequeno piscicultor para a comercialização do produto

A conquista da Amazônia constituiu-se num empreendimento conduzido pela Coroa portuguesa por meio de ações políticas devastadoras, cuja finalidade era garantir a posse do novo território ao Governo português, assegurando o domínio mercantilista. Tratava-se de interesse puramente comercial voltado para dominar o mercado de cana-de-açúcar, tabaco, algodão, especiarias e outros produtos.

Fazia-se necessária a adoção de estratégias que lhes garantissem o direito de propriedade e o domínio e, nesse processo, o papel do Estado foi determinante. Ferreira (2007, p. 22) advoga que “a revelação da Amazônia ocorreu, desse modo, nos marcos da Revolução Comercial, vasto movimento de incorporação de novos espaços ao mundo conhecido, capitaneado pelas potências européias e movido inicialmente pela busca de metais preciosos e especiarias”.

Pelo fato de, no início, não ter sido encontrado na Amazônia nem ouro e nem prata, a forma identificada para a obtenção de lucro fácil foi a exploração da força de trabalho indígena e garantir a posse da terra, o que significava estabelecer povoações permanentes, marcos e fortificações, assim como a criação de colônias agrícolas que demandavam mão de obra. A ocupação da Amazônia se firmou, então, com a imposição de um poder político de dominação aos povos da América.

De acordo com Silva (2012, p. 22):

A política colonial, mercantilismo, absolutismo monárquico, articulados e/ou combinados, realizaram a posse e conduzem o processo de conquista e colonização da Amazônia; transformam seu espaço, suas populações, seus recursos, suas culturas, em patrimônio europeu. Como parte do Novo Mundo, atribuem-lhe uma função social nova ao inseri-la no jogo político internacional do Velho Mundo. As forças políticas, econômicas e sociais da Europa são tonificadas com as energias americanas. Potenciá-las para as

necessidades de superação e de sobrevivência do Antigo Regime traduz as contradições desse empreendimento.

Nesta disputa de poder o pensamento dominante revela uma Amazônia não dos povos tradicionais, mas um território que vinha atender os interesses mercantilistas. Gondim (2007), assinala que o encontro entre o Velho e o Novo mundo avivaram interpretações tendenciosas que erigem o pensamento eurocêntrico como superior e moderno. “O novo é filtrado pelo antigo, assegurando a este sua supremacia. A prática de comparar as novidades vistas pela primeira vez com algo pretensamente conhecido, sendo domesticado, fortalecerá e documentará a estabilidade do antigo” (IBIDEM, p. 50).

Na construção do pensamento amazônico prevaleceu a visão de fora, ou seja, um pensamento dominante que foi construído durante o processo histórico motivado, principalmente, por interesses econômicos das nações europeias. A ideia de supremacia ocidental foi construída desde o período pré-colonial e foram se configurando como “sistemas de representações imaginados e produzidos para demarcar as diferenças e oposições entre primitivo e civilizado, centro e periferia, rústico e *hightech*” (PINTO, 2008, p.78).

Torres (2005) explica que os amazônidas não tiveram condições de construir um pensamento amazônico autônomo, a compreensão ainda é muito ocidental. A autora assegura que as matrizes teóricas sobre a Amazônia são matizadas pelo estereótipo europeu. “Interpretações específicas e particularizadas, diversas e plurais, fictícias e metaforizadas, compõe o quadro de uma região inventada ou recriada” (IBIDEM, p.18). Conforme esta autora,

Incluem-se nesse quadro as ausências, as discontinuidades, a fragmentação, a reificação das diferenças étnicas e as homogeneidades que marcam grande parte das abordagens científicas e literárias sobre a problemática amazônica. Tanto o determinismo geográfico do clima quente que tornava as pessoas preguiçosas e lascivas sexuais, quanto o infernismo das doenças tropicais e mesmo o edenismo que concebeu a Amazônia como o Jardim das delícias, colocaram o homem amazônico em parêntese ou em suspensão, desarticulado do contexto histórico que o formou (TORRES, 2005, p. 18).

Equívoco pensar que os estereótipos e caricaturas sobre a Amazônia limitam-se ao passado, as faces do preconceito se fazem presentes com nova modelagem e aparecem com frequência nas políticas públicas do Governo Federal para a região, na medida em que compreende a Amazônia como um sistema natural homogêneo e desconsidera por assim dizer a cultura dos povos da região.

A política de incentivos fiscais é um exemplo de como o pensamento dominante ainda continua comandando as políticas de desenvolvimento regional. Essa política transvetiu-se numa estratégia de atração para o capital internacional para a Amazônia por meio dos grandes conglomerados econômicos que visam explorar suas potencialidades minerais, hidrológicas, madeireiras, entre outras, uma oportunidade privilegiada para a implantação de grandes empreendimentos.

Luiz Roberto Nascimento (57 anos) professor de economia da Universidade Federal do Amazonas, nosso entrevistado, analisa a expansão do capital produtivo na Amazônia a partir da inclusão dos megaprojetos iniciados com os governos militares, expondo que a expansão do capital privado, moderno, concentrou-se em determinados pontos geográficos da região, mais precisamente nas cidades de Manaus, Belém e nos Estados de Rondônia e Tocantins, deixando outras localidades da imensa Amazônia relegadas ao abandono social e econômico. Essas localidades são fortemente dependentes da continuidade de políticas públicas, principalmente as cidades do interior amazônico que convivem com precárias condições de infraestrutura, saúde, educação, assomada à falta de alternativas econômicas capazes de gerar postos de trabalho e renda para os povos que habitam os diferentes lugares da Amazônia profunda. A região da riqueza e do progresso não passou de uma invenção do Governo Federal.

De acordo com Luiz Roberto Nascimento:

A Amazônia foi uma invenção do Governo Federal. Dado que a região, até os anos 1960 não tinha condições reais de gerar o desenvolvimento endógeno, posto que era carente de capital privado, (e por conta disto, baixa taxa de arrecadação fiscal), de massa crítica e tecnologias. Alternativamente o processo de desenvolvimento se fez a partir de uma coordenação central. O Governo Federal criou uma multiplicidade de incentivos fiscais, tanto ao capital quanto a produção, numa tentativa de atrair o capital privado, gerar renda, trabalho e aportar tecnologias. A ideia era diminuir as desigualdades regionais de renda (entrevista/2015).

O discurso propagado era o de desenvolver economicamente a região e ulteriormente reduzir as desigualdades de renda. Para a sociedade local os resultados não passaram de retórica, um verdadeiro engodo. O Estado autoritário interveio adotando um modelo de desenvolvimento com estratégias voltadas para facilitar a rápida acumulação de capital por parte das classes empresariais, que enriqueceram através de transferências de recurso públicos. Recursos estes que não foram aplicados em outros setores, em ações que viessem de fato beneficiar o coletivo, principalmente os povos tradicionais que sempre estiveram excluídos das políticas públicas.

De fato o modelo de desenvolvimento regional consignado na Zona Franca trouxe dinamismo econômico, principalmente para os setores industrial e de serviços de algumas localidades da região, como também ampliou e garantiu emprego a grandes contingentes populacionais, mas ampliou também as desigualdades sociais. Não cumpriu com o objetivo inicial que era o desenvolvimento de toda a região. O nosso informante prossegue dizendo que passadas algumas décadas do projeto Zona Franca algumas reflexões são pertinentes, devendo-se avaliar muitas lições deixadas e novas propostas se fazem urgentes. Vejamos:

A implantação e o crescimento do Polo Industrial de Manaus, por meio da Zona Franca de Manaus, deu uma mostra de que a política de incentivo fiscal à produção não está superada como prenunciavam os estudos surgidos nos anos 1970. Tanto que a guerra fiscal no Brasil é prova disso. O crescimento do Polo Industrial de Manaus - PIM foi um marco importante no desenvolvimento da cidade de Manaus e dos demais municípios, posto que gerou uma massa importantes de recursos fiscais, tanto para o Estado do Amazonas como para o Governo Federal. Por outro lado, o desenvolvimento da Amazônia baseado na implantação de grandes polos agrominerais que se quer foram implantados, exceção das exportações de minérios de ferro, no Pará mostrou-se um engano estratégico. O modelo de financiamento do desenvolvimento pautado no FNO - Fundo Constitucional do Norte, executado pela Banco da Amazônia, tem sido um dos melhores programas de financiamento da produção, mas o setor produtivo vinculado em várias sub-regiões não tem dado a resposta que se espera. As políticas ambientais, baseadas na criação de Unidades de Conservação (Grupo de Proteção Integral e Grupo de Uso Sustentável) têm sido uma mostra de que o desenvolvimento da região não se limita ao mero extrativismo, mas deve se fazer com uso da ciência e tecnologia. Ampliação da urbanização e do ensino superior fez criar uma massa crítica consciente de que o desenvolvimento da Amazônia deve ser pautado na ciência e tecnologia (Luiz Roberto Nascimento, entrevista/2015).

As principais críticas à modernização incrementada pelo capitalismo na Amazônia dizem respeito à dívida incalculável ao patrimônio físico e sociocultural dos povos e territórios amazônicos.

O planejamento regional teve como base as políticas voltadas para a exploração dos recursos naturais da Amazônia, sem o devido trato com a biodiversidade existentes na região, o propósito maior foi de concentrar elevadas taxas de lucros dos grupos que detinham o poder econômico representantes do grande capital. Tais políticas, “ao longo dos últimos trinta e cinco anos estiveram a cargo dos organismos nacionais e regionais, criaram instrumentos e estímulos diversos à exploração da natureza que foram aplicados, sem cuidado ou distinção, a quaisquer dos ecossistemas existentes” (LOUREIRO, 2009. p.105).

Note-se que à medida que o capital foi se expandindo na Amazônia os saberes dos povos da floresta, bem como a sua biodiversidade vêm sendo sobrepujados em nome da racionalidade econômica.

Kelly Eduardo Cardoso (46 anos), nosso entrevistado, chama a atenção para a necessidade de os conhecimentos das comunidades tradicionais serem considerados na elaboração dos projetos de desenvolvimento para a região, destacando que esses conhecimentos contribuíram na implantação do projeto de piscicultura em Benjamin Constant. Vejamos:

Muitos piscicultores não possui o conhecimento técnico, mas possuem o conhecimento local, que sem dúvida que vem a somar como atividade, por mais que as pessoas não tenham esse conhecimento técnico, aqui na nossa região, geralmente aquelas pessoas mais antigas possuem esse conhecimento. Elas sabem o local adequando pra construir uma barragem, nos primeiros estudos quem passou essas informações foram essas pessoas, quando foi pra fazer os tanques, as espécies a ser trabalhada, então eles aprenderam com a própria natureza, convivendo, então isso aí é muito importante (entrevista/2015).

Loureiro (2009) explica que os saberes milenares dos povos tradicionais herdados de seus ancestrais vem sendo suplantados pela imposição de um modelo econômico implementado na Amazônia no decorrer do século XX, imbuído de um discurso voltado para a modernização da região, aviltando a cultura e os conhecimentos locais. De acordo com esta autora,

O modelo econômico posto em ação na região durante o século XX tem ignorado e menosprezado a diversidade dos inúmeros ecossistemas amazônicos [...]. Ao conceber os naturais da região como primitivos, tribais e atrasados, o modelo de desenvolvimento em curso na Amazônia não os valoriza. Como consequência desse e de outros pressupostos e preconceitos do gênero, é que os índios, os negros e os caboclos se tornam invisíveis no conjunto das políticas públicas (IBIDEM, p.105-106).

Marle Angélica Villacorta Corrêa (65 anos), professora da Universidade Federal do Amazonas, considera que os saberes tradicionais são imprescindíveis para o desenvolvimento das pesquisas na região, esses saberes não estão dissociados da ciência, discursando que:

Os povos tradicionais têm um conhecimento milenar, um conhecimento tradicional, eu por exemplo me guio muito com o pescador, eu nunca desprezo uma informação de um pescador por que sempre tem algo a nos ensinar e principalmente as grandes hipóteses das pesquisas. O que eles sabem podemos trabalhar como hipóteses de trabalho e de pesquisa, pois eles sabem o conhecimento tradicional e nós podemos demonstrar com a pesquisa que isso

realmente é verdade. O saber tradicional e a ciência estão de mãos dadas, não podemos desprezar o saber tradicional. Muitas vezes o pesquisador se sente superior, ele também tem muito a aprender com esses povos (entrevista/2016).

A professora Corrêa desenvolve pesquisa nas áreas de piscicultura e larvicultura no espaço rural da fazenda experiemntal da Universidade Federal do Amazonas. Suas experiências com comunidades indígenas trouxeram significativas contribuições para as suas pesquisas com a piscicultura, cujo experimento com reprodução e criação de organismos aquáticos servem como laboratório para as aulas práticas de seus alunos do Curso de Engenharia de Pesca da Universidade Federal do Amazonas.

Os conhecimentos tradicionais herdados de seus ancestrais estão presentes no modo de vida e no mundo do trabalho na Amazônia profunda. Para os povos tradicionais “a base da economia está no uso da terra, por isso ela tem que ser bem tratada e respeitada” (REIS FILHO, 2012, p.171).

Conforme explica Galvão (1976, p. 111), “o trabalho é um ato cultural através do qual o nativo dialoga com a terra”. A caça, a pesca sempre foram a base da alimentação das famílias nos interiores amazônicos, uma herança deixada pela cultura indígena ao modo de vida das comunidades tradicionais, ou seja, as atividades de subsistência foram fundamentais para a manutenção da vida na Amazônia profunda. Os elementos da natureza continuam sendo fonte de recursos de onde grande parte dos povos tradicionais garantem a sua subsistência.

Como vimos ao longo desta pesquisa, o projeto de piscicultura em Benjamin surge com o objetivo de gerar emprego e renda na região, mas para tanto, era preciso instalar toda uma estrutura produtiva para transformar aquela região um grande polo de piscicultura.

Dom Alcimar Magalhães (76 anos), bispo emérito da Diocese do Alto Solimões, foi um dos propulsores do projeto de piscicultura em Benjamin Constant, como profundo conhecedor da realidade socioeconômica da região do Alto Solimões sempre se empenhou na busca de alternativas para o desenvolvimento dessa região.

Fui conselheiro do governo do Estado do Amazonas no governo de Amazonino, eu sempre sonhei com o desenvolvimento regional e fiz parte do ministério de integração e criamos a região do Alto Solimões compreendendo 9 municípios de Fonte Boa a Atalaia do Norte e fui presidente do fórum da mesorregião e presidente também do consórcio de municípios do Alto Solimões, organizações meio sonho, meio realidade que criaram naturalmente apoiadores e adversários (entrevista/2016).

Atente-se para o fato de que Dom Alcimar Magalhães sempre esteve envolvido com as questões voltadas para o desenvolvimeto social e econômico da região do Alto Solimões, defendendo os interesses da população local, sobretudo, dos povos indígenas e do imigrante. Como conselheiro do governo do Estado, foi um dos articuladores do projeto de piscicultura para Benjamin Constant, pois acredita que essa região necessita de pessoas comprometidas com sua causa e que conheça as especificidades da fronteira e entenda a cultura indígena a fim de desenvolver atividades, projetos e missões junto a esses povos.

Sobre as políticas de desenvolvimento Dom Alcimar Magalhães segue dizendo que essas políticas são cerceadas em nome de interesses de grupos políticos, pois “os municípios são dominados por grupos políticos que estão a serviços da capital (Manaus), dos partidos políticos, uma pluriformidade de partido”. E acrescenta:

Acabando o fórum, extinguindo o fórum da mesorregião onde estavam 48 grandes entidades representativas da região, então se cortou a voz, se tirou a tomada de decisão. A política é antes de tudo, confronto de opiniões, sabedorias, saberes populares, etc. Se você fecha um fórum de uma região interessante como a do Alto Solimões, se você desestimula e foi isso que o Ministério da Integração fez cortou o fórum. O MDA cortou o território de cidadania porque quando o Ministério da integração começou a desenvolver o fórum da mesorregião o MDA disse não, vamos também fazer a região um território de cidadania e isso não foi porque, aí não era mais nem território de cidadania, nem fórum, nem mesorregião ficou no vingo, nenhum, nem outro. Se fosse só o fórum a gente se entendia com o ministério da integração, se fosse só território de cidadania a gente se entendia com o MDA e ficou por isso, isso acabou por inércia por falta de políticas, Brasília anulou os dois grandes programas. Não ouve continuidades das políticas voltadas para a região, seja parte do governo Federal e estadual (entrevista/2016).

Durante séculos o conceito de política esteve ancorado na ideia de Aristóteles, o qual dispõe sobre o “primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre várias formas de governo, com significação mais comum de arte ou ciência do governo” (BOBBIO *et al*, 1992). Na concepção do filósofo o Estado nasce a partir de uma necessidade natural do homem, daí a necessidade de se criar instituições para garantir o bem estar de seus cidadãos, de onde deriva a ideia de que o homem é, por natureza, um animal político.

Bobbio (2000) explica que a política enquanto prática humana conduz inevitavelmente a se pensar no conceito de poder. O poder está relacionado à ideia de posse dos meios para se obter vantagem e/ou para fazer valer a vontade do homem sobre outros. O poder político consiste no poder que um homem pode exercer sobre outros, como por exemplo a relação entre governante e governados.

Outro aspecto importante que autor destaca sobre a política é que a sua finalidade e seu fim envolvem múltiplos aspectos. “Os fins da política são tantos quantas forem as metas a que um grupo organizado se propõe, segundo os tempos e as circunstâncias” (BOBBIO, 2000, p. 167).

A política, enquanto poder de força, tem como finalidade manter a ordem pública e a defesa da integridade nacional, é uma finalidade mínima quando comparada com outros fins do poder político. Bobbio chama a atenção para o fato de que o poder político não pode ter como finalidade o poder pelo poder, pois se for assim, perde o sentido. Na concepção de Bobbio a política restringe-se à esfera do Estado, instituição esta responsável pela ordem social.

A Amazônia desde os tempos coloniais foi celeiro de espoliação e saque de seus recursos naturais, recursos estes que sempre despertaram interesses e cobiças internacional. Em nome da racionalidade econômica os povos tradicionais são explorados e excluídos, passando a impressão de que o poder público assiste a esta expropriação de forma passiva e omissa, deixando um sentimento de abandono e de não soberania por parte dos habitantes da região.

A esse respeito, Oliviera (2009, p. 92), questiona “onde começa e onde acaba o território legal do moderno Estado-Nacional? A supranacionalidade dos conflitos e das nações indígenas interroga gravemente o conceito e a prática do Estado-Nação”.

No interior do Amazonas ainda prevalece os resquícios da política associada aos mandos e desmandos dos coronéis de barranco. Para Torres (2009, p. 84), “as relações de poder no Amazonas são expressas num mandonismo aberto e arrogante que tem por base o poder econômico. A política é o desdobramento das relações clientelistas que se estabelecem entre o Estado e as forças econômicas”. Essas relações de forças interferem nas decisões políticas do Estado.

Na região do Alto Solimões, não há continuidades nas poucas iniciativas de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da região. A implantação do projeto de piscicultura em Benjamin Constant nasceu de um programa de governo na era Amazonino Mendes, em 1997. Tal programa voltava-se para a valorização da população do interior do Estado.

Conforme explicam Nina e Almeida (2015):

O Terceiro Ciclo foi um programa de desenvolvimento idealizado pelo Governo do Estado do Amazonas na gestão de Amazonino Mendes, cujo objetivo principal era desenvolver economicamente o interior do Estado, criando condições para que o homem do interior permanecesse produzindo gêneros agrícolas de grande importância para o abastecimento da capital e proporcionando a geração de emprego e renda (IBIDEM, p. 28).

Ao verificar os modelos de desenvolvimento aplicados na região percebemos que a sua ineficiência consiste em planejamentos incompatíveis com as especificidades regionais. Os projetos não atendem ao anseio da população, passando ao largo de sua realidade e do modo de vida do homem amazônico, não ouvindo os povos tradicionais em suas demandas e premissas de desenvolvimento.

De acordo com Oliveira (2006) o planejamento de políticas públicas, especialmente em nível federal ainda é visto na ótica tecnicista dos economistas burocratas. Para esses tecnicistas basta criar os planos certos e sua aplicação sairá de forma automática, por isso que muitos projetos, programas e políticas falham ou têm impactos negativos inesperados.

Essa forma de planejamento tem-se revelado em experiências fracassadas de planejamento, com planos mirabolantes ou megalômanos que teoricamente funcionam, mas na prática são decepcionantes e desastrosos, isso vem se repetindo em longas décadas. No julgamento da professora Villacorta Corrêa:

Os projetos têm que ser analisados por pessoas que conhecem a nossa realidade por que a nossa realidade é diferente. Não me venha dizer que a Amazônia é a mesma que o tratamento de Brasília, nós somos uma região diferenciada, tudo pode acontecer na Amazônia de diferente que não acontece em outra região e nós que trabalhamos com essa realidade é que conhecemos. Não existe um planejamento e não existe objetivo para se dizer não vamos sair desta meta por que o plano é isto, por isso que as nossas atividades não se consolidam.

A compreensão distorcida sobre a realidade da região implica no fracasso dos projetos de desenvolvimento para a Amazônia e suas conseqüências refletem na vida dos povos que habitam os mais diferentes lugares da Amazônia, principalmente as áreas mais distantes dos grandes centros, consideradas atrasadas e subdesenvolvidas nos aspectos socioeconômicos.

Pinto (2008, p. 31) assinala que “existe, portanto uma produção do atraso, como existe um investimento sistemático e permanente na manutenção e crescimento das desigualdades”.

No que se refere ao plano de governo para o interior denominado Terceiro Ciclo, Nina e Almeida (2015), assinalam que já na construção do plano é possível identificar falhas de planejamento, a saber:

A princípio não possuía um planejamento bem definido, e nem uma visão sistêmica para a sua atuação a frente da problemática de desenvolver o interior do Estado, o que foi constatado foi um conjunto de ações ou um grupo de intenções sem estabelecimento papeis definidos para esta ou aquela secretaria de forma que, à medida que o programa avançava os órgãos gestores e as

secretarias iam se adaptando em relação ao Programa Terceiro Ciclo (IBIDEM, p. 38).

Dom Alcimar Magalhães acrescenta que o não prosseguimento do projeto de piscicultura de Benjamin Constant é um exemplo da falta de vontade política e de interesse dos governos, federal, estadual e municipal em criar propostas concretas e compatíveis com a realidade e potenciais da região do Alto Solimões.

Quando saiu o Amazonino e aí a coisa desabou (isso foi no 3º ciclo). Hoje a fábrica está lá, não houve uma continuidade das políticas, ao contrário, tudo se fazia para que não existisse lá uma fábrica, se pudesse continuar nessa mesma dependência de Manaus, nós estamos a 1600 km pelo rio, então é totalmente ilógico quando se deveria exatamente estimular o plantio, o pouco plantio de milho que as várzeas produzem ou pequena porção de agricultura mecanizada possível que se pode fazer, certamente e o plantio de roças, plantio de macaxeira, mandioca, totalmente viável e que estimularia a fixação do homem de estar sempre com o projeto de migrar para Manaus cooptado por certas tendências políticas de curral eleitoral (entrevista/2016).

Pontes Filho (1997), chama a atenção para o fato de que o Terceiro Ciclo não pode ser considerado como um ciclo econômico plenamente desenvolvido, pois a sua política não desenvolveu algumas atividades previstas no plano inicial, isto é, algumas atividades econômicas não foram desenvolvidas em todos os municípios incluídos no projeto. É assim que a economia do Estado continua dependente de um modelo econômico que se restringe à capital do Estado.

Loureiro (2009), explica que desde o período colonial o caráter constitutivo do Brasil tem sido excludente e elitista. Conforme esta autora,

A exclusão das classes pobres e das minorias em benefício das elites tem sido permanente. As alianças históricas entre Estado e as elites funcionam sob a forma de troca de favores, de modo que as elites oferecem apoio para garantir a governabilidade do Estado, desde que mantido seu formato elitista e excludente, em contra partida, o Estado retribui com vares e vantagens. [...] As alianças entre o poder político e o econômico há, hoje, uma interpenetração profunda da esfera econômica e política na ordem institucional do Estado” (IBIDEM, 2009, p. 174).

Essa forma de pensar as políticas de desenvolvimento para o interior acaba reproduzindo um pensamento dominante, com formação de elites que mantém uma estrutura de poder baseado na exploração da terra e exploração dos seus recursos naturais. A falta de continuidade das políticas por parte do Estado determina a exclusão de uma parcela significativa de

trabalhadores que permanecem impossibilitados de praticar a piscicultura comercial. Dom Alcimar Magalhaes relata que:

São vários os fatores que levaram a descontinuidades dessas políticas: na cabeça de alguns estrategistas de alguém que pensava o Estado, pensava sempre Manaus, a solução era sempre Manaus, a Zona Franca, o resto é patrimônio da natureza, deve ficar intacto, quanto menos pessoas existirem neste Amazonas, fora de Manaus, melhor, porque assim não vão derrubar as árvores. Como você vê foi um dos argumentos para que se estendesse a Zona Franca por mais 50 anos. A Zona Franca retirou o povo da floresta, então o povo não estando mais na floresta, não corta árvore, não polui, então são grandes estratégias que não tem nada a ver com o bem do povo, e sim com prestações de contas internacionais, quer dizer, nós não tocamos na floresta, vivemos fabricando telefones celulares, televisores, motos, etc para o mundo industrial. O homem amazônico não existe para a Amazônia. Nas políticas de desenvolvem-no para a Amazônia só existe o setor industrial (entrevista/2016).

Para Torres (2012, p. 105), o Estado é dúbio em suas ações. “A dubiedade do Estado consiste em manter a perspectiva conservacionista em favor da vida dos povos tradicionais, por um lado, e impulsionar o crescimento do país a qualquer custo por outro”. Frente a isso, “é preciso que se crie um conceito de desenvolvimento que venha ao encontro da vida numa interrelação sociedade/indivíduo/natureza” (IBIDEM, 2012, p. 106).

Debater as questões da Amazônia implica num pensar diferente que não se baseie somente no aspecto econômico como fator preponderante para o desenvolvimento da região. É preciso produzir conhecimentos a partir de dentro da região, das localidades, de modo que considere outras formas de conhecimentos, sobretudo o saber local dos povos tradicionais, saberes acumulados durante séculos de experiência e interrelação com a natureza.

Nos planos de desenvolvimento para a região o governo brasileiro sempre priorizou os setores da indústria e do comércio. Um modelo concentrador e incapaz de alavancar a economia no interior da região. Ao analisar a dinâmica econômica do Estado do Amazonas percebemos o fulcro da economia está centrado na cidade de Manaus que abriga um suntuoso parque industrial, enquanto que as condições de vida dos povos tradicionais continuam à margem do desenvolvimento.

A expansão do parque industrial de Manaus juntamente com o comércio aquesceram a economia do Estado, integrando-s à economia nacional e internacional. Por outro lado, esse fato, conforme Bentes (1993), acarretou um processo de migração crescente de trabalhadores rurais para a capital Manaus, culminando no esvaziamento do interior, e por conseguinte, o desaquecimento do setor agrícola do interior do estado.

Apesar de acomodar um grande estoque de recursos naturais o setor agrícola é ineficiente, o que leva à incapacidade de atender a demanda por alimentos principalmente das áreas urbanas. Este fato acaba determinando a importação de produtos em outros centros de produção. Daí a constatação de que “o que de fato existe é uma agricultura de subsistência, naturalmente marcada pela baixa produtividade, salvo algumas exceções (PEREIRA; NASCIMENTO, 2012, p. 15). Para Dom Alcimar Magalhães:

A educação do setor primário é totalmente ignorada, hoje se forma o sujeito para competir na sociedade por um emprego, só aqueles pouquíssimos que dentro do currículo vão escolher uma atividade ligada a agricultura e a produção de alimento. A escola não prepara para a vida, não prepara a comunidade. A vida de Benjamim Constant o que que a escola espelha? Não espelha nada. Todo mundo se prepara para conseguir um emprego seja lá onde for, não para o preparo do ser humano, não para a sua atividade para sua vida (entrevista/2015).

De acordo com Pereira e Nascimento (2012) a baixa contribuição do setor agrícola na economia do Estado tem reflexos na “diminuta participação do setor agroextrativista no PIB do Amazonas e vem contribuindo para a manutenção dos desequilíbrios econômicos e sociais, dado que essas atividades na maioria dos municípios amazonenses sobressaem-se como principais alternativas econômicas para a sobrevivência de uma parcela significativa da população” (IBIDEM, 2012, p. 14).

No âmbito das políticas de desenvolvimento pouco se pensa nos pequenos empreendimentos como mecanismos para desenvolver a economia local. Esses pequenos empreendimentos, juntamente com os serviços públicos, são os responsáveis pela a dinamização da economia dos municípios brasileiros, principalmente daqueles que não dispõem de grandes empresas industriais, pontos comerciais ou de empresas prestadoras de serviços. São os principais responsáveis pela geração dos empregos e ocupações existentes, somados aos servidores públicos.

Embora se tenha conhecimento da importância desses empreendimentos as políticas dos governos, estadual e municipal são quase inexistentes para a maioria dos municípios amazonenses que basicamente sobrevivem com o fundo de participação dos municípios e as transferências governamentais, ou seja, a maioria dos municípios é dependente economicamente.

A ineficiência do Estado no tocante a falta de um plano de governo voltado para o desenvolvimento do interior contribui para aumentar a dependência dos municípios ao fundo

de participação, uma vez que são mínimas as iniciativas de estímulo ao setor produtivo. De acordo com o sujeito ouvido nesta pesquisa:

Aqui nós não temos um único trator no IDAM que é uma instituição do governo para possibilitar uma pessoa a fazer uma agricultura, pra análise de solo, aplicação de correção, isso não existe. Hoje os peruanos estão montando uma estrutura nesse Vale do Javari que você se assusta, são mais de 5 mil famílias, produzindo agricultura, hoje nós somos dependentes deles, estamos nas mãos deles, do cheiro verde ao que você pensar. Hoje são eles quem abastece aqui, Tabatinga, São Pulo de Olivença, Atalaia do Norte, da banana ao tudo, você precisa ver, olha é assombroso a produção dele lá (J.H.A.O, entrevista/2015).

A continuidade do projeto de piscicultura em Benjamin Constant ficou comprometida devido a ineficiência no planejamento de políticas públicas, envolvendo relações poder de cunho político. Na análise do Secretário Executivo de pesca e aquicultura da Sepo-Septor do Estado do Amazonas, foram feitos grandes investimentos naquela área e havia condições para se desenvolver e transformar a piscicultura de Benjamin Constant que era o principal polo de piscicultura da região do Alto Solimões. Conforme suas palavras,

Especificamente sobre Benjamin Constant podemos dizer o seguinte: começou grande a piscicultura, há muito tempo atrás teve todo esforço para que fosse uma área de piscicultura e começou a investir. Não só basicamente pela estratégia da região, mas também por causa da fronteira com a Colômbia, principalmente de Letícia que já tinha que já tinha alguns institutos de pesquisa nessa área e Colômbia também teve um crescimento durante um certo tempo muito grande. As espécies de interesse na região eram as espécies de interesse na piscicultura na bacia amazônica, tambaqui, matrinchá, pirarucu e surubim (Geraldo Bernatdino, entrevista/2016).

Pinheiro (2012), analisa os últimos programas de governo voltados para o desenvolvimento do Estado como pouco pragmáticos nas suas ações e com grande teor de marketing político. O Programa Terceiro Ciclo trouxe poucos avanços ao desenvolvimento da economia primária do interior. De acordo com o autor,

O Terceiro Ciclo não conseguiu, como previa as propostas, desenvolver a economia rural, com aumento da oferta de emprego e geração de renda. Os investimentos que foram realizados concentraram-se nas principais cidades do Estado e na capital, e, mesmo assim, muitas obras ficaram paralisadas por falta de recursos financeiros (IBIDEM, 2012, p. 164).

Na visão de Pontes Filho (1997), o interior do Estado continua sem investimentos em infraestrutura necessária para desenvolver sua economia e as parcerias com a iniciativa privada, não ocorreu o necessário acompanhamento e fiscalização dos seus projetos.

O projeto de piscicultura de Benjamin Constant existe desde 2001. O programa pretendia fomentar, nos anos seguintes, a instalação de mais 300 hectares de viveiros com produtividade estimada em torno de sete toneladas por hectare ao ano, numa produção total de 2,1 mil toneladas anualmente. Trata-se de uma política dirigida ao setor da pesca promovida pelo Governo do Estado.

Os anos iniciais da implantação do projeto de piscicultura em Benjamin Constant foi significativo para a economia do município na medida em que dinamizou o setor primário e começou a produzir as espécies de peixes em cativeiro, tendo como carro chefe o tambaqui, mas também a pirapitinga e matrinhã.

Com o funcionamento da fábrica de ração foi possível alavancar a produção de modo que passou a ser o principal polo piscicultor do Alto Solimões e entre os cinco municípios produtores de piscicultura do Estado do Amazonas, sua produção estava abaixo somente dos municípios no entorno da capital Manaus.

No período de 2002 a 2004 quando a fábrica de ração esteve produzindo ocorreu a expansão não só da piscicultura, mas também da avicultura e suinocultura, posto que havia produção de ração para outros animais, isso contribui para a geração de renda aos trabalhadores da piscicultura, avicultura e suinocultura.

Note-se que as ações das políticas públicas são fundamentais para o desenvolvimento da economia, sobretudo do setor primário da atividade piscícola, mas com retirada dos investimentos públicos volta a mostrar a sua fragilidade. Para Nina e Almeida (2015), a ineficiência do programa do política do governo do Estado está relacionada à falta de um planejamento. Para estes autores:

Faltou um planejamento bem definido, estruturado dentro de uma visão sistêmica para sua atuação a frente da problemática de desenvolver o interior do Estado, constatou-se um conjunto de ações ou um grupo de intenções sem estabelecimento de papéis definidos. [...] À medida que o programa avançava os órgãos gestores e as secretarias iam se adaptando ao Programa Terceiro Ciclo (IBIDEM, 2012, p. 38).

De acordo com Mourão (1995), as políticas do Governo Federal, desde os anos de 1960, como a criação da Zona Franca de Manaus, reduziram a um segundo plano o dinamismo

da economia amazonense que existia no interior do Estado, contribuindo assim, para elevar o fosso entre a economia do interior e da capital.

Nina e Almeida (2015), advogam que o desenvolvimento do interior requer um planejamento sistêmico que inclua educação, saúde, habitação, bem como uma política agrícola voltada para o financiamento, preço, armazenamento, comercialização e pesquisa.

Como vimos anteriormente, os altos custos do milho e soja, a falta de matéria-prima necessária imprescindíveis na fabricação da ração do peixe, juntamente com a falta de financiamento para o frete de transporte desses insumos de outros centros produtivos até Benjamin Constant, sem investimentos por parte do Estado inviabilizaram a produção e, por conseguinte, o fechamento da fábrica.

Dom Alcimar Magalhães considera que:

Para que uma fábrica, ela tenha como se automanter é preciso se ter matéria prima da ração para peixe por enquanto, ainda é soja, milho e o amido de mandioca. A EMBRAPA entrou nessa pesquisa e garantia que 40% do amido necessário para a ração do peixe, inclusive para que a ração possa ser extrusada e flutuar 40% desse amido poderia ser de mandioca o que seria exatamente um viés extremamente amazônico, condizente com a nossa condição com aquilo que é sabedoria popular da região. No entanto, forças contrárias, inclusive de aspecto comercial e político cercearam esse tipo de coisa e a fábrica de ração foi totalmente inviabilizada por recortes sociopolíticos, etc., interesses outros apoiados pelo próprio governo (entrevista/2016).

As políticas voltadas para o planejamento regional são sempre descontínuas, residuais e carecem de racionalidade estratégicas. De acordo com Loureiro (2009, p. 105), “ao longo dos últimos trinta e cinco anos estiveram a cargo dos organismos nacionais e regionais, criaram instrumentos e estímulos diversos à exploração da natureza que foram aplicados, sem cuidado ou distinção, a quaisquer dos ecossistemas existentes”.

As distorções e os equívocos aparecem com frequência nas políticas públicas do Governo Federal para a região, uma vez que compreende a Amazônia como um sistema natural homogêneo, sem considerar as grandes distâncias e toda adversidade dos rios, floresta e dinâmica das enchentes e vazantes das águas.

Essa dinâmica envolvendo homem e natureza numa relação harmônica durante séculos garantiu a sustentabilidade dos recursos naturais. Parte da sobrevivência do homem amazônico vem do cultivo agrícola da várzea e terra firme, alternando os ciclos de enchente e vazante. Witkoski (2007), explica que quando a planície amazônica se encontra no ápice da cheia temos

uma paisagem onde a terra escondida pelas águas se fertiliza com a chegada da seca, tem-se uma terra pronta a ser fecundada.

É neste movimento cíclico de fertilização da terra que o homem amazônico põe em prática seu trabalho na várzea. “A dinâmica imposta pelo ciclo das águas, que num momento mata e no outro ressucita, faz crer, para esses homens, mulheres e crianças, que o que prevalece, no final das contas, é a vida (IBIDEM, 2007, p. 120).

Os planos econômicos volrados para a região a partir de 1960 sempre trataram os recursos da região como fonte inesgotáveis. Atualmente, assiste-se a fragilidade da natureza amazônica. Consoante a Silva e Noda (2016):

Águas, terras, vegetações e seres humanos em conexão contribuem para a formação das paisagens amazônicas. Os seres antrópicos com suas interferências no ambiente, como o desmatamento, as queimadas, criações de áreas de agricultura e pecuária, de moradias, tem transformado substancialmente a estrutura do sistema ambiental amazônico. As águas e as terras possuem uma relação de circularidade na Amazônia. As águas são responsáveis pelos transportes de sedimentos provenientes de processos de erosão marcantes para formação e transformação das paisagens por todo trajeto do rio Solimões/Amazonas. O valor das águas está na sua contribuição para manutenção na vida de diversas espécies vegetais, animais, humanas e pela produção de um solo fértil, rico em nutrientes como os encontrados nos agroecossistemas de várzeas. [...] Toda unidade organizacional no ambiente varzeano seja biótico ou abiótico desencadeiam transformações estruturais e profundas, numa dinâmica de re-organização permanente, para a conservação da vida, uma verdadeira ontogenia (IBIDEM, 2016, p. 378-379).

O grande problema reside na implantação de projetos de desenvolvimento para a região “apoiados na imitação de formas e modelos europeus e norte-americanos, alheios às condições e às enormes potencialidades de uma região singularmente rica como a Amazônia” (LOUREIRO, 2009, p. 35).

As políticas públicas para a região ao invés de adotarem a natureza e o homem amazônico como aliados, caminham em oposição e os resultados mostram uma lógica de combate à natureza, de exclusão e de espoliação dos povos tradicionais. Isso nos leva a pensar novas alternativas de desenvolvimento com base na realidade local.

Dom Alcimar Magalhães infere que apesar dos esforços empenhados para o investimento na infraestrutura como a fábrica de ração, sala de beneficiamento do peixe, não prosperou por que sem uma política efetiva e planejada os projetos vão continuar no âmbito da discussão, a saber:

Então se voltou à estaca zero a fábrica de ração está lá e a piscicultura ficou nas mãos das comunidades que não tem recursos para isso. Dos pequenos empreendedores de um certo nível que ainda as duras penas conseguem ter tambaqui, um pouco de matrinhã e pirapitinga. Não se avançou sobre a questão do peixe liso, surubim, dourado e o próprio pirarucu, não se avançou. Além dos estudos, faltou o apoio e *status quo* é sempre mais cômodo dizer não deixa pra lá, o pessoal está vivendo, não está vivendo? (Alcimar Magalhães, entrevista/2016).

Como já discutido anteriormente, é clara a visão desenvolvimentista nos planejamentos que veem a Amazônia somente como região provedora de recursos econômicos, a fim de garantir os interesses privados e elevar a acumulação e reprodução do capital, com o respaldo do Estado, isso ficou evidente na criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Quintsr *et al.* (2011), explicam que o grande problema reside nos múltiplos interesses que envolvem a apropriação dos recursos naturais da região. Isso dificulta se chegar em um consenso em torno das políticas de desenvolvimento e proteção da natureza na Amazônia. Ou seja, “a incompatibilidade entre diversos destes interesses faz com que haja uma profusão de propostas, muitas vezes contraditórias, de atores interessados em exercer influência sobre a elaboração e implementação das políticas públicas desenvolvidas para a Amazônia”(IBIDEM, 2011, p. 7).

De acordo com Castro (2004), “a grande maioria das formulações teóricas que enquadram nos projetos de desenvolvimento da Amazônia baseiam-se em visões da região, cujas matrizes residem em uma compreensão externa”. Significa dizer que as diversas políticas públicas de desenvolvimento implementadas na Amazônia têm promovido o distanciamento do Estado dos habitantes da região, posto que a visão de desenvolvimento para a Amazônia baseia-se em modelos exógenos.

Na explicação do Secretário Executivo de pesca e aquicultura da SEPROR:

Aí é que vem a grande discussão, não adianta você montar uma fábrica de ração, não adianta ter a estrutura de produção se não tem os ingredientes. E foi montada uma fábrica de ração, essa fábrica funcionou, teve apoio dos órgãos estaduais, municipais, teve uma grande direção e preocupação por parte da diocese que durante um certo tempo comandou e produziu a ração, produziu a ração a um certo custo com ingredientes provenientes de outras regiões e de Manaus, mas nunca teve essa ideia de cadeia produtiva e do arranjo produtivo local quer dizer, ter aquilo disponível (Geraldo Bernardino, entrevista/2016).

Para manter a dinamicidade da fábrica de ração era preciso investimento em insumos básicos. Criar peixe em viveiro não basta apenas construir os açudes, ter potencial hídrico como os lagos e igarapés, tecnologia, alevinagem e alimentação de boa qualidade, precisava manter o sistema da cadeia produtiva por completo. Nogueira (2007), considera que as organizações são entendidas como subsistemas capazes de converter processos e informações em produtos e serviços.

O ambiente é o sistema geral que fornece insumos para o subsistema de entrada e recebe os bens e serviços no subsistema de saída. Trata-se do meio social e natural mais abrangente, integrado por todas as organizações e estruturas políticas, econômicas e sociais. As organizações funcionam como sistemas abertos em que os subsistemas são interdependentes e funcionam em sinergia para garantir a sobrevivência do próprio. Caso não haja consonância entre esses subsistemas ocorre a sua morte, no caso da fábrica de ração a escassez dos insumos no primeiro elo da cadeia comprometeu o funcionamento, levando ao fechamento da fábrica.

Essa situação torna-se mais grave pela ausência de ações do Estado direcionadas para solucionar esses entraves que emperram o crescimento dessa atividade, impactando na queda da produção dos pequenos piscicultores que desprovidos de capital de giro passaram a enfrentar vários obstáculos para continuarem produzindo.

O Gráfico 11 mostra que o pequeno piscicultor diante da escassez de recursos para investir no seu estabelecimento convive com uma infraestrutura básica que limita a sua capacidade de produtiva.

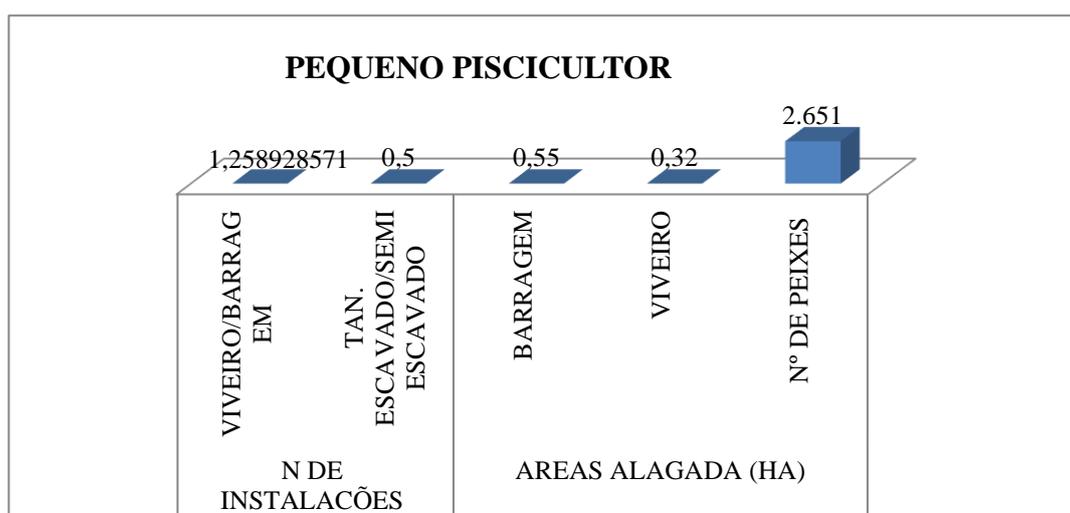


Gráfico 11 - Pequeno Piscicultor  
Fonte – IDAM/2015

Observe-se que o pequeno piscicultor tem em média 02 viveiros nas modalidades tanque escavado e barragem com pequena extensão de espelho d'água para a criação de peixes,

uma média de 0,55 hectares de barragem e 0,32 hectares de tanque escavado, isso reflete no baixo volume de produção, possuem uma média de 2.651 unidades de peixes em seus estoques. Essas unidades produtivas são próprias do piscicultor familiar, aquele que produz para a subsistência.

Verifica-se ainda, que o pequeno piscicultor não dispõe de condições necessárias para produzir em grandes volumes, logo não há como acumular capital produtivo e reinvestir no negócio, isso vem ratificar o baixo volume da produção. E, mesmo havendo uma pequena estrutura instalada capaz de produzir para o consumo e para e pequeno excedente de venda, esse trabalhador não tem acesso a uma assistência técnica de qualidade e nem ao capital de giro para manter seu estabelecimento produzindo com qualidade, pois não tem como arcar com o custeio dos insumos, principalmente da ração.

A professora Marle Corrêa, pesquisadora da área da piscicultura, faz o seguinte comentário:

A gente sente falta de uma assistência técnica de profissionais por que o produtor é amador, principalmente o pequeno produtor não sabe criar peixe. Ele cava um buraco e acha que vai criar peixe, não sabe como misturar as espécies, coloca a tilápia, muito produtores tem problemas com tilápia aqui, é uma espécie que não é permitida na região, mas isso ninguém controla. Ou ele pega a tilápia mistura no tanque de tambaqui, daqui a pouco tem mais tilapia que tambaqui e acaba com a produção dele. A ignorância acaba sendo um empecilho para o pequeno produtor (entrevista/2016).

Sobre a falta de capital para investir na piscicultura a pesquisadora considera ser impeditivo para manter a alimentação das espécies. “A maior dificuldade é o dinheiro pra compra ração. A gente só cresce se tiver alguém pra empurrar e ajudar, se não tiver um empurrãozinho ninguém trabalha, a gente não tem capital” (Z.S.S, 60 anos, entrevista/2015).

Martins *et al.* (2001), salientam que os principais problemas de vivenciados pelos pequenos piscicultores na região Norte dizem respeito à falta de apoio do governo e dos bancos, posto que as linhas de crédito são de difícil acesso devido a burocracia para organizar a documentação, além das taxas de juros elevadas.

Dados do Comitê da Cadeia Produtiva da Peca e da Aquicultura (COMPESCA, 2015), apontam para o fato de que uma das principais reclamações dos produtores é a falta de recursos para financiar projetos da indústria de pescado, mas para o comitê, na verdade, os recurso para a pesca e aquicultura sempre existiram, o que falta são tomadores aptos<sup>40</sup>.

---

<sup>40</sup>A partir de 2007 houve uma reformulação nos programas de financiamento, os quais passaram a ser mais consolidados e abrangentes em termos de cobertura setorial. O PRONAF individualizado foi mantido e também

De fato, ainda existem muitos desafios a serem superados pelos pequenos piscultores de Benjamin Constant, os quais dificultam a evolução da atividade na região. Além da dificuldade ao acesso do crédito rural, há uma baixa experiência de relacionamento dos pequenos produtores com instituições financeiras, o que gera certa resistência na busca de financiamentos formais.

Esses fatores prejudicam, principalmente, os pequenos produtores que são excluídos das políticas de crédito. Torna-se premente rever novas estratégias que possibilitem um maior acesso ao crédito pelos aquicultores, pois a injeção de recursos financeiros pode viabilizar o crescimento da produção.

A falta de capital é um grande problema para o pequeno piscicultor, conforme suas palavras: “se você não tiver capital não adianta se meter que você não vai dar conta, seu peixe vai morrer, vai atrofiar, não cresce. A gente quando fica aperreado, sem ração, dá pupunha, macaxeira, mas não é suficiente”. Um outro sujeito ouvido na nossa pesquisa relata a sua dificuldade para continuar com a atividade: “para limpar o terreno e fazer meu açude fui juntando um dinheirinho, porque pegar financiamento depois pode não ter recursos pra pagar” (J.C, 57 anos, entrevista/2015). E quando perguntado sobre os benefícios adquiridos com a piscicultura, explica que:

No mento não está trazendo benefício em nada, tem que investir pra poder entrar o benefício. Tem que mudar a segurança dos açudes precisa cercar tudinho, investir, dividir os tanques menores, se você tem tanque menores tem como controlar. Ainda tem que manter a ração que é cara, eu só posso alimentar mais com frutas porque é mesmo despesas, banana, cupu, goiaba, eles comem tudo, o que tiver” (entrevista/2015).

Ostrensky, Boerge e Soto (2008) consideram que os pequenos volumes produzidos dificultam a comercialização em escala pois não atraem corretores do setor. Por outro lado, os pequenos volumes produzidos não geram capital produtivo para fazer outros investimentos e podem incidir nos custos de produção, levando à diminuição da competitividade do produto

---

foi incluído o FNO-Amazônia Sustentável (Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia). Tal mudança buscou viabilizar a gestão compartilhada do FNO, fundamentada na integração, cooperação e corresponsabilidade entre os atores participantes do processo de desenvolvimento regional. O novo plano também retrata uma nova política de financiamento pautada numa nova forma de concessão de crédito, com vistas a ampliar os recursos em diversas áreas de atividades produtivas, de modo geral, a partir de 2000, houve uma reformulação nas estruturas dos planos, a aquicultura fim de atender as demandas regionais. No que tange as atividades aquícolas elas passaram a ter um espaço mais abrangente na composição dos planos, a aquicultura foi inserida numa linha de financiamento específica no plano de 2004. Os financiamentos para o cultivo de organismos aquáticos foram tomados como prioridade para investimentos e os planos atuais têm mantido a aquicultura como uma atividade prioritária, confirmando esta atividade como uma oportunidade de investimento regional.

desses produtores. Os autores destacam que a falta de informações, de tecnologia adequada, produtos que apresentem real demanda ao mercado, entre outros problemas conjunturais, são fatores que fazem com que os pequenos produtores familiares entreguem seus produtos para as poucas alternativas de vendas que aparecem, muitas vezes, por preços baixos causando prejuízos à operação.

Como podemos constatar os altos custos da ração inviabilizam a produção do pequeno produtor que, desprovido de capital não consegue produzir em escala, constatamos um baixo estoque de pescado, cujo destino é o autoconsumo e venda mínima nas feiras livres da cidade. “O custo de ração é muito caro daqui (Manaus) pra lá, se você olhar uma ração que custou cerca de R\$ 35,00 a R\$ 40,00 a ração de 28% aqui em Manaus, ela vai chegar lá em torno de R\$ 48,00 a R\$ 50,00. E aí, um problema que se tem dentro do próprio estado uma diferença que pode variar em torno de 20% a 25% no custo de ração” (Geraldo Bernardino, entrevista/2016).

Com o elevado custo da ração torna-se difícil competir com um pescado de qualidade e preço acessível ao consumidor. A piscicultura de Benjamin Constant restringe-se aos grandes e médios piscicultores que têm autonomia financeira o que possibilita a atividade lucrativa. No gráfico a seguir estabelecemos uma comparação entre o grande e o pequeno piscicultor.

Esta pesquisa constata que a piscicultura é uma atividade rentável somente para o grande piscicultor que dispõe das condições para produzir e inserir-se na piscicultura comercial (vide o gráfico seguinte).

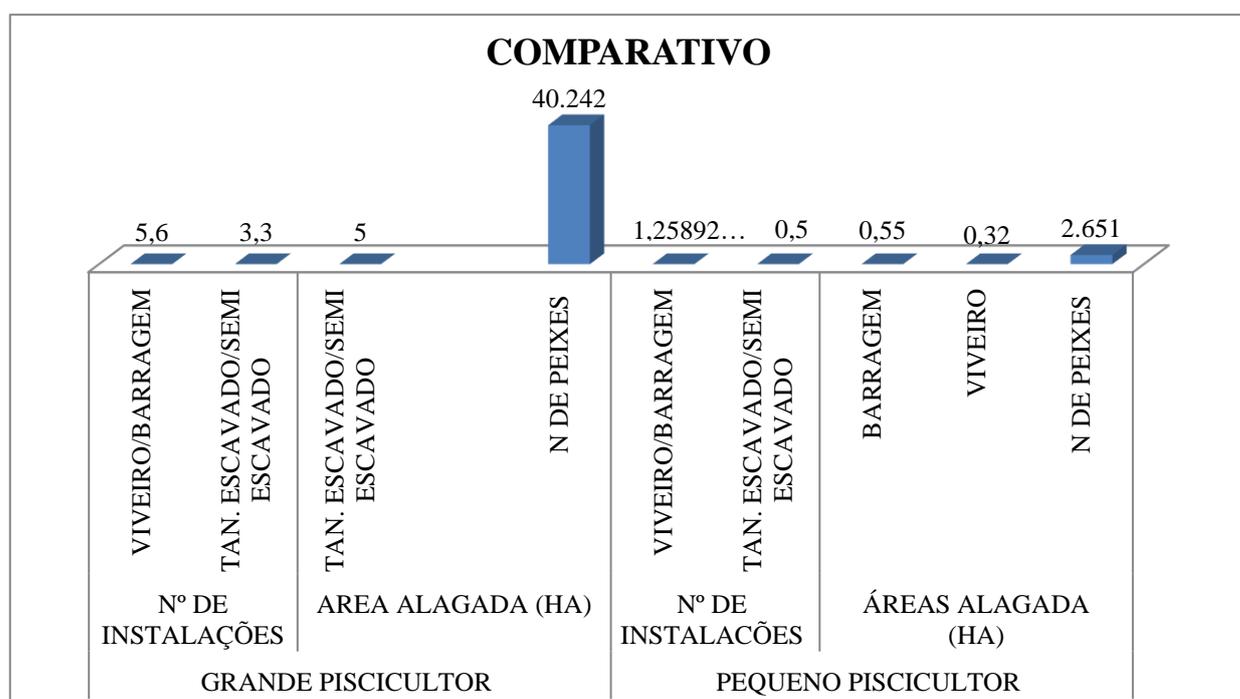


Gráfico 12 - Gráfico Comparativo  
Fonte – IDAM/2015

Para o pequeno produtor a situação é mais difícil, sendo, pois, comprometida pela falta de dividendos, pois possui uma estrutura mínima de produção com capacidade para produzir em baixos volumes.

Observe-se que a piscicultura é uma atividade economicamente viável ao grande produtor, tendo em vista que detém o poder econômico para gerir seus empreendimentos com eficiência e eficácia. De posse do capital de giro esse empreendedor consegue investir em instalações adequadas e com capacidade para a produção em escala e, mesmo com um custo mais elevado da ração, é possível produzir com certa margem de lucro.

O grande piscicultor “não depende muito do governo, ele possui capital, ele compra as rações dele, mesmo a preço mais caro, mas ele consegue comprar, ele consegue ter o lucro dele, ele possui o próprio capital pra gerenciar o próprio empreendimento” (Janderson Garcez, entrevista/2015). Com o pequeno produtor a situação é diferente, ele depende de capital de terceiros tanto para instalações quanto para garantir a produção do empreendimento. “Um viveiro com 1 hectare tem capacidade de produzir de 80 toneladas de pescado/ano, mas o piscicultor familiar não consegue manter a sua unidade produtiva que não chega nem a 1 hectare. Essa é a realidade que se aplica ao pequeno produtor que dependente da ação do Estado ou de captação de recursos de terceiros para iniciar o empreendimento” (Janderson Garcez, entrevista/2015).

Esse trabalhador para continuar atuando neste setor depende de políticas públicas que lhes proporcione condições de produzir em escala comercial e mercadológica. Como problematizado ao longo deste estudo, o Estado brasileiro esteve ausente dos processos de estímulo ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades pesqueiras e de políticas estratégicas para o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura. É preciso considerar, também, que as competências para a gestão da atividade pesqueira estavam divididas entre vários ministérios, principalmente entre o Ministério da Agricultura e o Ministério do Meio Ambiente.

Em 2009, com a edição da Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República –SEAP/PR, existente desde 2003, foi transformada no Ministério da Pesca e Aquicultura –MPA. O MPA tem por finalidade e competência institucional promover e desenvolver políticas públicas voltadas para o ordenamento, gestão e fomento dos setores pesqueiro e aquícola, mantendo o compromisso com a sustentabilidade ambiental no uso dos recursos pesqueiros no país.

Diante desses desafios a piscicultura torna-se inviável para o pequeno piscicultor que tem dificuldade para operar com a comercialização dos seus produtos devido aos baixos valores

de produção, incapacidade de investimento, falta de informações, não gerenciamento dos custos, baixo nível de tecnologia adequada, falta de assistência técnica e difícil acesso às instituições de crédito. Essas dificuldades enfrentadas pelo pequeno produtor resultam num baixo volume de produção de modo que não há como concorrer com grandes produtores que monopolizam o mercado com produto de boa qualidade e preços acessíveis.

E, frente ao cenário da piscicultura em Benjamin Constant podemos dizer que é uma atividade favorável economicamente a um restrito grupo de empreendedores de detém o poder econômico para investir em seus empreendimentos, mantendo um volume de produção com capacidade para abastecer o mercado.

Enquanto a maioria, formada por pequenos piscicultores que praticam a piscicultura familiar e de subsistência é alijada do mercado na medida em que não dispõe de todos os fatores de produção, principalmente capital e matéria prima(insumos).

Essa condição leva a exclusão do pequeno piscicultor do comércio piscícola que para não ser naturalmente alijado precisaria contar com as políticas públicas direcionadas ao setor que venham atender as suas desejos e necessidades, além de forjar estratégias que possam promover a sua inclusão no comércio da piscicultura.

## **4 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES DA PISCICULTURA**

O comunismo consiste numa reunião de homens livres trabalhando com meios de produção comuns e, dependendo, a partir de um plano combinado, suas numerosas forças individuais como uma única e mesma força de trabalho social. A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.

(Kall Marx)

### **4.1 A organização da piscicultura e a falta de pesquisa para o setor**

A Associação dos Piscicultores de Benjamin Constant foi fundada em 04 de abril de 2001 com a finalidade de promover a organização dos criadores e multiplicadores de organismos aquáticos, além de estimular o desenvolvimento econômico da região e transformar o município no principal produtor da região do Alto Solimões. A iniciativa de criar uma associação partiu de um grupo de 18 pessoas que acreditavam no potencial produtivo de Benjamin Constant e viam na piscicultura uma atividade de grande importância para a economia do município e de toda a região do Alto Solimões.

Esse grupo de pessoas coordenou todo o processo de criação da Associação envolvendo lideranças de organizações sociais de Benjamin Constant, assim como do setor agrícola do município. Nesse processo participaram representantes dos segmentos dos pescadores, extrativistas, agricultores, criadores, entre outros, lideranças de associações e sindicatos, recebendo o apoio de técnicos de organizações públicas locais como o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM e da Universidade Federal do Amazonas - UFAM.

Visava-se criar uma associação capaz de gerar benefícios para o maior número possível de associados. Atualmente a Associação comporta 138 piscicultores associados. Como vimos ao longo deste estudo a implantação do projeto de piscicultura em Benjamin Constant foi resultado de uma política dirigida ao setor aquícola promovida pelos governos estadual e federal, Arquidiocese do Alto Solimões, juntamente com a parceria de outras instituições.

Majoritariamente a associação é formada por homens em idade adulta, havendo, pois, pequena participação de jovens, o que não ocorre com as mulheres que compõem um percentual de 26% de trabalhadoras associadas.

A grande maioria dos piscicultores de Benjamin Constant apresentam características típicas do trabalhador amazônico. Desenvolve o trabalho do plantio, do cultivo de diversos produtos, da caça, da pesca, da coleta de produtos da floresta, da criação de animais, sem prescindir das relações de trabalho assalariadas na perspectiva de compra e venda da força de trabalho. Ou seja, existe uma estrutura ocupacional com características tradicionais e modernas, de modo que “a organização do trabalho na Amazônia apresenta diversidade que não pode ser compreendida apenas sob a lógica do capital” (TORRES, 2004, p.58).

A Associação dos Piscicultores de Benjamin Constant apesar de dispor de uma estrutura para produzir peixes em cativeiro, como a fábrica de ração, estação de piscicultura e sala de beneficiamento de pescado, somente a estação de piscicultura encontra-se em funcionamento a qual dispõe de recursos da prefeitura, pois a associação não possui condições financeiras para arcar com funcionamento de toda a estrutura.

De acordo com Kelly Eduardo Cardoso,

O projeto inicial era de que a Associação conduzisse a estação de piscicultura, só que ela não tem estrutura financeira para manter. Hoje nós temos três técnicos em piscicultura na estação, temos dois serviços gerais e uns quatro vigias, a despesa é alta, fora a ração que para alimentar as matrizes, para os alevinos. A associação não tem condições financeira de assumir, com um acordo a prefeitura assumiu, até que a associação tenha condições de conduzir a estação (entrevista/2015).

O sujeito da nossa pesquisa revela que Associação dos Piscicultores de Benjamin Constant enfrenta vários problemas que dificultam seu crescimento, isso tem reflexos na vida da maioria de seus associados que não consegue se organizar politicamente em defesa de seus interesses. A dificuldade de organização em torno da luta reivindicativa contribui para que os seus empreendimentos produtivos convivam com a falta de incentivos financeiros, ausência de mão de obra qualificada e assistência técnica, capacitação e instabilidade do mercado.

O associativismo vem ganhando importância no meio rural na medida em que desponta como um instrumento para o alcance de múltiplos objetivos e contribui consideravelmente para o desenvolvimento e a cidadania, aguça o poder reivindicatório de muitos trabalhadores, isto é, por meio das práticas associativistas é possível se concretizar determinados objetivos.

De acordo com Cardoso *et al* (2008), o objetivo principal do associativismo é a defesa dos interesses de um grupo de pessoas que buscam na união de esforços uma solução mais próspera para determinados problemas. Esse tipo de organização funciona como base para aqueles produtores que habitualmente apresentam as mesmas dificuldades para alcançar um

bom desempenho econômico de seus empreendimentos. Por intermédio da associação buscam melhoria e desempenho como estratégia para competir no mercado.

Ressalte-se que a união e a organização desses trabalhadores facilita o desempenho da atividade econômica, acesso aos insumos e maquinários agrícolas, uma vez que há divisão financeira dos dividendos e os prazos de pagamento são maiores e facilitados.

Em Benjamin Constant a falta de recursos para investimento torna o pequeno piscicultor um agente sem concorrência no mercado piscícola, uma vez que seu volume de produção não permite concorrer com os grandes piscicultores que detêm o monopólio do setor. A carência de recursos para manter a cadeia produtiva prejudica a inserção deste trabalhador no mercado. Sem perspectiva de organização política por parte dos piscicultores torna-se difícil a conquista de políticas públicas que inclua a assistência técnica, crédito rural adequado, capacidade de produção de ração ou subsídios para adquirir esse insumo com menor preço. É inviável competir sem políticas públicas compensatórias.

Druker (1994), salienta que por se tratar de atividades cujo objetivo principal não é lucro, pois são organizações sem fins lucrativos que realizam suas atividades em prol do bem comum, é mais difícil angariar recursos para manter as atividades, portanto, são grandes e diversos os desafios para essas organizações.

Isso requer maior desempenho e concentração de recursos para alcançar resultados por meio de um bom planejamento. Faz-se necessário estimular a capacidade de organização dos pequenos piscicultores, propiciando a criação de atividades conjuntas que remetam para o associativismo como saída estratégica para a geração de renda. Esses desafios podem ser superados por meio de ações engendradas pelos organismos nacionais de desenvolvimento rural ou de política agrícola que devem orientar, estimular e conscientizar o pequeno produtor para a aquisição de bens e insumos em forma associativista, mostrando-lhes que conscientes, organizados e participativos poderão resolver problemas prioritários (VILLELA, 2006).

Note-se que a piscicultura em Benjamin Constant precisa de estímulos as práticas do associativismo, bem como depende da ação do Estado para se consolidar como atividade econômica e geradora de emprego e renda. É preciso que o Estado prepare o pequeno piscicultor propiciando condições para que ele possa ter autonomia para produzir, pelo menos inicialmente.

Um piscicultor entrevistado chama a atenção para o fato de que sem a promoção de políticas públicas esse trabalhador não tem como produzir e inserir-se no mercado, conforme suas palavras: “não tem como crescer, ele não tem excedente econômico, não consegue fazer sua barragem, a sua represa com o carrinho de mão. Tudo o que conseguimos hoje foi quando

a gente agiu em nome do poder público, depois não crescemos, tudo parou, estagnou aí” (J.H.A.O, entrevista/2015).

Vejamos o que diz Nazareno Bichara, presidente da associação, quando perguntado se a piscicultura em Benjamin Constant tem como se desenvolver sem a ação das políticas públicas, sem a ação do Estado? “Ainda não, os produtores são poucos, como eu te falei, esses 10% sim, eles se sustentam sim da piscicultura, por que eles têm capital pra trabalhar” (entrevista/2015).

Para Cândido (2000), o Estado enquanto agente propulsor do desenvolvimento deve agir como encorajador e formador de uma estrutura econômica capaz de explorar os aspectos sistêmicos das organizações produtivas, bem como atuar como agente facilitador na criação de redes formais e/ou informais de pesquisa. Essas redes interorganizacionais precisam estar incluídas em políticas de desenvolvimento focadas na busca da competitividade por meio da prática da inovação.

Rotta e Reis (2007), salientam que por meio do Estado é possível desenvolver certas condições econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais nos espaços locais capazes de interagir ativamente com as dinâmicas globais de desenvolvimento. Esses autores compreendem que o desenvolvimento como um processo social localizado é capaz de conjugar crescimento econômico e melhoria das condições de vida da população. No âmbito da vertente regionalista é preciso considerar que as políticas sociais são fundamentais tanto para auxiliar na criação das condições para o crescimento econômico quanto para efetivar mecanismos que possibilitem ampliar, gradativamente, a qualidade de vida da população.

Como vimos anteriormente há uma imensa potencialidade natural para o crescimento da atividade piscícola em Benjamin Constant, mas mantidas as condições atuais, não há bases suficientemente sólidas para que esse crescimento aconteça a passos largos e de forma sustentável. Embora se tenha experimentado um bom ritmo de crescimento vivenciado nos últimos anos, apresenta pontos de estrangulamento, que tendem a impedir a manutenção desses ritmos de crescimento e que, em alguns casos, podem até comprometer a própria sustentabilidade econômica da atividade a médio e longo prazos.

De acordo com Dom Alcimar Magalhães,

O fato de estar situada na região de fronteira não há empecilho para desenvolver esta localidade. Não se justifica a ausência do Estado pelo fato da distância dos grandes centros. Com pouquíssimos recursos se podia ter dado o *start*, dado o empurrão inicial a região não precisaria de grandes outros recursos porque é uma região vasta, é uma região que tem mercado para nós,

para Colômbia e para o Peru. É uma região que tem pessoas e instituições que fazem um trabalho inteligente com poucos recursos. Outras regiões fronteiriças como Acre, Rondônia e Amapá tiveram mais dificuldades do que nós. Nós estamos a um caminho já bastante próximo de se poder desenvolver (entrevista/2016).

Observe-se que Dom Alcimar Magalhães visualiza uma situação viável para o desenvolvimento deste tipo de empreendimento. Com pouco investimento é possível desenvolver Benjamin Constant e a piscicultura é uma possibilidade real que pode alcançar níveis de desenvolvimento numa região estratégica com grande potencial de mercado entre os países fronteiriços. Para este nosso informante,

A piscicultura é uma atividade viável, é claro que é uma baita oportunidade de negócio, quem produz minimamente dentro de um certo controle de uma certa experiência tem tido bons resultados, não se pode negar quem fez exatamente isso, agora tem gargalos, o fluxo não chega, ou seja, não tem uma circulação, não tem o princípio, meio e fim (Alcimar Magalhães, entrevista/2016).

É preciso completar o ciclo da cadeia produtiva a partir de ações concretas voltadas atender as demandas que impedem o crescimento do setor. Para Ostrensky e Boer (1998), a piscicultura no Brasil ainda é desenvolvida por pequenos produtores rurais. Uma parcela expressiva desses produtores ainda a encaram como uma forma de complementação de renda, portanto, a produção de peixes, raramente se constitui como principal atividade econômica da propriedade.

Não obstante, a produção de peixes vem aumentando consideravelmente ano a ano. Mas é preciso que atividade seja vista no âmbito do profissionalismo, pois “se por um lado, o crescimento vem beneficiando os produtores, por outro, ele vai aos poucos fazendo com que a atividade tenha que se enquadrar nas leis de mercado, onde oferta e procura determinam o preço e a redução dos custos passa a ser a chave para vencer a competição pelos lucros” (OSTRENSKY e BOER, 1998, p. 11).

Na cadeia produtiva da piscicultura de Benjamin Constant quanto aos insumos necessários à produção, o único disponível o município são alevinos que são reproduzidos na estação de piscicultura e doados aos piscicultores.

O quadro a seguir apresenta as principais demandas do setor posta ao Estado, a qual se constitui num dos problemas enfrentados pelos pequenos piscicultores de Benjamin Constant. Observe-se que as demandas são diversas, sobretudo a ração que requer uma continuidade das políticas públicas implementadas no início do projeto quando se pretendia

transformar a piscicultura de Benjamin Constant no principal polo piscícola do região do Alto Solimões.

DEMANDA	DESCRIÇÃO
Insumo / Ração	Falta de matéria prima (milho e soja) inviabilizou a produção da ração. A aquisição em outros Estados eleva o custo da produção;
Insumo/ Máquinas/equipamentos: Trator, Pá carregadeira, Escavadeiras, Trator de esteiras e Caçamba, Aerador	Máquinas utilizadas na construção de empreendimentos de piscicultura tais como máquinas pesadas utilizadas no serviço terraplenagem, melhoria na qualidade da água;
Assistência Técnica	Falta de treinamento e qualificação técnica na cadeia produtiva da piscicultura;
Assistência Econômica/administrativa	Dificuldade de acesso ao crédito para investimento e custeio em piscicultura;
Infraestrutura/fábrica de gelo	Peixe vendido <i>in natura</i> requer estocagem em gelo;
Sala de Beneficiamento	Equipar de acordo com as normas de vigilância sanitária;
Pesquisas e Desenvolvimento (P&D)	Projetos tecnológicos de pesquisa de espécies nativas, como peixe liso e o pirarucu;
Comercialização	Logística e capacidade de armazenamento.

Figura 29 - Demanda posta ao Estado  
Fonte – Pesquisa de campo/2015

A principal demanda consiste na aquisição da ração por preços acessíveis, pois a ração utilizada na produção é importada de outros Estados brasileiros, uma vez que fábrica que produzia este insumo de propriedade está desativada desde de 2004, devido a falta de recursos financeiros para custear o milho e a soja, ingredientes utilizados na composição da ração. A aquisição deste insumo encarece os custos de produção, elevando os custos finais e inviabiliza a produção do pequeno piscicultor.

A ração requer atenção especial pois com a fábrica inoperante acarretou o enfraquecimento do primeiro elo da cadeia produtiva da piscicultura em Benjamin Constant. A falta de matéria prima (milho e soja) na região inviabilizou toda a produção, o que compeliu os piscicultores a buscarem novos fornecedores na capital Manaus e até mesmo em outros Estados, isso tem elevado os custos da ração em virtude do frete.

Observe-se que os nossos informantes, representantes do IDAM e Presidente da Associação dos piscicultores são unânimes em afirmar que o grande problema da produção da piscicultura são os elevados preços da ração.

De acordo Janderson Garcez,

A piscicultura em Benjamin Constant possui alguns tipos de gargalos, um deles começa na ração, porque os alevinos, aqui são fáceis de adquirir por causa da estação de piscicultura. O preço da ração aqui no município está em torno de R\$ 60,00 o saco de 25 Kg, isso dificulta o pequeno piscicultor a continuar a criação e fornecer a quantidade adequada, e como eles não alimentam os peixes de forma adequada, eles acabam atrofiando. Os peixes não chegam nem a metade do tamanho que era para atingir em um ano, então, esse aí é um dos problemas (entrevista/2015).

Para o gerente do IDAM a ração é uma das principais demandas do pequeno produtor que depois que recebe os alevinos doados pela prefeitura, tem dificuldade de proceder com o manejo adequado ao processo de engorda dos peixes. Tal manejo envolve uma adequada taxa de conversão alimentar que deve ser administrada diariamente e na quantidade certa, ou seja, é preciso fornecer alimento artificial equilibrado e de qualidade.

De acordo com Borges Neto (2011), a taxa de arraçoamento<sup>41</sup> influencia diretamente no crescimento e na produção da espécie de peixe cultivada. Os elevados custos da ração tem inviabilizado a produção desses pequenos produtores que na falta desse produto terminam por recorrer a alimentos alternativos sem os nutrientes suficientes capazes de produzir um pescado com qualidade e dentro de um padrão exigido pelo mercado consumidor.

Da mesma forma o presidente da Associação dos Piscicultores, Nazareno Bichara, analisa a dificuldade que os pequenos produtores enfrentam para continuarem mantendo a produção.

O gargalo de nossa piscicultura hoje se chama ração. A dificuldade é muito grande para nós, pois estamos pagando entre R\$ 50, 00 e R\$ 60,00 o saco de

---

<sup>41</sup>Alimentação aquedaga e necessária para o bom desenvolvimento do peixe varia conforme a espécie, idade, qualidade da água e temperatura. A taxa de arraçoamento influencia diretamente o crescimento e a eficiência alimentar de um peixe.

ração de 25 kg, então não tem condições, geralmente o piscicultor não tem condições. Aqui tem 4 ou 5 piscicultores que tem como trabalhar, o peixe dá dinheiro, a piscicultura dá renda, mas tem que ter capital para trabalhar. E nós não conseguimos até então também funcionar a fábrica de ração, por que ela para funcionar precisaria em média de R\$ 400.000,00 a R\$ 500.000,00 mensais para a compra dos insumos (entrevista/2015).

De fato, a ração é responsável por grande parte dos custos de produção dos organismos aquáticos. Para Ostrensky e Boer (1998, p. 17), ração é um importante componente dos custos de produção, pois um peixe quando não é alimento dentro de um padrão adequado, não tem como se obter bons resultados, “a alimentação pode representar de 60% a 80% dos custos de produção de pescado”.

Conforme Sidônio e Cavalcante *et al.* (2013), os altos custos da ração é um problema que aflige os pequenos produtores em todo o Brasil. Os elevados custos estão associados a atuação de poucas empresas de fabricação de ração que alegam os altos custos para se produzir ração de animais aquáticos, preferem direcionar a produção para vendas em produtos de alto valor, como as linhas *pet*, ou em rações para frangos e suínos, entre outros.

Uma alternativa encontrada pelas empresas do setor é a realização de parcerias com as fábricas de ração que lhes entregam fórmulas para produção de rações personalizadas. Por outro lado, é necessário o desenvolvimento de pesquisas para descobrir novas fórmulas de ração, com melhor aproveitamento, maior digestibilidade e mais adequadas à cada etapa de vida dos animais, a fim de melhorar as taxas de conversão alimentar.

Waldige e Caseiro (2003), explicam que a piscicultura brasileira, no início, foi desenvolvida com resíduos agrícolas, uma mistura de ingredientes ou rações comerciais destinadas à alimentação de outros animais. A utilização de rações específicas para peixes é uma prática recente. Atualmente, as principais formas de processamento em rações para organismos aquáticos são peletização, extrusão e floculação.

Moro e Rodrigues (2015), salientam que embora a aquicultura seja uma atividade milenar, o uso de rações é prática recente e, até o início do século XX, a produção de peixes era conduzida principalmente de forma extensiva. Mas o crescimento mundial da demanda pelo consumo de peixe cresceu e com isso, a indústria de rações para organismos aquáticos triplicou sua produção, sobretudo, a partir de 1995. A indústria de ração nos últimos tempos, vem mantendo altas taxas de crescimento e duplicando sua produção no Brasil.

A associação não dispõe de máquinas e equipamentos que são fundamentais na construção dos empreendimentos piscícolas, principalmente maquinários pesados utilizados no serviço de terraplenagem, como a pá carregadeira, escavadeiras, trator de esteiras e caçamba.

Além de equipamentos para arrastoamento e caminhões utilizados na despesca, estocagem e transporte do pescado. Outros equipamentos são importantes como a bombas hidráulicas utilizadas para o abastecimento dos tanques e o aerador utilizado para melhorar a oxigenação da água dos viveiros.

A aquisição de materiais e equipamentos são os primeiros investimentos necessários ao desenvolvimento de um projeto de piscicultura. Trata-se de e equipamentos utilizados na implantação de uma unidade de produção, como estrutura física de construção dos tanques e a instalação dos sistemas de abastecimento de drenagem.

De acordo Martin *et al.* (1995), os investimentos realizados num projeto de piscicultura, envolvem a construção de viveiros e seus complementos, instalações, aquisição de máquinas, veículos e equipamentos. Esses investimentos podem começar a gerar retorno logo após a sua realização, atingindo a plena maturidade no terceiro ano, continuando até o vigésimo ano do empreendimento.

Nesse processo o capital de giro é muito importante, pois a sobrevivência do empreendimento depende desse elemento, na medida em que está diretamente associado às fontes que a empresa necessita para financiar seu crescimento. Trata-se do montante estipulado, empregado à aplicação dos meios de produção, de modo que a empresa venha completar o ciclo operacional. O estudo do capital de giro permite analisar a situação financeira de uma empresa e verificar o seu equilíbrio financeiro (ASSAF NETO e SILVA, 2002).

A produção piscícola em Benjamin Constant é praticada em viveiros escavados, semiescavado na modalidade barragem com o aproveitamento do potencial hídrico de diversos igarapés e pequenos rios existentes no município. Para iniciar a criação de peixe em cativeiro precisa-se de assistência técnica, sendo necessário o conhecimento de técnicas de cultivo, que vão desde o controle na qualidade de água, manejo nutricional, biologia da espécie a ser cultivada, até a tecnologia da produção de sementes, entre outras.

A produção de pescado em cativeiro requer conhecimento técnico, ou seja, é preciso manter o controle na qualidade de água, manejo nutricional, biologia da espécie a ser cultivada, tecnologia da produção de sementes entre outras. A difusão destes conhecimentos é realizada pelas instituições de pesquisa e desenvolvimento que prestam suporte para toda a região, as principais instituições presentes são o SEBRAE e IDAM, além de outras instituições que trabalham em parceria com a associação dos piscicultores prestando suporte técnico e extensão rural.

O aproveitamento integral do pescado gera novos produtos e maior valor agregado, assim como as carnes de frango, suína e bovina, o peixe pode ser inteiramente utilizado: gera-

se valor daquilo que seria descartado. Escamas e sangue podem ser aproveitados para produzir farinha e óleo de peixe. Entretanto, para que seja possível o aproveitamento de todo o potencial de subprodutos, é necessária uma escala que permita sua viabilidade financeira. Mas é necessário atender o rigor no cumprimento de regras sanitárias nos frigoríficos conforme determina o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) de forma similar a outras atividades agroindustriais.

Faz-se necessário o investimento nas áreas de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Inexistem projetos tecnológicos voltados para espécies nativas, como por exemplo, o pirarucu e espécies de peixe liso, os quais tem alto valor no mercado de Letícia. Sobre essa questão Routledge *et al* (2012) chamam a atenção para o fato de que, se por um lado, o Brasil dispõe de condições geográficas e climáticas favoráveis para a atividade, por outro, ainda precisa avançar no campo da pesquisa e inovação.

Rocha *et al* (2013), nessa perspectiva, analisam que a piscicultura brasileira com tantos atributos favoráveis ao seu crescimento, ainda não possui condições para desenvolver seu potencial produtivo. Conforme estes autores;

Fatos que normalmente são considerados extremamente positivos, tais como a dimensão continental do território brasileiro, a diversidade de biomas e a imensa biodiversidade, que abriga inúmeras espécies com potencial zootécnico, criam um cenário bastante complexo e podem pulverizar ações que, se não organizadas, podem comprometer ou atrasar o desenvolvimento da cadeia produtiva da aquicultura no país. Os investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação são fundamentais para elevar o patamar tecnológico e favorecer a competitividade e a sustentabilidade da aquicultura brasileira (IBIDEM, 2013, p. 1).

O baixo desenvolvimento de pesquisa contribui para o menor desempenho zootécnico dos cultivos e baixa diversificação com relação ao cultivo de novas espécies. Sobre esse assunto o engenheiro de pesca do IDAM Janderson Garcez, expõe a seguinte preocupação:

Ainda não temos projeto de trabalhar a piscicultura do peixe liso. Primeiro a gente precisa trabalhar com os alevinos por que esses peixes não se reproduzem em cativeiro, a gente tem que ter um estudo para fazer uma reprodução experimental no laboratório da estação de piscicultura. Tendo os alevinos a gente já poderia estar trabalhando ração com maior teor de proteína ou uma mistura com peixes, uma forma de fornecer um alimento, para poder ter uma noção de cultivo. No Amazonas a piscicultura de peixe liso ainda não é o forte, hoje o que mais está crescendo na piscicultura é a entrada dos tambaquis de Roraima e Rondônia. O forte hoje é piscicultura do pirarucu, próximo a Manaus, por que o pirarucu a gente pode crescer ele 1 kg por mês, é outra ideia que a gente pode estar trabalhando aqui em Benjamin Constant,

seria uma ideia inovadora. A piscicultura do peixe liso o colombiano valoriza bastante, principalmente para exportação. A Colômbia exporta esse peixe liso para os países da Europa, Estados Unidos e muitos desses peixes saem daqui do Amazonas, então a gente poderia estar trabalhando e incentivando os nossos piscicultores a produção. O primeiro passo seria reproduzir o peixe em cativeiro, podemos citar um exemplo, o surubim, tendo os alevinos, então já seria uma forma dele chegar ao piscicultor. A gente pode estar trabalhando em uma metodologia de cultivo que ainda não existe e ter esse cultivo com acompanhamento técnico. O mercado seria outro e com certeza seria mais fácil do que mandar o tabaqui para Manaus, e mais, existem períodos de safras desses peixes, tem época que tem mais surubim, tem época que não tem, então é nessa época de entrar a safra do surubim. A piscicultura entraria e Leticia adquiriria tudo, pois lá possui grandes frigoríficos de peixe liso, a partir daí seria outra exploração de mercado que ainda não existe nessa região, 50% do peixe pescado em Benjamin é comercializado na Colômbia e outros 50% é consumido no município (entrevista/2015).

Note-se que essa atividade carece de maior investimento em desenvolvimento tecnológico. O domínio tecnológico da reprodução é fundamental. “O pirarucu, por exemplo, tem enorme potencial, com carne branca e macia, demandada pelos consumidores, e, apesar do ciclo de produção mais longo, apresenta bons índices de conversão alimentar e de aproveitamento de carne, sendo anunciado como o bacalhau brasileiro. Entretanto, os métodos reprodutivos desse peixe não são dominados no país” (SIDONIO; CAVALCANTE *et al* 2013, p.451).

Em um projeto de longo prazo, podem se investir nas pesquisas sobre novas fórmulas de ração adaptáveis às espécies da região, assim como na reprodução de alevinos, uma vez que a associação tem uma estação em funcionamento e pode trabalhar em parceria com a universidade.

De acordo com Hepher e Pruginin (1985), a piscicultura vem se constituindo como um moderno sistema de produção agropecuária. Entretanto, para alcançar resultados eficientes é preciso manejar métodos adequados e modernos baseados em princípios científicos, ecológicos, tecnológicos e econômicos.

Para Queroz *et al* (2002), apesar de a aquicultura apresentar índices crescentes de crescimento o potencial ainda é pouco aproveitado. Isso está associado

À falta de uma política efetiva para organizar e promover o desenvolvimento da aquicultura como produtora de alimentos. Muito embora não se tenha um diagnóstico de ciência e tecnologia para a atividade, é possível inferir que as pesquisas no tema, além de dispersas territorialmente, se caracterizam pela falta de uma integração entre os setores que compõem os diversos elos de sua cadeia produtiva. Nas condições atuais, não se tem uma idéia real das potencialidades para o desenvolvimento da aquicultura no Brasil, das prioridades de pesquisa e das demandas do setor produtivo. Essa situação tem

resultado em diversos problemas que estão retardando o desenvolvimento da atividade (IBIDEM, 2002, p. 09).

Note-se que há quase um consenso por parte da comunidade científica brasileira no que diz respeito à aquicultura sobre a necessidade de se criar programas de pesquisa ou de uma coordenação nacional de C&T, ou ainda a criação de um sistema articulado na forma de rede, *network*, com interfaces diretas com toda a cadeia produtiva. Estar-se á diante da evidente expectativa de todos os setores da cadeia produtiva aquícola por uma ação mais efetiva em P&D como âncora para a consolidação dos diferentes elos da cadeia produtiva (QUEIROZ *et al.*, 2002).

Nos tempos contemporâneos o conhecimento, independente da área de atuação, deve ser aplicado numa perspectiva de pensamento aberto à renovação. Como diz Bachelard (1996), o conhecimento se estrutura na fronteira do desconhecido e do conhecido, instaurando a permanente necessidade de rupturas e abertura a uma dialética da descontinuidade, de olhares múltiplos para um mesmo objeto.

Reproduzir peixes em cativeiro requer investimentos em pesquisa, pois é a partir de vários resultados desses estudos que se tem a compreensão de todo o ciclo natural dos organismos aquáticos e da biologia das espécie.

Nesse aspecto a tecnologia também é uma ferramenta de importância ímpar nesse processo, a ciência e a tecnologia são ferramentas que permitem compreensão desse sistema complexo de pensamento e experiências que envolvem a aquicultura. Conforme Rocha *et al* (2013), os investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação são fundamentais para elevar o patamar tecnológico e favorecer a competitividade e a sustentabilidade da aquicultura brasileira.

Manaus se tornou um grande centro consumidor do pescado da piscicultura da região Norte, a produção do Amazonas não é suficiente para suprir o mercado de Manaus que vem servindo ao escoamento do pescado cultivado no Acre, Roraima e Rondônia.

A piscicultura no Amazonas ainda é uma atividade em desenvolvimento com grande potencial de crescimento. Ocupa o terceiro lugar da produção da região Norte, tendo como maior produtor o Estado de Rondônia, seguido do Estado de Roraima. Os municípios amazonenses com maior representatividade produtiva são Rio Preto da Eva com 5,4 mil t no ano, 36% do total, Benjamin Constant, no Alto Solimões, com 1,4 mil t e Manaus, com 1,1 mil t. Em todo o Estado do Amazonas 53 municípios participam da produção de peixes em

criatórios, totalizando 15 mil toneladas (t), significa 3,8% da produção nacional, trouxe de renda R\$ 98,8 milhões ao Estado, 4,9% do valor total nacional (SEPROR, 2013).

A produção do pescado de Benjamin Constant também enfrenta o entrave da comercialização, atualmente a produção está sendo escoada para o mercado interno, Tabatinga e Letícia, na Colômbia. Houve uma tentativa de escoar para Manaus, porém a experiência não foi bem sucedida em virtude da dificuldade de logística que resultou na elevação dos custos com transporte e alta concorrência com a produção de Rondônia e Roraima. Esta situação impactou diretamente no aumento dos custos e conseqüentemente na diminuição das taxas de lucros. Sobre esse elo da cadeia vejamos a análise do engenheiro de pesca do IDAM de Benjamin Constant Janderson Garcez:

Na produção de 2013 o governo comprou uma parte. E 40 toneladas de tambaqui que foram comercializadas em Manaus, mas não foi viável economicamente ao piscicultor devido aos entreves, o piscicultor precisa fretar uma embarcação, precisa ter gelo suficiente, precisa bancar toda uma tripulação, o transporte, o combustível para sair daqui até Manaus. Então, os piscicultores que tiveram essa experiência de levar o tambaqui até lá, eles não saíram muito satisfeitos por causa disso, é muito trabalho, acaba reduzindo a margem de lucro, ele acaba arrecadando um pouco menos aqui em Benjamin, mas ele não tem todo esse trabalho, dor de cabeça para levar o peixe até Manaus. Outra alternativa de transporte seria os próprios barcos de recreio, por que são barcos que vem de Manaus supercarregados e com cargas, só que quando eles voltam, voltam vazios e todos possuem câmeras frigoríficas, só que para a gente embarcar 30 toneladas de peixe aqui no porto, ele ia demandar quase que boa parte do dia, só que o barco quando chega aqui, ele fica no máximo uma hora, uma outra forma que poderia haver um acerto com as próprias embarcações, com preço pra poder levar o peixe até Manaus (entrevista/2015).

O gerente do IDAM apresenta as dificuldades do piscicultor para escoar a sua produção para o mercado da capital Manaus. Essa situação torna-se mais crítica pelo fato de o produtor ter que financiar um transporte longe e de difícil acesso o que torna muito oneroso para o produtor, e termina por reduzir a sua margem de lucro.

Desse modo, os pequenos produtores acabam comercializado nas feiras de Benjamin Constant, Atalaia do Norte, Tabatinga ou em vendas diretas para compradores que procuram o produto. Mas essa produção poderia ser comercializada como produto inserido na merenda escolar, pois é um alimento de excelente qualidade muito consumido na região.

Não resta dúvida o fato de que a piscicultura no município, torna-se-ia ainda mais positiva por meio da construção de um frigorífico e uma fábrica de gelo com incentivos

governamentais, além de políticas voltadas para a garantia do transporte e comercialização da piscicultura proveniente do interior do Estado.

De acordo com Sidonio e Cavalcante *et al* (2013), a comercialização supõe integração entre empresa de pescado e produtor de peixes, através de contratos ou acordos, nos moldes do que acontece com a carne de frango e suína no Brasil, ainda é pouco disseminada na piscicultura. Essa forma de verticalização e estruturação da cadeia contribui para a coordenação dos atores e maior organização entre seus elos.

Deve-se considerar que o mercado de produtos alimentícios é composto por grande número de vendedores e compradores. Nesse mercado os preços dos produtos são determinados pela lei da oferta e da procura, fixada por todos ao mesmo tempo, como estratégia que visa satisfazer o interesse de todos (ALBUQUERQUE, 1986). Nessa disputa comercial, sobrevive quem consegue ofertar produto de qualidade e com um preço que o consumidor está disposto a pagar. Para Sebben e Garcia (2011), isso significa ter capacidade de satisfazer às necessidades do consumidor e ainda criar barreira para impedir a entrada de novos concorrentes nesse mercado.

A distribuição ou comercialização é realizada pelos próprios produtores que vendem direto ao consumidor, supermercados, restaurantes ou para atravessadores. A produção do Estado é direcionada para o mercado de Manaus, capital do Estado do Amazonas, que absorve parte significativa do pescado produzido em Rondônia.

É preciso, pois, impulsionar o setor da piscicultura na região com políticas públicas eficientes e eficazes voltadas para o desenvolvimento desse setor, e que no médio e longo prazos, os piscicultores venham contribuir para o desenvolvimento do Alto Solimões e, por conseguinte, contribuir na melhoria das condições socioeconômicas de muitas famílias que por décadas são cerceadas desse direito.

Para Prochmann (2003), a expansão dos canais de comercialização pode efetivamente dar suporte para uma melhor inserção de pequenos produtores rurais na piscicultura comercial. A continuidade da atividade nos pequenos empreendimentos vai depender cada vez mais da sua rentabilidade, que permitirá torná-la lucrativa e sustentável.

Portanto, a piscicultura na região necessita de assessoria diversificada que venha desenvolver estudos que identifiquem alternativas para elevar a produção dos pequenos empreendimentos, a fim de consolidar a atividade como fonte de renda para seus produtores.

## 4.2 Os obstáculos e impasses na cadeia produtiva da piscicultura

No Brasil, os registros de cultivo de peixes datam da invasão holandesa no Nordeste, no século XVIII. De acordo com Osthenshy; Borghetti e Soto (2008) as primeiras experiências foram realizadas pelos holandeses que construíam viveiros para cultivar peixes nas zonas litorâneas e passaram a praticar essa atividade em regime extensivo de produção. “Os viveiros eram abastecidos pela maré, que, além da água, trazia também peixes que ficavam aprisionados nesses locais e eram coletados quando atingiam o tamanho desejado” (IBIDEM, p.95).

A criação do primeiro órgão para tratar de questões vinculadas à pesca data de 1910 com a Inspetoria de Pesca, extinta em 1918. Cinco anos depois (1923) criou-se o Serviço de Pesca e Saneamento do Litoral, cujo enfoque era a pesca artesanal. No início de 1930, este órgão foi substituído pela Divisão de Caça e Pesca com foco nas ações direcionadas ao aumento da produtividade dos meios de captura, assim como dos próprios trabalhadores do setor.

A partir da década de 1930, a piscicultura brasileira passou a ganhar projeção internacional momento em que um pesquisador brasileiro, Rodolfo Von Hiering, desenvolveu uma técnica para induzir os peixes reofílicos a desovar em cativeiro (a chamada hipofisacção).

Foi na década de 1930 que a piscicultura brasileira começou a se destacar com o trabalho de pesquisadores brasileiros que estudaram o processo de liberação hormonal. Essa descoberta é a base da cadeia produtiva da piscicultura, é a matéria prima que origina o cultivo, comparando com a agricultura é a semente que inicia o plantio, sem essa semente não há desenvolvimento da atividade.

No início da piscicultura as sementes (matrizes) eram coletadas da natureza, ou seja, coletava-se os alevinos da natureza para colocar dentro dos viveiros, mas não era uma atividade sustentável na medida em que a atividade se resumia apenas em retirar espécies da natureza para colocar em cativeiro. O grande salto ocorreu quando os estudos de Rodolfo Von Hiering descobriram que trazendo um peixe para o cativeiro e alimentando-o de modo adequado, ele fica maduro sexualmente. Esse pesquisador verificou que o peixe produz ovos dentro do viveiro, mas ele não libera tais ovos por que no viveiro não tem o estímulo da migração.

De acordo com Marle Villacorta Corrêa, pesquisadora de a área de piscicultura, ouvida nesta pesquisa,

Todos os estudos que se fizeram levaram a produzir, por exemplo no nosso caso, o tambaqui, isso levou a produção em escala que permite o abastecimento para os produtores. A produção do tambaqui foi um grande

salto da ciência com relação a reprodução de peixes reofílicos. O que é um peixe reofílico? É um peixe que necessita fazer uma migração para completar seu ciclo reprodutivo. E são as quantidades dos nossos peixes comerciais, como o tambaqui, a curimatã, matrinhã, tem bagres também, etc., que necessitam fazer essa migração senão eles não desovam e tem locais específicos de desova, como nós temos na nossa linguagem regional, alguns peixes fazem a baixada para a desova, quer dizer eles descem o curso da água e desovam no encontro de águas, como a matrinhã. Mas se eles não fazem essa migração eles não desovam. Então aí existe um mecanismo hormonal que desencadeia através de estímulos ambientais se produzem hormônios de tal forma que em esta descida ele secreta esses hormônios que vão contribuir para que o peixe elimine seus produtos sexuais, tanto os ovos, quanto os espermatozoides, no caso dos machos. Por exemplo, no tambaqui, na matrinhã, no curimatã, isso não acontece num viveiro de piscicultura (entrevista/2016).

Osthenshy; Borghetti e Soto (2008), explicam que nessa mesma década, na região Nordeste, a piscicultura também começou a ganhar força a partir do povoamento de açudes públicos, construídos primariamente para armazenar água, mas que também se prestavam bem à exploração pesqueira pelas populações ribeirinhas. Na Amazônia a piscicultura assume papel relevante na segurança alimentar e no combate à pobreza, constitui-se em fonte vital de alimentos, ocupação de mão de obra e renda para as populações locais.

Conforme explica a nossa entrevistada Marle Villacorta Corrêa a piscicultura na região amazônica data da década de 1970 e teve início com o projeto *Max Planck*, quando vários pesquisadores passaram a se preocupar em compreender a biologia das espécies com potencial para a piscicultura. Isso estimulou muitos produtores a começar a investir na piscicultura, pois acreditavam que poderia se tornar uma atividade econômica e uma fonte de produção de alimento na entressafra, posto que na região existe uma entressafra de pescado. Na grande safra descartam-se muitos peixes os quais são devolvidos ao rio, mas na época da enchente a disponibilidade de peixe é menor, uma vez que as espécies migram para as áreas inundadas de igapós e várzeas, o que dificulta a captura dos peixes.

Lima (2005) assinala que existe no INPA uma Coordenação de Pesquisas em Aquicultura (CPAQ), que atua na realização de estudos voltados para a propagação artificial e ao cultivo de organismos aquáticos nativos da Amazônia, sobretudo de peixes, com o objetivo de gerar conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento da aquicultura na região. Essa coordenação é atuante desde 1976, a qual de forma pioneira vem realizando pesquisa nas áreas de biologia e cultivo de peixes nativos, atuando também na formação de profissionais de nível médio e superior nas áreas de biologia aquática e aquicultura. Para esta autora, “tendo como atividade a realização de pesquisas sobre a propagação artificial e o cultivo de organismos

aquáticos nativos da Amazônia, em especial, o cultivo de peixes; a Coordenação de Pesquisas em Aquicultura/CPAQ visa a geração de conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento da aquicultura na região amazônica” (IBIDEM, 2005, p.08).

A Lei n. ° 10, de 11 de outubro de 1962 estabelece a Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e, com a criação dessa autarquia, a pesca entra em sua fase industrial, com um período de institucionalização que vai até 1966. A partir de 1967 é instituído o novo código da Pesca através do Decreto-Lei n. ° 221 de 28/02/1967 e são estabelecidas as políticas públicas referentes à atividade pesqueira e à aquicultura através da concessão de incentivos à produção, cujo objetivo era de desenvolver a atividade e criar políticas voltadas às regulamentações, a fim de administrar os recursos pesqueiros (FALABELLA, 1994).

No Brasil a aquicultura passou a ser considerada estratégica somente a partir de 2003, quando foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR), que deu origem ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) em 2009. O MPA foi o órgão responsável pela implantação e desenvolvimento da política nacional pesqueira e aquícola brasileira o que fez com que o setor produtivo recebesse mais atenção e, assim, foi estabelecido um marco de governança adequado às suas necessidades.

No mesmo ano, com o apoio do MPA, criou-se a Embrapa Pesca e Aquicultura”, na cidade de Palmas, Tocantins, com o propósito de coordenar as iniciativas de pesquisa na instituição e operar como um centro de referência na geração de tecnologias para a aquicultura e pesca. Consequentemente, o tema se estabeleceu como pauta obrigatória na empresa, e as equipes passaram a trabalhar integradas por projetos de pesquisa em rede (ROCHA *et al*, 2013).

É fato que o setor aquícola brasileiro apresenta possibilidade de expansão, sendo, pois, seguramente promissor considerando as dimensões continentais brasileira. Trata-se de uma série de fatores naturais que favorecem o desenvolvimento da atividade nas diversas regiões do país.

O Brasil possui 7.367 km de costa; possui 5, 5 milhões de hectares em águas represadas; 3,5 milhões de hectares em águas represadas em reservatórios de hidrelétricas; apresenta clima preponderantemente tropical; é autossuficiente na produção de grãos; concentra 13, 8% de toda a água doce superficial do mundo disponível no planeta; a Bacia Amazônica é a maior bacia hidrográfica do mundo, com 3.984.467 km<sup>2</sup> em território brasileiro; apresenta abundância de água doce em praticamente todas as regiões do país; a maior disponibilidade de corpos de água está concentrada nas regiões Norte e Centro Oeste, que concentram cerca de 89% do potencial de águas superficiais do país, as especificidades regionais no campo socioeconômico e geográfico,

além de um mercado consumidor propenso aos produtos provenientes da aquicultura (OSTRENSKY; BORGHETTI e SOTO, 2008, p. 131).

Com relação a aquicultura no Estado do Amazonas o Secretário Executivo de pesca e aquicultura da Sepo-Septor que engloba a Secretaria de Pesca e Aquicultura, Secretaria Adjunta de Pesca e Aquicultura do Estado do Amazonas, Geraldo Bernardino, analisa a aquicultura no Estado com o uma atividade emergente que possui vantagem comparativa e depende de vantagens competitivas que incluem os insumos e tecnologia.

A aquicultura é uma atividade emergente no Estado, ela é na verdade uma atividade zootécnica, como toda atividade zootécnica, necessita de tecnologia, ela também depende de outros fatores que são os insumos e tecnologia apropriada e aí o Estado do Amazonas tem algumas atividades comparativas, mas também tem a necessidade de ter algumas vantagens competitivas. Vantagens comparativas, na verdade nós temos algumas vantagens que pouca gente tem, que é o caso da água, nós temos água em quantidade e qualidade, temos espécies nativas de alto valor comercial, como é o caso do nosso tambaqui, surubim, pirapitinga, matrinchã, pirarucu, etc. Agora logicamente, nós temos algumas necessidades de vantagens que o Estado não tem, que influi diretamente nos custos de produção e adoção de tecnologias, como é o caso da ração, o Amazonas não tem ingrediente para a formação de ração, como tem outros estados vizinhos, como é o caso de Mato Grosso e Rondônia, então a ração é um fator limitante na produção da aquicultura no Amazonas. (entrevista/2016).

O Estado do Amazonas dispõe de condições necessárias para o desenvolvimento da piscicultura, conforme Lima (2005, p. 05), “seus parâmetros ecológicos e biológicos são altamente favoráveis, reunindo assim as condições climáticas e a biodiversidade necessária para a criação de peixes”. Os recursos hídricos existentes na região é outro fator que favorece a execução da atividade. “Trata-se de um estuário de águas salobras, de águas doces e de lagos com vales interiores, o que fornece as condições ideais para a criação de peixes. Além disso, existem as espécies nativas que oferecem bom desempenho quando cultivadas, incluindo-se, entre estas, os peixes de produção alimentar e também os ornamentais”. (IBIDEM, 2005, p. 06).

Não obstante todo o potencial para o desenvolvimento da piscicultura no Estado, a sua produção é tímida, uma vez que não é suficiente para abastecer os principais centros consumidores do Estado, como Manaus, que consome o pescado advindo dos Estado de Roraima e Rondônia, como vimos anteriormente, significa dizer que a sua potencialidade é subaproveita. Solucionar os entraves da cadeia produtiva é um caminho necessário, haja vista os aspectos positivos capazes de promover o desenvolvimento do setor em todo o Estado.

A atividade piscícola é desenvolvida dentro da cadeia produtiva, portanto, o seu crescimento é processual, depende de infraestrutura e instalação, espécies de alto valor e dos insumos. Primeiro, precisa-se contruir as unidades de produção que pode ser viveiro ou tanque, depois a necessidade de equipamentos disponíveis para o desenvolvimento do negócio, por fim, deve-se dispor de alevinos e ração.

De acordo com Lima *et al* (2013), a piscicultura é uma atividade que deve ser planejada para poder obter bons resultados. Envolvem duas categorias de custos: os custos de implantação que englobam os gastos com todos os investimentos necessários para a infraestrutura e os custos de produção, responsáveis pelos gastos com todos os insumos e serviços utilizados diretamente na produção de peixes.

No caso de Benjamin Constant o insumo necessário é a ração que não tem disponível na região e precisa ser fabricada com ingredientes específicos como a soja e o milho, a falta desses ingredientes inviabilizou a produção e isso se tornou um entreve na cadeia produtiva. “E aí a necessidade de ter ingrediente específicos, os grandes Estados que produzem peixe se vocês observarem eles têm os ingredientes básicos que são a soja e o milho ou existem nas proximidades” (Geraldo Bernardino, entrevista/2016).

Para Osthenshy; Borghetti e Soto (2008) a ração é um problema não resolvido na cadeia da aquicultura brasileira na medida em que há uma diversidade de espécies cultivadas no país, com os mais variados hábitos alimentares e ambientes de vida, incluindo espécies de clima tropical, que é a maioria e as espécies de climas temperados e frios. “Essa diversidade leva à inviabilidade técnica e econômica para as empresas produzirem rações específicas para a grande maioria delas. Com isso, apesar de não faltarem empresas e produtos direcionados à aquicultura, a qualidade e principalmente o preço das rações ainda deixa a desejar” (IBIDEM, 2008, p. 166).

No tocante à dificuldade de aquisição desses ingredientes a preços acessíveis e, assim, poder garantir a produção da ração no próprio município, o nosso entrevistado, representante da Secretaria de Produção do Estado, Geraldo Bernardino propõe uma política de intercâmbio com os países vizinhos.

O milho e a soja poderiam ser adquiridos através de ação com países vizinhos, principalmente o Peru que tem esses ingredientes, tem milho, tem soja e uma piscicultura que vem crescendo. Eu faço uma discussão grande de trazer esse milho, a soja e outros ingredientes da ração do Peru. O Peru, inclusive, tem disponível grande quantidade de farinha de peixe, mas isso não saiu do papel. Esse é um dos maiores problemas da piscicultura em Benjamin Constant, enquanto não houver uma política de acesso aos países vizinhos ou uma

política de subvenção e subsídio para que a ração chegue lá a preço mais competitivo, nós vamos ter problemas nesse sentido (entrevista/2016).

A possibilidade de adquirir a soja e o milho no Peru é uma alternativa para solucionar o entrave da ração na cadeia produtiva de Benjamin Constant, o que contribuiria significativamente para a potencialização do pequeno produtor que não encontra espaço para se inserir no mercado devido aos baixos volumes produzidos decorrente da falta de recursos para custear o alto preço da ração vinda de Manaus ou de outros estados brasileiros. Para Geraldo Bernardino:

Devido ao aspecto relativo ao intermediário ser muito grande, então a ração além de chegar aqui num preço, ela tem uma intermediação para chegar lá altíssimo, então quando ela chega, já tem passado nas mãos desses intermediários, daí os elevados custos, e com certeza se pudesse pegar esses ingredientes nos países vizinhos ele chegava a um preço mais acessível (entrevista/2016).

A compra de insumos para a produção de ração em Benjamin Constant abre uma discussão entre Brasil e Peru sobre acordos comerciais que favoreçam economicamente os países vizinhos. A possibilidade de importar o milho e a soja do Peru é uma estratégia comercial que favorece os dois países, seria um meio pelo qual o pequeno produtor teria acesso a compra da ração por um preço menor.

Essa questão traz um outro debate que é o comércio ilegal de diversos produtos nessa região de fronteira, conforme visto anteriormente. Sobre esse assunto a nossa entrevistada comenta:

No Peru existe a farinha de peixe de diferentes qualidades e preços. Se isso é um insumo que forma parte também das rações para peixe, por que não se vê um mecanismo legal que favoreça o produtor e que seja, por exemplo, não se vai trazer tudo para Manaus fora de interesses empresariais, mas que favoreça também os pequenos produtores, então vamos trocar aquilo que cada um tem, como eu não posso porquê? Se tampar os olhos com a peneira existe lá na fronteira um comércio, mas que não é legal. Por que não legalizar isso? Se é uma coisa que nos favorece, a gente sabe que tem muito comércio que não é legal, que se compra coisas peruana, compra-se milho que vendem no mercado. De onde que veio esse milho? Não se sabe, não tem origem, mas eu compro milho, pimenta, tudo produto peruano, lá quase tudo é peruano. Então por que não pode trazer uma farinha de peixe? Não sei os mecanismos legais, mas por que não fazer alguma legalidade para beneficiar o produtor e colocar em funcionamento essa fábrica de ração? (Marle Villacorta Corrêa, entrevista/2016).

Marle Corrêa questiona as razões de não existir um comércio legal entre Brasil e Peru uma vez que há interesse em construir um projeto de intergração sul-americano, envolvendo o intercâmbio nas áreas com as quais o Brasil tem fronteira geográfica.

Para Castro (2010, p. 121), “os processos de integração entre sul-americanos são seguramente divergentes do ponto de vista do modelo adotado em cada país, embora haja interesses comuns em ter essas fronteiras integradas”. “As dinâmicas históricas e sociais nos mostram que por trás do projeto oficial de integração articulam-se grandes grupos privados em importantes interesses de mercado, coerentes com as relações de dominação atualmente hegemônicas” (IBIDEM, 2010, p. 120).

No âmbito desse debate, é preciso levar em consideração o discurso dos movimentos sociais que propõem alternativas voltadas para uma intergração solidária, equitativa e complementar entre as nações, primando pela defesa dos interesses e necessidades da população, considerando sua diversidade social e étnica (CASTRO, 2010).

Viu-se que a piscicultura em Benjamin Constant detém os mecanismos básicos para alavancar a produção com algumas medidas adotadas em formas de políticas públicas naquela região, uma vez que a tecnologia utilizada é basicamente a mesma que é utilizada em Manaus pelos produtores que detém as informações, uma infraestrutura instalada através das políticas de apoio às unidades produtivas.

De acordo com Silva (2003), as políticas públicas voltadas para o setor pesqueiro comportam uma visão fragmentada da realidade construída pelos gestores públicos nos governos brasileiros, encerrando uma visão reducionista nas interpretações da realidade. O problema também reside no fato de que as políticas públicas não se concretizam nas localidades distantes dos grandes centros, ou quando chegam, é de forma fragmenta ou descontínua.

No plano quinquenal de desenvolvimento da aquicultura brasileira (2015-2020) do MPA, a Amazônia Legal ocupa papel estratégico no desenvolvimento da piscicultura brasileira. Consta na página 39 do Plano que a aquicultura na região tem importância econômica para o desenvolvimento do país, a saber:

A Amazônia Legal tem extensão de aproximadamente 5.000.000 km<sup>2</sup>, representando cerca de 60% do território brasileiro. Essa região compreende nove estados que englobam 775 municípios e abrigam mais de 23 milhões de habitantes (12,8 % da população do país). A relevância econômica e a importância estratégica da região Amazônica para o desenvolvimento do país, aliadas ao potencial e a vocação para a pesca e a aquicultura levaram o MPA a propor diretrizes voltadas para o desenvolvimento do setor pesqueiro e aquícola na Amazônia Legal. A piscicultura tem se destacado no meio rural como uma das atividades que possui rentabilidade econômica, capacidade de

inclusão de grande número de produtores e baixo impacto ambiental. Assim, a piscicultura amazônica apresenta-se como alternativa de renda para pequenas, médias e grandes propriedades por proporcionar variadas opções de cultivo, produtos, ambientes e formas de comercialização, desde a produção de alevinos até a agregação de valor a produtos processados. Mantendo a floresta em pé e preservando os meios de vida da população desta região (MPA, 2015, p.39).

Embora se tenha uma política direcionada para o desenvolvimento da aquicultura na região amazônica, elas precisam se concretizar e superar fatores que limitam o crescimento da atividade, principalmente da piscicultura praticada nas localidades distantes dos grandes centros, como é o caso de Benjamin Constant que vivencia problemas de aquisição de insumos e comercialização da produção. Na região Norte, apesar dos avanços nesse setor, ainda se convive com problemas e restrições.

Geraldo Bernardino chama a atenção para o fato de que é preciso ampliar as estruturas produtivas dos empreendimentos e aproveitar melhor o potencial natural existente, a saber:

Em Benjamin Constant tem que ter viveiros de tamanho maiores por que tem terra e água constante, densidade de estocagem vasta no sentido de ter retorno. Então, trabalhando com viveiro na menor densidade o peixe aproveitava a alimentação natural, no mesmo período se tirava um peixe de maior tamanho e com a conversão alimentar menor, produzindo o que tem lá dentro que é o alimento natural (entrevista/2016).

Bernardino salienta a importância das boas técnicas de manejo como forma de solucionar a maior parte dos efeitos negativos que ocorrem durante o processo de criação de organismos aquáticos. De acordo Ostrenski (1998, p. 17), existem vários tipos e níveis de manejo de viveiros que podem ser aplicados em piscicultura. “Quanto maior for o nível de manejo aplicado, maior será o número de peixes que poderá ser povoado por metro quadrado e, portanto, maior a possibilidade de aumento da produção, da produtividade e da receita do produtor”.

Dentro do sistema de cultivo utilizado pelos piscicultores de Benjamin Constant possível obter bons resultados utilizando como alimentação tanto a ração, como o alimento natural presente na água.

Focken *et al* (2000) explicam que em sistemas de cultivo em viveiros, utilizam-se fertilizantes para aumentar a produção natural de alimento que compõe a dieta dada ao peixe. Esse método é aplicado com a finalidade de alcançar melhores índices econômicos nesse sistema por meio da criação de espécies que utilizam o alimento natural presente na água,

minimizando o gasto com ração que sabidamente engloba de 60 a 70% do custo produtivo. São técnicas que vem sendo utilizadas com resultados positivos.

Na piscicultura existe muita informação e conhecimento que precisam ser disseminados e que poderão ser adotados por diferentes instituições, contribuindo para o fortalecimento da comunidade científica com aplicação para o setor produtivo. Isto poderá promover o avanço do setor aquícola como um componente importante do agronegócio nacional (ROCHA *et al*, 2013).

Na região do Alto Solimões não há uma piscicultura desenvolvida, o que existe é basicamente uma atividade pesqueira e já começa apresentar problemas de sobrepesca. Há a entressafra que reduz a oferta de peixes e elevam-se os preços, então a piscicultura entra como a grande alternativa, não só para ajudar nessa produção de alimento, mas também para que o pescado esteja disponível às populações locais a um preço mais acessível.

A implantação de um sistema de produção na piscicultura resultaria num produto (peixe) padronizado com um preço padronizado, a existência do custo de produção (ração) eliminaria as oscilações que ocorre com o peixe oriundo da pesca tradicional. Na safra o peixe é muito barato devido a quantidade ofertada no mercado, enquanto que na entressafra elevam-se os preços em função da escassez. Resolvido o problema da ração, ter-se-ia um peixe mais padronizado e eliminaria as grandes variações presentes na pesca.

Uma outra proposta consiste em se trabalhar a produção de milho nas áreas de várzea, haja vista a sua alta produtividade, sem deixar de considerar a questão ambiental. A própria comunidade produziria o milho que é um dos ingredientes utilizados na produção da ração, posto que existe uma fábrica com todos os equipamentos necessários para se produzir ração de alta qualidade. Poderia, também importar ingrediente vindo dos países vizinhos, basicamente com grande quantidade de ingredientes vindo de fora, como se faz em alguns lugares e com as fábricas de Manaus que operam com ingredientes do Mato Grosso e Rondônia.

É preciso aproveitar como potencial de crescimento a infraestrutura existente, bem como os investimentos feitos na área de capacitação e treinamento de pessoal. As técnicas apreendidas com capacitação específica através de orientação profissional sobre as práticas mais adequadas aos processos de manejo reprodutivo, alimentar e sanitário dos peixes permitirão aliar boas margens de lucro à qualidade dos pescados, baixo custo de produção e sustentabilidade (OSTRENSKI, 1998).

O consumo de pescado cresce no mundo inteiro e os estoques naturais de peixes no mundo não dão conta de prover a demanda de consumo. As expectativas com relação a pesca

são pouco otimistas, pois os estoques naturais estão diminuindo e seu processo de reposição e recuperação é lento, além disso muitas espécies de peixes nativos estão sendo extintas devido a pesca predatória. As projeções da FAO para o setor aquícola apontam saída para abastecer a demanda em favor do consumo de peixe no mundo inteiro. O mundo produziu 148,3 milhões de toneladas de pescado em 2010, sendo que 128 milhões de toneladas foram destinadas ao consumo humano, uma média de 18,4 kg *per capita*.

Para Rocha *et al* (2013), a tendência da piscicultura é aumentar ainda mais nas próximas décadas. Conforme esses autores,

A demanda por produtos à base de pescado deve aumentar nas próximas décadas, seja por razões socioeconômicas, de saúde ou religiosas. Essa tendência vem sendo observada e, atualmente, quase metade da produção de pescado já é originada da aquicultura. Assim, o aumento do consumo *per capita* de pescado será cada vez mais dependente da disponibilidade dos produtos da aquicultura e sua capacidade de adequação às exigências do mercado consumidor (IBIDEM, 2013, p. 02).

Sidonio *et al* (2012), salientam que o pescado é a carne mais demandada no mundo inteiro, é também a que possui maior valor de mercado. Seu consumo está associado a fatores culturais e níveis de renda. De acordo com a FAO e levando-se em conta o aumento populacional serão necessários no mínimo 100 milhões de toneladas adicionais para se manter a média de consumo *per capita* atual em 2030, aumento este que deverá ser suprido essencialmente pela aquicultura, o que contribuirá para a inserção do Brasil no mercado internacional.

Para Kubitzka (2010, p. 16):

O pescado é a proteína animal mais consumida em todo o mundo, principalmente entre as populações mais pobres do planeta. Anualmente cerca de 95 milhões de toneladas são capturadas via pesca e mais 70 milhões são produzidas na aquicultura. Em 2050 a aquicultura precisará produzir cerca de 210 milhões de toneladas de pescado para atender a demanda mundial.

Nesse cenário, o Brasil tem condições de se sobressair como um dos principais produtores aquícolas<sup>42</sup> do mundo. De acordo com Scorvo Filho *et al* (2010), a cadeia de

---

<sup>42</sup> A produção aquícola envolve o cultivo não só de peixes, mas também de crustáceos, como o camarão ou lagosta, moluscos, como o polvo e a lula, algas e outros organismos que vivem em ambientes aquáticos. Enquanto que a piscicultura refere-se ao cultivo de peixes em locais conhecidos como viveiro, açude, reservatório, alagado ou tanque.

produção da aquicultura no Brasil compõe-se dos segmentos: insumos e serviços, sistemas produtivos, setores de transformação, de comercialização e de consumo, além dos ambientes organizacional e institucional. Diante da grande interdependência destes segmentos, para o alcance de maior produtividade, é necessário que sua atuação seja integrada e que tenha o apoio das atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

A piscicultura em Benjamin Constant é uma atividade de grande importância econômica e social para a região do Alto Solimões e pode também vir a ser para o Estado, pois é uma atividade que contribui com a geração de renda às pessoas envolvidas no processo, como os pequenos proprietários rurais, os pescadores, as comunidades indígenas, entre outros. Mas, o seu desenvolvimento depende de ações estratégicas para superar entraves técnicos e científicos que impedem esse crescimento.

A presença do Estado é imprescindível no processo de consolidação da piscicultura na região, agindo com políticas públicas que atendam as demandas, principalmente dos pequenos produtores que buscam nessa atividade um potencial econômico para a região do Alto Solimões. Para Hofling (2001), as políticas públicas devem ser compreendidas como responsabilidade do Estado. O Estado deve ser um agente indutor do desenvolvimento, capaz de dar respostas ágeis e de qualidade às demandas postas e ele (TORRES, 2012).

Nesta região o desenvolvimento de políticas públicas para a piscicultura deve-se voltar para atender as exigências das demandas locais, a fim de fortalecê-las, seja por meio da produtividade ou qualidade dos produtos. A falta políticas públicas efetivas e contínuas representa um entrave para o progresso da atividade piscícola em Benjamin Constant, de tais políticas depende o desenvolvimento da piscicultura, sobretudo, a piscicultura praticada pelos pequenos produtores que tem a perspectiva de aumentar sua renda e melhorar as condições de vida de suas famílias, cabendo aos governos incentivar e desenvolver esta atividade.

### 4.3 A possível reinvenção dos piscicultores através da economia solidária

A economia social tem suas raízes no cooperativismo<sup>43</sup> de onde originou o conceito Economia Solidária. Nasce num contexto de grandes mudanças sociais e econômicas, quando

---

<sup>43</sup>A Economia Social tem sua gênese na Europa do século XIX. Singer (2004) denominou de cooperativismo revolucionário e seus primeiros idealizadores foram os chamados Socialistas Utópicos, Owen e Saint Simon. Posteriormente, as experiências de cooperativismo foram se espalhando na Inglaterra e nos Estados Unidos, onde foram criadas várias aldeias e cooperativas. Neste período nasceu a mais famosa cooperativa de consumo, a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochedale, de onde se estabeleceu uma carta de princípios que até hoje inspira o cooperativismo e sua legislação no mundo inteiro.

na segunda metade do século XVIII, tem início na Inglaterra a mecanização industrial. Desse fato decorre o deslocamento da acumulação de capitais da atividade comercial para o setor da produção. Não obstante as mudanças socioeconômicas, esse novo cenário que se apresentava possibilitou o desaparecimento das relações e práticas feudais que ainda existiam e, por conseguinte, a implantação definitiva do modo de produção capitalista.

A mecanização do setor produtivo desencadeado pela gradativa sofisticação das máquinas elevou a produção e a geração de capitais. O capital acumulado era revestido em novas máquinas que impulsionava cada vez mais a produção e geração de capitais, os quais eram reaplicados em novas máquinas que levaram primeiramente à mecanização do setor têxtil e posteriormente, o setor metalúrgico. Isto resultou na produção em série e na expansão dos transportes.

O novo sistema de produção em ascensão trouxe consequências graves para a classe trabalhadora que vivia uma realidade de pobreza e exploração do trabalho. Os trabalhadores eram submetidos a uma jornada de 17 horas diárias, sem nenhum amparo de benefícios sociais. Apresentava-se um cenário de desemprego, fome, carestia e miséria, o que motivou alguns pensadores econômicos a buscarem novas formas de se contrapor a esse sistema de exploração. Assim nasce o cooperativismo, com os socialistas utópicos. Em 1844, em pleno regime de economia liberal, é fundada a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale (*Rochdale Society of Equitable Pioneers*), em Manchester na Inglaterra, associação esta que mais tarde seria chamada de Cooperativa (REIS JÚNIOR, 2006).

De acordo com Cult (2010), o cooperativismo preocupou-se com o aprimoramento do ser humano nas suas dimensões econômicas, sociais e culturais. É um sistema de cooperação que aparece historicamente junto com o capitalismo, mas é reconhecido como um sistema mais adequado, participativo, democrático e mais justo para atender as necessidades e os interesses específicos dos trabalhadores, por meio do processo coletivo de trabalho.

A economia solidária é uma nova modalidade de trabalho que busca fazer frente às altas taxas de desemprego e responder à crise do mundo do trabalho, num contexto de profundas mudanças sociais.

Na década de 1970 assistiu-se a uma nova crise do capital nos países de capitalismo avançado com forte retração do emprego com o fechamento de fábricas e o desemprego em massa, gerando um quadro caótico à classe trabalhadora.

Nos países em desenvolvimento ocorreram profundas transformações no mundo do trabalho, sobretudo a partir de 1989. Essas mudanças atingiram fortemente os trabalhadores que se viram excluídos do processo produtivo em sua ampla maioria. “Foram tão intensas as

modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade, e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser” (ANTUNES, 2013, p. 33).

O novo sistema em vigor de flexível assenta-se numa racionalização que leva as grandes empresas a utilizarem a ferramenta de gestão da qualidade, típica do modelo toyotista de produção, conhecida como *downsizing*, o qual interferiu no achatamento das grandes estruturas organizacionais das empresas. Resultou na redução do número de trabalhadores fixos, substituídos por mão de obra terceirizada facilmente encontrada no mercado de trabalho, de modo que acarretou mudanças significativas nos mais variados segmentos da economia. Tais mudanças visavam maximizar o uso dos recursos e racionalizar os sistemas produtivos recorrendo ao processo de terceirização.

Harvey (2005) considera essas características da acumulação flexível um tipo de organização aprimorada do capitalismo, sendo, pois, dois fatores responsáveis por essa organização: a informação e a internacionalização do mercado financeiro. O principal objetivo da acumulação flexível apontado pelo autor é a flexibilização dos mercados de trabalho, das relações de trabalho, dos mercados de consumo, as barreiras comerciais e o controle da iniciativa privada pelo Estado.

Diante desta realidade surgiram inúmeras iniciativas voltadas para a busca de alternativas que amparassem os trabalhadores excluídos do mercado e do emprego. Nasce como propostas a criação de empresas autogeridas, ou seja, administradas pelos próprios trabalhadores com o apoio de alguns sindicatos progressistas.

Lechat (2002, p. 125) assinala dizendo que:

Os inúmeros movimentos sociais e étnicos trouxeram uma nova visão do social, da sua relação com o econômico e da relação do homem com o meio-ambiente. A queda do muro de Berlim, símbolo do fim de uma utopia, levou à produção de novas utopias compostas por comunitarismo, solidariedade e voluntarismo [...]. Numerosos pesquisadores, principalmente economistas e sociólogos, entusiasmados com esta nova realidade, produziram novas teorias para estudar tais fenômenos.

A Economia Solidária emerge no Brasil nesse cenário de redução dos postos de trabalho assalariados, cujo desemprego atingia fortemente a classe trabalhadora. Pochmann (2001), evidencia que o Brasil, nos anos 1990, experimentava a mais grave crise do emprego de toda sua história, inclusive superando até mesmo a transição do trabalho escravo para o

assalariado e a depressão econômica de 1929. O movimento de desestruturação do mercado de trabalho revelava a natureza e a dimensão da crise.

Foi a partir de 1995 que o conceito de Economia Solidária ganhou força no Brasil, instigado pela Central Única dos Trabalhadores – CUT, em conjunto com o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia – o COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade de São Paulo. Essas instituições criaram naquele momento um organismo denominado UNITRABALHO – Fundação Interuniversitária de Estudo sobre o Trabalho que, juntos, buscaram pensar alternativas para fazer frente ao cenário do desemprego no país. O professor Paul Singer da Universidade de São Paulo – USP, foi o intelectual responsável pela elaboração deste conceito no Brasil<sup>44</sup>.

Para Singer (2002, p. 115), “a economia solidária foi concebida pelos utópicos<sup>45</sup> como uma nova sociedade que buscava unir a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social”.

Nos anos de 1990 o Brasil vivenciou grande crise e intensas transformações em decorrência da adoção do modelo econômico neoliberal. As modificações resultaram nas altas taxas dos níveis de desemprego, exigências de qualificação profissional posta à força de trabalho, desencadeamento do processo de terceirização e excessiva rotatividade da mão de obra.

Conforme explica Pochmann (2008, p. 69), “durante a década de 1990 a desestruturação do mercado de trabalho foi mais evidente. Um dos principais aspectos disso foi o significativo aumento do desemprego e do desassalariamento, provocado pela contenção dos empregos com registro em relação ao total da ocupação”.

Ressalte-se que a economia solidária ganha maior capilaridade a partir de 2003 com a criação do Ministério do Trabalho, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando foi instituída a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Essa iniciativa visou fortalecer a dimensão estratégica da economia solidária como modelo que vinha contribuir no desenvolvimento do país.

Nesta perspectiva a economia solidária é apresentada como um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário, direcionado a uma organização econômica com o intuito principal de reduzir as carências econômicas acirradas pelo desemprego e promover o

---

<sup>44</sup> Sobre este assunto sugere-se a leitura do livro de Celso Augusto Tôres do Nascimento intitulado A força do trabalho cooperativado em Manaus. Manaus: Edua, 2013.

<sup>45</sup> Robert Owen, William King, Saint Simon e Charles Fourier são considerados os maiores expoentes do Socialismo Utopico.

desenvolvimento humano e social (II CONAES/2010). A economia solidária nos últimos anos vem acumulando experiências de formação, produção, trabalho, consumo e comercialização que valorizam o trabalho associado.

O II Congresso Nacional de Economia Solidária–CONAES, define esse movimento da seguinte forma:

A economia solidária é um movimento que organiza a produção de bens e de serviços, o acesso e a construção do conhecimento, a distribuição, o consumo e o crédito, tendo por base os princípios da autogestão, da cooperação ... visando ... à distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, ao desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, ao respeito aos ecossistemas e preservação ao meio ambiente, à valorização do ser humano, do trabalho, da cultura, com o estabelecimento de relações igualitárias entre diferentes, em relação a: gênero, raça, etnia, território, idade e padrões de normalidade (II CONAES, 2010, Documento Final, p.20).

O cenário histórico-conjuntural da reestruturação produtiva propiciou o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil que vem se transformando numa alternativa viável para aqueles trabalhadores que, nos últimos tempos, passaram a integrar as estatísticas dos excluídos do mercado de trabalho.

De acordo com Gaiger (1996) os empreendimentos solidários buscam combinar eficiência e viabilidade através das práticas dos princípios cooperativos e democráticos, aplicando a autonomia de gestão com responsabilidade e envolvimento social, a fim de obter resultados econômicos por meio da educação, qualificação profissional e cultura solidária. Ou seja, através da cooperação, da autogestão e do envolvimento social é possível garantir a reprodução da vida prescindindo do fluxo do capital.

São empreendimentos formados, predominantemente, por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda que encontram no trabalho cooperativado estratégias de sobrevivência. “A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar), marginalizados do mercado de trabalho” (SINGER; 2003, p. 13).

A lógica solidária é apostar nas virtudes da cooperação em obter ganhos de produtividade que viabilizem a baixa dos preços para enfrentar a concorrência, sem prejudicar os trabalhadores. O pressuposto aqui é que a cooperação entre patrões e empregados pode ensejar inovações que elevam a produtividade, preservando os empregos e a remuneração dos trabalhadores. A experiência dos distritos industriais confirma a veracidade deste pressuposto. Mediante estreita cooperação entre empregadores e empregados e entre as firmas, as PMEs foram capazes não só de preservar suas posições nos mercados, mas até

de ampliá-las. O que teve como contrapartida partilha dos ganhos com os trabalhadores, sob a forma de melhoria contínua das condições de trabalho e emprego (IBIDEM, 2004, p. 18).

O trabalho é intrínseco à existência do homem, sendo, pois, através dele que o homem se realiza como ser social. Smith na sua obra *A Riqueza das Nações* de 1776 defende que no primeiro estágio da humanidade, aquele que antecede a propriedade e a existência do capital, cabia ao trabalhador todo o fruto advindo do seu trabalho.

A partir do momento em que houve a apropriação da terra e da propriedade por parte dos detentores do poder consignado na nova burguesia, o trabalhador passou a se deparar com uma nova realidade. Todo o fruto do seu trabalho não lhe pertencia mais, restava-lhe somente uma parte do resultado do seu trabalho pago em forma de salário, enquanto que a outra parte foi revertida em lucro para o dono do capital, denominada de mais-valia.

Marx (1984, p. 105) preconiza que “a produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem que produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital”.

O dono do capital adotava estratégias para reduzir ou barrar o salário como meio de reduzir os custos de produção com vistas a manter ou aumentar suas taxas de lucro. Para Smith a obtenção da riqueza e o lucro do dono do capital são provenientes do trabalho que ele oferta no mercado, transfere para o trabalhador um acréscimo de valor à mercadoria que vai além do preço real do trabalho. Em outras palavras, o trabalhador deverá produzir um valor superior ao valor do seu trabalho para poder obter lucro, o resultado excedente do trabalho que deverá pagar o salário e elevar o lucro do capitalista.

Essa relação de apropriação do trabalho do homem pelo capital foi duramente criticada por Marx que denominou de *mais valia* convertida em lucro, como vimos acima. Para Smith isso não se caracterizava como exploração do trabalhador, trata-se tão somente de justa remuneração do capital como fator de recompensa necessária, uma vez que não basta apenas o trabalho para produzir os bens. Na concepção de Smith a divisão do trabalho requer a participação do capital e o proprietário precisa de uma renda, que se distinga do salário, em troca do trabalho de inspecionar e dirigir.

Os estudos de Smith foram fundamentais para o desenvolvimento do pensamento de Marx no tocante à fecunda análise sobre a mais valia e sobre o conceito e diferenças entre trabalho e força de trabalho.

De fato, para Marx (2004), o trabalho é uma atividade fundamental na vida do homem, é condição para a sua existência social, diferente da forma como pensavam os gregos e o cristianismo antigo os quais viam o trabalho como castigo e maldição divina resultante do pecado original.

Antunes (2013, p.168), assinala que “o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho, na sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”.

A economia solidária assenta-se nesses pressupostos do pensamento marxiano na medida em que se constitui numa atividade de trabalho livre dos trabalhadores homens e mulheres que, de forma inteligente, gestaram e organizaram essa forma estratégica de sobrevivência e geração de renda.

Para Marx (2004), o trabalho nas sociedade capitalistas foi estabelecido pelas relações de exploração em que a classe operária vende sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção. É assim que o trabalho deixa de ser livre na relação entre homem e natureza, perde o nexos de satisfação humano-espiritual para atender somente a realização das necessidades humanas, assume características de um trabalho alienado, sem controle da sua produção e da sua força de trabalho, um esforço humano que virou mercadoria. A força de trabalho torna-se mercadoria cujo objetivo consiste em gerar novas mercadorias e multiplicar o capital, isto é, deixou de ser elemento de primeira necessidade de realização do homem para se converter num meio de valorização do capital. A mão de obra transforma-se em mercadoria e o trabalho alienante torna-se um estranho no meio à sua existência individual.

A lógica da economia solidária caminha em oposição à do mercado globalizado que persegue o lucro máximo e desconsidera as questões não econômicas. É um movimento que busca a organização e a produção de bens e serviços como resultado do fruto do trabalho do homem que se exterioria como ser social.

O trabalho está presente nas manifestações culturais dos povos tradicionais cujo significado transveste-se num bem social coletivo que garante a sobrevivência do grupo familiar, sem a pretensão de produzir excedente gerador de riqueza como é produzido nas sociedades moderno-capitalistas.

Para Castro e Dias, (1978, p.169), o trabalho do homem amazônico está interrelacionado com os elementos da natureza, a terra, a floresta e os rios que orientam a sua vida:

O trabalho é, em primeiro lugar, um processo entre a natureza e o homem, processo em que este realiza, regula e controla mediante sua própria ação, seu intercâmbio com a natureza. Neste processo o homem se defronta, como um poder natural, com a matéria da natureza. Põe em ação as forças naturais que formam seu corpo, seus braços e pernas, cabeça e mãos, para poder assimilar, de forma útil para sua própria vida, a matéria oferecida pela natureza. E, ao mesmo tempo que atua sobre a natureza exterior e a transforma, transforma igualmente sua própria natureza, desenvolvendo suas potencialidades latentes e submetendo o jogo de suas forças à sua própria disciplina.

O cotidiano do homem amazônico envolve uma íntima relação com a mata e o rio de onde ele retira os produtos de sua base alimentar utilizando os meios de produção de caráter artesanal.

Os cronistas do Século XVI dão conta da existência da fartura de alimentos que abastecia as aldeias, os indígenas utilizavam as próprias técnicas de conservação de alimentos, de cultivos, as quais estavam associadas às oscilações dos fenômenos naturais como as enchentes dos rios, realizando a colheita de seus plantios antes das cheias.

Para o homem amazônico o rio exerce uma função social, é quem comanda a vida, como preconiza Tocantins (1973), embora esta situação seja dinâmica e dialetizante, sem cair no romantismo reducionista. Para Tocantins (1973, p. 280) “o homem e o rio são os dois mais ativos agentes da Geografia humana da Amazônia. O rio enchendo a vida do homem de motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos na vida regional”. Os regimes das águas dos rios da Amazônia exercem forte influência no modo de vida de seu povo e determina as condições de sobrevivência. Conforme Tocantins (1973, p. 278),

O rio, sempre o rio, unido ao homem, em associação quase mística, o que pode comportar a transposição da máxima de Heródoto para os condados amazônicos onde a vida chega a ser, até certo ponto, uma dádiva do rio, e a água uma espécie de fiador dos destinos humanos. Veias do sangue da planície, caminho natural dos descobridores, farnel do pobre e do rico, determinante das temperaturas e dos fenômenos atmosféricos, amados, odiados, louvados, amaldiçoados, os rios são a fonte perene do progresso, pois sem ele o vale se estiolaria no vazio inexpressivo dos desertos. Esses oásis fabulosos tornaram possível a conquista da terra e asseguraram a presença humana, embelezaram a paisagem, fazem girar a civilização – comandam a vida no anfiteatro amazônico.

A economia solidária supõe a construção de uma nova cultura, solidária, democrática e autônoma no âmbito econômico, político, social e cultural da vida dos trabalhadores partícipes desta modalidade de inserção econômica.

A categoria trabalho e o debate sobre a organização coletiva dos trabalhadores constituem-se numa nova cultura em sociedade. As Associações e Cooperativas assumem papel relevante como alternativa de inclusão na economia de mercado. Elementos existentes na economia solidária como a cooperação e a solidariedade permitem reunir recursos e experiências que remetem para resultados eficazes e viáveis.

De acordo com um dos sujeitos ouvidos neste estudo,

Tem que se investir em associativismo e cooperativismo por que sozinho ninguém consegue nada. O pequeno produtor tem que ter produção, por exemplo para que ele faça um contrato com uma rede de supermercado é preciso que ele tenha condições de abastecer, ninguém vai fechar contrato com alguém que não vai poder cumprir esse contrato. Aí tem que se organizar, tem que ter muitos para produzir e abastecer, mas isso tem que ter um trabalho pensado no associativismo, cooperativismo, de capacitação pesada das pessoas. É preciso pensar no produtor através de uma política que tenha continuidade, num nível de desenvolvimento de um povo que precisa. Eu enxergo a coisa assim é muito difícil trabalhar, mas eu acho que temos que fazer a nossa parte dentro daquilo que você acredita, não sair dos seus objetivos (Marle Villacorta Corrêa, entrevista/2016).

No Brasil surgem diversas iniciativas voltadas para a economia solidária e popular, seja na cidade ou no campo, essas experiências vêm se destacando como novo potencial de enfrentamento ao processo de exclusão social vigente pautado na lógica do mercado global, sob a égide das políticas neoliberais. A economia solidária busca dar resposta à crise do emprego assalariado buscando reinventar formas de trabalho como, por exemplo, organizando a produção associativa, o consumo solidário e justo sob diversas modalidades de empreendimentos. Esses empreendimentos solidários passam por fora da lógica capitalista das relações de trabalho e acesso à renda.

As pessoas que não integram o mercado de emprego reúnem saberes e força de trabalho e juntas formam em todo o país grupos ou associações produtivas, chegando a formar empresas prestadoras de serviços.

Frente ao cenário histórico-conjuntural da crise do emprego contratual que nas últimas décadas excluiu um contingente de trabalhadores o Brasil recuperou o ânimo da economia a partir de 2003 com o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando há uma retomada do emprego formal, permitindo maior poder de compra e desenvolvimento social dos trabalhadores (POCHMANN, 2008). Não obstante, esse tempo histórico exige que o sujeito se forje e reinvente novas estratégias que lhes garanta oportunidades e criem outras formas de trabalho autossustentáveis.

Para o pequeno piscicultor de Benjamin Constant a proposta de economia solidária é fundamental na medida em que se apresenta como estratégia viável forjada pelos próprios trabalhadores a fim desenvolver uma piscicultura popular. Isto permitirá dinamizar seus empreendimentos e, por conseguinte, produzir em volume para competir no mercado, levando à promoção do homem amazônico.

Para Paulo Xavier, capuchinho ouvido nesta pesquisa,

Temos que pensar em novas possibilidades para as pessoas poderem caminhar, todos somos responsáveis por promover caminhos que possam se adequar dentro de um projeto de uma economia eficiente, responsável, considerando várias situações que nós vivemos, seja do mercado, seja da política. Agora se percebe que tem várias iniciativas, mas que não dão certo, porque falta a questão administrativa, a gestão, é uma questão mesmo de gerencia, de querer, digo assim por que a vocação das pessoas de Benjamin Constant é uma vocação bonita com relação a piscicultura, temos áreas se detém pra isso. Com os trabalhadores organizados temos como produzir em escala, superar outras situações como o transporte e comercialização, então falta isso e um olhar mais carinhoso do governo, assim podemos transformar essa realidade que nós vivemos por aqui (entrevista/2015).

O nosso entrevistado chama a atenção para uma reflexão sobre a construção de um novo projeto de sociedade, para além do modelo do capitalismo global, altamente excludente, pois o que importa são as leis do mercado. É possível avançarmos em termos de novas alternativas de trabalho e renda frente à retração do trabalho contratual.

No âmbito da economia solidária tem-se a oportunidade de se construir e vivenciar experiências a partir de uma nova cultura nas relações mediadas pelo trabalho associativo, produzindo novos significados, novos valores, originando novos sentidos do trabalho, da produção e do consumo. É uma cultura pautada numa vertente solidária, em que a igualdade e a democracia são os princípios norteadores que nasce no cotidiano de organizações economicamente solidárias (OLIVEIRA, 2006). Para este autor, a “igualdade responde pela necessidade de justiça e a equidade na distribuição das grandezas obtidas, e a democracia, pela distribuição equânime de direitos e responsabilidades a cada um dos membros, indistintamente” (IBIDEM, 2006, p. 19).

De acordo com Singer (1999), a economia solidária envolve um conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito organizado por princípios solidários, espalhados por diversas regiões do país e que aparecem sob diversas formas: cooperativas e associações de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, clubes de trocas, bancos do povo e diversas organizações populares urbanas e

rurais. Desenvolvem principalmente atividades econômicas, como plantio, beneficiamento e comercialização de produtos primários, prestação de serviços, confecções, alimentação, artesanatos, entre outras.

Estudos realizados e organizados por Márcio Pochmann<sup>46</sup>, na cidade de São Paulo, sobre uma nova educação para o trabalho, dão conta de que as estratégias da economia solidária juntamente com as políticas sociais de inclusão social, podem mudar a vida de milhares de pessoas à margem do mercado de emprego.

No Amazonas, estudos como os de Torres (2010) e Silvam (2010) em comunidades tradicionais do baixo Amazonas sobre organização de trabalhadores em empreendimentos com base solidárias apresentam experiências exitosas de inclusão social e cuidado com o meio ambiente<sup>47</sup>. São “demonstrações bem-sucedidas de economia solidária e superação de dificuldades aparentemente insuperáveis” (SILVAN, 2010, p. 117).

Nesse contexto insere-se também o trabalho da Associação de Mulheres Artesãs Ticuna de Bom Caminho, no Alto Solimões, retratados por Torres (2010), a qual considera que “o artesanato apresentou-se como uma excelente alternativa para o desenvolvimento sustentável local. A economia solidária foi a forma encontrada para gerar renda aos moradores da comunidade Bom Caminho” (IBIDEM, p. 201-202).

Em Manaus a economia solidária encontra terreno fértil na medida em que homens e mulheres buscam diferentes formas de obter renda que garanta a sua sobrevivência e de seus familiares. De acordo com Nascimento (2013) vem crescendo o número de empreendimentos solidários em Manaus e no Amazonas. Para este autor,

[...] as iniciativas cooperativadas vêm crescendo aos poucos, mas já existe um espaço garantido e passos importantes foram dados em direção à economia solidária. Cresce a cada dia o número de mulheres que buscam colocar-se no mercado informal, pela via da economia solidária, formando grupos que trabalham com artesanato, velas, reaproveitamento de resíduos sólidos e industriais, e muitos outros produtos que passam por processos de retransformação na indústria caseira (IBIDEM, p. 212).

---

<sup>46</sup> Sobre este assunto sugere-se a leitura do livro intitulado: Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade: Novos caminhos para a inclusão social. Márcio Pochmann (Org.). São Paulo: Editora Cortez, 2002.

<sup>47</sup> Sobre este assunto sugere-se a leitura do texto de Denison Silvam intitulado: Amazonas dá exemplo de economia solidária. In: TORRES, Iraildes Caldas (Org.). As Malhas do Trabalho e da Economia Solidária no Brasil. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

Esses empreendimentos vêm se constituindo como alternativas de inclusão social e resposta à crise do trabalho assalariado. Para Torres (2010, p. 204), “a estratégia do associativismo como forma de criação de postos de trabalho vem ganhando espaço nas políticas públicas”.

Apesar das inúmeras experiências vividas por diversos grupos de trabalhadores que se uniram em diferentes setores e formas organizativas que levaram a emancipação socioeconômica, através de uma cultura solidária, deve-se reconhecer que não é fácil desenvolver um projeto nesta modalidade, uma vez que estamos envolvidos num contexto onde prevalece a competição e o individualismo do mercado de concorrência.

Em nossa pesquisa identificamos algumas dificuldades para ser concretizado um projeto social no âmbito da economia solidária na Associação dos Piscicultores de Benjamin Constant. Vimos anteriormente que, dentre os 138 piscicultores associados somente 10% conseguem produzir para o mercado, isso configura uma tendência ao individualismo, prevalecendo a lógica do capitalismo que prima por resultados imediatos no trabalho, além da ausência de diálogo ancorado no debate coletivo. Esses fatores impedem a abertura para o entendimento entre os trabalhadores envolvidos e o fortalecimento dos pequenos piscicultores que não conseguem se organizar de forma associativa/ cooperativa.

Nesta perspectiva a economia solidária por meio do cooperativismo pode ser o caminho que os piscicultores podem trilhar para assegurar a inserção no mercado piscícola, tendo em vista que o cooperativismo “é um modelo de inserção econômica que põe o homem na centralidade do processo produtivo, cujo cariz criador e recriador da hominização assume a perspectiva de constructo humano. A forma de organização do trabalho consignada na cooperativa é a mais representativa da economia solidária”(NASCIMENTO, 2016, p. 40).

É preciso aproveitar o espírito comunitário presente no ethos dos povos tradicionais, no modo de vida das comunidades da Amazônia. Para um dos sujeitos ouvidos na nossa pesquisa, é preciso estimular e envolver as pessoas como outrora se fazia através dos puxiruns. Ouçamo-no:

Precisamos estimular o nosso trabalhador e entusiasamá-lo para uma consciência cooperativista, isso está se perdendo. Precisamos voltar a ter o espírito comunitário, o espírito participativo. Eu cheguei a ser convidado pelo governador Iris Resende de Goiás para ministrar palestras, queria saber como a gente conseguia as pessoas, isso vem se acabando, mas era coisa natural dos Ticunas que é a nossa origem, dos Campebas, Omáguas, quando eles queriam resolver seus problemas se reuniam, em ajuri, depois que pegou outro nome mutirão, isso era tradição nossa, depois que se perdeu e acabou. (J.H.A.O, entrevista/2015).

A esse respeito Torres (2012) explica que as comunidades amazônicas se constituem como primoroso e fecundo espaço de exercício da política e da cidadania. “É a expressão ontológica do ser social que se exterioriza na luta pela garantia de acesso a bens para usufruto coletivo” (IBIDEM, p.19). Para o nosso entrevistado as práticas comunitárias estão presentes nas diversas ocupabilidades existentes a Amazônia alimentadas pelo conhecimento tradicional acumulado secularmente, necessários na compreensão dos diversos ciclos naturais. São conhecimentos que utilizam técnicas voltadas para o melhor aproveitamento dos recursos da fauna e da flora.

Conforme Witkoski (2007, p.126),

As populações tradicionais se reproduzem explorando uma rica multiplicidade de *habitats*: a terra, a floresta e a água. Contudo, a exploração desses, como a de outros ambientes, implica não só um etnoconhecimento dos recursos naturais como, igualmente, das estações de reprodução das espécies da flora e da fauna e do uso de um calendário que se ajusta não à vontade unilateral dos homens, mas à dinâmica dos diversos ecossistemas com os quais eles se relacionam, integrando-se.

A rotina e o trabalho do homem amazônico estão condicionados à dinâmica dos ecossistemas da Amazônia que compreende o ambiente de terra firme e várzea, além das estações conhecidas como enchente e vazante dos rios. “Esse sistema elevou a produtividade da agricultura e da pesca, juntamente com as técnicas de armazenamento e conservação de alimentos, desenvolvidas pelas populações da várzea, garantiu o sustento de grande parte dessa população nesse ambiente natural” (PORRO, 1995, p.14).

Na terra firme pratica-se a agricultura mais intensiva, a mandioca é o principal produto cultivado para a fabricação da farinha, dela também é retirada a goma de tapioca, utilizada na fabricação do beiju e o tucupi utilizado no preparo de peixes e aves.

Para o homem amazônico o trabalho não significa somente um meio que garante a sua sobrevivência, vai além da expectativa de provedor desses recursos, vem ao encontro das considerações de Arendt (2014) no sentido de que é também fonte geradora da plena realização humana.

O plantio do roçado se dá logo após as primeiras chuvas do mês de novembro. De agosto a abril é praticada a agricultura no solo de várzea renovado anualmente e enriquecido pelo aluvião depositado pelas enchentes onde são praticados a agricultura de curto ciclo como: milho, arroz, feijão, melancia, banana, dentre outros.

Conforme Loureiro (2009, p. 151), “as poluições locais da Amazônia sempre se valeram dos conhecimentos acumulados secularmente sobre a biodiversidade do meio em que vivem. Desenvolveram um amplo conhecimento a partir da vivência e da estreita relação com a natureza, com a qual se sentem integrados, sem considerá-la como um simples recurso natural a ser explorado economicamente”.

As práticas comunitárias e os conhecimentos dos povos tradicionais são instrumentos importantes no processo de um projeto social, uma vez que os maiores desafios enfrentados pelos empreendimentos de economia solidária dizem respeito à capacidade de construir processos educativos para consolidarem uma cultura de cooperação com base no trabalho coletivo.

Para Mello e Moreira (2014, p.89) é necessário estabelecer uma nova ciência e uma nova tecnologia simples, “isso prescreveria uma nova estrutura social e um modo diferenciado de encarar a natureza e as relações entre os indivíduos, livres da dominação e do controle de uns sobre os outros”.

Refletir sobre um projeto de economia solidária no interior amazônico nos coloca o desafio de articular instrumentos que propiciem condições de mobilização coletiva e preparar os sujeitos para atuarem de forma autônoma, com uma educação pautada na vivência comunitária.

Nesta perspectiva as universidades presentes nos polos do interior têm papel fundamental na medida em que podem conduzir, juntamente com poder público local e estadual programas emancipatórios comprometidos com a criação de novas alternativas de inclusão socioeconômicas do homem amazônico. De acordo com Dom Alcimar Magalhães,

No interior da Amazônia existem as pessoas que acreditam numa vida mais cidadã que gostam de viver no interior. Temos pessoas que desejam contribuir nesse processo de melhoria, temos uma equipe de professores e pessoas de outras instituições. A própria UEA, UFAM e IFAM que graças a Deus, passando por mil dificuldades conseguiram sobreviver as todas as políticas anti-interioranas e anti-expansiva. A UFAM aqui formava seus profissionais que depois iam trabalhar no Rio de Janeiro, Brasília, Recife, não se pensava na região. Então mesmo com todas essas dificuldades sobreviveu. A UFAM, UEA, IFAM estão aí, as duras penas nem tudo foi ruim, graças a Deus não se conseguiu destruir o interior. O interior subsiste quando se conserva ainda uma força viva do Estado e pode ser a saída (entrevista/2016).

Nesse processo, ressalta-se o papel das universidades no apoio às iniciativas de economia solidária, por meio do trabalho de incubação destes empreendimentos, contribuindo

na formação de agentes que se dispõem a realizar experiência de economia solidária. É nesse sentido que o papel social das Incubadoras se coloca numa perspectiva sociopolítica inovadora.

Conforme Culti (2010, p.258),

As incubadoras desempenham um papel importante à medida que se tornam espaços de troca de experiências em autogestão e autodeterminação na consolidação desses empreendimentos e das estratégias para conectar empreendimentos solidários de produção, serviços, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares que possibilitam um movimento de realimentação e crescimento conjunto autossustentável[...]. As incubadoras atendem as demandas tanto dos trabalhadores diretamente, bem como as dos poderes públicos que procuram parcerias para apoiar a formação de empreendimentos econômicos solidários.

As incubadoras tecnológicas universitárias emergem como respostas ao debate das condições de trabalho, geração de emprego e renda, comporta uma parcela de trabalhadores excluídos da vida social e do mercado de trabalho. Busca promover a constituição de um conhecimento interdisciplinar, uma vez que reúne professores, pesquisadores, técnicos e estudantes de diversas áreas do conhecimento, os quais contribuem para ações emancipadoras.

De acordo com Ab'Saber (2009) é preciso analisar as experiências vivenciadas na Amazônia, sejam elas exitosas ou não, somadas ao conhecimento científico através de uma multidisciplinaridade plena, são mecanismos alternativos que buscam se adequar à realidade da região. Trata-se de uma região heterogênea com características peculiares. Conforme este autor, com base em conhecimentos técnico-científicos disponíveis e as múltiplas experiências já realizadas, é possível encontrar roteiros alternativos compatíveis com realidade social da Amazônia. “Procedimento esse que, por sua vez, obriga a uma busca desesperada de modelos de auto-sustentabilidade, adaptáveis às especificidades de cada subárea da imensa região amazônica”(IBIDEM, 2009, p. 76).

O desenvolvimento do projeto de piscicultura em Benjamin Constant requer, de acordo com Santos (2005), ousadia, criatividade e esperança das classes populares na busca de “reinventar o poder”, utilizando como estratégias práticas organizativas e atividades locais articuladas com movimentos de estratégias políticas mais amplas.

Deve-se considerar as experiências bem sucedidas que mostraram através de implantação de programas sociais como as parcerias entre sociedade e poder público, que mudaram a vida de muitas pessoas que viviam em condições de exclusão.

Há alguns desses programas apresentados por Schwengber *et al* (2002) denominados de programas emancipatórios implementados na cidade de São Paulo, que podemos ilustrar nesta

discussão, a saber: O Programa de Capacitação Ocupacional e Aprendizagem em Atividade de Utilidade Coletiva, cujo objetivo foi difundir tanto a educação para o trabalho, a partir das deficiências do funcionamento do mercado de trabalho, quanto a educação para a vida comunitária de desenvolvimento do bem estar e a universalização da cidadania. b) Oportunidade Solidária que compreende a generalização da aprendizagem em autogestão para a organização de empreendimentos coletivos (associativos, cooperativas e comunitários) e individuais, com o objetivo de construir bases de ampliação de geração das condições de ocupação para os mais vulnerabilizados.

Apropria-se de que aumentem a viabilidade dos empreendimentos tais como capacitação técnica, formação de um mercado próprio por meio da intermediação de negócios populares, fomento à organização de fóruns próprios de empreendedores, entre outros. Os trabalhadores começam com pequenas ações localizadas e no futuro vão evoluindo para redes mais articuladas no âmbito da resistência e emancipatória. “A emancipação pela qual se luta, tem como objetivo transformar o cotidiano das vítimas da opressão aqui e agora e não em um futuro distante, ou a emancipação começa hoje, ou não começa nunca mais” (SANTOS, 2005, p. 178).

Não se pode pensar em desenvolvimento para o interior do Amazonas sem prescindir das questões da Amazônia que implica um pensar diferente, compatível com as suas determinações históricas, seu povo e sua diversidade cultural. É preciso produzir conhecimentos a partir de dentro da região, das localidades, de modo que considere outras formas de conhecimentos existentes nela.

Novas experiências se fazem necessárias a partir da realidade e saberes locais, somadas ao conhecimento científico através da multidisciplinaridade plena. É preciso pensar políticas específicas que respondam e se adequem à realidade amazônica, principalmente por se tratar de uma região heterogênea e de grandes dimensões territoriais. Com base em conhecimentos técnico-científicos disponíveis e múltiplas experiências já realizadas, pode-se encontrar estratégias alternativas com vistas ao bem estar social do homem amazônico.

Por fim, é preciso uma presença mais incisiva por parte do o Estado no que diz respeito a investimentos em infraestrutura, recursos humanos, ou seja, dotar o interior de capital social com capacidade para promover o desenvolvimento local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A heterogeneidade sociocultural e ambiental constitui uma das maiores características da região amazônica. A própria organização do trabalho na Amazônia apresenta diversidade que não pode ser compreendida apenas sob a lógica do capital. Existem formas peculiares de ocupabilidade que remontam a culturas tradicionais e que se inserem no âmbito das estratégias de sobrevivência dos povos da floresta.

(Iraildes Caldas Torres)

Mergulhar nas águas profundas dos rios da Amazônia é um desafio que assumimos em nome da pesquisa, da realização profissional e pessoal. É uma jornada que exige dedicação, tempo, renúncia, amor, aporte financeiro, entre outros. Houve momento em que nos sentimos incapazes de prosseguir a caminhada.

Não obstante, tornou-se motivo de júbilo quando nos deparamos com o resultado final deste intenso exercício intelectual e percebemos que aos poucos o estudo foi tomando forma. Percebemos o quanto aprendemos com a natureza e as pessoas mais simples desse universo amazônico. Poucos são os que se lançam ao desafio de conhecer a Amazônia profunda, aquela que concentra as comunidades tradicionais, muitas delas esquecidas ou ignoradas pelo poder público. Seus habitantes sobrevivem com o seu trabalho extrativista, suas técnicas rudimentares e seus modos de vida tradicional.

A nossa pesquisa foi realizada no município de Benjamin Constant localizado na tríplice fronteira, Brasil/Colômbia/Peru, cuja dinâmica é diversificada, pluridimensional, complexa e de múltiplas faces no que diz respeito às relações de poder e formação sociocultural que transpassam o modo de vida de seus habitantes, inseridos em arranjos econômicos e de sociabilidade fronteiriça que tem orientado a vida humana nesta fronteira.

A piscicultura nesse espaço fronteiriço nasce com o propósito de dinamizar a economia local e contribuir para com a sobrevivência dos trabalhadores piscícolas e suas famílias, como alternativa de geração de renda. Esta atividade chama a atenção pelo fato de Benjamin Constant não dispor de postos de trabalho formais que atendam a demanda local, sendo, pois, a economia basicamente centrada no funcionalismo público.

Este estudo revela que o trabalho na Amazônia é fortemente travejado pelas atividades do setor primário, para além da industrialização, é algo interrelacionado com os elementais da natureza terra, floresta e água. Ficou claro nesta investigação que o lastro do trabalho na

Amazônia profunda é o do extrativismo e da agricultura. O homem amazônico garante a sua sobrevivência utilizando os recursos da natureza, realizando múltiplas atividades como a agricultura, o extrativismo animal e vegetal, a coleta de produtos da floresta, pesca, caça, dentre outras. São estratégias que garantem a reprodução da vida na região. Ou seja, o trabalho é um componente que se relaciona diretamente com a terra, o rio e a floresta, de modo que o homem amazônico encontra no extrativismo a estratégia de sobrevivência. Nasce desse processo de pertencimento uma relação de afetividade do homem com a natureza, uma forma de agradecimento por tudo aquilo que ela oferece como garantia de sobrevivência a ele.

Para o piscicultor de Benjamin Constant o trabalho da piscicultura e da pesca tem um significado simbólico profundo porque lhe permite entrar em contato com as relações imateriais, envolvendo o universo dos encantados, da mãe d'água, a Iara, que cuida das águas e dos senhores dos rios, que são os pescadores.

O trabalho na Amazônia apresenta várias formas de ocupabilidades ainda pouco conhecidas e que estão longe de compor o cânone das tipificações ocupacionais. Os trabalhadores tradicionais são pouco valorizados no âmbito de seus ofícios, embora as agências institucionais tenham conhecimento da existência desses trabalhadores na Amazônia. Trata-se de categorias informais, algumas ainda desconhecidas no universo das ocupações tradicionais, tais como o piaçabeiro e os remeiros, os quais não são tipificados no âmbito da sociologia do trabalho. Esse não reconhecimento implica na exclusão social destes trabalhadores que compõem um estrato social discriminado e pouco valorizado.

Ficou claro também em nossa pesquisa o fato de o capital ter se expandido na Amazônia por intermédio dos grandes projetos, expropriando os povos tradicionais de suas terras e de seus lugares de pertença indentitária no que diz respeito aos aspectos de sua sobrevivência no âmbito dos recursos naturais.

A implantação dos grandes projetos na Amazônia modificou o tecido regional causando grandes impactos à vida dos povos tradicionais, os quais são atingidos pela poluição das águas, secagem de igarapés, expulsão de suas terras, dentre outras expropriações. Enfim, a expansão do capital privado sem os marcos regulatórios muito bem definidos, reforçou a exploração intensa dos recursos naturais, produziu ameaças à estabilidade ecológica, assomados aos danos à organização dos povos tradicionais que são criminalizados em meio ao assassinato da religiosa Doroty Stang, Chico Mendes e muitos outros.

É nesse cenário de convívio dos povos tradicionais com as relações de poder que este estudo se assenta. Constatamos que a piscicultura é um empreendimento econômico que, no processo das relações de poder, exclui o homem amazônico do mercado piscícola.

A pesquisa revela que a piscicultura é uma atividade elitizada em Benjamin Constant, somente 10% dos piscicultores associados conseguem produzir para o mercado. A produção concentra-se nas mãos de um pequeno grupo cuja maioria tem relação de propriedade com antigas atividades que mantinham na região, como a borracha e a madeira.

Esses piscicultores são pessoas que investidas de relação de poder há anos e tem influência na economia e na política do município. Durante décadas comandaram o comércio na tríplice fronteira, superaram a crise das atividades extrativistas na região e foram se reinventando, de modo que, não perderam o poder e o prestígio econômico no município. Assim como a atividade madeireira favorecia o pequeno grupo de empresários que controlava todo o sistema produtivo, a piscicultura também se manteve com a cadeia produtiva em razão de esse grupo minoritário dispor de recursos e capital de giro para a sua manutenção. Trata-se de um grupo que se constituiu como elite local nas atividades extrativas de maior impacto na economia do Alto Solimões.

Para esse grupo, o comércio piscícola mostra-se favorável principalmente porque são esses piscicultores que mantêm a dinâmica rentável da atividade. A sua produção garante o abastecimento do mercado de Benjamin Constant, Atalaia do Norte e Tabatinga, no Brasil, e parte do mercado de Letícia, na Colômbia, ou seja, essa parcela de produtores é que detém o monopólio do mercado da piscicultura nesta região.

O poder público não intervém de modo impactante com as políticas públicas no setor piscícola, o qual tem dificuldade de se desenvolver sem ação do Estado como agente promotor e indutor do desenvolvimento. As políticas de desenvolvimento do modelo Zona Franca de Manaus priorizaram as demandas dos polos industrial e comercial, deixando o setor primário em desamparo como se o setor da agricultura não tivesse importância econômica, ou talvez, porque a indústria e o comércio constituem-se nos polos que melhor atendem os interesses do governo no tocante à arrecadação tributária. A economia dos municípios do Amazonas ficou relegada à agricultura de subsistência acrescida dos repasses dos governos federal, estadual e municipal.

A organização política dos trabalhadores da piscicultura possui limitações que dificultam a construção de um projeto pautado no associativismo. Percebemos que há uma tendência ao individualismo, prevalecendo a lógica do capital que prima por resultados imediatos no trabalho, uma ausência de diálogo em torno da organização política.

Torna-se premente que os piscicultores se organizem em torno da economia solidária, enfrentando o desafio de articular instrumentos que propiciem condições de mobilização coletiva com preparação deles próprios dentro de uma cultura pautada na vivência comunitária.

É preciso, pois, inserir a piscicultura na economia solidária como uma estratégia viável para o seu desenvolvimento. Os piscicultores podem começar com pequenas ações coletivas, para no futuro, evoluírem articulados em redes politicamente fortes.

A presença da universidade nos polos do interior do Amazonas é fundamental na medida em que pode construir, juntamente os trabalhadores da piscicultura, estratégias de associativismo como alternativa de inclusão socioeconômica do homem amazônico.

A economia solidária se apresenta como uma estratégia importante que tem no associativismo a sua vertente mais adequada. Apresenta-se como um instrumento estratégico importante para o fortalecimento econômico e político dos pequenos produtores, mediante parcerias e relações de interesse de cunho comercial e político, envolvendo, inclusive agentes institucionais. Torna-se necessário que estes trabalhadores da piscicultura se organizem no âmbito da economia solidária para enfrentarem o mercado de concorrência e competitividade. A economia solidária contribui, assim, para o processo de autonomia e emancipação dos trabalhadores excluídos pela reestruturação produtiva.

Por fim, posso dizer que esse processo de doutoramento trouxe mudanças significativas para a minha vida, com reflexos na minha vida profissional, sobretudo na minha vida particular. As experiências com os trabalhadores da piscicultura, a vivência na cidade de Benjamin Constant, as aulas, os debates, congressos e todo o processo vivenciado no doutorado modificaram a minha forma de ver e pensar a Amazônia. Hoje me considero uma pessoa melhor e mais preparada para os desafios da vida.

## REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz. A região Amazônica. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel. **A Amazônia e crise de modernização**. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/UFPA) Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém, 2009.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcante de. C. Microeconomia: **Teoria do mercado, teoria do consumidor, economia de empresas**. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas**. vol.1 Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade do Amazonas-uea/Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia/Fundação Ford /Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Terras de quilombo, terras indígenas, babaçus livres, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA – UFAM, 2006.

\_\_\_\_\_. **A dimensão política dos conhecimentos tradicionais na Amazônia**. Cadernos do CEAS. M. 1, Abril nº 16 Centro de Estudos e Ação Social. Salvador, 2005.

\_\_\_\_\_. **Agroestratégia e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios**. In: RODRIGUEZ, José Exequiel Basini, *et al.*(orgs). Povos tradicionais, fronteiras e geopolítica na América Latina: uma proposta para a Amazônia. Manaus: EDUA, 2014.

ALMEIDA, Neuler Adré Soares. **A dinâmica do desenvolvimento econômico no Amazonas: desafios e perspectiva**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2015.

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. **A composição da vida no beiradão do rio Amazonas: memória e identidade ribeirinha**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2015.

\_\_\_\_\_. **Ribeirinho: vida e modos de vida no Puraquequara**. Editora da Universidade Federal do Amazonas: Manaus, 2013.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. Vol.1. São Paulo: Expressão popular, 2013.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **A Dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2004.

- ARENDDT, Hannah. **A condição Humana**. São Paulo:Forense Universitária, 2014.
- ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, C. A. T. **Administração do capital de giro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- \_\_\_\_\_. LIMA, F. G. **Curso de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2009.
- BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Traduzido por Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARRETO, André Valente de Barros. **Cultura da cooperação**: subsídio para uma economia solidária. In: SINGRE, Paul *et al.* (org). Uma economia é possível. São Paulo: Contexto, 2003.
- BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia: análise do processo do desenvolvimento. 2 ed. Manaus: Valer; Edua e Inpa, 2007.
- BAPTISTA, N; PEIXOTO, E. **Gestão de políticas públicas**. In: programa de formação e lideranças e técnicos em desenvolvimento local sustentável. Brasília: CONTAG, 1999.
- BECKER, Bertha Koiffman. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- \_\_\_\_\_.STENNER, Claudio. **Um futuro para Amazônia**. São Paulo: Oficina de texto, 2008.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco-antes e além-depois**. 2 ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Amazônia formação social e cultural**. Manaus: Valer, 1999.
- BENTES, Rosalvo Machado. A Zona Franca e o processo migratório para Manaus. Dissertação. Belém: NAEA, 1993.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Política**. In: Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos Clássicos**. 8ª tiragem, Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- BORGES NETO, J. P; PRADO, G.F. **Nutrição e alimentação de peixes**. Disponível em <<http://www.bigal.com.br>>. Acesso em: 19 Set. 2016.
- BORGHETTI, José Roberto *et al.* A quicultura no Brasil: bases para um desenvolvimento sustentável. CNPq/Ministério da Ciência e Tecnologia. Brasília, 2000
- BOTIA, Carlos Gilberto Zárate. **Silvícolas, seringueiros y agentes statales: el surgimento de una sociedade transfonteiriça ena la Amazonia de Brasil, Peru y Colom Hortencia, 1880-1932**. Leticia: Universidade Nacional de Colômbia, Instituto Amazônico de investigaciones (IMANI), 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução Sérgio Miceli. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **A miséria do mundo**. Traduzido por: Mateus S. Soares Azevedo (et al), Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Traduzido por Nathanael C. Caixeiro. 3 ed. Rio de Janeiro: Livros Tecnicos e Cientificos Editora S.A, 1987.

BRITO, Daniel Chaves de. **A modernização de superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

CÂNDIDO, Gesinaldo A. *et al.* **Metodologia para a formação de redes de inovação entre pequenas e médias empresas**. In: XXI Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica. São Paulo: Anais Universidade de São Paulo: USP, 2000.

OLIVEIRA, Roberto Oliveira de. **O trabalho do Antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

CARDOSO, Univaldo; ALVES, Adriana; FONTE B, G. **Cooperação: uma Nova Cultura Revolucionando os Negócios**. SEBRAE, 2008.

CASTILHO, Ela Wiecko Wokmer de. **Parâmetros para o regime jurídico *sui generis* e proteção ao conhecimento tradicional associado a recursos biológicos e genéticos**. In: MEZZARROBA, Orides (Org.). *Humanismo latino e Estado no Brasil*. Florianópolis: Fundação Arthur Boiteux, 2003.

CASTRO, Antônio Maria Gomes; LIMA, S. M.V; FREITAS FILHO, Antonio de. **Estratégias para a institucionalização de Prospecção de demandas tecnológicas na EMBRAPA**. Revista de Administração da UFLA . Lavras, v. 1, n. 2, agosto/dez –1999.

CASTRO, Edna. **Expansão da fronteira, megaprojeto de infraestrutura e integração**. Caderno CRH. v. 25. n. 64, jan/abr. Salvador 2012.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Sustentável da Amazônia**. Gabinete de Segurança Institucional. Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais. Ciclo de Estudos Sobre a Amazônia, abr./maio de 2004.

\_\_\_\_\_. **Política de Estado e atores sociais na Amazônia Contemporânea**. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel (Orgs.). **Amazônia: região universal e teatro do mundo, como a maior floresta do mundo pode detreninar os rumos do planeta e a sobrevivência da espécie humana**. São Paulo: Globo, 2010.

\_\_\_\_\_. Processo de trabalho e relação de poder em Codajás. In: D' INCAO, Maria Ângela, Silveira (Org.). **Amazônia e a crise de modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009.

\_\_\_\_\_. Crise do capitalismo e transformações no mundo do trabalho neste final de século. In: COSTA, Maria José Jackson (org). **Trabalho, educação profissional e empregabilidade**. Belém: Edufpa, 2006.

\_\_\_\_\_. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). **Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUP; UFPA-NAEA, 1997.

CASTRO, Anna Maria de; DIAS, Edmundo Fernandes. **Introdução ao pensamento sociológico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1978.

CHENAIS, François. A mundialização do capital. Traduzido por Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CULT, Maria Nezilda. Economia solidária: incubadoras universitárias e processo educativo no Paraná. In: TORRES, Iraildes Caldas (Org.). **As Malhas do Trabalho e da Economia Solidária no Brasil**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920**. 2 ed. Manaus: Valer, 2007.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. ARRUDA, Rinaldo. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DRUCKER, Peter. **Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas**. São Paulo: Pioneira, 1994.

DUSSEL, Enrique. **Método Para Uma Filosofia da Libertação**. Traduzido por Jandir João Zanutelli. São Paulo: Loyola, 1986.

FALABELLA, Pedro G. R. **A pesca no Amazonas. problemas e soluções**. 2 ed. Manaus: 1994.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FERRARINI, Sebastião Antonio. **Encontro de civilizações: Alto Solimões e as origens de Tabatinga**. Manaus: Valer, 2013.

FERREIRA, Keliton da Silva; CANCELLIER, Everton Luis Pellizaro de Lorenzi. O impacto da ilegalidade para a mudança estratégica: o caso de uma loja de autopeças e serviços. In: GUIMARÃES, Marcelo de Almeida; NAKAUTH, Ana Carolina Souza Sampaio; ACIOLI,

Agno Nonato Serrão (Orgs). **Ciências, natureza e cultura na região Amazônica**. Manaus: EDUA, 2015.

FERREIRA, Sylvio Mario Puga. **Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas nas República Velha: 1889-1914**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

FOCKEN U, Schlechtriem C, BECKER K. **Contribution of natural food and compound feed to the gut content of hybrid tilapia (*Oreochromis niloticus* x *Oreochromis aureus*) in pond culture**. *Panor Aquacult*, v.1, p.157-162, 2000.

FRAXE, Therezinha. **Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

FREITAS, Marilene Corrêa Silva da. Os amazônidas contam sua história: territórios, povos e populações. In: SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir de (Orgs.). **Amazônia: território, povos tradicionais e ambiente**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

FREZATTI, Fábio. **Gestão da viabilidade econômico-financeira dos projetos de investimento**. São Paulo: Atlas, 2008.

FURTADO, Celson. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

FURUYA, Wilson Massamitu; *et al.* **Exigência de fósforo disponível para juvenis de tilápia-do-nilo**. *Revista Brasileira de Zootecnia*, Viçosa – Minas Gerais, v.37, n. 9, 2008.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: (org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: Unisinos, 1996.

GALLI, Luiz Fernando; TORNOLI, Carlos Eduardo. **Criação de Peixes**. 3 ed. São Paulo: Nobel, 1985.

GALVÃO, Eduardo. **Santos visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas**. 2 ed. São Paulo: Nacional; Brasília; INL, 1976.

GAMEIRO A. H.; CARDOSO C. E. L. (2001). **Custos na piscicultura**. Disponível em: [http://cepea.esalq.usp.br/zip/Analise\\_custo.pdf](http://cepea.esalq.usp.br/zip/Analise_custo.pdf). Acesso em: Agost. 2016.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Tradução de Vera Mello Joscelyne. 10 ed. Petropolis. RJ: Vozes, 2008.

GODIN, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2 ed. Manaus: Valer, 2007.

GOMES, D. P e ALBUQUERQUE, A. R. **O comércio de pescado em Santo Antonio do Içá-Alto Solimões (Am): uma análise geográfica na tríplice fronteira.** Eixo Temático 12. Recursos Naturais, Sustentabilidade e Apropriação do Espaço, 2009.

GUIMARÃES, S. F. **Alguns aspectos da aquicultura interior na região Norte do Brasil com ênfase na criação de tambaqui, *Colossoma macro-pomum* e *pirapitinga*, *Piaractus brachypomus*.** Situação atual e perspectivas. In: Reunião do Grupo de Trabalho de *Colossoma* e *Piaractus*, 2., 1991, Pirassununga. Criação de *Colossoma* e *Piaractus* no Brasil: anais. Pirassununga: IBAMA, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** 2 ed. São Paulo: Annablume. 2005.

\_\_\_\_\_. **Condições pós-moderna: Uma pesquisa sobre as Origens da mudança cultural.** Traduzido por Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 14 ed. São Paulo: Edições Loyla, 2005.

HEPHER, B; PRUGININ, Y. **Cultivo de peces comerciais.** Mexico: Limusa, 2005. Ciência Rural, v.35, n.1, jan-fev, 2005.

HEPHER, B.; PRUGININ, Y. Cultivo de peces comerciais. Editorial Limusa. Mexico, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e Fronteiras.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOBBSAWM, Eric J; TERENCE, Ranger (Orgs). **A invenção das tradições.** Traduzido por Celina Cardim Cavalcante. 2ed. São Paulo: Paz e terra, 2012.

\_\_\_\_\_. **Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado.** Traduzido por Maria Leão Teixeira Viriato de Medeiros. São Paulo: Paz e terra, 2000.

HOFLING, Eloisa Matos de. **Estado e políticas públicas sociais.** Cadernos Cedes, ano XXI, n.55, novembro, 2001.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Biopirataria na Amazônia: Como reduzir os riscos?** Amazônia: Ciência & Desenv., Belém, v.1, n.1, jul. /dez. 2005.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico do Brasil.** 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1996.

IZEL, A. C. U.; MELO, L. A.S. **Criação de tambaqui (*Colossomamacropomum*) em tanques escavados no Estado do Amazonas.** Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2004.

JOÃO FILHO, Meirelles. **Livro de Ouro da Amazônia.** 5 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

JOBIM, Anísio. **Panorama Amazônico: VI- Bejamim Constant**. Manaus: Imprensa Pública de Manaus, 1943.

KOWARICK, Marcos. **Amazônia/Carajás na trilha do saque: os grandes projetos amazônico**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.

KUBITZA, F. **Os caminhos para uma piscicultura sustentável**. Panorama da Aquicultura: Vol. 20, n. 119, maio/junho 2010.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

LEFBVRE, Henry. **De l'Etat. Les contradictions de l'Etat moderne**. Paris: Union Generale d'editions. 1978.

LECHAT, Marie Parie Noëlle. **Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?** In: Civitas - Revista de Ciências Sociais. PUCRS, Rio Grande do Sul, Ano 2, nº 1, junho 2002.

LEE, J.; SARPEDONTI, V. Diagnóstico, tendência, potencial, e políticas públicas para o desenvolvimento da aquicultura secretaria de pesca e aquicultura, In: MCGRATH, D. (Org.). **Diagnóstico da pesca e da aquicultura no Estado do Pará**. Belém: UFPA, 2008.

LIMA, Araújo. **Amazônia, terra e o homem**. 4 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.

LIMA, A.F; SILVA, A.P; RODRIGUES, A.P.O; FILHO MANOEL, X.P; FLORES, R.M.V. **Custos de produção e comercialização: piscicultura familiar**. Brasília: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2013.

LIMA, Mariomar Sales. **Os Fluxos de conhecimentos na piscicultura do Estado do Amazonas: uma análise da trajetória e das condições institucionais**. Contexto: Porto Alegre, v. 5, n. 8, 2º semestre, 2005.

LIMEIRA, Tania Maria V. Fundamentos de marketing. In: Sergio Roberto Dias (Org). **Gestão de marketing**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: estado, homem, natureza**. 3 ed. Belém: Cultural Brasil, 2014.

\_\_\_\_\_. **A Amazônia no século XXI: nova formas de desenvolvimento**. Editora Empório do livro: São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia**. Belém: Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e tecnológico - CNPQ/Museu Paraense Emílio Goeldi, 1985.

LOVELL, R. T. **Nutrition and feeding of fish**. 2 ed., Boston: Kluwer Academic Publishers, 1998.

MACHADO, Marcia Maria da Souza; NASCIMENTO, Luiz Roberto Coelho. Os conflitos na produção pesqueira no complexo do macurinhã. In: NASCIMENTO, Luiz Roberto Coelho (org). **Estudos selecionados de desenvolvimento rural no Estado do Amazonas**. Manaus: Eco & Companhia, 2015.

MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político: a tribalização do mundo**. Tradução por Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1997.

MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento Econômico da Amazônia: Uma análise das políticas governamentais**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

MARTIN, N, B; SCORVO FILHO, J.D; SHANCES, E.G; NOVATO, P.F.C; AYROSA, L.M. **Custos e retornos na piscicultura em São Paulo**. Informações Econômicas, SP, v.25, n.1, jan. 1995.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. **A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 6(1-2): 1-25, 1994 editado em jun, 1995.

\_\_\_\_\_. **Exposição e violência: a questão política no campo**. Coleção Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9 ed. São Paulo:Atlas, 2006.

\_\_\_\_\_; ASSAF NETO, Alexandre. **Administração financeira**. SãoPaulo: Atlas, 1987.

MARTINS, C. V. B; OLIVEIRA, D. P; MARTINS, R. S; HERMES, C. A; OLIVEIRA, L. G; VAZ, S. K. & ZACARKIN, C. E. **Avaliação da piscicultura na região oeste do Estado do Paraná**. Boletim do Instituto de Pesca, São Paulo , v. 27, n. 1, p. 77-84, 2001.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Traduzido por Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. Tradutor: Reynaldo Sant'anna. 13 ed. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. **O Capital: para a crítica à economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1987.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política, o processo de produção do capital**. Vol I. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Rigis Barbosa e Flávio R. Kother. São Paulo: Abril Cultura, 1984.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. Vol I. Tradutor: Reynaldo Sant'anna. 7 ed. São Paulo: Difel, 1985.

MASQUIETTO, C. D.; SACOMANO N. M; GIULIANI, A. C. **Centralidade e densidade em redes de empresas: um estudo no arranjo produtivo local do álcool.** Revista de Administração e Inovação, v. 8, n. 1, p. 122-147, 2011.

MATTOS, Carlos Meira. **Uma geopolítica pan-amazônica.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MEIRELLES FILHO, João Carlos. **Livro de ouro da Amazônia.** 5 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

MEURER, F.; HAYASHI, C.; BOSCOLO, W.R.; *et al.* **Lipídeos na alimentação de alevinos revertidos de tilápia do Nilo (*Oreochromis niloticus*).** Revista Brasileira de Zootecnia, v.31, n.2, p.566-573, 2002.

MELLATI, Julio Cezar. **Relatório sobre os índios Morubos.** Série antropologia. Brasília: UNB, 1975.

MELLO, Noval Benayon; MOREIRA, Elaine Lima Alves. Tecnologia Social e capitalismo. In: Silva, Heloisa Helena Corrêa da et al (Orgs.). **Traços culturais, tecnológicos e cooperativistas da economia solidária no Estado do Amazonas.** Curitiba: Editora CVR, 2014.

MELLO, Thiago de. **Lição de escuridão.** Disponível: <<http://www.escritas.org/pt/t/11995/licao-de-escuridao>>. Acesso em: 02 de nov. 2015. Escrita: Barreirinha, 1981.

MELLO. L. F. **Crédito para aquicultura: situação e perspectivas para o litoral de Santa Catarina.** Trabalho de Conclusão de Curso ao curso de Engenharia de Aquicultura- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MONTEIRO, Mario Ypiranga. **O pescador: histórias, instrumentos, técnicas e folclore.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

MORIN, Edigar. **Cultura de massa no século XX: necrose.** Traduzido por Agenor Soares Santos. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os setes saberes necessário à educação do futuro.** Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 9. Ed. São Paulo: Cortez, Brasília DF: Unesco, 2004.

MORO, Giovani V.; RODRIGUES, Ana Paula O. **Rações para organismos aquáticos: tipos e formas de processamento.** Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2015.

MOURÃO, A. **O III Ciclo de desenvolvimento econômico do Estado do Amazonas: uma interpretação Técnica do Pensamento de Amazonino Mendes.** Manaus: [s.n.], 1995.

NASCIMENTO, Celso A. T.; VALLE, Maria Izabel de Medeiros. Experiências de cooperativas populares em Manaus. In: TORRES, Iraíldes Caldas (Org.). **As Malhas do Trabalho e da Economia Solidária no Brasil.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

\_\_\_\_\_. **A força do trabalho cooperativado em Manaus.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2013.

\_\_\_\_\_. **Economia Solidária e Cooperativismo no Contexto Rural**: o trabalho autogestionário da Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade N. Sra. Aparecida. Tese de doutorado. Manaus: 2016.

NASCIMENTO, Luiz Roberto Coelho. **Incentivos Fiscais ao capital e crescimento econômico na região norte**. Tese de doutorado. Recife: 2002.

\_\_\_\_\_; SILVA, Rafael Nery da. O distrito agropecuário da Suframa: um desafio. In: NASCIMENTO, Luis Roberto Coelho (org). **Estudos selecionados de desenvolvimento rural no Estado do Amazonas**. Manaus: Eco & Companhia, 2015.

NASCIMENTO, Solange Pereira do. Níveis de escolaridade e condições socioambientais das mulheres de Izidoro e Barro Alto: um clamor por políticas públicas. In: TORRES, Iraildes Caldas (Org.). **O ethos das mulheres da floresta**. Manaus: Editora Valer, 2012.

NEVES, Auricléa Oliveiradas. **A Amazônia na visão dos viajantes, séculos XVI e XVII: percurso e Discurso**. Manaus: Valer, 2011.

NINA, Frederico Gaia; ALMEIDA, Neuler André Soares de. Terceiro Ciclo: interiorização do desenvolvimento. In: ALMEIDA, Neuler André Soares de. **A dinâmica do desenvolvimento econômico no Amazonas: desafios e perspectivas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2015.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Amazonas: a divisão da monstruosidade geográfica**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

\_\_\_\_\_. **As redes geográficas na fronteira da Amazônia**. Revista Acta Geográfica. v. 2, n. 3: Roraima, jan./jun. 2008.

\_\_\_\_\_. **Território de fronteira: Brasil/Colômbia**. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. O etnoconhecimento que brota no *locus* da casa de farinha e se converte em instrumento de empoderamento das mulheres da floresta. In: TORRES, Iraildes Caldas (Org.). **O ethos das mulheres da floresta**. Manaus: Editora Valer, 2012.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas**. Rio de Janeiro, RAP, v. 40, n. 1, Mar./Abr. 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. A reconquista da Amazônica. In: D' INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel. **A Amazônia e crise de modernização**. Instituto de Ciências Sociais Aplicada (ICSA/UFPA) Museu Paraense Emilio Goeldi: Belém, 2009.

\_\_\_\_\_. **A reconquista da Amazônia**. Rev.Novos Estudos CEBRAP n. 38, março 1994.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho antropológico**. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2006.

OLIVEIRA, José Aldemir. Urbanização da Amazônia: novas integrações e velhas exclusões. In: OLIVEIRA, José Aldemir de Oliveira; PE. GUIDOTTI, Humberto (Org.). **A igreja arma sua tenda na Amazônia**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Uma fronteira para o pôr-do-sol: um estudo geoeconômico sobre uma região de fronteira**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998.

OSTRENSKY, Antonio; BOEGER, Walter Antonio. **Estudo setorial para consolidação de uma aquicultura sustentável no Brasil**. Curitiba, 2007.

\_\_\_\_\_. **Piscicultura: fundamentos e técnicas de manejo**. Rio Grande do Sul: Editora Agropecuária, 1998.

\_\_\_\_\_; BORGHETTI, J. R.; SOTO, D. **Aquicultura no Brasil: o desafio é crescer**. Brasília, MPA, 2008.

PARENTE, Valdenei de Melo *et al.* A pesca e a economia da pesca de bagres no eixo Solimões-Amazonas. In: FABRÉ, Nídia Noemi & BARTHEM, Ronaldo Borges (orgs.). **O manejo da pesca dos grandes bagres migradores: piramutaba e dourada no eixo Solimões-Amazonas**. Manaus: IBAMA/PROVÁRZEA, 2005.

PESTANA, Débora; OSTRENSKY, Antonio. **Estudo setorial para consolidação de uma aquicultura sustentável no Brasil**. Curitiba, 2007.

PEREIRA, Marcelo Souza; NASCIMENTO, Luiz R.C. **O escoamento da produção agrícola: a microrregião de Manaus e as estratégias dos produtores para superar os entraves**. Manaus: Valer, 2012.

PEREIRA, Nunes. **Moronguêta: um Decameron Indígena**. Vol II. 2. ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1980.

PETRERE JÚNIOR, Miguel (Org). Amazônia: ambientes, recursos e pesca. In: IBAMA. **O setor pesqueiro na Amazônia: situação atual e tendências do desenvolvimento a indústria de pesca / Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea**. Manaus: IBAMA/PROVÁRZEA, 2007.

PEZZATO, L. E. **Alimentação de peixes: relação custo benefício**. In: Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia, 37, 1999, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Zootecnia, 1999, p.109-118.

PINHEIRO, Wallace Meirelles. **Políticas públicas: o planejamento municipal como base para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. Manaus: Valer, 2008.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas e sustentabilidade na Amazônia**. Manaus: Valer, 2012.

PINTO, Renan Freitas. **Viagem das ideias**. 2 ed. Manaus: Valer, 2008.

POCHMANN, Márcio (Org.). **Reestruturação Produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social**. Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. **A metrópole do trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

\_\_\_\_\_. **O emprego no desenvolvimento da nação.** São Paulo: Boitempo, 2008.

PONTES FILHO, Raimundo P. **Terceiro ciclo: promessa ou projeto para o Amazonas?** Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 1997.

PORRO, Antonio. **O povo das águas: Ensaio etno- história Amazônica.** Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

PROCHMANN, A. M.; TREDEZINI, C. A. O. **A piscicultura em Mato Grosso do Sul, como instrumento de geração de emprego e renda na pequena propriedade.** Estudo das cadeias produtivas de Mato Grosso do Sul: Piscicultura. Fundação Cândido Rondon – UFMS. Campo Grande, 2003.

\_\_\_\_\_; MICHELS, Ido Luiz. **Estudo das cadeias Produtivas da piscicultura de Mato Grosso do Sul.** Governo do Estado do Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2003.

QUINTSLR, Suyá; BOHRER, Cláudio Belmonte; IRVING, Marta Azevedo de. **Políticas Públicas para a Amazônia: práticas e representações em disputa.** RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico. Salvador: Ano XIII, Nº 23, Julho de 2011.

QUEIROZ, J.F; LOURENÇO, J.N.P; KITAMURA, P.C. **A Embrapa e a Aquicultura: Demandas e prioridades de pesquisa.** Brasília: Embrapa Informações Tecnológicas, 2002.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado (Org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

RAPOSO, Pedro. **Territórios sociais da pesca: usos e formas de apropriação comum dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2015.

RAPOSO, Pedro; WITKOSKI, Antônio Carlos; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. Pescadores e territórios sociais no mundo do trabalho da pesca na costa do pesqueiro II, Baixo Rio Solimões-Manacapuru (AM). In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto et al. (Orgs.). **A pesca na Amazonia Central: ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

REIS FILHO, Milton Melo dos. O lugar do trabalho de mulheres e homens em Izidoro e Barro Alto. In: TORRES, Iraildes Caldas (Org.). **O ethos das mulheres da floresta.** Manaus: Editora Valer, 2012.

REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas.** 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

\_\_\_\_\_. **A Amazônia e a cobiça internacional.** 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

\_\_\_\_\_. **O seringal e o seringueiro: documentário da vida rural.** Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Serviço de Informação Agrícola, 1953.

REIS JÚNIOR, Nilson. **Aspectos Societários das Cooperativas.** Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

RIAL, C. **A circulação dos jogadores de futebol brasileiros no exterior.** Horizontes Antropológicos. n. 30, Porto Alegre, 2008.

RIBEIRO, Nelson Figueiredo. A Amazônia na geopolítica brasileira e internacional. In: OLIVEIRA, José Aldemir de; GUIDOTTI, Pe. Humberto (orgs). **A igreja arma sua tenda na Amazônia.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2000.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 1995.

ROCHA, C.M; RESENDE, E.K; ROUTLEDGE, E.A, B; LUNSDT, L.M. **Avanços na pesquisa e no desenvolvimento da aquicultura brasileira.** Pesq. agropec. bras., Brasília, v.48, n.8, p.iv-vi, ago. 2013.

ROTTA, Edegar; REIS, Carlos Nelson dos. **Desenvolvimento e políticas sociais: uma relação necessária.** Revista Textos & Contextos. Porto Alegre, v. 6, n. 2 p. 314-334. jul./dez. 2007.

ROUTLEDGE, E.A.B; ZANETE, B.Z; SALDANHA, E.C. **A importância da pesquisa para o desenvolvimento da cadeia produtiva aquícola.** São Paulo: Visão agrícola nº 11 jul/ dez 2012.

SALAMITO, Jean-Marie. Trabalho e trabalhadores na obra de Santo Agostinho. In: MERCURE, Daniel e SPURK, Jan (org.). **O Trabalho na história do Pensamento Ocidental.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SCHWENGBER, Angela Maria *et al.* Programas emancipatórios. In: POCHMANN, Marcio (Org.). **Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade: Novos caminhos para a inclusão social.** São Paulo: Cortez, 2002.

SANTILLI, Juliana. Conhecimentos Tradicionais Associados à Biodiversidade: Elementos para a Construção de um Regime Jurídico *Sui Generis* de Proteção. In: VARELLA, Marcelo Dias; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia (Orgs.). **Diversidade Biológica e Conhecimentos Tradicionais.** (Coleção Direito Ambiental, 2). Ed. Del Rey: Belo Horizonte, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Modernidade, identidade e a cultura de fronteira.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 5(1-2): 31-52, 1993 (editado em nov.), 1994.

\_\_\_\_\_. Os Novos Movimentos Sociais. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Orgs.) **Pensamento Crítico e Movimentos Sociais.** São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, José Luis dos. **O que é cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANTOS, Geraldo Medeiros dos; SANTOS, Ana Carolina Mendes dos. **Sustentabilidade da Pesca na Amazônica.** Estudos Avançados, 2005

SEBBEN, D. A. A.; GARCIA, L. A. F. **A estrutura, conduta e desempenho da indústria de tijolos da região Oeste do Paraná.** Revista Ciências Sociais em Perspectiva. Vol. 10, Nº 19, 2º Semestre de 2011. SEMAC – Secretaria de Estado de Meio Ambiente/PR.

SCHOR, Tatiana. Urbanização e modernização do território: a geografia da saúde e da alimentação no coração da floresta amazônica. In: OLIVEIRA, José Aldemir de; SOUZA, Geraldo Alves de (Orgs.). **Geografia da saúde: ambientes e sujeitos sociais no mundo globalizado**. Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2016.

SCHERER, Elenise. Novos cenários e lutas por direitos. In: SHERER, Elenise (Org.). **Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: Ambiente e reconhecimento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

SCORVO FILHO, *et al.* **A tilapicultura e seus insumos, relações econômicas**. Revista Brasileira de Zootecnia, ISSN 1806-9290., v.39, p.112-118, 2010.

\_\_\_\_\_. **Avaliação técnica e econômica das piscigranjas de três regiões de São Paulo**. Dissertação (Doutorado em Aquicultura) – Programa de Pós –Graduação em Aquicultura. Centro de Aquicultura da Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, 1999.

SIDONIO, Luiza; CAVALCANTE, Isabel *et al.* **Panorama da aquicultura no Brasil: desafios e oportunidades**. Brasília: BNDES/MPA, 2013.

SIDONIO, L.; CAVALCANTI, I.; CAPANEMA, L.; MORCH, R.; MAGALHÃES, G.; LIMA, J.; BURNS, V.; ALVES JÚNIOR, A.J.; MUNGIOLI, R. **Panorama da aquicultura no Brasil: desafios e oportunidades**. Brasília: BNDES Setorial, v.35, 2012.

SHIROTA, R.; OBA, L. C. e SONODA, D. Y. **Estudo dos Aspectos Econômicos das Processadoras de Peixe Provenientes da Piscicultura**. III simpósio sobre recursos naturais e sócio-econômicos do pantanal. Os desafios do novo milênio. Corumbá MS, de 27 a 30 de novembro de 2000.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfose da Amazônia**. 2. Ed. Manaus: Valer, 2013.

\_\_\_\_\_. **O paiz do Amazonas**. 3 ed. Manaus: Valer, 2012.

SILVA, Newton Jose Rodrigues da. **Dinâmicas do desenvolvimento da piscicultura e políticas públicas: análise dos casos do Vale do Ribeira (SP) e do Alto Vale do Itajaí (SC)**. São Paulo. Editora UNESP, 2008.

SILVA, N. J. R. **Dinâmicas de Desenvolvimento da Piscicultura e Políticas Públicas no Vale do Ribeira, SP e Alto Vale do Itajaí, SC– Brasil**. São Paulo. 2005. Boletim do Instituto de Pesca, São Paulo, 27 (1): 77 - 84, 2001.

SILVA, Sandra Helena; NODA, Sandra Nascimento. **Dinâmica entre água e terra na Amazônia e seus efeitos sobre a várzea**. Rev. Ambient. Água vol. 1, n. 2 Taubaté –Apr. / Jun. 2016.

SILVA, Sidney Antonio da (org.). **Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais**. São Paulo: Hucitec; Manaus: FAPEAM, 2012.

SILVA, J. S. da. **A “extensão pesqueira” no desenvolvimento das comunidades litorâneas no Estado do Ceará.** Dissertação (Mestrado) – Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

SILVAN, Denison. **Trabalho e relações de trabalho na mineração Taboca.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2014.

\_\_\_\_\_. Amazonas dá exemplo de economia solidária. In: TORRES, Iraildes Caldas (Org.) **As Malhas do Trabalho e da Economia Solidária no Brasil.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário.** Estudos Avançados vol.18, nr (51), São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

\_\_\_\_\_. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, SANTOS, Boaventura de (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SMITH, Adam. **Inquérito sobre a natureza e a causa das riquezas das nações.** Vol.1. Traduzido por Teodora Cardoso e Luis Cristovão de Aguiar. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

SOUZA, Alex Sandro Nascimento de. **Cidades amazônicas na fronteira Brasil-Peru.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2015.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia.** Manaus: Valer, 2009.

TEIXEIRA FILHO, Alcides Ribeiro. **Piscicultura ao alcance de todos.** 2 Ed. São Paulo: Nobel, 1991.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia.** 2. ed. (revista e aumentada). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

\_\_\_\_\_. **Amazônia: natureza, homem e tempo: uma planificação ecológica.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

THOMPSON, E.P. **A formação da Classe operária Inglesa : a força dos trabalhadores.** Vol III. Traduzido por Denise Bottmann. 2°. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade.** Vol I. Tradução de Denise Bottmann. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

TORRES, Iraildes Caldas; OLIVEIRA, Márcia Maria de. **Tráfico de mulheres na Amazônia.** Florianópolis: Mulheres, 2012.

\_\_\_\_\_. Constituição etnográfica da comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto. In: TORRES, Iraíldes Caldas (Org.). **O ethos das mulheres da floresta**. Manaus: Valer, 2012.

\_\_\_\_\_. Gênero e sustentabilidade na Amazônia. In: TORRES, Iraíldes Caldas (Org.). **O ethos das mulheres da floresta**. Manaus: Valer, 2012.

\_\_\_\_\_. **Arquitetura do poder: memória de Gilberto Mestrinho**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

\_\_\_\_\_. A força do trabalho das índias Ticuna da Amazônia. In: TORRES, Iraíldes Caldas (Org.). **As malhas do trabalho e da economia solidária no Brasil**. Manaus: EDUA, 2010.

\_\_\_\_\_. **Humaitá: ecos de um povo**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

\_\_\_\_\_. **As Novas Amazônidas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

\_\_\_\_\_. **Noção de trabalho e trabalhadores na Amazônia**. Revista de Estudos Amazônicos-Solmanlu do programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, ano 1, n.1. Manaus: Edua/Capes, 2004.

TORRES, Maurício. Fronteira: um eco sem fim. In: TORRES, Maurício (Org.) **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR- 163**. Brasília: CNPQ, 2005.

TOSTI, Mario. **A igreja sobre o rio: a missão dos capuchinhos da úmbria no Amazonas**. Manaus: Gráfica Moderna, 2012.

TRINDADE, José Raimundo Barreto. **A metamorfose do trabalho na amazônia: Para além da mineração Rio do Norte**. Universidade Federal do Pará: Belém, 2001.

VICENTINO, Cláudio. **História Geral**: Edição Atualizada. São Paulo: Scipione, 2002.

VERISSÍMO, José. **A pesca na Amazônia**. Rio de Janeiro: Livraria Alves, 1895.

VILLELA, Mario Hamilton. **A importância do associativismo para a pequena propriedade rural**. Revista Página Rural. Agronegócio-Agricultura Familiar. Vol. 1, n. 2. Set. 2006.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade Amazônica**. Tradução Clotilde da Silva Costa. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo:Universidade de São Paulo, 1988.

WALDIGE, V.; CASEIRO, A. **A indústria de rações: a situação atual e as perspectivas**. Panorama de Aquicultura, v.76, 2003.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônico e as formas de uso de seus recursos naturais**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2007.

ZANIBONI FILHO, Evoy. **O desenvolvimento da piscicultura brasileira sem a deterioração da qualidade de água**. Rev. Brasil. Biol.57(1), 1997.

\_\_\_\_\_. Cultivo de peixes em tanques-rede e impactos ambientais. In: **Cultivo de peixes em tanques-rede: desafios e oportunidades para um desenvolvimento sustentável**. Belo Horizonte: EPAMIG, 2005.

## DOCUMENTOS

BANCO DA AMAZÔNIA. Planos de aplicação dos recursos do FNO: 1992-2010. Belém: Banco da Amazônia. Disponível em: <http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/obanco-planosaplicacao>. Acesso em: 15 set. 2016.

BRASIL. Política Territorial da Pesca e Aquicultura. Ministério da Pesca e Aquicultura, Brasília, 2010.

BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 a 68/2011 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/1994. 35 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Sala de Imprensa. 23 de nov. 2012. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.htmlview=noticia&id=1&idnoticia=2265&busca=1&t=regiao-norte-aumenta-participacao-pib-nacional>. Acesso em: nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Cidades. 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br> . Acesso em: 10 out 2015.

PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMÍLIO/ IBGE de 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 de julho de 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD/BEASIL). Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. 2014. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>. Acesso em: 30 de nov.2015.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Evolução da Piscicultura no Brasil. Agronegocio. Acessado em: [www.sebraemercados.com.br](http://www.sebraemercados.com.br) acessado em: 10 de nov. 2015.

## ANEXO A

### ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS DA PESQUISA DE CAMPO

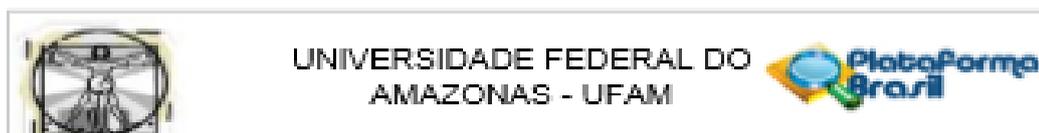
Visitas aos empreendimentos piscícolas e realização de entrevista.





## ANEXO B

### APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA NO COMITÊ DE ÉTICA DE PESQUISA DA UFAM



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O homem, o rio e o viveiro: as relações de poder que entrelaçam o trabalho da piscicultura em Benjamin Constant, no Amazonas

**Pesquisador:** MARINILDE VERÇOSA FERREIRA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 56653316.4.0000.5020

**Instituição Proponente:** PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.636.539

##### Apresentação do Projeto:

Este estudo propõe como tema a atividade piscícola no interior amazônico, ocupa-se com o debate das relações de poder que entrelaçam o trabalho da piscicultura no município de Benjamin Constant. Além de adotar uma perspectiva crítica de estudo sobre os processos socioculturais da Amazônia que se constitui num desafio para as ciências sociais que, nas últimas décadas, tem se ocupado com as compreensões socioeconômicas e culturais que envolvem o homem amazônico e o seu ambiente natural, assume fundamental importância a organização dos piscicultores de Benjamin Constant que poderão dispor deste diagnóstico como ferramenta para a reivindicação de políticas públicas locais no âmbito da piscicultura. Toma-se fundamental para o próprio poder público, o Estado, que poderá dispor de um instrumento para redimensionar suas ações voltadas para piscicultura. A presente investigação pautar-se-á em uma pesquisa de campo, em termos metodológicos será desenvolvida sob os princípios da abordagem qualitativa, sem excluir aspectos quantitativos. Quanto ao aporte teórico metodológico nos apoiamos nas análises de Torres (2005), Correa (20012),

Loureiro (2012) no que tange ao debate sobre Amazônia e relações de poder. Nas análises sobre Trabalho e relações de trabalho nos baseamos principalmente nas considerações de Thompson (1987), Torres (2004), Witkoski (2012). Na compreensão sobre Economia Solidária temos como

**Endereço:** Rua Tessália, 4850

**Cidade:** Manaus

**CCP:** 02.057-070

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3305-0130

**Fax:** (92)3305-0130

**E-mail:** cep@ufam.edu.br

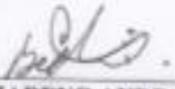
**ANEXO C****TERMO DE ANUÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DOS PISCICULTORES DE  
BENJAMIN CONSTANT**

ESTADO DO AMAZONAS  
MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT - AM  
ASSOCIAÇÃO DOS PISCICULTORES EM BENJAMIN CONSTANT-AM

**TERMO DE ANUÊNCIA**

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "O HOMEM, O RIO E O VIVEIRO: as relações de poder que entrelaçam o trabalho da piscicultura em Benjamin Constant, no Amazonas", sob a coordenação e a responsabilidade da Professora Marilide Verçosa Ferreira do Colegiado de Administração do Instituto de Natureza e Cultura - INC/UFAM e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, o qual terá o apoio desta Instituição.

Benjamin Constant - AM, 30 de setembro de 2015.

  
\_\_\_\_\_  
NAZARENO ANDRADE BICHARA  
-Presidente-